

RELATÓRIO & CONTAS

2020





RELATÓRIO & CONTAS

2020

Standard Bank **É POSSÍVEL**

RELATÓRIO & CONTAS

2020





Juntos, a inovar o
futuro em Angola.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

RELATÓRIO & CONTAS

2020



2.1. A Mensagem do Nosso PCA e do PCE 026



1.1. O Nossa Relatório de Gestão 008

1.2. A Nossa Missão, Visão e Valores 012

1.3. Quem Somos 014

1.4. Marcos Históricos 022

3.1. O Contexto Onde Operamos 037

3.2. Os Números que Alcançámos 074

3.3. A Nossa Proposta de Valor 076

3.4. A Nossa Estratégia 081



4.1. Foco no Cliente	090
CIB	091
PBB	102
O que Fizemos pelos Nossos Clientes?	125
4.2. Pessoas e Cultura	134
Pessoas e Cultura	135
O que Fizemos Mais para os Nossos Colaboradores?	146
4.3. Risco e Conduta	150
O Nosso Sistema de Controlo Interno	151
O Modelo de Gestão de Risco	176



4.4. Resultados Financeiros Sólidos

Os Nossos Indicadores

234

Proposta de Aplicação de Resultados

258

4.5. Impacto Relevante na Sociedade em que Operamos

A Nossa Responsabilidade Social

260

261

5.1. O Nossa Modelo de Governação	272
--	-----



6.1. Demonstrações Financeiras	300
---------------------------------------	-----

6.2. Notas às Demonstrações Financeiras	307
--	-----

6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal	473
---	-----



ESTA É A “FORMA COMO FAZEMOS”

Queremos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os nossos *stakeholders*, não apenas numa vertente financeira, mas de forma mais abrangente pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem só a números.





INTRODUÇÃO

01

Standard Bank *É POSSÍVEL*

O NOSSO RELATÓRIO



O presente documento tem um propósito mais vasto do que simplesmente dar uma perspectiva financeira da situação patrimonial do Standard Bank de Angola (“SBA” ou “Banco”) e responder a divulgações de cariz obrigatório, como os requisitos previstos na Lei das Sociedades Comerciais ou do Banco Nacional de Angola e da Comissão Mercado de Capitais.

Este relatório pretende dar conhecer o SBA a todos os nossos *stakeholders*, caracterizando, também, o Grupo no qual se insere e fazer uma retrospectiva dos principais factos ocorridos no ano de 2020. Foi um ano muito peculiar, com inúmeros desafios, dos quais destacamos dois, a pandemia causada pela Covid-19 e a evolução negativa do preço do petróleo, o qual atingiu níveis extremamente baixos. Foram dois eventos marcantes, com impactos muito relevantes na sociedade e na economia, os quais, naturalmente, influenciaram a actividade do SBA.

Incluímos no presente relatório informação de diversa natureza e proveniente de várias fontes. Para além do enfoque financeiro, retratando a performance do Banco durante o ano de 2020, bem como a sua situação patrimonial, pretendemos ir mais além. Recolhemos das diversas áreas

funcionais do Banco os eventos mais marcantes, trazendo-os ao vosso conhecimento. Incorporámos informação sobre o modelo de governação do Banco e os procedimentos instituídos de controlo interno mais relevantes.

Apresentamos, também, indicadores de diversas naturezas de risco, bem como de gestão de capital. Por último, não poderíamos deixar de parte algo que muito nos orgulha e que cada vez mais tem sido uma prioridade, ou seja, o contar-vos qual foi a nossa actuação na sociedade, com a realização de inúmeras iniciativas de cariz social, económica e ambiental.



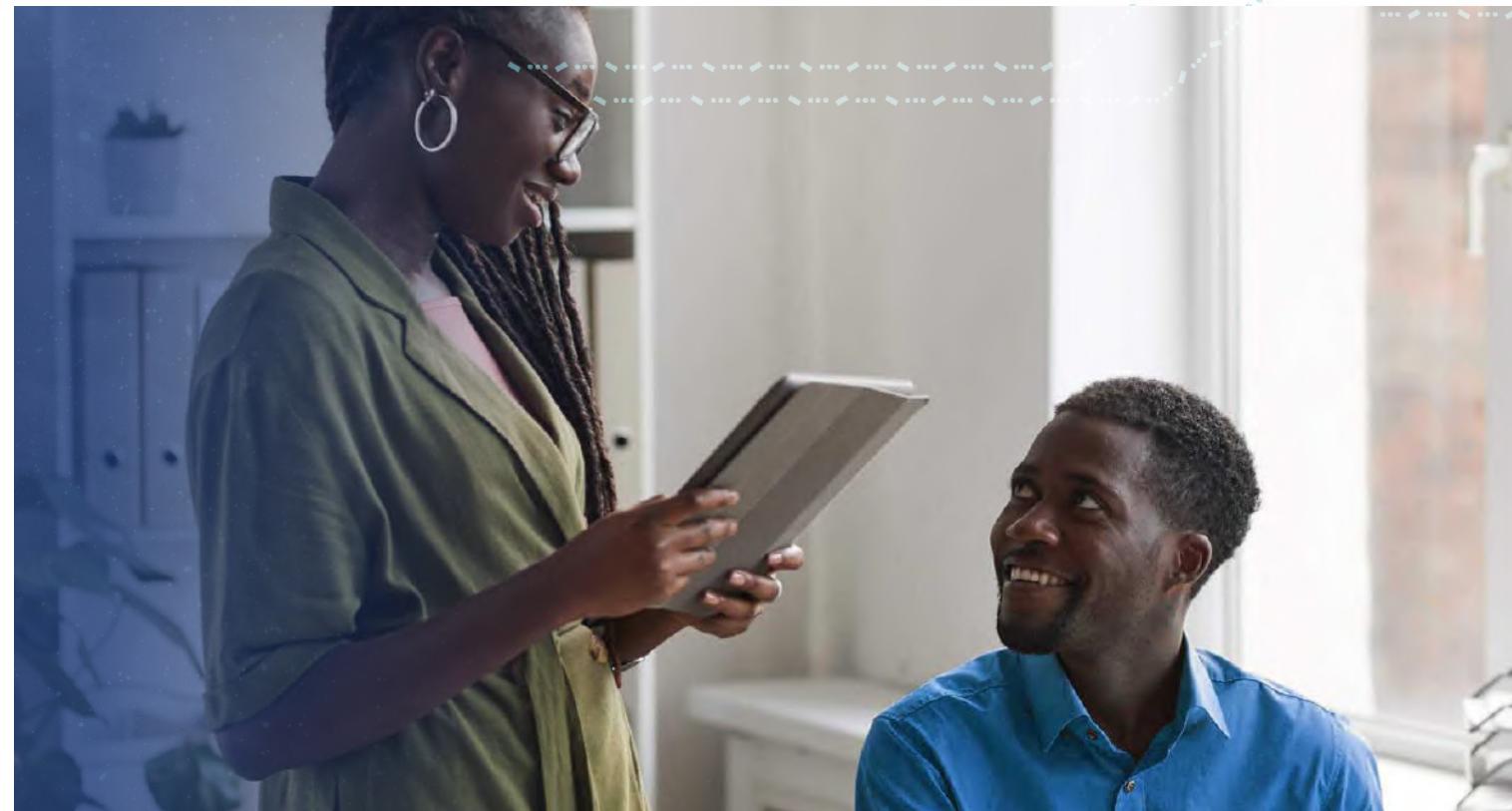
Sistematizando, o nosso Relatório de Gestão para o exercício de 2020, abordará diversas temáticas, tais como:

A caracterização do **Banco e do Grupo Standard Bank** (Grupo SB)

O contexto macroeconómico em que operamos, **quer a nível nacional, quer internacional**

Uma descrição dos **principais guidelines da nossa estratégia** para o exercício de 2021

Partilharemos os princípios orientadores do nosso modelo de governação e da nossa política de remunerações da nossa Equipa



O balanço da operacionalização de uma estratégia assente nas seguintes métricas que suportam a nossa estratégia e visão:



ABORDAGEM FOCADA NO CLIENTE

Apresentaremos informação sobre as nossas duas grandes linhas de negócio: Corporate and Investment Bank (CIB) e Personal and Business Banking (PBB);



PESSOAS ENQUANTO ACTIVO FUNDAMENTAL

Abordaremos os factos mais relevantes do nosso Pessoas e Cultura, assim como as acções desenvolvidas no âmbito desta pandemia;



RISCO E CONDUTA

Destacaremos a forma como gerimos o risco e descreveremos o nosso ambiente interno, como o sistema de controlo subjacente;



SOLIDEZ NOS RESULTADOS FINANCEIROS

Demonstraremos a nossa performance e solidez financeira, divulgando os números e principais indicadores da nossa actividade;



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Reservámos um espaço para divulgar a nossa actuação perante a sociedade Angolana. Poder contribuir é algo que faz parte da nossa natureza e do Grupo onde nos inserimos;

O relatório que apresentamos conta com o contributo da nossa Equipa de gestão, recorrendo a fontes de informação internas e externas de uso comum. Apesar de conter informação não auditada, desencadeámos os procedimentos necessários para assegurar a maior segurança possível na informação que divulgamos e recorremos, sempre que possível, a informação contida nas nossas demonstrações financeiras (anexas), as quais foram auditadas pela PwC.

Concluindo, pretendemos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os nossos *stakeholders*, não apenas numa vertente mais tradicional neste tipo de documento (financeira), mas também numa vertente mais abrangente, pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem só a números.



De Angola para
o futuro.

VISÃO GERAL



O SBA tem vindo a ser reconhecido de forma consistente como uma Instituição Financeira de confiança, sustentável e com um papel relevante na promoção da literacia e inclusão financeira em Angola.

A nossa cultura é determinada pela nossa missão, visão, valores e propósito.

A génesis Africana do Banco e a sua cultura de integração internacional orientaram a estratégia do Standard Bank de Angola de forma a optimizar todas as oportunidades que África, e muito particularmente Angola, nos apresenta.

O nosso Código de Ética conduz-nos a ser responsáveis e a respeitar os nossos Clientes, sendo este um dos pontos de referência para os nossos Colaboradores.

MISSÃO

Ser a Instituição Financeira líder em Angola e em África, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciada aos nossos Clientes, enquanto criamos valor para as sociedades envolventes.



VISÃO

Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os *stakeholders* e a fazer ligação entre África e o resto do mundo.

VALORES

Os valores apresentados servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco e estão na génese da implementação da nossa estratégia:



**SERVIR OS
NOSSOS CLIENTES**



**SER
PROACTIVO**



**DESENVOLVER
OS NOSSOS
COLABORADORES**



**ELEVAR CONSTANTEMENTE
A FASQUIA**



**criar valor para
os accionistas**



**TRABALHAR
EM EQUIPA**



**PROMOVER O
RESPEITO MÚTUO**



**DEFENDER OS MAIS ALTOS
NÍVEIS DE INTEGRIDADE**

QUEM SOMOS

O SBA destaca-se pelos seus valores intrínsecos basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.
A Nossa Cultura assenta na “forma como fazemos”, reconhecendo que a “forma como fazemos” é tão importante quanto “o que fazemos”. A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco alavanca não só a diversificação de produtos oferecidos, mas também a qualidade do que oferecemos, posicionando-nos com um serviço e forma de actuação de regra e excelência.



O Standard Bank de Angola, S.A. é uma sociedade de direito Angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Banco dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos na lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, o qual aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Adicionalmente, desenvolve outro tipo de actividades relacionadas com serviços bancários assim como realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Standard Bank é um grupo financeiro com mais de 150 anos de história que tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento do continente Africano e, consequentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios sobre os quais assenta a sua estrutura organizacional.

Assumindo quer Clientes, quer Parceiros no centro da sua actividade, e de acordo com as realidades de risco, regulação, tecnologia e concorrência que moldam o panorama financeiro em África, o Banco apostava na diversificação da sua oferta, no investimento em operações, sistemas e infraestruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais. Todas estas iniciativas traduzem-se num investimento crescente na responsabilidade social corporativa em Angola.

Composição do Conselho de Administração



**Octávio
Castelo Paulo**

PRESIDENTE



**Luís
Teles**

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



**Eduardo
Clemente**

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



**Yonne
Castro**

ADMINISTRADORA
EXECUTIVA



**António
Coutinho**

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



**Ivo
Vicente***

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



**Carlos
Vicente***

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



*CESSARAM FUNÇÕES A 28/12 POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

DE ÁFRICA PARA O MUNDO

O Grupo Standard Bank tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento de África, apresentando actualmente inúmeras oportunidades que potenciam a sua mudança, tais como a existência de várias fontes de energia renovável, enorme potencial agrícola, crescimento populacional acelerado, faixa etária predominantemente jovem e crescimento digital acelerado. A estratégia e a visão do Grupo assentam em 5 métricas:

FOCO NO
CLIENTEPESSOAS E
CULTURARISCO E
CONDUTARESULTADO
FINANCEIROAMBIENTE
ECONÓMICO-SOCIAL





FOCO NO CLIENTE

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais digitais, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.



PESSOAS E CULTURA

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos seus objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos seus Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Continuamos a apostar em desenvolver futuros líderes de Angola, proporcionar uma constante formação dos nossos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.



RISCO E CONDUTA

Um dos princípios orientadores do Banco é o Risco e Conduta, o Banco considera que é essencial fazer os negócios certos da forma certa. A gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável. É desta forma que ganhamos a confiança dos nossos *stakeholders*. A nossa licença para operar tem por base esta confiança, a aplicabilidade em conformidade todas as leis e regulamentos não é negociável.



AMBIENTE ECONÓMICO-SOCIAL

O Banco continua empenhado em conduzir o seu negócio de forma sustentada e com crescimento económico inclusivo em Angola. Para conseguir isso, temos que garantir que através dos nossos Clientes, projectos e parcerias, criamos impactos positivos na vida dos Angolanos. Essas considerações estão na frente e no centro quando tomamos decisões de negócio.



RESULTADO FINANCEIRO

A entrega de retornos sustentáveis aos nossos Accionistas depende directamente da satisfação dos nossos Clientes no que respeita aos investimentos realizados, Colaboradores satisfeitos e à gestão efectiva e eficiente do risco e conduta. Por sua vez, precisamos garantir o equilíbrio entre o capital que alocamos para esses investimentos estratégicos e o seu retorno.





I África

2018

22 718 Clientes Activos
606 Colaboradores
27 ATMs

2019

28 228 Clientes Activos
619 Colaboradores
32 ATMs



36 983

CLIENTES ACTIVOS

635

COLABORADORES

57

ATMS

2020

MARCOS HISTÓRICOS

Presente desde 2010 no território nacional, o Standard Bank de Angola oferece soluções completas de produtos e serviços financeiros através de um ecossistema de parcerias.

O que se traduz em esforços contínuos para atender plenamente as necessidades de cada Cliente, desde pessoas físicas, pequenas e médias empresas a organizações de grande porte, procurando proporcionar também a melhor experiência tanto digital quanto presencial.

Participamos nas áreas económicas de maior relevância e exercemos liderança em segmentos que se traduzem no reconhecimento de vários agentes envolvidos no sector bancário.







COMPROMETIDOS COM O FUTURO

Apesar do momento desafiante que vivemos em todos os sectores, o Standard Bank de Angola continuou a solidificar a sua performance financeira, serviço aos Clientes e capacidade de adaptação às novas condições de mercado.



Standard Bank **É POSSÍVEL**



A VISÃO DA NOSSA
LIDERANÇA

02

Standard Bank É POSSÍVEL

A MENSAGEM DO NOSSO PCA E DO PCE



Octávio Castelo Paulo
PCA

Luís Teles
PCE

2020 foi um ano difícil para o mundo e também para Angola. O Standard Bank de Angola não foi imune às dificuldades que todos atravessámos em 2020. Mas saímos mais fortes.

Tal como esperado, a pandemia teve um impacto de extrema relevância. Contudo, e apesar do momento desafiante que vivemos em todos os sectores, o Standard Bank de Angola continuou a consolidar a sua performance financeira, o seu serviço aos Clientes e a sua capacidade de adaptação às novas condições de mercado. Em 2020, assistimos a uma significativa depreciação do kwanza, à diminuição das reservas internacionais do país, à manutenção do preço do petróleo em valores relativamente baixos e a uma queda na produção petrolífera, tudo tendo como resultado um ano de recessão, uma elevada taxa de inflação e a manutenção de uma fraca diversificação da economia por sectores. De salientar que em Setembro de 2020 se verificou uma baixa do *rating* de Angola por parte de duas agências internacionais, o qual teve um impacto directo no sector bancário em Angola e também na performance financeira do Banco.

A perspectiva da possível deterioração deste cenário, em conjunto com a manutenção de elevados níveis de endividamento público, colocam um conjunto de desafios que obrigam o Governo a constantes ajustes e medidas para dinamizar a economia Angolana.

Para fomentar a diversificação da economia Angolana o Governo tem lançado diversas iniciativas, das quais se destacam o Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e o Plano de

“Saímos mais fortes de 2020.”

Desenvolvimento Industrial de Angola (PDIA) que se destinam a financiar o investimento privado para a produção e comercialização de bens que integram a cesta básica bem como fomentar o desenvolvimento da indústria transformadora Angolana, de forma competitiva e sustentável, baseada num desenvolvimento mais integrado das cadeias produtivas, combinando investimentos-chave que permitam utilizar os recursos em que Angola já dispõe de vantagens comparativas, com investimentos em subsectores em



que seja possível ir criando novas vantagens competitivas. Também o sector bancário tem sido alvo de transformação, fruto de alterações regulamentares e fiscais, às quais o Banco não ficou alheio, tendo dado a resposta necessária.

“A performance em 2020 foi de excelência.”

Entre outras, destacamos iniciativas como requisitos de concessão de crédito ao sector real, reforço de regras na Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, requisitos relativos a políticas de segurança cibernética, recomendações de gestão de exposições não produtivas e alterações de cariz fiscal. Apesar do contexto muito difícil acima descrito, 2020 será também um marco para o Banco, por completar 10 anos de actividade. Neste ano de aniversário, conseguimos alcançar os melhores resultados da nossa existência, reflectindo os bons alicerces da estratégia que temos vindo a seguir. **Continuamos o processo de consolidação da nossa visão de negócio,**

definindo como pilares fundamentais Pessoas e Cultura, Digitalização e Inovação, e o Foco no Cliente. Sendo estas as alavancas que consideramos críticas para podermos afirmar o Banco como uma instituição responsável perante a sociedade Angolana, próxima da economia real e que contribui para a inovação no sistema financeiro Angolano.

Continuamos comprometidos com nosso propósito:

Angola é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento.

Continuamos a ambicionar ser o melhor empregador em Angola e, por isso, temos vindo a investir de forma decisiva na identificação de talento Angolano, recrutando recém-licenciados, todos com formação superior de qualidade em áreas relevantes para o Banco, de forma a contribuírem para a mudança cultural da organização, trazendo novos skills e conhecimento para um Banco que está a transformar-se para um futuro mais digital e mais próximo dos seus Clientes. O Banco



“Ambicionamos ser o melhor empregador em Angola.”

continuou também a fazer um investimento muito significativo em formação e no desenvolvimento das suas Pessoas. As Pessoas, os nossos Colaboradores, continuam a ser o nosso “activo” mais importante. Desta forma, a segurança dos nossos Colaboradores foi uma das prioridades em 2020 e, por isso, temos feito todos os esforços no sentido de garantir o cumprimento das regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. Sendo assim, e de forma a reduzir o risco de contágio entre os Colaboradores do Banco, adoptámos medidas como a redução da força de trabalho presencial, a implementação de horários rotativos, a criação de condições para trabalho remoto, a criação de uma aplicação que permite, de uma forma eficaz, reportar o local de prestação de trabalho, entre outras.

Consideramos que a transformação digital é um eixo fundamental do nosso desenvolvimento estratégico. O actual contexto evidencia bem a relevância da transformação digital para o dia-a-dia dos Clientes. Desta forma, no final de 2020 lançamos a nossa plataforma SB24, uma nova geração dos canais de internet e *mobile banking*,

“A segurança foi uma das nossas prioridades em 2020.”

que marca o início de uma aposta em canais digitais mais simples e acessíveis remotamente a qualquer hora e em qualquer lugar.

No que respeita à Inclusão Financeira estamos a preparar o lançamento do projecto de Agentes Bancários, de modo a operacionalizar um modelo de banca de proximidade mais alinhada com os

“Um futuro mais digital e mais próximo dos Clientes.”

segmentos da população sem acesso a serviços bancários e com pouco acesso a esses mesmos serviços, ao habilitar a execução de transacções de forma mais eficiente, o acesso simplificado à oferta de produtos e serviços do Banco e a uma experiência do Cliente de fácil utilização.

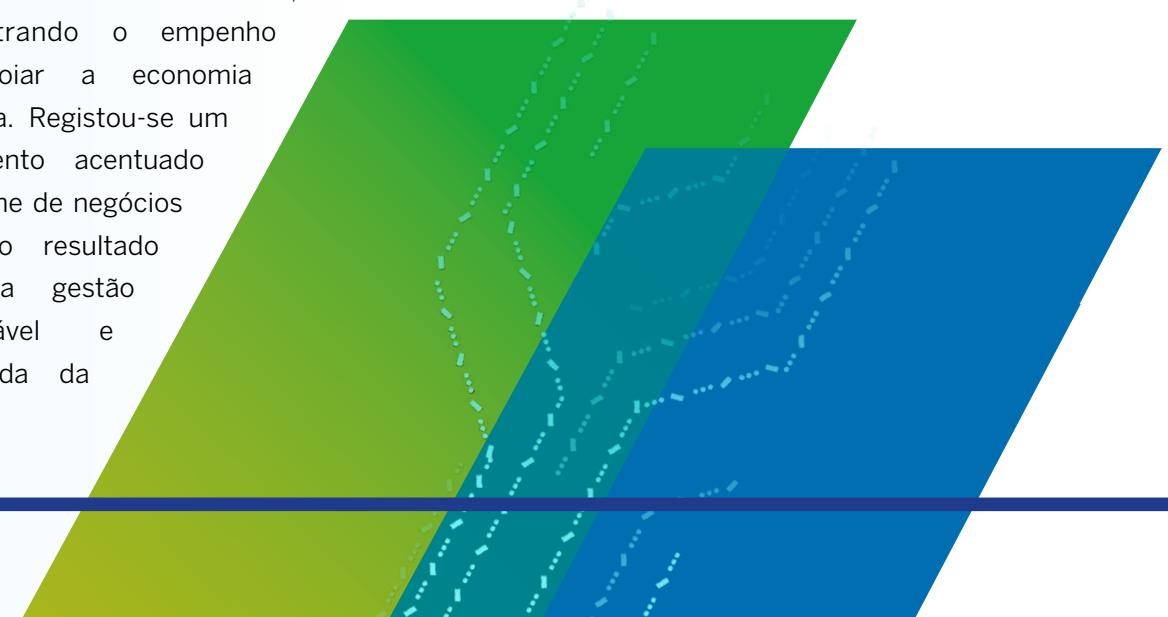
A performance do Standard Bank de Angola em 2020 foi de excelência. Mais Clientes activos. Mais negócio. Mais apoio à economia, concedendo mais crédito. Sobretudo direcionado para sectores essenciais, apoiando os empresários, agrícolas e industriais, Angolanos. E crédito de

qualidade, com níveis de incumprimento quase sem expressão. Ráios de solvabilidade e de liquidez de enorme solidez. Return on Equity e Return on Assets elevados acompanhados de um cost-to-income muito prudente e equilibrado. Em 2020 o Standard Bank de Angola melhorou os seus níveis de eficiência, nomeadamente operacional, o seu ambiente de controlo interno, com os diversos riscos próprios da actividade bancária bem monitorizados e controlados, bem como manteve elevados níveis de compliance com as regras aplicáveis à actividade bancária em geral e, em particular, no que se refere ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo.

Como resultado desta estratégia o Banco verificou um aumento de Clientes activos e também do crédito concedido, demonstrando o empenho em apoiar a economia Angolana. Registou-se um crescimento acentuado do volume de negócios e, como resultado de uma gestão responsável e optimizada da

liquidez, os recursos de Clientes aumentaram 60%, o produto bancário aumentou 37%, a margem financeira cresceu 30%, o que representou um aumento do total do seu activo em 45% face a 2019. Apesar das imparidades registadas nos seus activos financeiros, fruto do impacto do agravamento do *rating* de Angola, o Standard Bank de Angola conseguiu, ainda assim, atingir o melhor resultado líquido desde o início da sua actividade, no valor 36 131 Milhões de Kwanzas.

“O Cliente está no centro de tudo o que fazemos.”

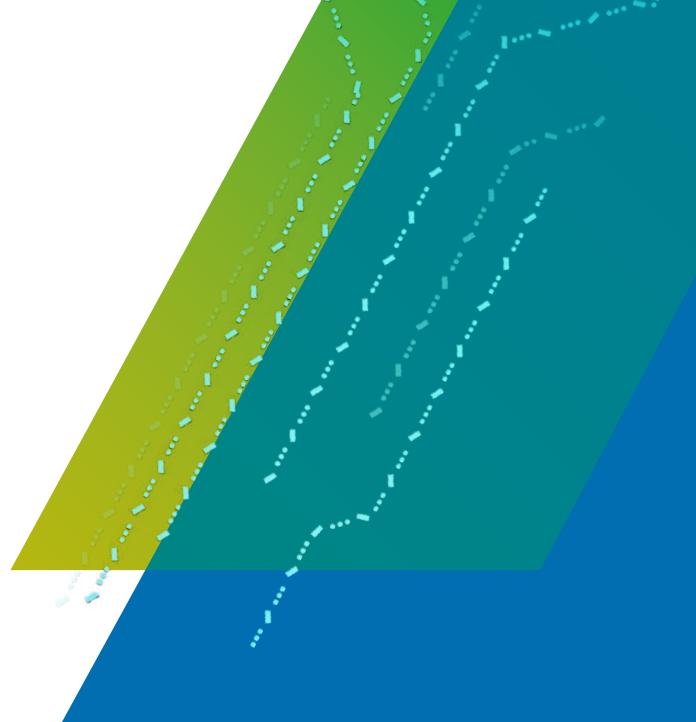


Num contexto de mercado particularmente difícil e desafiante, os resultados positivos obtidos em 2020 foram possíveis devido não só à qualidade do nosso activo mais importante, as nossas Pessoas, mas também pela postura transparente, cumpridora e responsável do Banco como um todo, valores não negociáveis para o Standard Bank de Angola. O nosso desempenho evidencia claramente a estratégia definida e direcionada para as necessidades reais dos nossos Clientes, onde o Cliente está no centro de tudo o que fazemos.

Durante o ano de 2020 o Standard Bank de Angola foi reconhecido pela revista internacional The Banker como o Banco do Ano em Angola. Fomos

“Iremos todos emergir mais sábios, resilientes e capazes.”

ainda distinguidos pela Global Finance como o melhor Banco de Investimento em Angola e o melhor Banco de operações cambiais em Angola, e o melhor Banco em qualidade de serviço em Angola pela Assertys. Adicionalmente, fomos o



primeiro Banco em Angola a ter certificação do swift global payments innovation (GPI) e a ser certificado como membro do GPI.

Mantivemos o forte investimento no projecto Heróis de Azul, o qual tem como objectivo apoiar as nossas comunidades mais carenciadas, atender às suas necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida das mesmas, dando-lhes ferramentas, oportunidades e estimulando o seu desenvolvimento, tendo a sua maior aposta nas áreas da Educação e Ensino, Saúde e Empreendedorismo, pilares que são determinantes para a promoção do desenvolvimento social.

Assim, em 2020, 2 388 pessoas foram ajudadas por este projecto, onde contámos com 315 voluntários, de diferentes áreas e níveis de formação, e realizámos 35 acções.

No final de 2020 fomos surpreendidos com notícias várias na imprensa em torno de um dos nossos administradores não executivos e beneficiário último da posição de Accionistas minoritário. São notícias relativas a actividades exercidas por aquele administrador não executivo fora do Banco e com as quais o Banco não tem qualquer relação. O Conselho de Administração tem acompanhado atentamente, e sempre na perspectiva da protecção dos interesses dos seus Clientes, dos nossos trabalhadores e do Banco, o desenvolvimento dos factos referidos os quais, reiteramos, são alheios ao Banco e à sua actividade.

Finalmente e quanto a 2021, esperamos um ano desafiante, mas também um ano com inúmeras

oportunidades para o Banco se afirmar ainda mais como Instituição Financeira de referência em Angola. Independentemente do cenário que Angola enfrente no futuro, o Standard Bank de Angola está comprometido com um serviço de qualidade e excelência orientado inteiramente para a satisfação do Cliente. Adicionalmente, não poderíamos deixar de dar nota, algo que nos orgulha e demonstra o nosso compromisso

“Banco comprometido com um serviço de qualidade e excelência.”

com Angola, com os nossos Clientes e com o bem-estar dos nossos Colaboradores, de que em 2021 mudamos para a nossa nova sede, um investimento marcante que determina a dimensão do nosso compromisso com Angola, e que permitirá uma melhoria das nossas condições de trabalho em linha com o que ambicionamos, continuar a ser o melhor empregador em Angola. Como sempre, estamos muito gratos aos nossos Colaboradores, Clientes, Accionistas, Fornecedores, Reguladores e outras partes

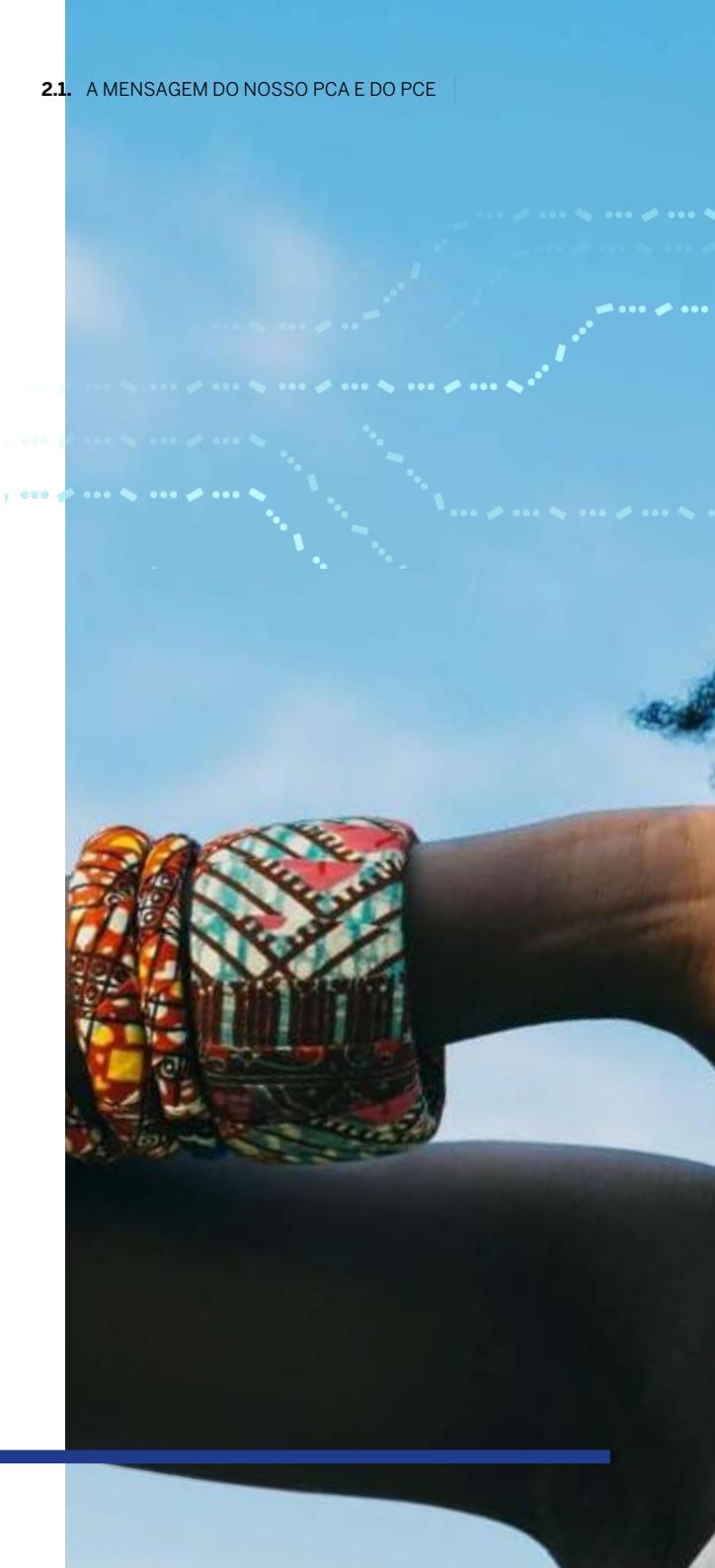
interessadas pelo apoio incondicional que recebemos. Com a pandemia, estamos a viver tempos desafiadores, mas com persistência iremos todos emergir mais sábios, resilientes e capazes.

É POSSÍVEL.

Melhores cumprimentos,

Octávio Castelo Paulo
Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles
Presidente da Comissão Executiva





Reconhecido como
o Melhor Banco de
Angola em 2020.

Standard Bank **É POSSÍVEL**



CONSTRUÍMOS O FUTURO DE ÁFRICA.

Para além da Covid-19, o ano de 2020 ficou também marcado pela nossa constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco, permitindo a diversificação e qualidade de produtos e serviços que oferecemos.



Standard Bank **É POSSÍVEL**



COMO CRIAMOS
VALOR

03

Standard Bank É POSSÍVEL

66

2022, um ano
de recuperação
económica em Angola.



3.1

O CONTEXTO ONDE OPERAMOS

Standard Bank *É POSSÍVEL*

O contexto onde operamos



Construímos o Futuro de África

O ano de 2020 ficou inevitavelmente marcado pela pandemia, colocando em segundo plano desenvolvimentos há muito esperados, como o acordo do Brexit, ou o acordo de “Parceria Económica Abrangente Regional”. A recuperação da actividade é, neste momento, o objectivo de todos os agentes económicos.

O contexto macroeconómico está altamente dependente da evolução da pandemia e da eficiência dos programas de vacinação. No entanto, é expectável uma retoma em 2021 com as medidas expansionistas dos Governos e Bancos Centrais, e com a recuperação do preço das *commodities*, fundamental para a economia Angolana.

A economia global sofreu, em 2020, uma grave crise associada à pandemia. As restrições à circulação de pessoas, bens e serviços e as políticas de contenção e prevenção impactaram fortemente a economia mundial, provocando diminuições drásticas na procura.

Por sua vez, os Governos e Bancos Centrais adoptaram políticas monetárias e orçamentais expansionistas de modo a atenuar os efeitos da crise/ estimular a recuperação económica.

Depois de um 2020 inesperado, com uma contracção económica mundial, é esperada uma recuperação já em 2021, ainda que esta esteja dependente da diminuição persistente das cadeias de transmissão activas.

ENQUADRAMENTO MUNDIAL

Em 2020 a economia mundial decresceu aproximadamente 3,5%, a primeira contracção global nos últimos anos (de salientar que esta contracção da economia mundial foi pior do que aquela que ocorreu no ano de 2009, com a crise financeira). No entanto, está previsto que o crescimento global acelere em 2021 e 2022 para 5,5% e 4,2%, respectivamente, de acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esta contracção da economia mundial ficou-se a dever à pandemia, que no primeiro semestre do ano de 2020 impôs o lockdown em muitas das economias mundiais, o que levou ao encerramento de vários espaços aéreos e limitações à circulação de pessoas, bens e serviços. A crise sanitária provocou fortes impactos negativos na produção, encerrando muitas fábricas pelo mundo inteiro, interrompendo a cadeia de distribuição e colocando limites no consumo, exemplo disso foi a contracção verificada no comércio mundial, -9,6%. Nas economias desenvolvidas é projectado um crescimento de aproximadamente 4,3% e 3,1% em 2021 e 2022, respectivamente. Prevê-se uma aceleração da economia dos EUA para 2021 e 2022 na ordem dos 5,1% e 2,5%, respectivamente, como consequência da aprovação de várias

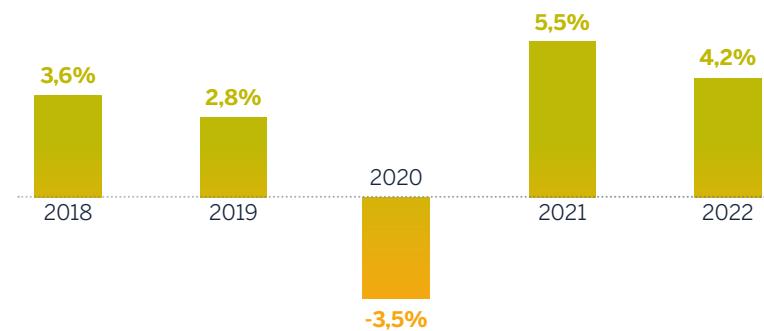
vacinas e início da sua administração. Para a Zona Euro espera-se um crescimento de 4,2% e 3,6% para 2021 e 2022, respectivamente, com base no abrandar das restrições devido à vacinação e fortes políticas orçamentais expansionistas previstas pelos governos. No Reino Unido, é expectável que o crescimento recupere para 4,5% em 2021 e acelere marginalmente para 5,0% até 2022, assumindo que se notarão os efeitos do acordo alcançado em Dezembro de 2020 para o Brexit.

Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento, deverão crescer 6,3% em 2021 e 5,0% em 2022, reflectindo uma recuperação do comportamento económico que havíamos assistido nos últimos anos.

Está previsto um crescimento económico em 2021 e 2022 com base na recuperação da actividade, por via da vacinação, bem como pelas políticas orçamentais expansionistas previstas em algumas das maiores economias mundiais.

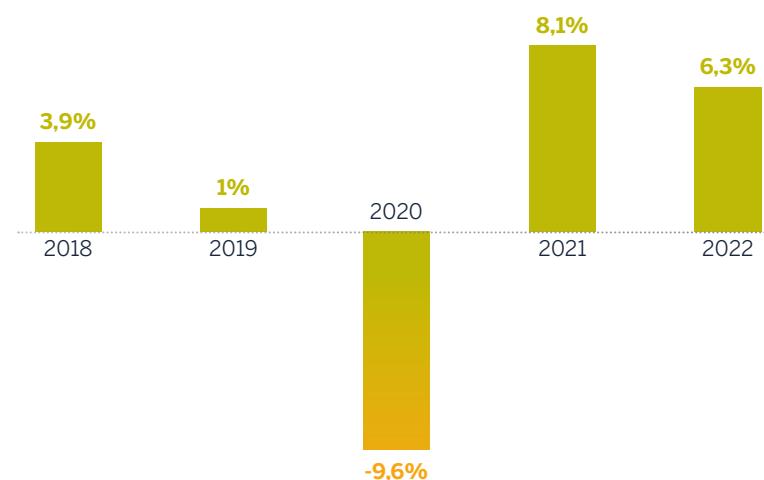
EVOLUÇÃO DO PIB MUNDIAL (% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO)*

Fonte: FMI



EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL (% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO)*

Fonte: FMI



*Para o ano 2020 os dados são provisórios e para os anos de 2021 e 2022 são estimativas



EVOLUÇÃO DO PIB

Economia Mundial 2020

-3,5%

2021

5,5%

Economias desenvolvidas

-4,9%**4,3%**

Economias Emergentes

-2,4%**6,3%**

Brasil 2020

-4,5%

2021

3,6%

EUA

-3,4%**5,1%**

África Subsariana

-2,6%**6,3%**

América Latina e Caraíbas

-3,7%**4,2%**

ASEAN -5

-3,7%**5,2%**

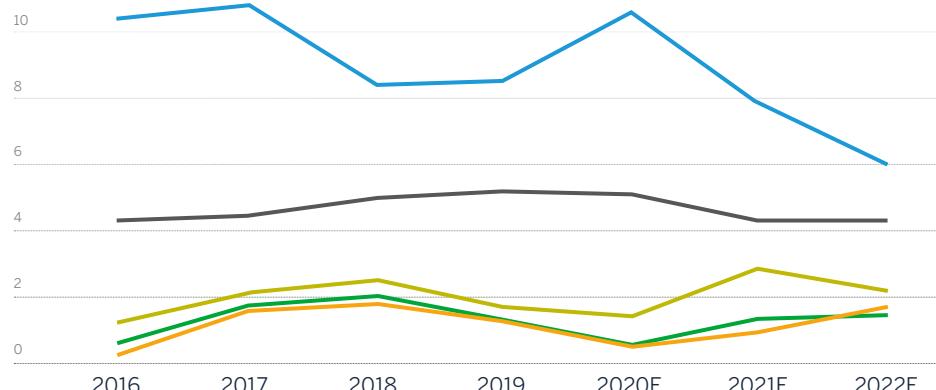
Zona Euro

-7,2%**4,2%**

INFLAÇÃO

Fonte: IMF WEO

■ ADVANCED ECONOMIES ■ EURO AREA ■ EUA ■ EMDES



Para os **Estado Unidos da América** o Fundo Monetário Internacional reviu o crescimento económico passando de um decréscimo de 4,3% para 3,4%, em 2020, e de um crescimento 3,1% para 5,1%, em 2021, devido à perspectiva de vacinação que irá impactar positivamente o mercado de acções e de *commodities*.

O Governo dos Estados Unidos da América e a Reserva Federal (Fed) tomaram um conjunto de medidas que visaram mitigar o impacto da Covid-19 no País, com a aprovação de volume global de 2,9 biliões de dólares de estímulos orçamentais. A Fed cortou a taxa básica de juros duas vezes em 2020 e criou um programa de compras de obrigações sem limites.

O FMI prevê que a retoma económica continue, sustentada pela perspectiva de fim da pandemia através da vacinação, bem como pelas medidas de suporte à economia anunciadas pelo governo no final de 2020 e a adaptação aparente da actividade económica nas actividades de contacto intensivo. Também a Fed anunciou alterações na sua estratégia de política monetária, passando para um objectivo médio flexível de 2% de inflação ao longo do tempo, e é esperada uma taxa de inflação para 2020 de cerca de 1,5%. Estas políticas demonstraram um impacto mais imediato nos mercados Accionistas que, apesar do ambiente económico adverso, cresceram face ao início de 2020, e na queda dos spreads corporativos, principalmente nos créditos com maior yield.

Não obstante, não podem ser ignoradas as incertezas associadas à pandemia, nomeadamente o surgimento de novas infecções no final de 2020 (incluindo novas variantes do vírus), a renovação dos lockdowns em diversas economias e as dificuldades logísticas na distribuição das vacinas.

Na **Zona Euro** o crescimento real do produto interno bruto (PIB), em 2020, registou uma contracção histórica, sendo a estimativa de -7,2%, contudo é esperada uma recuperação em 2021 para 4,2%. Quanto à inflação é esperado que atinja os 0,4% em 2020 o que representa um decréscimo de 0,8 pontos percentuais face a 2019.

A economia europeia foi uma das mais afectadas pela pandemia, estimando-se que tenha contraído cerca de 7,2% em 2020. No entanto, o FMI prevê que a retoma económica comece já em 2021, retoma essa estimulada pelo pacote de medidas de recuperação da União Europeia de 750 mil milhões de euros, que inclui, por exemplo, subsídios a salários para manter os níveis de emprego, coberturas alargadas para situações de desemprego e adiamento de impostos. Também o Banco Central Europeu tem apostado numa política expansionista, principalmente através da compra de activos (como, por exemplo dívida pública) e maior agilidade no refinanciamento da economia. Estas medidas ajudaram a manter as *yields* das dívidas soberanas europeias controladas.

A Ásia não foi excepção aos efeitos da pandemia na economia global, embora de maneira mais moderada, tendo contraído cerca de 1,7%. No entanto, perspectiva-se uma forte recuperação já em 2021 com uma previsão de crescimento de 8,0%.

Em 2020, a evolução da economia asiática foi também fortemente afectada pela pandemia. Para países como o Japão, Singapura ou a Coreia do Sul são estimadas contracções na ordem dos 5,3%, 6,0% e 1,9%, respectivamente.



A photograph of two young men in business attire. One man, on the left, has curly hair and is wearing a dark suit jacket over a white shirt. He is pointing at a silver tablet held by the other man. The second man, on the right, is wearing glasses and a light-colored blazer over a white shirt. They are both smiling and looking at the tablet. The background is blurred, showing some lights.

Para 2021 estão já previstas recuperações na maioria dos países da região. Recuperações essas também alavancadas no acordo de “Parceria Económica Abrangente Regional”, que representa o maior acordo comercial do mundo em termos de Produto Interno Bruto, assinado em Novembro de 2020.

Em contraponto ao que se verificou na Ásia e na maioria das economias mundiais, a China, onde a pandemia terá tido origem, acabou por apresentar uma recuperação bastante acima do inicialmente estimado no segundo semestre de 2020, o que levou com que o seu PIB tivesse um crescimento esperado de 2,3%, contudo menos 3,7 pontos percentuais do que registado em 2019 (6%). Segundo o relatório do FMI é expectável que para o ano de 2021 e 2020 o PIB da economia chinesa apresente crescimentos de 8,1% e 5,6% respectivamente. A China foi dos primeiros países mundiais a recuperar da crise económica provocada pela pandemia.

As perspectivas para as **economias africanas**, como para várias das economias em desenvolvimento, continuam precárias. De acordo com a estimativa do FMI, o crescimento da África Subsaariana é negativo, projectado para -2,6% em 2020, recuperando para 6,3% em 2021. Em relação à taxa de inflação para a África Subsaariana para 2020 deverá situar-se nos 10,6% o que representa mais 2,1 pontos percentuais do em 2019 (8,5%).

O FMI estima que todas as economias em desenvolvimento deverão decrescer face a 2019. Este dado é resultante de uma combinação de factores como a contínua disseminação da pandemia, a maior relevância nestas economias de sectores fortemente afectados pela pandemia (como o turismo), e grande dependência de financiamento externo, incluindo as remessas que sofreram uma forte contracção nos períodos de lockdown.

Também a crescente frequência e intensidade de catástrofes naturais relacionadas com o clima têm provocado fortes perdas nos meios de subsistência da população, que podem provocar efeitos persistentes bastante depois dos incidentes, como são exemplos zonas da África Oriental, onde as fortes chuvas no final de 2019 e início de 2020 contribuíram para fortes pragas que colocaram em risco os recursos alimentares da região.

MERCADO PETROLÍFERO

O preço do barril de petróleo de Brent atingiu, em Abril de 2020, mínimos históricos no seu valor de negociação devido à redução da procura provocada pelas medidas de contenção da pandemia. A intervenção da OPEP resultou no controlo das cotações tendo o ano fechado com valores similares aos do início de 2020.

Os preços do petróleo bruto afundaram em Março e Abril de 2020 para mínimos históricos à medida que os confinamentos resultantes da pandemia diminuíram a procura. Entretanto reduziram as perdas, mas os valores permaneceram presos, perto dos 40 dólares por barril. A Agência Internacional de Energia atribui à redução das viagens aéreas, que terá reduzido a procura global de petróleo em 8,1 milhões de barris por

dia, uma grande parte da responsabilidade na queda do preço.

O preço do barril recuperou no segundo semestre de 2020 uma vez que a China, o maior importador mundial de petróleo, saiu do confinamento mais cedo do que outras grandes economias e fez importações de petróleo recordes, tornando-se o “motor” para a recuperação.

Para 2021 a Rússia e a Arábia Saudita anunciaram uma postura mais proactiva no controlo da cotação do petróleo através do grupo informal OPEP+.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO (PREÇO SPOT - BRENT, DÓLARES/ BARRIL, 2020)



MERCADO CAMBIAL

O ano de 2020 foi considerado como sendo um ano relativamente estável do ponto de vista da variação das moedas mundiais. O ano fica, fundamentalmente, marcado pelo reforço da posição do Dólar Norte-Americano, como consequência da recuperação mais acelerada da actividade económica do país face às principais economias mundiais.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
--	------	------	------	------	------	------

Taxa de Câmbio, fim do período

EUR/USD	1,09	1,05	1,20	1,15	1,12	1,23
GBP/USD	1,47	1,23	1,35	1,28	1,32	1,35
USD/JPY	120,32	116,90	112,69	109,58	108,55	104,20
USD/CNY	6,49	6,95	6,51	6,88	6,96	6,60
USD/ZAR	15,48	13,74	12,37	14,36	14,04	0,00

Variação % anual

EUR/USD	-10,23	-3,17	14,09	-4,40	-2,06	9,21
GBP/USD	-5,37	-16,29	9,53	-5,59	3,48	2,40
USD/JPY	0,52	-2,85	-3,60	-2,76	-0,94	-4,01
USD/CNY	4,63	6,95	-6,31	5,71	1,21	-5,19
USD/ZAR	33,75	-11,23	-9,94	16,08	-2,21	-100,00

Fonte: Reuters

“

Espera-se uma retoma
em 2021 com as medidas
expansionistas dos
Governos e Bancos Centrais.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

I Riscos para 2021

MAIORES RISCOS PARA 2021

Se é verdade que no passado os maiores riscos a considerar tinham várias naturezas, nomeadamente políticas e económicas, como as tensões diplomáticas e medidas proteccionistas, respectivamente, no panorama actual os maiores riscos estão associados à evolução da crise pandémica da Covid-19.

O distanciamento social continuará em 2021, mas a melhoria nos padrões de segurança e higiene no trabalho e, principalmente, o alargamento gradual da vacinação levarão os níveis de transmissão para níveis baixos um pouco por todo o mundo no final de 2022;

Os impactos a médio/longo prazo são ainda desconhecidos, estando dependentes de vários factores como por exemplo o número de falências e o eventual lag de ajustamento da alocação de recursos;

As políticas expansionistas dos Governos e Bancos Centrais deverão manter-se, possivelmente até 2025, sendo que as medidas de resposta à crise já anunciadas e implementadas até ao momento estão avaliadas em 6 000 mil milhões de dólares americanos;

O preço spot médio por barril de petróleo está estimado em \$43,8 para 2021. Também é expectável uma recuperação dos preços das restantes *commodities*;

| África

EVOLUÇÃO DO PIB	2020E	2021F	2022F
Angola	-5.0%	0.7%	2.4%
Gana	0.1%	4.8%	5.3%
Nigéria	-3.1%	0.9%	2.4%
Namíbia	-7.8%	2.8%	3.2%
África do Sul	-7.6%	4.6%	2.2%
Quénia	1.5%	5.7%	4.7%
Moçambique	-0.9%	1.8%	3.1%

Fonte: FMI

E= ESTIMATE; F = FORECAST

GANA

Em 2020, o FMI estima que o PIB do Gana tenha crescido 0,1%, sendo dos poucos países a resistir à contracção económica, depois do fim do programa de resgate financeiro por parte do FMI, em Março de 2020. O país continua a depender fortemente das exportações de cacau, ouro e petróleo, deixando-o vulnerável à volatilidade nos preços das *commodities* nos mercados internacionais. O plano de longo prazo do Governo para desenvolver outras áreas da economia é, portanto, crucial para minimizar este risco.

NIGÉRIA

De acordo com os dados do FMI o PIB da Nigéria decresceu 3,1% em 2020. Esta contracção é resultado da pandemia e do colapso nos preços do petróleo, que representa mais de 80% das exportações deste país, e da forte quebra das remessas dos emigrantes, que nos últimos anos apresentaram um valor superior ao investimento directo estrangeiro e assistência externa ao desenvolvimento combinadas.

NAMÍBIA

A Namíbia registou em 2020 um decréscimo do PIB na ordem dos 7,8%, sendo este o quinto ano consecutivo de recessão económica. A dívida pública atingiu os 50,9% do PIB e o défice registou o valor de 4,4% do PIB. Esta performance está intimamente relacionada com as frequentes secas que têm assolado o país afectando a sua produtividade agrícola.

ÁFRICA DO SUL

A África do Sul foi o país africano mais afectado pela pandemia. Em 2020, a economia Sul-Africana, que já apresentava sinais de abrandamento em 2018 e 2019, não resistiu ao impacto das medidas de contenção da pandemia tendo decrescido 7,6%.

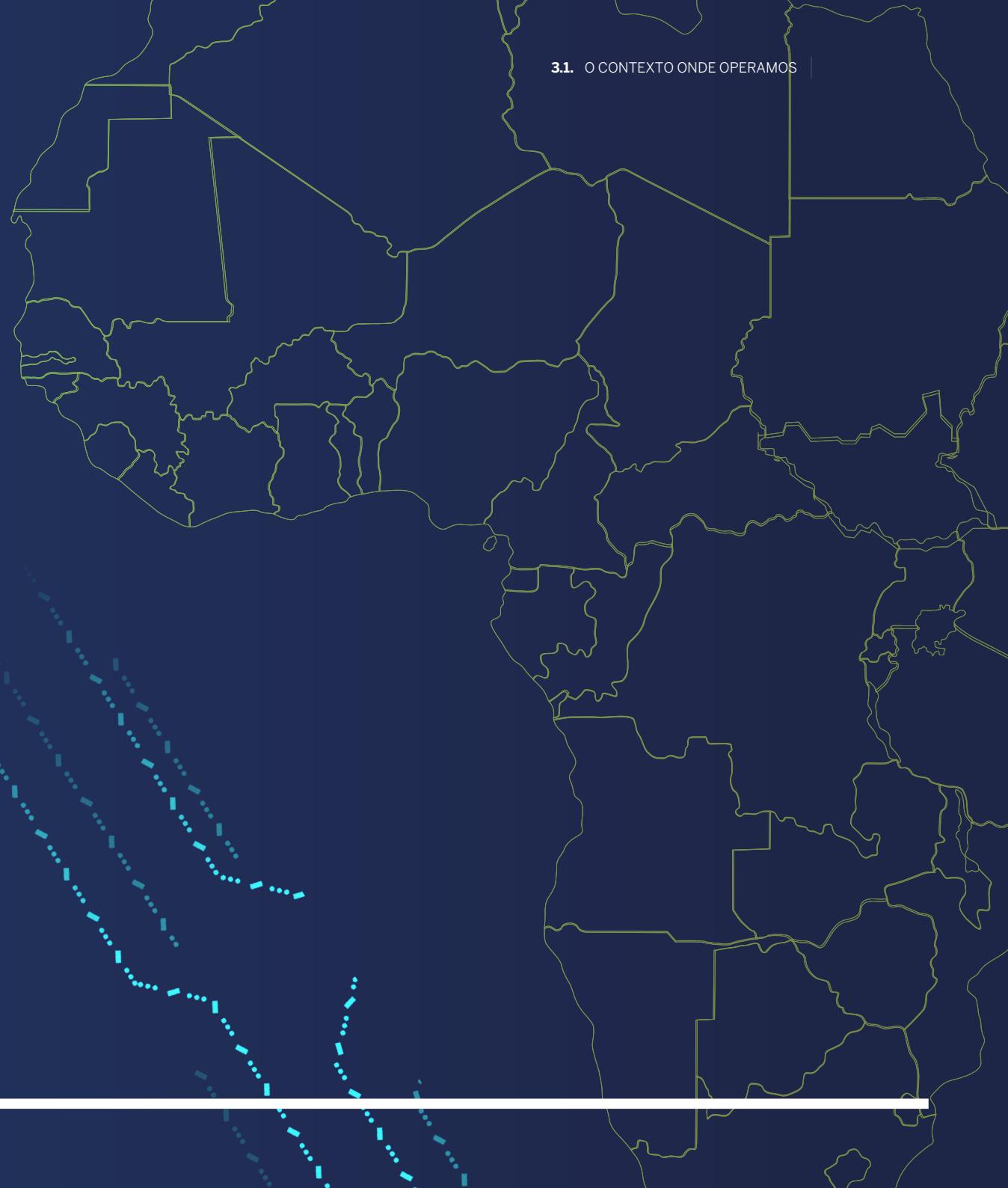
A perspectiva de recuperação económica permanece limitada devido à incerteza da situação pandémica. As agências de rating Moody's, S&P e Fitch reduziram as suas perspectivas sobre a dívida soberana sul-africana no decorrer de 2020.

QUÉNIA

O Quénia registou em 2020 um crescimento do PIB na ordem dos 1,5%, tendo em 2019 passado Angola, tornando-se a 3^a maior economia da África Subsariana. Assente num plano de desenvolvimento de longo prazo, o país definiu como principais prioridades aumentar a eficiência do sector industrial, reforçar a assistência médica universal, assegurar a habitação a preços acessíveis e garantir a segurança alimentar.

MOÇAMBIQUE

As projecções oficiais do FMI estimam que a economia moçambicana tenha decrescido 0,9% em 2020, não escapando ao impacto da pandemia. Moçambique aspira a tornar-se o terceiro maior exportador mundial de gás natural liquefeito desde o momento em que as vastas reservas offshore foram encontradas em 2010. No entanto, os baixos preços do gás em conjunto com o crescimento da dívida pública, tem atrasado a exploração e desencadeou uma desaceleração do ritmo de crescimento do país.



“

Estamos
confiantes quanto
ao desempenho
financeiro.



Standard Bank É POSSÍVEL

Economia de Angola

O Standard Bank de Angola permanece confiante quanto ao desempenho financeiro, contudo reconhece que será um ano desafiante pois o ano de 2020 foi de recessão económica e as previsões para o ano de 2021 são também de recessão. Existe a expectativa de que o ano de 2021 seja a retoma da normalidade em termos de circulação de pessoas e bens com a distribuição da vacina da Covid-19.

Com os esforços efectuados para cumprir com as metas definidas pelo FMI, é expectável que no ano de 2022 haja uma recuperação económica e controlo definitivo da pandemia. É expectável que sejam registados movimentos de privatização de algumas empresas Públicas, reduzindo o peso do Estado na Economia Nacional, com o objectivo de atrair investimento estrangeiro.



I | Principais Indicadores

(variação percentual, salvo indicação em contrário)	2018	2019	2020	2021	2022
Economia Real					
Produto Interno Bruto Real	-2.0	-0.5	-5.0	0.7	2.4
Sector Petrolífero	-9.5%	-6.6%	-7.0%	-6.2%	0
Sector Não Petrolífero	1.0%	1.9%	-2.1%	2.0%	0
Preços no Consumidor (média anual)	19.70	17.11	22.17	20.97	15.65
Preços no Consumidor (fim de período)	18.60	16.90	25.10	16.7	13.1
Produto Interno Bruto (mil milhões de Dólares)	101.35	83.94	55.16	60.59	61.86
Governo Central					
Total da Receita	21.5	19.3	20.5	20.4	20.1
D/q: Petrolífera	13.7	11.5	12.2	11.6	11.1
D/q: Não Petrolífera	6.2	6.3	7	7.5	7.7
Total da Despesa	19.4	19.4	20.2	20.1	20
D/q: Despesa Corrente	15	16.2	16.9	16.7	16.5
D/q: Despesas de Capital	4.4	3.3	3.3	3.4	3.6
Saldo Orçamental Global	2.1	0.7	-4.0	-2.6	-2.1
Moeda e Crédito					
Massa Monetária (M2)	20.4	30.1	18.4	15.3	17.1
Crédito ao Sector Privado (variação % em 12 meses)	14.5	21.5	-7.5	13.6	13.8

(variação percentual, salvo indicação em contrário)	2018	2019	2020	2021	2022
Balança de Pagamentos					
Balança Comercial (Dólaresm)	15,5	12,9	6,2	11,0	8,6
Exportações de Bens. FOB (Dólaresm)	41,4	35,2	21,0	27,4	26,8
D/q: Exportações de Petróleo e Gás (percentagem do PIB)	38,3	34,3	35,2	33,5	32,1
Importações de Bens. FOB (Dólaresm)	25,9	22,3	14,9	16,4	18,1
Saldo da Conta Corrente (percentagem do PIB)	7,3	6,1	2,1	11,0	6,9
Reservas Internacionais Brutas (fim de período. milhões Dólares)	16.17	17.21	14.79	15.40	16.20
Reservas Internacionais Líquidas (fim de período. milhões Dólares)	10 646	9 141	9 391	9 741	10 241
Dívida (percentagem do PIB)					
Total da Dívida (bruta) do Sector Público	77,1	93,2	126,8	112,4	109,3
Petróleo					
Produção de petróleo (milhares de barris/dia)	1 478	1 383	1 288	1 221	1 236
Exportações de Petróleo e Gás (mil milhões Dólares)	39,7	30,2	34,2	33,6	33,6
Preço do Petróleo Angolano (média, Dólares por barril)	70,6	55	60	59	59

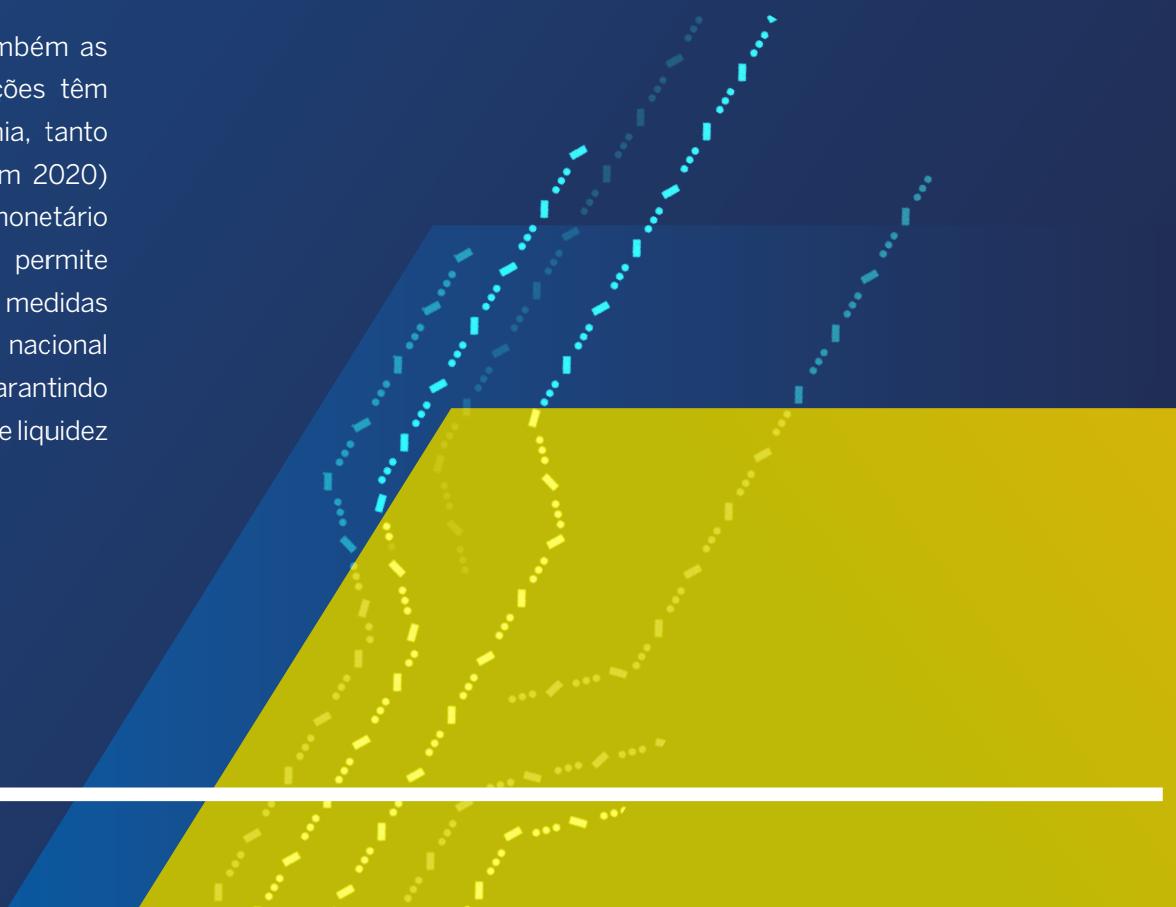
I | Visão Geral

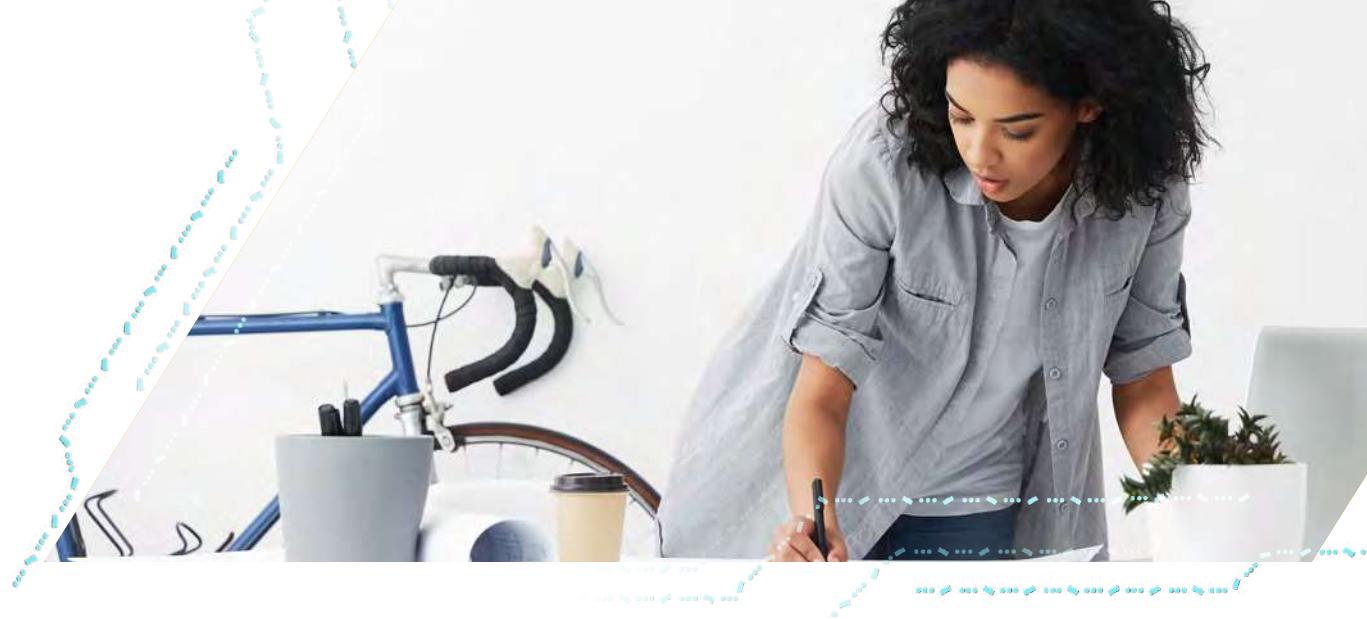
Angola atravessa um período de recessão económica, explicado fundamentalmente por baixos níveis de produção petrolífera e pela reduzida dinâmica da diversificação económica, agora acentuada pelo impacto da pandemia.

Adicionalmente, a economia Angolana apresenta uma elevada dependência da evolução do preço do barril de petróleo – uma vez que esta commodity representa grande parte das exportações e 51% das receitas fiscais do Orçamento de Estado – que atingiu mínimos históricos em 2020 agravando a situação económica do país.

O cenário de recessão vivido no país nos últimos anos deixa também as instituições governamentais sem as ferramentas que outras nações têm utilizado para combater a crise económica causada pela pandemia, tanto a nível orçamental onde a dívida pública (estimada em 127,8%, em 2020) dificulta a utilização de gastos públicos como estímulo, como a nível monetário onde a persistente pressão inflaccionista (22,2% em 2020) não permite cortes significativos nas taxas de juro. Sem grande margem para medidas expansionistas, o BNA focou-se no controlo da liquidez em moeda nacional através de operações de mercado aberto para estabilizar o kwanza, garantindo ao mesmo tempo que as empresas teriam acesso a níveis adequados de liquidez através de intervenções específicas.

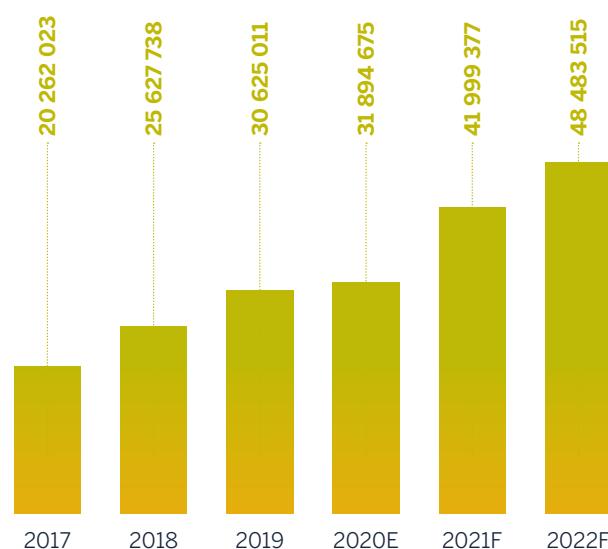
Relativamente ao crescimento económico, as estimativas do FMI apontam para uma contracção da actividade na ordem dos 5,0% em 2020. Sendo que é projectado que em 2021 continue a recessão com um crescimento negativo de 0,4% e finalmente em 2022 seja retomada a expansão da economia Angolana na ordem dos 1,7%. É parte integrante da estratégia para o crescimento da economia Angolana, a dinamização do sector produtivo e a diversificação económica, além do reforço da implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.





EVOLUÇÃO DO PIB NOMINAL (MILHÕES DE KWANZAS)

Fonte: BNA



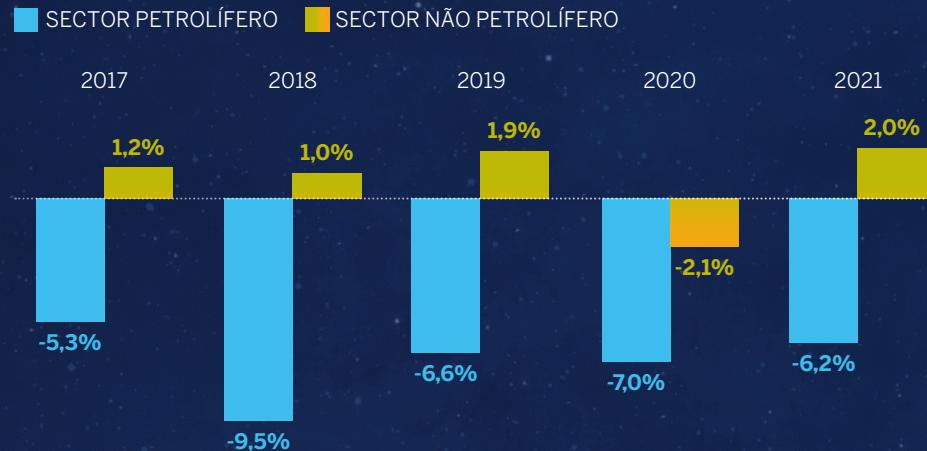
O actual panorama económico, combinado com o fraco desempenho do sector petrolífero e a ainda uma estrutura económica pouco robusta, condicionam o rendimento disponível das famílias, o nível de desemprego e a quantidade de poupança pública, que consequentemente, inibem o consumo, o crescimento da produção e do investimento.

O Governo de Angola tem dado particular relevo à diversificação da economia, que tem sofrido nos últimos anos com a sua elevada dependência do sector petrolífero, e à redução da dependência externa no que diz respeito a bens alimentares e industriais. Nesse âmbito, são de destacar as seguintes iniciativas: o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), que tem uma duração de 3 anos (2019-2022), e se destina a projectos de

investimento que fomentem a produção interna de bens essenciais, onde o principal foco do programa é financiar o investimento privado para a produção/comercialização dos 54 bens que integram a cesta básica; e o Plano de Desenvolvimento Industrial de Angola (PDIA), cujo objectivo é fomentar o desenvolvimento da Indústria Transformadora Angolana, de forma competitiva e sustentável, e passa pela transformação estrutural do sector, baseada num desenvolvimento progressivamente mais integrado das cadeias produtivas, combinando investimentos-chave que permitam utilizar os recursos em que Angola dispõe de vantagens comparativas, com investimentos em subsectores em que seja possível ir criando vantagens competitivas. Este plano tem como horizonte temporal 2025.

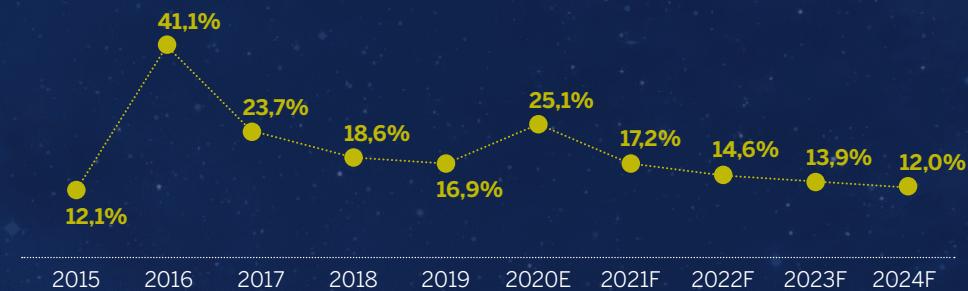
EVOLUÇÃO DO PIB REAL PETROLÍFERO E NÃO PETROLÍFERO (% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO)

Fonte: FMI, Standard Bank Research



TAXA DE INFLAÇÃO (%)

Fonte: FMI



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)

Fonte: FMI, Standard Bank Research



E= ESTIMATE; F = FORECAST

O choque no mercado petrolífero em 2020, derivado da redução brusca da procura mundial provocada pelas medidas de combate à pandemia impactaram fortemente o crescimento da economia.

Os restantes sectores que integram o PIB não petrolífero também não escaparam ao impacto da pandemia, embora não de forma tão expressiva (-2,1% face aos -7% do Liquefied Natural Gas (LNG)), muito em função das restrições no desempenho dos sectores dos Serviços Mercantis e Sector Público Administrativo, bem como pelo fraco desempenho do sector de Extracção de Diamantes, de Minerais Metálicos e Outros Minerais.

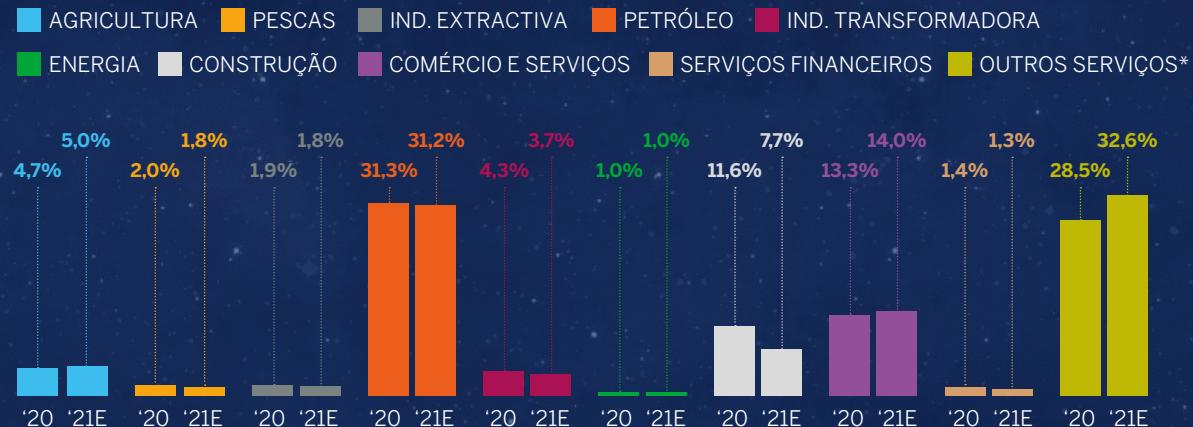
PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES (MIL MILHÕES DE DÓLARES)

Fonte: BNA, Standard Bank Research.



ESTRUTURA DO PIB (% DO PIB)

Fonte: BNA



*Dentro de Outros Serviços encontra-se englobado os sectores de actividade como administração pública e defesa, imobiliário, transportes, comunicação e outros serviços.

E = ESTIMATE; F = FORECAST



Standard Bank



Estamos
empenhados em
apoiar a economia
Angolana.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

Principais recomendações do FMI

01 PROTEGER A SUSTENTABILIDADE FISCAL E SEGUIR ESTRITAMENTE O PROGRAMA FISCAL

O Governo Angolano deve implementar medidas adicionais de consolidação fiscal, com as necessidades de financiamento fiscais e da balança de pagamentos a serem cobertas através do maior apoio financeiro de parceiros multilaterais.

02 PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

A relação Dívida/ PIB aumentou substancialmente, aumentando por si só os riscos subjacentes. Uma implementação rigorosa da estratégia de consolidação fiscal e uma política prudente de endividamento irão ajudar a preservar a sustentabilidade da dívida.

03 CONSOLIDAR O QUADRO DE POLÍTICA MONETÁRIA E O REGIME DA TAXA DE CÂMBIO FLEXÍVEL

Apesar das melhorias consideráveis no mercado cambial, a transição para uma maior flexibilidade ainda não está concluída. A política monetária terá de se manter restritiva a fim de apoiar um regime cambial mais flexível, manter a inflação sob controlo e, ainda assim, apoiar o desenvolvimento do sector privado.

04 SALVAGUARDAR A ESTABILIDADE DO SECTOR BANCÁRIO

As autoridades nacionais têm em curso uma estratégia para a reestruturação do sector financeiro, impactando igualmente a presença do Estado neste sector.

05 AVANÇAR COM AS REFORMAS ESTRUTURAIS E MELHORAR A GOVERNAÇÃO

As autoridades terão de continuar a melhorar os níveis de Governação, combater a corrupção e atrair investimento sustentável, com o objectivo de melhorar o ambiente de negócios e promover o crescimento liderado pelo sector privado.

Principais riscos identificados pelo FMI

01 DEPENDÊNCIA DO SECTOR PETROLÍFERO

Um dos factores críticos para o crescimento futuro da economia nacional passa pela implementação com sucesso dos programas de privatização, os quais irão implicar um novo paradigma de desenvolvimento para o país, assente na presença activa do sector privado nos principais sectores da economia e aumentando o contributo do sector não-petrolífero para o desenvolvimento da economia Angolana.

02 INVESTIMENTO, DESEMPREGO E INFLAÇÃO

O crescimento do sector não-petrolífero é fundamental para a redução dos níveis elevados de desemprego causados pelo recente período de recessão. Terão necessariamente de ser desenhados e implementados planos de acção direcionados para a população jovem-adulta, gerindo processos de criação de emprego, inserção no mercado de trabalho e gestão do rendimento nos diferentes sectores da economia.

03 DESEQUILÍBRIOS CAMBIAIS

Em 2021, em linha com a meta definida para a taxa de inflação, continuará em curso o trabalho sobre a nova política cambial que promove a eliminação do desequilíbrio, no mercado de divisas do País. Com isso procurar-se-á reforçar a recomposição das reservas internacionais e melhorar a eficiência do mecanismo de alocação de divisas.

I Política Orçamental

Em 2020, face aos desafios económicos e sanitários criados pela pandemia, o Governo de Angola foi forçado a apresentar um Orçamento Rectificativo de modo a acomodar o impacto do choque no preço de referência do petróleo, bem como medidas extraordinárias de combate à pandemia, de entre as quais se destacam:

Isenções fiscais do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e dos direitos aduaneiros sobre as mercadorias importadas ao abrigo da ajuda humanitária e sobre os donativos.

Crédito do IVA relativo a matérias-primas e bens de equipamento importados para a produção de bens essenciais de consumo.

Opção de pagamento diferido e isento de juros das contribuições para a segurança social.

Regulamentação dos preços de uma lista de produtos médicos.

Congelamento de 30% das aquisições de bens e serviços não essenciais.

Redução do número de ministérios de 28 para 21.



Suspensão de certas despesas de capital não-essencial.

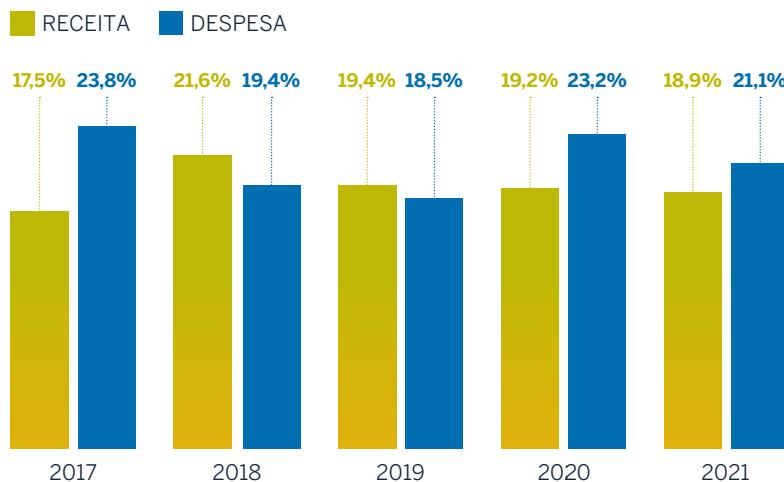
Diminuição das viagens e dos investimentos imobiliários.

Com o intuito de salvaguardar a sua capacidade de fazer face às obrigações e assegurar o seu serviço de dívida, o Governo de Angola recorreu à Iniciativa de Suspensão do Serviço de Dívida do G-20. Adicionalmente, garantiu também algumas operações de reestruturação da dívida com alguns dos seus principais credores.

Já em Janeiro de 2021 o Conselho de Administração do FMI concluiu a quarta avaliação e aprovou o desembolso de uma nova tranche do Programa de Financiamento Ampliado afirmando que “apesar dos desafios impostos pela pandemia, as autoridades Angolanas demonstraram um forte compromisso com políticas sólidas ao abrigo do acordo apoiado pelo FMI. As políticas robustas adoptadas pelas autoridades permitiram a Angola fazer face aos grandes choques externos, especialmente a diminuição das receitas do petróleo, e mitigar o seu impacto macroeconómico, protegendo, em simultâneo, os mais vulneráveis”.

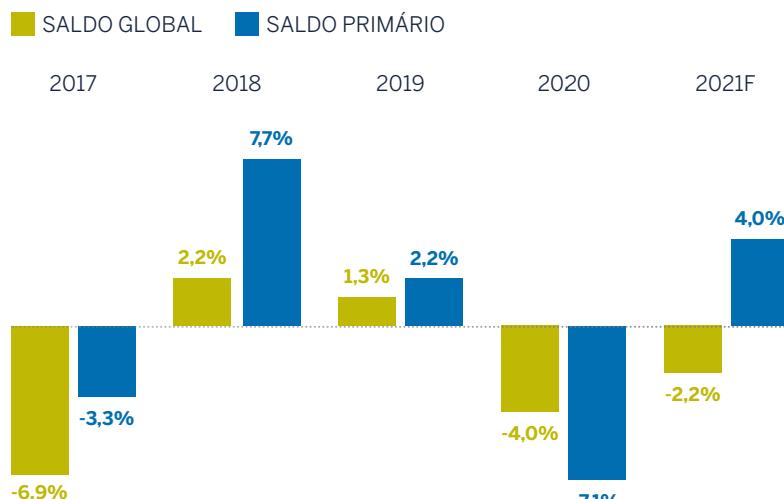
QUADRO FISCAL: RECEITA E DESPESA PÚBLICA (% DO PIB)

Fonte: Relatório de Fundamentação: Proposta de Orçamento Geral do Estado 2021.



QUADRO FISCAL: SALDO GLOBAL E PRIMÁRIO (% DO PIB)

Fonte: Relatório de Fundamentação: Proposta de Orçamento Geral do Estado 2021.



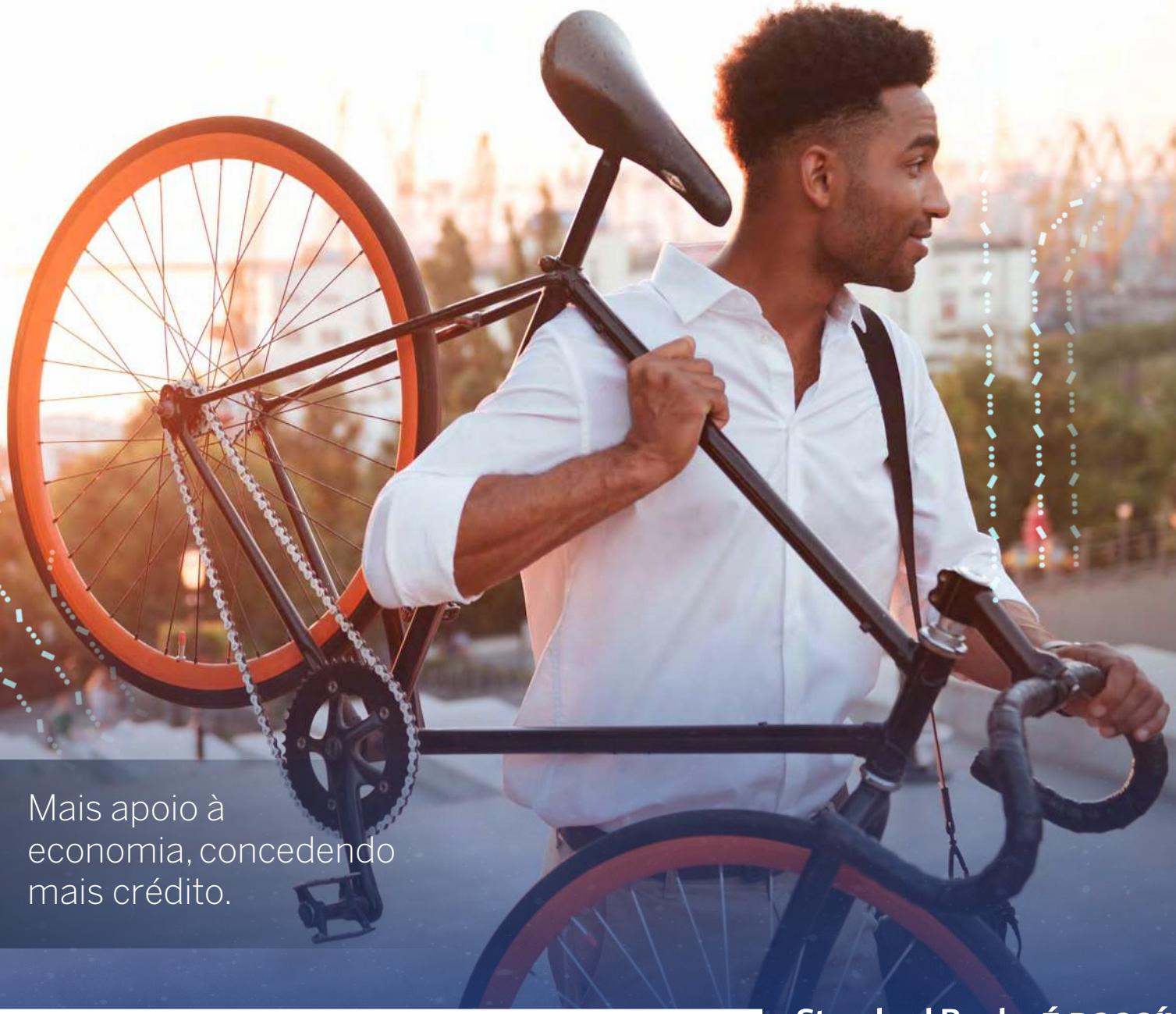
Em 2020 o Governo apresentou um Orçamento rectificativo, por forma a acomodar os desequilíbrios fiscais provocados pela pandemia. Assim, foi interrompida a tendência decrescente do défice Primário Não Petrolífero que se registou de 2017 a 2019, registando-se um saldo primário não petrolífero deficitário em 7,1% do PIB e um saldo global deficitário em 4% do PIB.

Já para o ano de 2021, segundo as projecções fiscais, disponíveis até à elaboração deste relatório, para o Orçamento Geral do Estado de 2021, está estimada a criação de um saldo global deficitário de 2,2% do PIB e de um saldo primário superavitário de 4,0% do PIB, o que revela a dimensão do impacto dos juros nas despesas fiscais.

Em 2020, a dinâmica do stock da dívida terá sido também ser influenciada pelos acordos de reestruturação do perfil do serviço da dívida com os principais credores externos, ao abrigo da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI – Sigla em inglês), promovida pelo G-20, ao qual Angola aderiu, o que levou à redução do volume de amortizações prevista para o ano.



Mais apoio à
economia, concedendo
mais crédito.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

I | Balança de Pagamentos

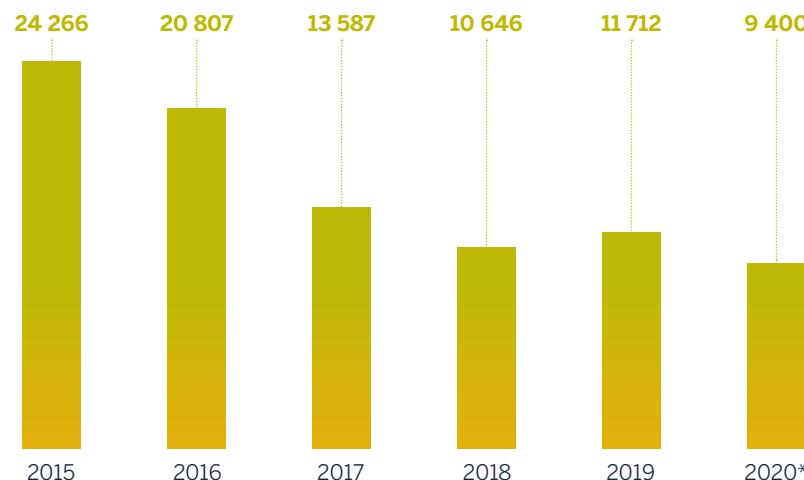
Relativamente ao objectivo de atingir o equilíbrio externo, o Executivo tem direcionado o seu trabalho para optimizar a estabilidade e sustentabilidade da conta corrente. A sustentabilidade da conta corrente passa por dinamizar o comércio, pagamentos e transferências, de modo a que as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) mantenham o seu nível adequado e estável.

Em 2017 e 2018 verificaram-se saldos deficitários na balança de pagamentos, que levaram ao consumo de reservas externas. Contudo, em 2019, o país inverteu a tendência e acumulou reservas externas, fruto da ocorrência de um superavit na balança de pagamentos. Essa trajectória superavitária da balança de pagamentos manteve-se no primeiro trimestre de 2020.

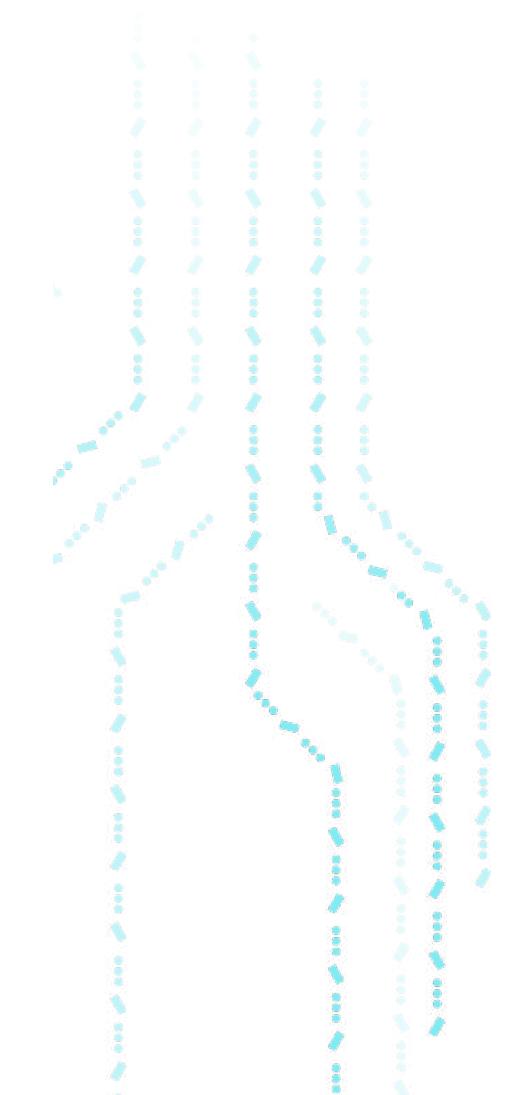
No entanto, devido ao contexto económico internacional adverso provocado pela pandemia, tendo sido declarada pandemia no final do primeiro trimestre de 2020, a balança de pagamentos registou, no segundo trimestre de 2020, um saldo deficitário na ordem de US\$ 1 281 milhões, alterando, deste modo, a tendência superavitária que se vinha registando.

É importante continuar a empreender iniciativas que concorram para a manutenção e melhoraria da tendência superavitária da conta corrente, verificada até ao primeiro trimestre de 2020. Como tal, o Governo deverá continuar os esforços que têm sido levados a cabo de captação de financiamento externo em níveis suficientemente altos para responder às necessidades da economia, de modo a evitar a pressão adicional sobre as RIL, uma vez que estas atingiram em Setembro de 2020 um mínimo de 9 400 milhões de dólares.

RESERVAS LÍQUIDAS INTERNACIONAIS (MILHÕES DE DÓLARES)



* Dados preliminares a Setembro de 2020. Fonte: BNA.





Política Monetária e Cambial

A política monetária continuará o seu sentido conservador para a retoma do processo de desinflação da economia interrompido em 2020 pela Covid-19, procurando garantir níveis de liquidez na economia alinhados com o ritmo de crescimento da actividade económica, preservando o poder de compra dos rendimentos. Por esta via, a política monetária estará também a contribuir para a estabilidade macroeconómica e para a atracção de investimento privado.

Prevê-se que a tendência de desaceleração do nível geral de preços verificada em 2018 e 2019 seja interrompida em 2020, atingindo-se uma taxa de inflação acumulada de 25,1%, no final do período.

A interrupção, em 2020, da trajectória de desaceleração da taxa de inflação acumulada que se registava desde 2016, poderá ser explicada pela adopção de uma política monetária moderadamente acomodatícia, bem como pelo efeito *passthrough* da taxa de câmbio, num ambiente de queda das receitas petrolíferas impulsionada pelo impacto da crise pandémica no mercado petrolífero, o que levou à depreciação acumulada no ano de 2020 do Kwanza face ao

Dólar Americano de sensivelmente 35%, passando de 482,2 Kwanzas/dólares para 649,6 Kwanzas/dólares.

Para 2021, as previsões indicam uma taxa de inflação de 18,7%, no final de período, que reflecte o sentido da orientação da política monetária, tendo em conta o objectivo da estabilização macroeconómica, estimando-se que a taxa de câmbio venha a fechar o ano à volta de 724,7 Kwanzas/dólares.

O Comité de Política Monetária (CPM) anunciou várias medidas com vista à estabilização dos preços na economia, entre as quais se destacam as seguintes:

Manter a taxa básica de Juro,
Taxa BNA, em 15,5%;

Manter a taxa de juro da facilidade
permanente de absorção de liquidez,
com maturidade *overnight* em 0%;

Reducir a taxa de juro da facilidade
permanente de absorção de liquidez,
com maturidade de sete dias, de 10%
para 7%;

Introduzir a taxa de custódia sobre
o excesso de liquidez dos bancos
comerciais junto do BNA (0,1%), tendo
essa medida entrado em vigor no dia 12
de Agosto;

**Manter em 22% o coeficiente de
reservas obrigatórias** para moeda
nacional;

Aumentar em dois pontos percentuais,
ou seja, de 15% para 17% o coeficiente
de reservas obrigatórias para moeda
estrangeira, com cumprimento do
diferencial em moeda nacional.

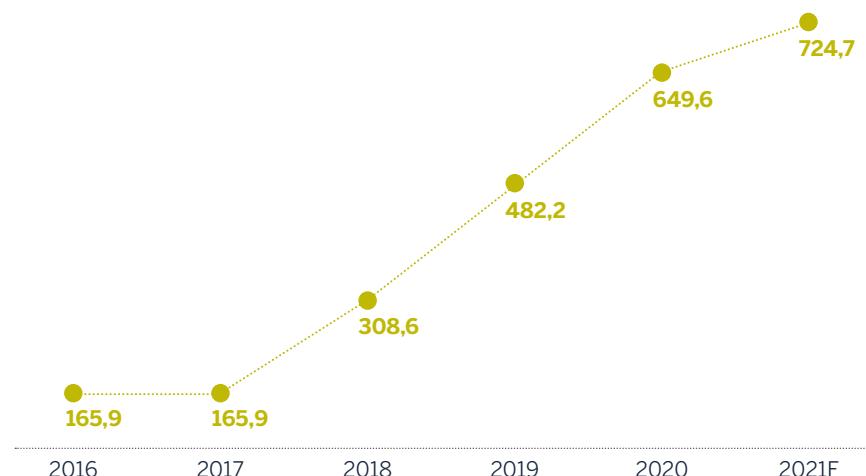
**Activar a facilidade permanente de
cedência de liquidez *overnight*** até
100 mil milhões de kwanzas renovável
trimestralmente, de modo não cumulativo,
ao longo do exercício económico de 2020;

No entanto, tendo em vista a concretização do objectivo de inflação e a maior flexibilização do regime de taxa de câmbio, perspectiva-se que a política monetária deverá ter uma postura restritiva a partir do próximo ano com vista à retoma do processo de desinflação da economia, factor determinante para o crescimento económico.

Assim, o Governo e o BNA pretendem garantir a sustentabilidade das contas externas e preservar os ganhos obtidos com a eliminação da sobrevalorização da moeda nacional em relação ao conjunto de moedas dos parceiros comerciais de Angola, com vista a assegurar a competitividade externa da economia.

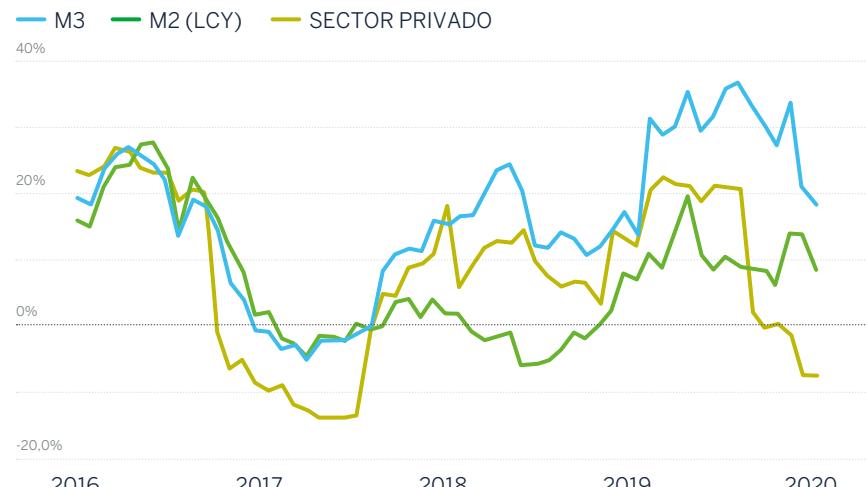
TAXA DE CÂMBIO KWANZAS/DÓLARES

Fonte: BNA



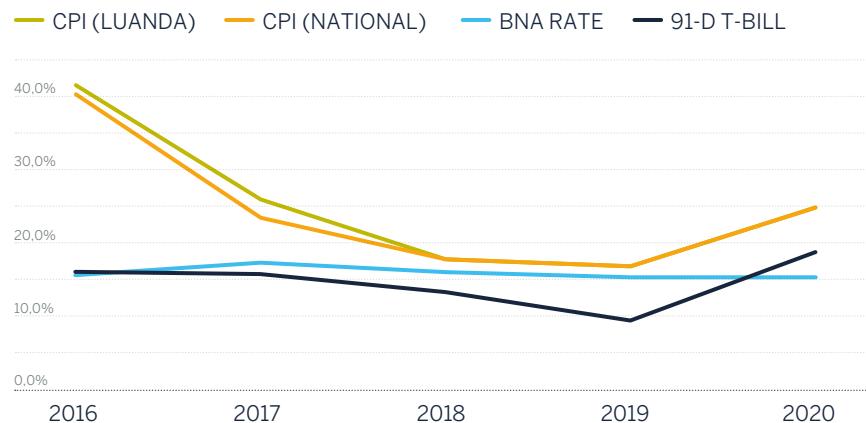
EVOLUÇÃO ANUAL (%) DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

Fonte: BNA



INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO (%)

Fonte: BNA, FMI WEO, Standard Bank Research.



E = ESTIMATE
F = FORECAST

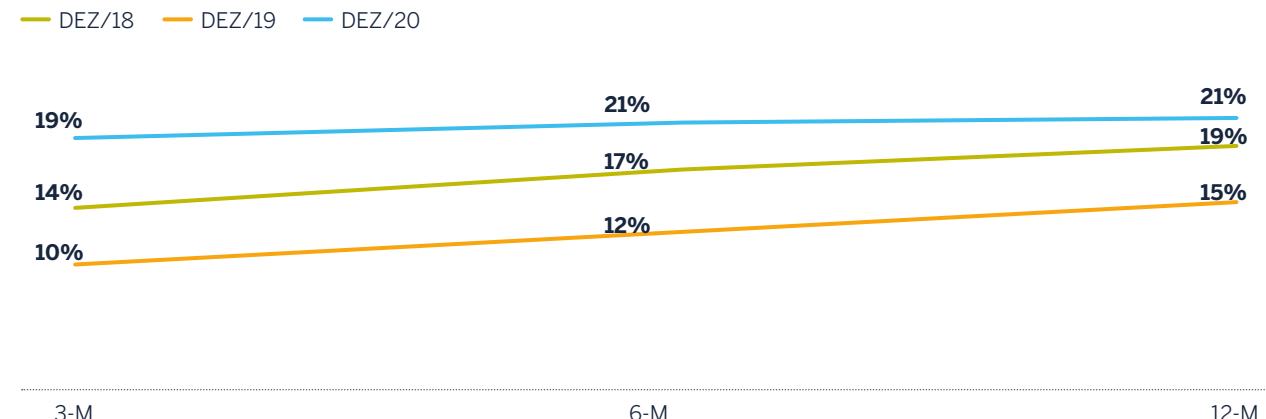
O Banco Nacional de Angola manteve a taxa de juro básica ao longo do ano de 2020, nos 15,5%. A Taxa de Juro das Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez *Overnight* mantém-se nula (0%), desde Dezembro 2017.

Relativamente à massa monetária, as rubricas indicam uma diminuição dos agregados monetários M2 e M3 de 8,5% e 18,4%, respectivamente, em termos homólogos, até Novembro de 2020. O que reflecte a a quebra económica sentida.

Tendo em consideração o objectivo de inflação e a maior flexibilidade do regime cambial traçado pelo Executivo, a política monetária deverá permanecer restritiva em 2021. No entanto, será necessária uma coordenação entre as políticas monetária e orçamental relativamente à gestão de liquidez. No entanto, será necessária uma coordenação entre as políticas monetária e orçamental relativamente à gestão de liquidez, principalmente considerando a necessidade de estimular a economia no pós-pandemia, dentro das limitações orçamentais que o Governo enfrenta.

EVOLUÇÃO DAS YIELDS

Fonte: BNA



Quanto às taxas de juro dos títulos da dívida pública, a Dezembro registou-se para os Bilhetes do Tesouro (BT) um aumento de 5 p.p. para a maturidade de 91 dias, 4 p.p. para o prazo de 182 dias e 2 p.p. para o prazo de 364 dias, passando para 19,00, 21,00% e 21%, respectivamente. Para as Obrigações do Tesouro (OT) não reajustáveis registaram-se também aumentos, fixando-se em 23,50% (+2,25 p.p.), 22,68% (+0,43 p.p.), 23,51% (+0,26 p.p.) e 23,90% (+0,90 p.p.), para as maturidades de 1,5 anos, 2 anos, 3 anos e 4 anos, respectivamente.

De destacar que o financiamento interno é composto por 29,87% de BT e o remanescente por OT. Estes últimos registaram maior incidência nos meses de Maio e Junho, tendo atingido no trimestre um total de Kz 235,15 mil milhões e os Bilhetes do Tesouro cifraram-se em 100,16 mil milhões de kwanzas.

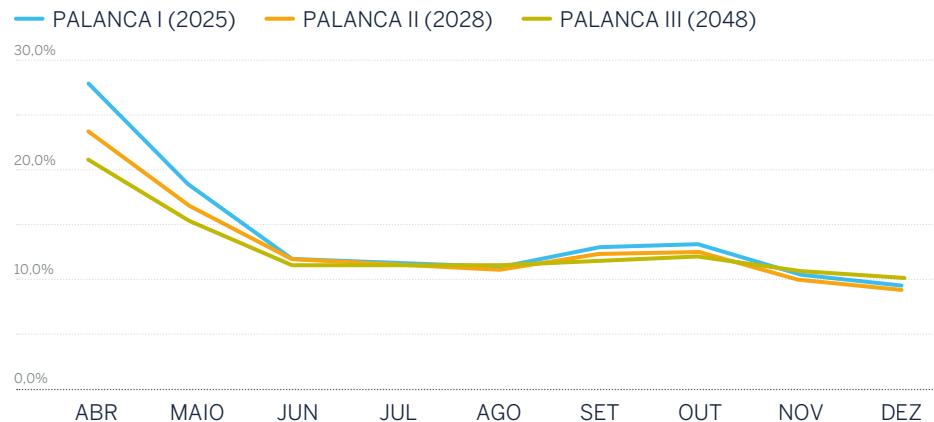
EUROBONDS

A economia Angolana foi atingida por um triplo choque, com crise sanitária com a pandemia, o colapso dos preços do petróleo nos mercados internacionais e com a contacção da procura de petróleo resultante da contracção da economia mundial. Estes factores reflectiram-se rapidamente com o aumento das *yields* das Eurobonds Angolanas, indicando este aumento uma dificuldade temporária no acesso aos mercados de capitais internacionais. No entanto, foram recuperando no segundo semestre de 2020, acompanhando a evolução do mercado petrolífero.

De referir também que o Despacho Presidencial nº44/20, de 18 de Março, autorizou a emissão adicional de 3 mil milhões de dólares de Eurobonds de modo a fazer face aos encargos orçamentais.

YIELDS DAS EUROBONDS (%)

Fonte: CMC



“”

O FMI reviu em alta as
projecções de crescimento
global para 2021.





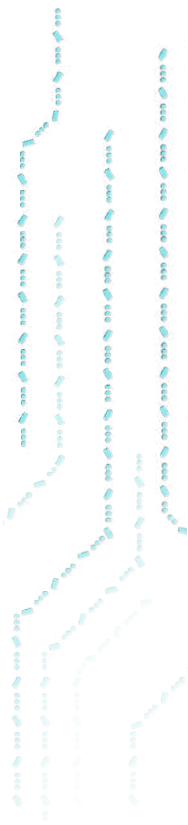
3.2

OS NÚMEROS QUE ALCANÇÁMOS



Standard Bank **É POSSÍVEL**

Os Números que Alcançámos



INDICADORES (MILHÕES DE KWANZAS)	2020	2019	VARIAÇÃO
ACTIVO TOTAL	880 282	606 237	↑ 45%
RÁCIO SOLVABILIDADE	38%	28%	↑ 10 p.p.
RETURN ON EQUITY	34%	40%	↓ -6p.p.
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO	20%	21%	↓ -1p.p.
CRÉDITO CONCEDIDO	143 075	93 404	↑ 53%
CAPITAL PRÓPRIO	116 982	95 666	↑ 22%
QUALIDADE CRÉDITO <small>COBERTURA DE IMPARIDADE PARA CRÉDITO SOBRE CRÉDITO CONCEDIDO CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO (+90 DIAS) SOBRE CRÉDITO CONCEDIDO</small>	2% 1%	2% 1%	0p.p. 0p.p.
DEPÓSITOS	691 667	432 183	↑ 60%
MARGEM FINANCEIRA	51 187	39 370	↑ 30%
RÁCIO DE EFICIÊNCIA (<i>COST-TO-INCOME</i>)	37%	39%	↓ -2p.p.
RESULTADO LÍQUIDO	36 131	32 128	↑ 12%
CLIENTES	36 983	28 228	↑ 31%
COLABORADORES	635	619	↑ 3%
POSTO DE ATENDIMENTO	26	27	↓ 1
ATM'S	57	32	↑ 25



3.3 PROPOSTA DE VALOR



Standard Bank **É POSSÍVEL**

A NOSSA PROPOSTA DE VALOR

Seguindo as directrizes do Grupo, também o SBA se destaca pelos seus valores intrínsecos, basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência. A nossa Cultura assenta na “forma como fazemos”, reconhecendo que a “forma como fazemos” é tão importante quanto “o que fazemos”.

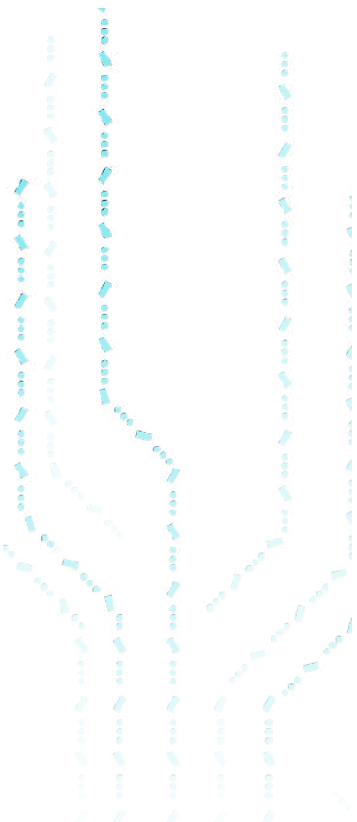
A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco, permite alavancar a diversificação de produtos oferecidos, como também o aumento da qualidade do que oferecemos, posicionando-nos com um serviço e forma de actuação de regra e excelência.

A execução bem-sucedida de nossa estratégia de negócio torna o nosso Banco mais robusto, capaz de criar valor sustentável para todos os nossos *stakeholders* a longo prazo.



Alocação de Recursos

O Banco aplica uma estrutura de tomada de decisão formal para implementar de forma optimizada dos seus recursos.



ESTRATÉGIA

1. O investimento ou oportunidade está alinhado com nossa estratégia?
2. Cria valor para nossos Clientes e suporta a nossa capacidade de entregar um oferta de serviços financeiros integrados?
3. Impulsiona o crescimento de Angola?

NÃO ➔



O investimento ou oportunidade será classificado como prioridade baixa, sujeito a um *trade-off* de decisões ou mesmo a não ser aprovado.

SIM

CAPACIDADE

O investimento ou oportunidade está de acordo com o nosso apetite de risco e recursos disponíveis, e podemos entregá-lo através da nossa experiência, processos e plataformas digitais?

NÃO ➔

SIM

VALOR

O investimento ou oportunidade irá gerar um retorno adequado e / ou desbloquear oportunidades futuras para criar valor?

NÃO ➔

SIM



O investimento ou oportunidade é avaliado tendo em consideração *trade-offs* entre nossos recursos.

| O Valor Gerado



AUMENTO DA BASE DE CLIENTES

Crescimento da nossa base de Clientes através de soluções digitais, fomentando a inclusão financeira.



FORMAÇÃO DE COLABORADORES

Formação do nosso activo mais valioso, capacitando o mesmo com skills mais vocacionadas para o Futuro Tecnológico.



CAPITAL E RÁCIOS DE LIQUIDEZ ROBUSTOS

Manter um capital e liquidez robusta de forma a ter flexibilidade para gerir incerteza, mudanças e potenciar o nosso crescimento.



APOIO À DIVERSIFICAÇÃO E AO CRESCIMENTO DA ECONOMIA ANGOLANA

Através de financiamentos aos nossos Clientes fomentar a diversificação e crescimento da economia Angolana.

“

A nossa Cultura assenta tanto em “o que fazemos” como na “forma como fazemos”.



3.4

A NOSSA ESTRATÉGIA



Standard Bank **É POSSÍVEL**

A NOSSA ESTRATÉGIA

A nossa Estratégia é direcionada para o Cliente, sustentada no propósito de fornecer soluções simples, relevantes e que tragam mais valia para os nossos Clientes.

O Grupo Standard Bank está presente em vários países, uma abrangência vasta, com especial enfoque em África, com muitos Clientes e Colaboradores, por isso requer um foco claro para cumprir os nossos objectivos estratégicos.

Definimos três focos estratégicos, as principais áreas de actuação, articulamos as nossas expectativas e aspirações para cada uma, a curto, médio e longo prazo. As áreas de foco e a definição de prioridades e prazos foram transferidos para as linhas de negócios e funções corporativas, sendo estes os responsáveis pela sua execução.

O NOSSO PROPÓSITO

A razão pela qual existimos

“África é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento”

OS NOSSOS VALORES

Os nossos valores servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco.

- | Ser pró-activo
- | Apostar no crescimento das nossas pessoas
- | Elevar constantemente a fasquia
- | Trabalho em equipa
- | Respeito entre todos para com todos
- | Atender às necessidades dos nossos Clientes
- | Manter altos níveis de integridade

A NOSSA VISÃO

O que aspiramos alcançar

Ser o líder em serviços financeiros, para e em Angola e no continente Africano, entregando experiências excepcionais e de valor acrescentado ao Cliente.

A NOSSA CULTURA

O nosso propósito, visão, valores e abordagem estão de acordo com a nossa cultura.

A nossa cultura compreende características necessárias para alcançar a nossa estratégia é sustentada pelo princípio de fazer o negócio certo, da forma certa.



Os Nossos Pilares Estratégicos



A Nossa Estrutura de Execução



As Nossas Métricas

O QUE PRECISAMOS PARA EXECUTAR A NOSSA ESTRATÉGIA

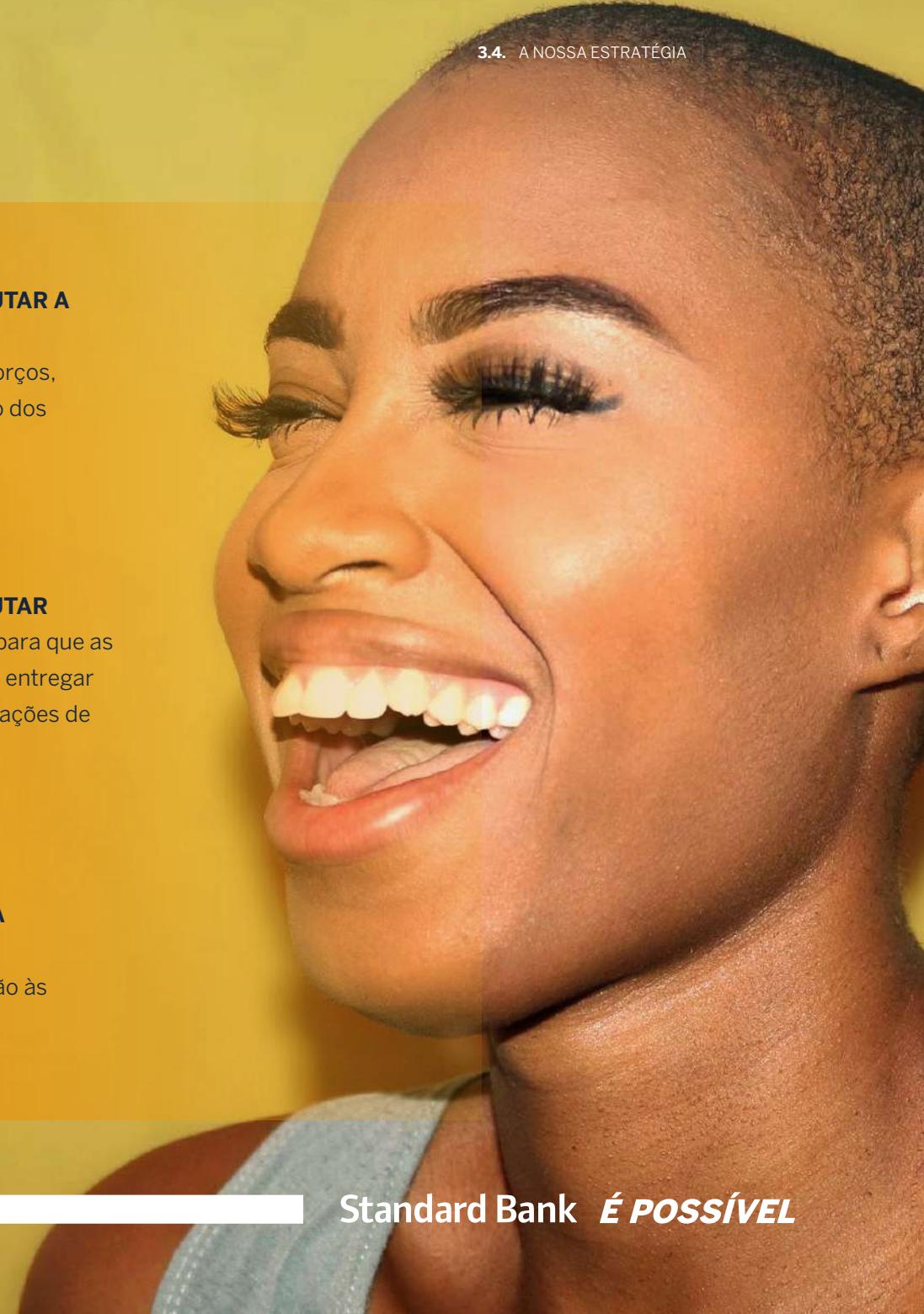
Permitem direcionar os nossos esforços, permitindo a priorização e alocação dos nossos recursos.

QUANDO PRECISAMOS DE EXECUTAR

Permite a definição de expectativas para que as linhas de negócios possam planear e entregar as prioridades de curto prazo e aspirações de médio e longo prazo.

COMO MEDIMOS A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Permite medir o progresso em relação às metas de médio prazo.





Os Nossos Pilares Estratégicos

FOCO NO CLIENTE

Clientes NO CENTRO DE TUDO O QUE FAZEMOS.

Adicionar valor para nossos Clientes, rápida adaptação conforme alteração das suas necessidades e expectativas.

PESSOAS E CULTURA

Desempenho dos Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes do Banco.

OS Colaboradores SÃO O PRINCIPAL ACTIVO DO BANCO.

O Banco investe continuamente na capacitação da sua força de trabalho, desenvolvendo competências, criando novas oportunidades de carreira e garantindo saúde e bem-estar no trabalho.

DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Uma maior experiência digital para Clientes e Colaboradores.

A DIGITALIZAÇÃO DOS NOSSOS PRODUTOS E PROCESSOS MELHORA A FORMA COMO ATENDEMOS OS NOSSOS Clientes E Colaboradores.

A digitalização permite criar em tempo real experiências personalizadas, seguras e digitalmente relevantes para os Clientes e Colaboradores.



FOCO NO CLIENTE

| A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma **experiência única e personalizada**, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades, com os seguintes objectivos estratégicos:

- | **Re-imaginar** a experiência do Cliente
- | **Antecipar as necessidades** futuras dos Cliente
- | Fomentar a **inclusão financeira**



PESSOAS E CULTURA

| O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus **activos mais importantes** para a execução dos seus objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos seus Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Existem os seguintes objectivos estratégicos:

- | Desenvolver **futuros líderes de Angola**
- | Ser uma **organização ágil** e em constante aprendizagem
- | **ADN Digital**



DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

| A aposta na digitalização é **fundamental para adaptar as melhores práticas, serviços e produtos do Banco**, a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos, bem como pela adaptação de novas tecnologias que desafiem a forma tradicional de relação entre Banco e Cliente.

- | Conduzir a **Transformação Digital** através da digitalização do core para melhorar a eficiência operacional, e a experiência do Cliente e dos Colaboradores
- | Diversificar os produtos do Banco, **investindo em novos serviços disruptivos, mais evoluídos** que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a probabilidade de retenção de Clientes

| **Criar serviços de banca diferenciadores** e disruptivos, integrando diferentes players no mercado, para fornecer aos Clientes serviços end-to-end num ecossistema único



A Nossa Estrutura de Execução

HORIZONTE 1 | CURTO PRAZO | GERIR O PRESENTE 2021

- | Entregar uma experiência de excelência e consistente aos nossos Clientes;
- | Acelerar a digitalização para ir de encontro às necessidades dos Clientes;
- | Suportar o crescimento dos nossos Colaboradores e prepará-los para *future skills* necessárias;
- | Continuar a entregar retorno aos nossos Accionistas.

HORIZONTE 2 | MÉDIO-PRAZO | ESTAR PRONTO PARA O FUTURO 2022 - 2025

- | Assegurar que o Cliente está no centro de tudo o que fazemos;
- | Utilizar tecnologia digital e trabalho humano para oferecer serviços e produtos inovadores;
- | Remodelar as nossas infra-estruturas para continuar relevantes e competitivos na era digital.

HORIZONTE 3 | LONGO-PRAZO | CRIAR O FUTURO > 2025

- | Sermos um banco verdadeiramente humano e digital;
- | **Verdeadeiramente humano:** fornecer soluções e oportunidades necessárias para que nossos Clientes e Colaboradores consigam alcançar crescimento, prosperidade e realização;
- | **Verdeadeiramente digital:** ser uma organização digital e orientada por dados para servir melhor os nossos Clientes.

Standard Bank **É POSSÍVEL**



As nossas Métricas



FOCO NO CLIENTE

- | Aumentar a base de Clientes activos;
- | Melhorar a satisfação do Cliente;
- | Optimizar a consciencialização da Marca Standard Bank em Angola.

Proporcionar uma experiência excepcional aos nossos Clientes, colocando-os no centro de tudo o que fazemos.

COLABORADORES

- | Garantir a existência de planos de sucessão apropriados para todas as funções-chave;
- | Melhorar a satisfação dos Colaboradores e aumentar a % de retenção.

Manter o Standard Bank de Angola como um lugar apetecível para trabalhar.

RISCO & CONDUTA

- | Garantir auditorias internas e externas satisfatórias e o cumprimento das datas de resolução das situações identificadas;
- | Garantir o cumprimento das políticas e procedimentos internos.

Concretizar os negócios certos de forma correcta

RESULTADOS FINANCEIROS

- | Aumentar a remuneração do Accionista e optimizar a gestão de custos;
- | Garantir a sustentabilidade de crescimento da receita.

Entregar Valor a todos os nossos stakeholders

AMBENTE ECONÓMICO E SOCIAL

- | Contribuir para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento do tecido empresarial;
- | Fazer a diferença na nossa comunidade, actuando junto das camadas da população mais carenciada.

Criar e manter uma organização baseada em valores comuns.



ÁFRICA É A NOSSA CASA.

Sendo o nosso propósito “África é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento”, a nossa Estratégia está, assim, direcionada para o Cliente, sustentada no propósito de fornecer soluções simples, relevantes e que tragam mais valia para os nossos *stakeholders*.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

A vibrant photograph of a young woman with long, light-colored braided hair, wearing large yellow headphones and a bright orange hoodie. She is captured in a dynamic pose with her arms raised, smiling broadly. The background is a dark, textured surface with abstract white and blue geometric shapes overlaid.

A OPERACIONALIZAÇÃO
DE UMA ESTRATÉGIA

04

Standard Bank É POSSÍVEL



4.1

FOCO NO CLIENTE

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais digitais, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)

A direcção de Corporate and Investment Banking (CIB) do SBA corresponde à Direcção da Banca de Investimentos e Grandes Empresas.

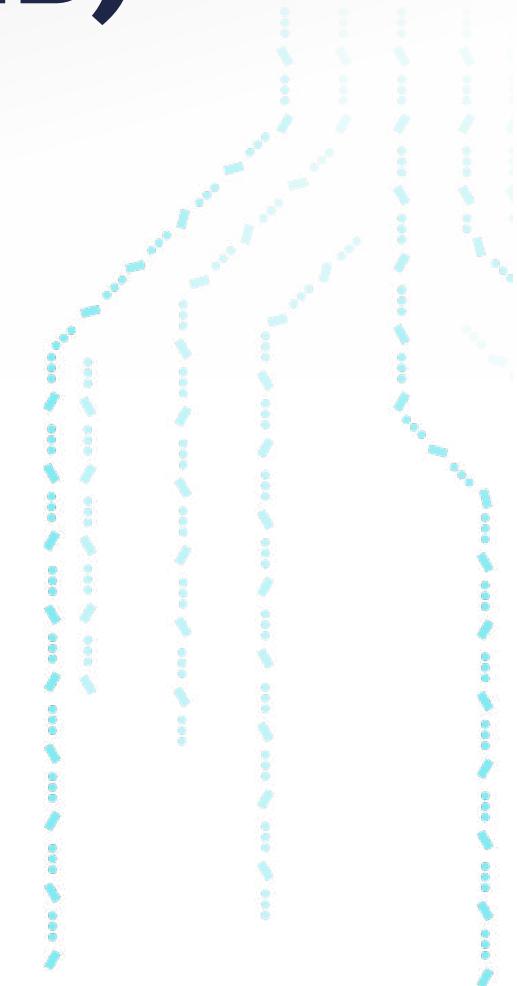
O CIB continua a ser visto como um segmento do negócio acessível, atencioso, eficiente e empático pelos Clientes. O compromisso com os Clientes reflecte-se diariamente em cada interacção.

O CIB desenvolve soluções abrangentes e adaptadas às necessidades específicas de cada transacção e de cada Cliente, dispondo de uma equipa de profissionais especializados em diversos sectores como, Petróleo e Gás, Energia e Infra-Estruturas, Indústria e Retalho. Tem um forte posicionamento no mercado, para o sector de Grandes Empresas e continua a estar cada vez mais próximo do Sector Público, comprometido em apoiar os programas do Governo Angolano, para o desenvolvimento do país.

Neste período desafiador, o CIB navegou bem auxiliado pela sua posição de capital, liquidez adequada e a franquia de depósitos estável. Várias das iniciativas que foram implementadas durante o

ano, na sequência da estratégia definida pelo Banco, ajudaram a alcançar uma melhor posição nestes tempos difíceis. As equipas deliberaram, criaram e executaram novas estratégias e formas de trabalhar, para que estejam adequadas e apropriadamente preparadas para voltar ao trabalho no retorno da normalidade. O CIB continua confiante em emergir da actual desaceleração económica com um Banco muito mais forte.

O CIB agradece a todos os Colaboradores pelo espírito e determinação, durante os altos e baixos do ano de 2020. Juntos trabalhámos para transformar e construir um Banco vencedor. Agradece de igual modo, a todos os Clientes e parceiros, pela confiança nos produtos e serviços, e disposição para fazer parceria com o SBA, numa relação de crescimento, de longo prazo.



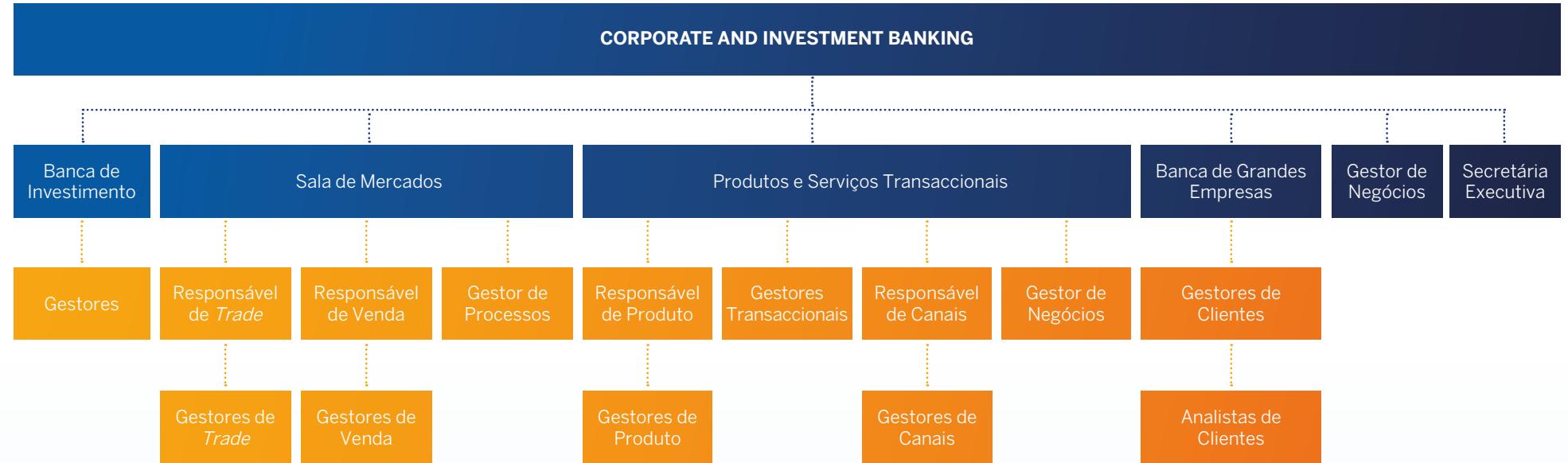
“

O nosso sucesso é feito do êxito
dos nossos Colaboradores,
Comunidades e Meio Envolvente.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

I | Estrutura organizacional do CIB

O CIB continua a acreditar que o sucesso no longo prazo depende do progresso dos Colaboradores, das comunidades e em proteger o meio ambiente em que se insere. O Banco continua a investir na identificação e desenvolvimento dos talentos e capacidades dos Colaboradores, aumentando a transparéncia e reforçando a cultura da meritocracia, a qual se baseia no desempenho.





| Oferta do CIB

O CIB continua a investir em cada um dos pilares da estratégia definida. Continua a aprimorar a experiência do Cliente por meio de pessoas capacitadas, produtos inovadores e desenhados de acordo com as necessidades dos seus Clientes.

BANCA DE GRANDES EMPRESAS

A Direcção de Banca de Grandes Empresas tem a missão de captar e acompanhar os Clientes Corporativos. O SBA possui uma equipa especializada nos diversos sectores económicos que, aliado à presença regional e credenciais de experiência do Grupo, permite disponibilizar aos seus Clientes um vasto conhecimento do mercado e apoiar o crescimento dos seus negócios.

BANCA DE INVESTIMENTO

A Direcção de Banca de Investimento disponibiliza aos seus Clientes um serviço completo de soluções, desde a operacionalização e tomada firme de financiamentos de longo prazo, à estruturação de produtos complexos e especializados. Os nossos serviços incluem: Financiamentos Estruturados, *Leveraged and Acquisition Finance, Project Finance*, Reestruturação Financeira, Assessoria Financeira e Corporate Finance, Fusões e Aquisições, Dívida de Mercado de Capitais e Financiamento Imobiliário.



A Banca de Investimento do SBA oferece aos seus Clientes uma oferta diversificada de soluções de Consultoria e Financiamento. Os Colaboradores pertencentes a esta área são especializados em mercados emergentes de alto crescimento, actuando em fusões e aquisições, reestruturações de capital e acordos de capacitação. Adicionalmente, participam em projectos de Clientes, desenvolvimentos imobiliários e na obtenção de financiamento para aquisições, assim como na assessoria de estruturação, montagem e tomada firme de operações de mercados de capitais.

BANCA TRANSACCIONAL

A Direcção de Banca Transaccional oferece produtos e serviços transaccionais, que têm como objectivo acrescentar valor ao negócio dos seus Clientes. Os Clientes têm vindo gradualmente a utilizar a informação fornecida pelo SBA para fazer face aos seus desafios de gestão de tesouraria. O Banco esforça-se por introduzir continuamente soluções que permitam uma melhor gestão de liquidez, bem como uma circulação cada vez mais eficiente de fundos.

SALA DE MERCADOS

A Sala de Mercados do SBA, oferece aos seus Clientes actividades de *trading*, soluções de mitigação de risco cambial, de crédito e do risco associado a matérias-primas transaccionadas em bolsa, tais como o crude. As principais linhas orientadoras desta oferta comprometem-se com a formulação de estratégias de investimentos ajustadas ao perfil de risco de cada Cliente. O SBA está numa posição privilegiada para fornecer serviços e produtos de tesouraria com foco no Cliente, tanto em produtos padronizados, como produtos personalizados, suportados num sólido conhecimento de mercados emergentes, em particular dos mercados Africanos. Adicionalmente, é da responsabilidade desta Direcção a interacção e execução de ordens de Clientes alocadas ao mercado de capitais, típico de actividades de *trading*.

A Sala de Mercados do SBA fornece soluções de negociação, vendas, estruturação e gestão de risco para os Clientes, em todo o continente Africano e em mercados financeiros seleccionados. Para além de instrumentos de câmbio, *commodities*, património, crédito, renda fixa e dívida, o Banco disponibiliza estudos de mercado, serviços de negociação, análises e novos produtos financeiros em várias classes de activos.

Os principais produtos e serviços disponibilizados pelo CIB são:



Desempenho de 2020 do CIB

Apesar das adversidades, causadas pelo contexto pandémico, o segmento de CIB manteve-se comprometido com os pilares da estratégia de negócio e rapidamente ajustou as suas prioridades de forma a dar resposta aos desafios de 2020. Assim, o segmento de CIB alcançou resultados positivos, tanto ao nível do produto bancário como ao nível de activos sob gestão, muito impulsionados pela performance positiva das áreas da Banca de Investimentos e Sala de Mercados, bem como uma maior proximidade e espírito de equipa entre as unidades de negócio e as áreas de suporte.

O CIB, registou no final do ano 2020, um resultado líquido de cerca de 34 600 milhões de Kwanzas, 9% acima do resultado reportado em 2019 apesar do impacto negativo das imparidades para crédito e do aumento dos custos resultantes da situação pandémica.

Em termos de total de activo, houve um aumento de 41% face a 2019, situando-se nos 780 904 milhões de Kwanzas. Este aumento foi impulsionado por uma melhor condução do processo de captação de novos negócios, um maior foco na execução dos projectos, uma melhor sinergia entre as áreas de negócio e de suporte, e um maior entendimento do mercado Angolano. Os resultados foram igualmente influenciados pelo programa do governo de privatização de instituições públicas, o programa de cartas de crédito para o sector alimentar por parte do Banco Nacional de Angola (BNA) e do Ministério do Comércio, e a implementação de novas regras de

importação de bens e serviços por parte do BNA. O retorno do CIB para os Accionistas foi de 78%, em linha com o ano anterior, o que reflecte a capacidade do negócio de agregar valor ao Banco, a partir dos próprios recursos e dos fundos dos seus Accionistas.

O rácio de eficiência situou-se nos 24% no final de 2020. Apesar do aumento de 36% do produto bancário verificou-se um aumento de 45% ao nível dos custos operacionais, aumentando o rácio de eficiência em 2pp face ao período homólogo. Importa sublinhar que, não obstante as despesas inesperadas e não orçamentadas resultantes da pandemia, o segmento de CIB manteve os custos sob controlo.



CRÉDITO

O crédito concedido a Clientes CIB no ano de 2020 representou 69% do total do portfólio do Banco, atingindo o patamar de 96 568 milhões de Kwanzas. Este montante representa um aumento de 49% face a 2019, justificado maioritariamente pelos desembolsos de cerca de 32 326 milhões de Kwanzas no âmbito do Aviso n.º 10/20 do BNA, evidenciando o compromisso do CIB com os seus Clientes e com o Governo Angolano, contribuindo para o crescimento da economia real e para o desenvolvimento socioeconómico de Angola. Adicionalmente, contribuiu para este crescimento a atribuição dum mandato de venda ao abrigo do Programa de Privatizações de Angola.

Por outro lado, assistiu-se em 2020 a uma diminuição dos descobertos bancários de 36% comparativamente a 2019. Ao longo do exercício de 2020, a área de CIB manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, não se verificando créditos vencidos nem Clientes em incumprimento, o que reflecte uma gestão de risco adequada e alinhada às políticas e procedimentos do Banco.

Tal como no ano anterior, no ano de 2020, a carteira de crédito do CIB está dispersa por diferentes sectores do tecido empresarial. Contudo, existiram alterações significativas no peso de alguns sectores de actividade - o sector de “Oil and Gas” deixou de ter o maior peso da carteira, passando a ocupar esta posição o sector de “Bens de Grande Consumo”, com 61%, seguido de “Indústrias e Infra-estruturas” com 18%, “Oil and Gas” com 13% e “Diversos” com 8%.

No ano 2020, o Standard Bank de Angola aprovou operações de crédito documentário no **total de 45 578 milhões de Kwanzas para os seus Clientes do segmento de CIB**, o que equivale a um **aumento de 620% face ao período homólogo**.



DEPÓSITOS

Em 2020 o CIB contou com um total de 419 Clientes, o que representa um acréscimo de 18% comparativamente ao ano de 2019. Este crescimento foi possível pelo esforço e dedicação na captação de novos Clientes, e na reactivação de Clientes existentes.

O CIB apresentou no ano de 2020 um total de 544 462 milhões de Kwanzas em depósitos, o que representou um aumento de 57% face ao ano de 2019. O trabalho árduo das equipas de CIB, junto dos Clientes, foi fundamental para a defesa e aumento do nível de depósitos. O referido aumento foi igualmente impulsionado pelo aumento da emissão de cartas de crédito, no primeiro trimestre de 2020, pela maior disponibilidade de moeda estrangeira, o que possibilitou o aumento de transacções transfronteiriças e, consequentemente, pela atracção de depósitos, a existente diferença entre a procura e oferta de moeda estrangeira no mercado e pela capacidade de manter a liquidez dos títulos vencidos, no último trimestre do ano em análise.

O crescimento dos depósitos foi influenciado pelo aumento dos depósitos em moeda nacional, o cross selling entre os diversos produtos do Banco e a aplicação em depósitos a prazo. Os depósitos em moeda local somaram um total de 347 552 milhões de Kwanzas, um aumento de 111% face ao ano de 2019. O volume de depósitos em moeda estrangeira, registou um total de 196 910 milhões de Kwanzas, correspondente a um aumento de 8%, resultante essencialmente da desvalorização da moeda nacional.

Os depósitos à ordem registaram um aumento de 104% em 2020, quando comparado com o ano de 2019, perfazendo um total de 411 015 milhões de Kwanzas, representando 75% da carteira de depósitos. Os depósitos a prazo registaram um aumento de 2% face ao ano de 2019, um total de 133 447 milhões de Kwanzas.

DEPÓSITOS EM MOEDA LOCAL

347 552 MILHÕES DE KWANZAS
↑ 111%

DEPÓSITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

196 910 MILHÕES DE KWANZAS
↑ 8%

DEPÓSITOS À ORDEM

411 015 MILHÕES DE KWANZAS
↑ 104%

DEPÓSITOS A PRAZO

133 447 MILHÕES DE KWANZAS
↑ 2%

PRODUTO BANCÁRIO

O CIB registou no final de 2020 um produto bancário de 64 709 milhões de Kwanzas, 35% acima do registado em 2019. Esta evolução positiva ocorreu devido ao aumento dos títulos, aumento do crédito a Clientes e devido aos resultados cambiais. Os resultados cambiais tiveram um aumento face ao ano anterior pois houve um aumento da compra de divisas devido à medida do BNA em que Bancos podem comprar directamente aos agentes Petrolíferos e de Gás a partir do mês de Janeiro de 2020. Outro factor que contribuiu para o crescimento do produto bancário foi que o SBA tinha uma posição longa que gerou proveitos com a desvalorização cambial ocorrida no primeiro semestre de 2020.

Estas situações aliadas à capacidade do negócio de rapidamente ajustar-se a esta nova realidade, garantindo a continuidade do compromisso com os seus Clientes, a vontade do Banco de apoiar o programa do Governo para a diversificação da economia e aumento da produção interna, a liberalização do mercado cambial, permitindo aos bancos comerciais maior acesso a moeda estrangeira, e, consequentemente, a um aumento das operações transfronteiriças, a adopção estratégica de uma posição longa beneficiando, assim, da contínua desvalorização da moeda local ao longo do ano.

Em 2020 o SBA negociou um total de 3.4 mil milhões de dólares fruto da liberalização do mercado cambial.

MERCADO CAMBIAL E VALORES MOBILIÁRIOS

O volume de activos financeiros transaccionados teve uma ligeira redução face a 2019, no entanto terminámos ainda assim o ano entre os quatro bancos com maiores volumes transaccionados. Fomos bastante intervencionistas junto dos principais *stakeholders* em temas ligados à regulamentação, implementação de novos produtos e questões operacionais, sempre para elevar o nosso mercado ao nível dos padrões internacionais.

Em 2020, o Banco manteve uma participação activa na promoção do mercado secundário, dando sequência ao desempenho obtido durante o ano de 2019, intermediando 68.6 mil milhões de Kwanzas de títulos de dívida soberana, que compararam com os 96.8 mil milhões de Kwanzas de intermediação de 2019.

MERCADO DE CAPITAIS

O ano de 2020 apresentou desafios económicos aos quais o sector de mercado de capitais não foi excepção. O Standard Bank de Angola tem sido capaz de demonstrar resiliência face às adversidades, e tal é evidente na presença que o Banco tem no mercado de capitais, mantendo-se entre os quatro membros mais activos na Bolsa de Valores pelo quinto ano consecutivo, com base no volume de activos financeiros transaccionados. Face ao período homólogo, o montante de transacções realizado na Bolsa de Valores pelo Standard Bank de Angola registou um aumento de 51.7%, atingindo um total de 231.2 mil milhões de Kwanzas, correspondendo a uma cota de mercado de 19.48%.

O SBA continua bastante activo juntos dos principais intervenientes do mercado de capitais, em temas relacionados à regulamentação, à implementação de novos produtos e às questões operacionais, sempre no sentido de elevar o nosso mercado aos níveis dos padrões internacionais.

De salientar que no final do ano de 2020 ocorreu uma redução de 48% do stock da Dívida indexada à taxa de câmbio, o instrumento com maior volume de transacções.

Estratégia para 2021 do CIB

O Standard Bank de Angola é ambicioso e pretende ser o principal Banco da Banca Corporativa e de Investimento em Angola e África. A estratégia passa por combinar a experiência em produtos especializados, elevada capacidade de intervenção local e alcance de distribuição, ao nível global, para fornecer soluções adequadas, personalizadas e relevantes aos nossos Clientes.

Em 2021, pretende-se continuar a investir nos pilares da nossa estratégia:



FOCO NO CLIENTE

Aumentar a base de Clientes, criar soluções além de serviços financeiros e acelerar oportunidades em alguns sectores da economia nacional. Colaborar com o segmento comercial e de negócios para capturar oportunidades de grandes empresas locais e suportar toda a cadeia de valor do Cliente em Angola. É também objectivo distribuir o risco do negócio de forma eficiente, manter foco na execução e continuar a prestar um serviço de excelência aos nossos Clientes.



PESSOAS E CULTURA

Liderar equipas comprometidas e capacitadas, demonstrando a cultura de uma equipa vencedora (coragem, confiança, “fome de vencer”), permanecendo fiel ao compromisso com os seus Colaboradores. Assegurar que os resultados de desempenho dos Colaboradores estarão alinhados à estratégia de negócio, considerando as novas dinâmicas de trabalho, incluindo o contexto de trabalho remoto.



DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Ser uma instituição eficiente e moderna que simplifica, estabiliza e elimina o risco da arquitectura de TI por meio da resiliência do sistema. Continuar a priorizar a tecnologia e iniciativas digitais, garantindo, assim, o foco nos investimentos. Em 2021 pretendemos lançar a banca de agentes, fornecendo assim alternativas aos nossos Clientes nas diversas operações bancárias e iremos digitalizar o nosso processo de *Trade* com vista ao aumento da eficiência no *back-office* e melhoria de serviço ao Cliente.

PERSONAL AND BUSINESS BANKING (PBB)

O segmento do Personal and Business Banking (PBB) que engloba a banca de retalho e pequenas e médias empresas, adoptou um modelo organizativo ágil e resiliente, construído de forma a endereçar todas as necessidades dos nossos Clientes e parceiros e a permitir a criação de soluções alinhadas às suas exigências.

Num mercado cada vez mais rigoroso e disputado, a capacidade de apoiar o Cliente numa perspectiva transversal, ou seja, dando suporte às suas necessidades de serviços financeiros básicos, mas também as mais complexas, que requerem aconselhamento e um acompanhamento mais personalizado, torna-se um factor fundamental para permitir a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

Enquanto Instituição Financeira Bancária de referência, o SBA tem vindo a disponibilizar um leque cada vez mais alargado de produtos e serviços aos seus Clientes (por exemplo: crédito, poupanças, investimentos, produtos de seguro, aconselhamento, entre outros) sempre com o objectivo de não só cativar novos Clientes, mas também de fundamentalmente manter (e melhorar) a relação de parceria com os mesmos.

Ao longo do exercício de 2020, o segmento de PBB investiu nos seus canais digitais ao lançar uma nova plataforma de Internet e *Mobile Banking* (o **SB24**) que permite, como funcionalidade mais relevante na fase inicial de lançamento do produto, que os nossos Clientes possam solicitar transferências internacionais a partir da própria aplicação, para ajuda familiar ou por motivos de viagem. Por outro lado, no que respeita à Inclusão Financeira, lançou o projecto de **Agentes Bancários** de modo a operacionalizar um modelo de banca de proximidade mais alinhada com o segmento da população não-bancarizada e pouco-bancarizada, ao habilitar a execução de transacções de forma mais eficiente, o acesso simplificado à oferta de produtos e serviços do Banco e a uma experiência do Cliente de fácil utilização.

Estrutura Organizacional do PBB

Banca de Particulares

Banca de Empresas

Ecosystem Business Development

Desenvolvimento de Negócio e Oferta a Clientes



I | Oferta do PBB

O PBB oferece um conjunto de serviços bancários que ajudam as pessoas e as empresas a prosperarem, fazendo jus à nossa máxima “Angola é a nossa casa e nós potenciamos o seu crescimento”. A oferta no leque de empresas inclui produtos e serviços desenhados para suportar empresas comerciais, de pequena e média dimensão, assim como o sector público e organizações não-governamentais em torno de 6 províncias no nosso país, onde actualmente marcamos presença.

MEIOS DE PAGAMENTO

Emissão de cartões de débito e de crédito, internet e *mobile banking*, ATM e serviços de Terminais de Pagamento Automático (TPAs) para comerciantes.

PRODUTOS DE CRÉDITO

O SBA continuou a financiar o crédito à habitação, automóvel, consumo, entre outros, produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto prazo e médio/ longo prazo para particulares e empresas.

Em 2020, o Banco lançou um produto de crédito instantâneo denominado **CrediJá**. Este permite que em 3 cliques o desembolso seja disponibilizado imediatamente

na conta do Cliente, de forma totalmente digital, sem qualquer papel e sem a necessidade de documentos notariais.

Numa fase inicial, ainda que disponível apenas para Clientes pré-qualificados, estamos a dar início a um processo de massificação da oferta.

SEGUROS

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, imóveis, multiriscos e planos de protecção a despedimentos colectivos) e empresas (colectivo de saúde, transporte, activos, imóveis e acidentes de trabalho).

POUPANÇA

Depósitos a prazo e contas-poupança para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.

Em 2020, foi lançado um produto inovador denominado **Swaip &**

Poupa. Baseado no cartão de débito Multicaixa aquando da sua utilização para a realização de um pagamento num TPA, o Cliente escolhe o montante a poupar, entre valores pré-definidos e esse montante é deduzido automaticamente da conta à ordem e creditado na conta poupança, a cada utilização do cartão, rendendo juros.

PRODUTOS TRANSACCIONAIS

Produtos transaccionais de comércio internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidez.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O ano de 2020 marcou o início de uma nova aposta do PBB, mais centrada nas necessidades dos Clientes, cada vez mais exigentes nestes novos tempos, recorrendo a processos tecnológicos eficazes, em termos de resposta e eficientes no que diz respeito à optimização de custos.

Considerando o cenário pandémico, a mudança de hábitos e costumes da sociedade obrigaram a um esforço adicional para que os negócios, além de serem capazes de continuar a atender, de forma adequada, os seus Clientes neste novo contexto, pudessem de certa forma reinventarem-se completamente e garantir a sua sustentabilidade.

Neste cenário, o processo de Transformação Digital afigurou-se como absolutamente essencial para que as instituições conseguissem reagir rapidamente a um novo paradigma de distanciamento social, teletrabalho e interacções remotas, a partir do conforto das casas, mas salvaguardando o mesmo nível de execução e de entrega de produtos e serviços.

No SBA este processo é sinónimo de definição da jornada de transformação digital com um foco em soluções centradas no Cliente e na escalabilidade por todo o negócio, garantindo um alinhamento com os objectivos gerais do Grupo, com os padrões tecnológicos relevantes e adoptados. Este processo tem também como objectivo guiar e monitorizar todos os aspectos da operacionalização e das mudanças culturais essenciais em todos os passos desta transformação digital.





EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

De acordo com um dos seus principais pilares de actuação, o SBA deu continuidade à sua estratégia de colocar o Cliente em primeiro lugar ao recorrer a um conjunto de instrumentos, tais como: relatórios de reclamações efectuadas, interacções com os nossos representantes que interagem directamente com os Clientes e alguns inquéritos de satisfação.

A compilação e análise, tanto quantitativa como qualitativa, de dados acima recolhidos permite alcançar dois principais objectivos: entender se o que está a ser feito está de acordo com as necessidades dos Clientes e alinhar os objectivos em conformidade; fornecer novas ideias e caminhos que podem ser percorridos de forma a enriquecer o catálogo de produtos e serviços, com a adição de uma nova oferta verdadeiramente inovadora.

Outrapartedoprocessodemelhoria daexperiênciado Cliente tem a ver com a definição das jornadas de Clientes, uma metodologia que permite conhecer melhor quem é de facto o Cliente do SBA, quais as características socioculturais e quais são as suas necessidades. Este trabalho permite, acima de tudo, segmentar os Clientes através de

algumas métricas que depois permitem desenhar uma oferta de produtos e serviços que de facto responda às suas necessidades. Por último, ao mapear toda a jornada do Cliente, desde que a sua necessidade aparece até ao momento em que a mesma é totalmente satisfeita pela nossa oferta, isto permite também identificar novas oportunidades de negócio, com novos parceiros, dentro de um conceito de ecossistema onde existe sempre múltiplas interacções entre vários intervenientes que podem ser monetizadas pelo Banco.



AGENTES BANCÁRIOS

Angola tem cerca de 32 milhões de habitantes e estima-se que a bancarização atinja 40% da população adulta no país, com 1 500 agências bancárias em todo o território nacional que são suportadas por uma rede de 3 000 ATMs e 65 500 TPAs.

Estes números demonstram um cenário desafiante de expansão da rede comercial das Instituições Financeiras Bancárias, que necessitam de entender os hábitos da população das diversas províncias assim como encontrar a melhor forma de comunicar com os seus potenciais Clientes.

Alinhado às recentes iniciativas do BNA, assim como aos esforços do Executivo Angolano, cada vez é mais premente a aposta dos Bancos em redes de Agentes Bancários, que permitam alavancar os pontos de representação já existentes de outras instituições, transformando-os em representantes do sistema financeiro. Este processo, de grosso modo, permite que os bancos aumentem exponencialmente os seus pontos de representação, levando a uma democratização do acesso ao sistema financeiro tradicional, ao oferecer produtos e serviços, simples em locais mais próximos da rotina dos Clientes e sem a pesada imagem institucional que as convencionais agências bancárias transmitem a um segmento mais informal e sem tanta literacia financeira.

Ciente da relevância deste processo para a sociedade e totalmente empenhado em criar um conceito disruptivo, o PBB deu início, em 2020, ao processo de desenho e implementação da sua rede de Agentes Bancários, o Ponto Azul. De premissa simples, a estratégia aliada a esta iniciativa estará focada em dois principais pilares:

| **Aumento dos pontos de representação** em todas as províncias do país, de forma a criar uma marca reconhecida, disponível, conveniente e próxima dos Clientes, para que a ida ao banco seja uma experiência célere e descomplicada.

| **Oferta adequada de produtos e serviços**, pensada para servir os interesses e necessidades de um segmento que, na sua maioria, será o primeiro contacto com o sistema bancário, pelo que se exigem produtos simples e de comissionamento adequado.

Totalmente comprometida com o propósito da Inclusão Financeira e determinado a apoiar o país em melhorar o acesso ao sistema financeiro, a iniciativa do Ponto Azul afigura-se como um dos principais projectos em curso e totalmente alinhado com a estratégia do Banco.

ESTRATÉGIA DE PLATAFORMA

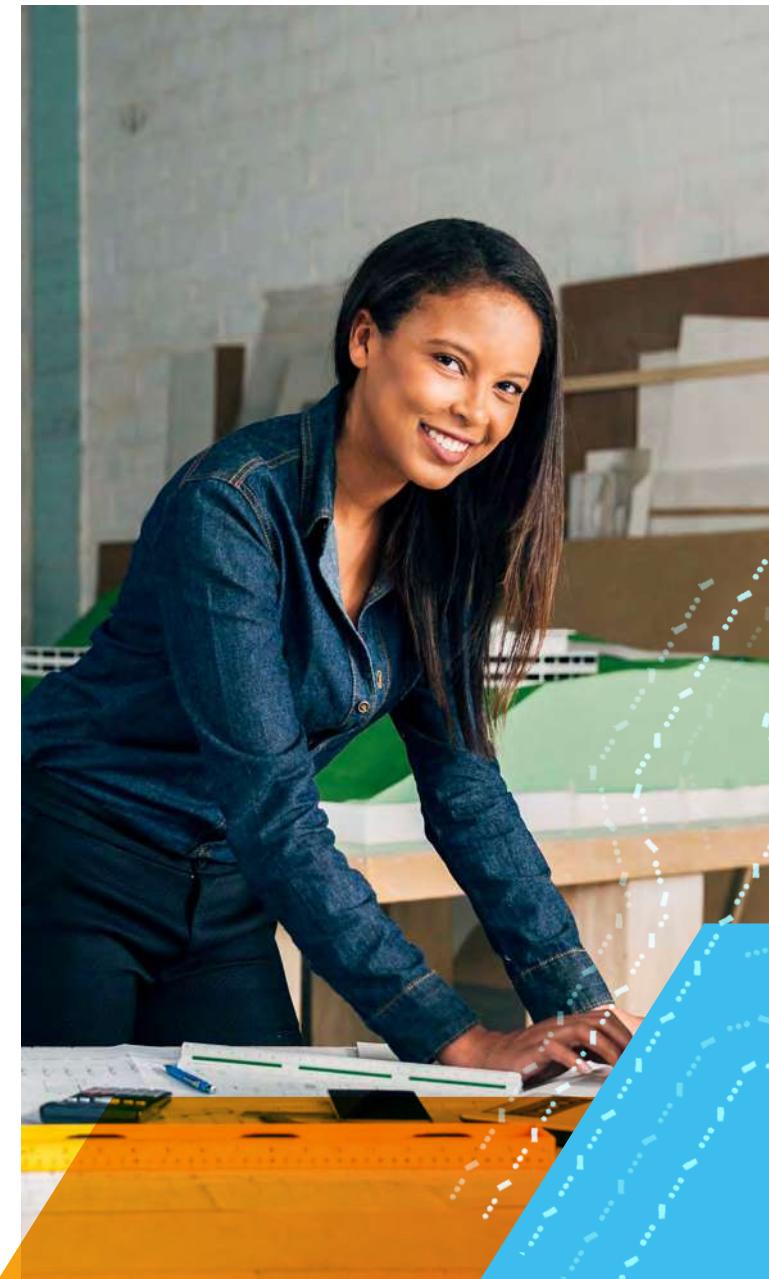
O modelo de negócio de pipeline, centrado na construção de uma oferta à volta de um produto que depois é comercializado, ainda que bem-sucedido e fundamental nos mais de 150 anos de história do Grupo Standard Bank, começa agora enfrentar novos desafios pois os Clientes procuram interagir com as suas instituições a qualquer hora e em qualquer lugar.

Aliado a um mundo cada vez mais VUCA (ou VICA em português – Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo), este modelo de negócio acarreta desafios para que as instituições se consigam adaptar a estes novos tempos, de forma rápida, ágil e alinhada com os interesses dos Clientes, sem falar dos enormes custos associados ao imperativo de escalar as estruturas de suporte para que possam sustentar o incremento de Clientes, de forma a manter a qualidade de serviço.

Com o intuito de cada vez mais servir melhor os nossos Clientes, o Grupo Standard Bank está a transitar actualmente para um modelo de negócio de plataforma, que coloca o Cliente no centro do negócio e permite que este se torne não apenas um consumidor dos serviços financeiros oferecidos pelo banco, mas também, ele próprio, um fornecedor de serviços (tanto financeiros como até não financeiros), criando mais valor acrescentado, dentro de um conceito de economia de escala, criando um novo ecossistema bastante apetecível a outros parceiros e interessados em fazer parte, permitindo então que o Banco monetize estas novas interacções que são criadas sem que haja um grande esforço em construir estruturas de suporte, dado que os produtores e consumidores

passam a ser responsáveis por garantir a qualidade dessas transacções, competindo ao banco apenas o papel de mediador.

A componente mais visível desta nova estratégia é o novo canal digital do Banco, o SB24 que, numa fase inicial, revela-se como a nova oferta de internet e *mobile banking*, mas que, no futuro, pretende-se que transite para o papel de principal ponto de contacto do Cliente com o Banco, onde o Cliente possa ter acesso, tanto no papel de consumidor como de fornecedor, a uma oferta de produtos e serviços financeiros e não financeiros, totalmente integrada com a rede de parceiros do Banco e com uma experiência de utilização desenhada à volta das necessidades e do *feedback* dos Clientes.



CANAIS DIGITAIS

O papel da agência bancária convencional está a passar por um momento de transformação, pois com a nova realidade as soluções tecnológicas são mais valorizadas.

Esta transição, assim como o surgimento das *fintechs* — novas empresas tecnológicas com cariz financeiro, jovens, ágeis e sem o peso de sistemas *legacy*, que se especializam em oferecer uma experiência de utilização completamente diferenciada daquela que os bancos oferecem, onde de forma simples e imediata o consumidor tem acesso a uma interface que “fala com ele” — cria um novo paradigma onde os bancos estão a ser obrigados a oferecer novos canais digitais, de fácil utilização, remota e acessíveis a qualquer hora, sem as limitações impostas por sistemas *legacy* e processos de fecho de dia que tornam os canais indisponíveis.

Neste contexto, o Standard Bank está a apostar fortemente nos seus canais digitais, na melhoria dos já existentes e na adopção de novos:

| **ATM:** em 2020 o SBA procedeu à instalação de 25 ATMs, uma clara aposta do Banco em estar mais próximo dos Clientes e em mitigar as actuais dificuldades que a população (bancarizada e não bancarizada) vive na utilização deste canal que está claramente sub-representado no território nacional;

| **SB24:** Nova geração dos canais de internet e *mobile banking*, com entrada em produção em Novembro de 2020, marca o início de uma aposta em canais digitais mais simples e acessíveis remotamente a qualquer hora e em qualquer lugar;

| **Máquinas para depósito de valores (Cash Deposit Machine - CDM):**

As máquinas de depósito marcam uma aposta na diversificação dos canais digitais, ao permitir que uma das operações mais realizadas num balcão seja automatizada e oferecida num formato de auto-atendimento.

“

Este é um momento de transformação em que apostamos fortemente nos canais digitais.



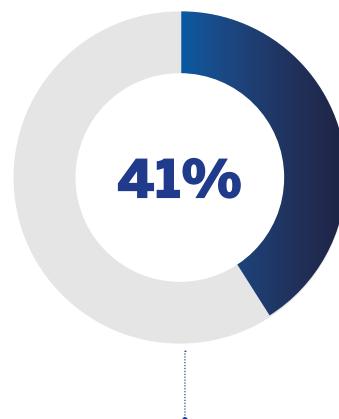
Standard Bank **É POSSÍVEL**

Desempenho de 2020 do PBB

No decorrer do ano de 2020, o PBB mostrou-se resiliente e irredutível, registando um crescimento do produto bancário de 41% face ao período homólogo, impulsionado substancialmente pelo aumento da margem financeira em 188%, como resultado directo do incremento da carteira de Crédito a Clientes.

O desempenho geral do Net Promoter Score (NPS) do SBA, a métrica que mede os níveis de satisfação dos Clientes em relação ao SBA tem vindo a aumentar de forma contínua, ano após ano, como resultado da nossa estratégia no que diz respeito ao foco na experiência dos nossos Clientes. Em 2020 foi então observado um incremento de 12 pontos, atingindo então um NPS positivo de 23.

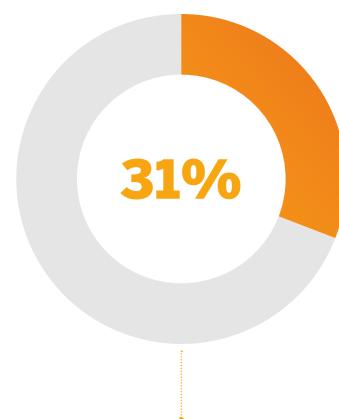
CRESCIMENTO DO PRODUTO BANCÁRIO



18 720

Milhões de Kwanzas

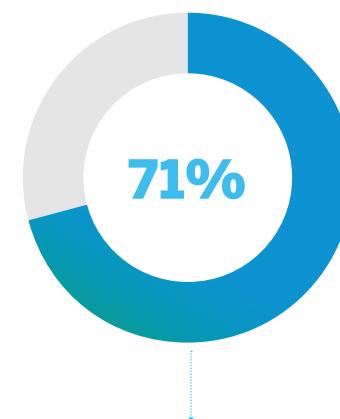
AUMENTO DOS CLIENTES ACTIVOS



36 564

Clientes Activos

CRESCIMENTO NOS DEPÓSITOS DE CLIENTES



147 206

Milhões de Kwanzas

CRÉDITO

O PBB procura apoiar o fomento da economia nacional e melhorar a qualidade de vida das pessoas através da concessão de crédito. Este apoio tem sido transversal a todos os sectores e empresas, com especial destaque às pequenas e médias empresas do sector da agricultura, pecuária, pescas e produção de bens de primeira necessidade.

Com base na estratégia de foco no Cliente o PBB disponibiliza soluções financeiras básicas, como também as mais complexas, as quais requerem um maior grau de conhecimento e aconselhamento personalizado, o que é crucial para a construção de um relacionamento duradouro entre o Banco e os seus Clientes.

O PBB aumentou substancialmente o crédito líquido, na ordem de 64% face ao período homólogo. No leque de produtos de crédito que integram a oferta do Banco verificou-se, pelo segundo ano consecutivo, o aumento exponencial do crédito ao consumo (+100%), evidenciando a sustentada aposta no fomento da economia nacional e sem descurar o normativo do Aviso nº. 10/20 do BNA.

O excelente desempenho, quer ao nível dos depósitos quer ao nível do crédito concedido, permitiu a manutenção do rácio de transformação em 30%.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 2%, muito abaixo do benchmark do mercado que se encontra acima dos 15%, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

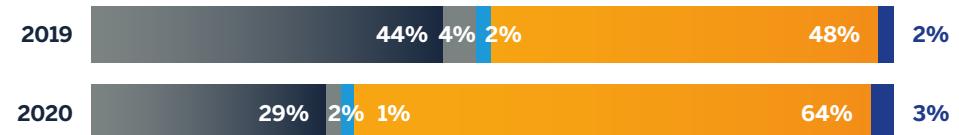
CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTE (MILHÕES DE KWANZAS)

CLIENTES PARTICULARS CLIENTES EMPRESA

2019	9 751	18 138
2020	11 619	32 128

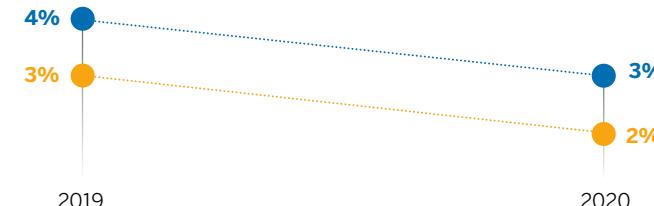
EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO (EM %)

DESCOBERTOS LEASING CARTÕES DE CRÉDITO
CRÉDITO CONSUMO CRÉDITO HABITAÇÃO



QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EM %)

COBERTURA DE IMPARIDADE PARA CRÉDITO PBB SOBRE CRÉDITO CONCEDIDO PBB
CRÉDITO PBB EM INCUMPRIMENTO (+90 DIAS) SOBRE CRÉDITO CONCEDIDO PBB



DEPÓSITOS

A base de Clientes do segmento do PBB registou um crescimento de 31% no número de Clientes activos, que passou de 27 921 Clientes em 2019 para um total de 36 564 Clientes em 2020. Este aumento é a verdadeira tradução da confiança que os nossos Clientes depositam na marca Standard Bank, bem como a excelência dos serviços prestados pelo nosso activo mais valioso – os nossos Colaboradores.

■ BANCA DE PARTICULARS ■ BANCA DE EMPRESAS

2019 **26 760** **1 161**

2020 **35 085** **1 479**

Em 2020, a captação de recursos de Clientes totalizava 147 206 milhões de Kwanzas, um crescimento de 71% face ao período homólogo, o que demonstra a confiança do mercado na solidez e rigor da nossa Instituição Financeira.

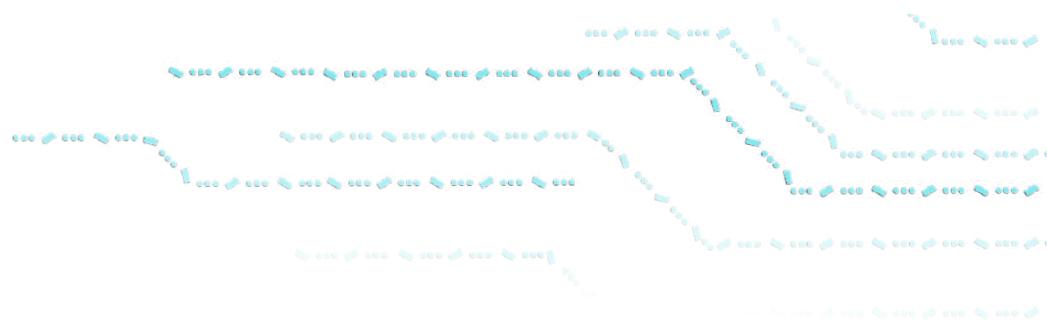
O PBB continuou a política de diversificação da sua oferta de produtos e apresentação de um preço cada vez mais competitivo. O aumento dos recursos de Clientes esteve intrinsecamente associado ao aumento da base de Clientes activos, estratégias de retenção e protecção destes recursos com taxas atractivas, aumento da oferta de produtos, sem descurar o impacto da desvalorização cambial sobre os depósitos em moeda estrangeira.

O Banco continua a apresentar uma importante presença no tecido empresarial Angolano. Apesar dos impactos da pandemia, no segmento de Clientes Empresa (pequenas, média e outras), o SBA continua a posicionar-se

como um parceiro estratégico, impulsionando um maior envolvimento com os Clientes Empresa, registando um aumento de 36% no volume de depósitos, o que representa 53% do total dos depósitos do PBB.

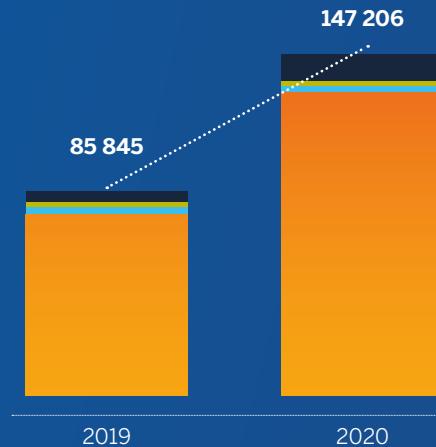
Os recursos de Clientes do segmento de particulares cifraram-se em 69 630 milhões de Kwanzas – um incremento de mais de 100% face ao período homólogo, reduzindo assim a concentração do segmento de empresas de 66% em 2019 para 53% em 2020. Para tal, foi fundamental a grande aposta na digitalização, no atendimento qualificado através dos nossos variados pontos de atendimento, na oferta de produtos alinhados às necessidades dos nossos Clientes e numa aposta cada vez maior na inclusão financeira.

Quanto à distribuição dos depósitos captados em função da moeda contratada, observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 65% da carteira total, que se traduz num aumento de 5,6 pontos percentuais em relação ao período homólogo. O montante líquido de depósitos em moeda estrangeira atingiu os 51 690 milhões de Kwanzas, um aumento de 37% face a 2019. Importa realçar que o SBA mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

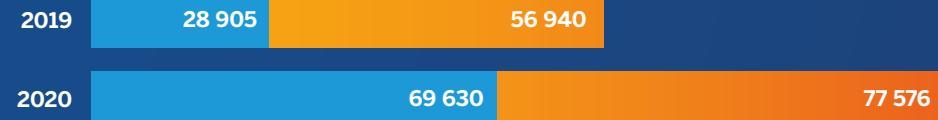


DEPÓSITOS POR PRODUTO (MILHÕES DE KWANZAS)

CONTAS CORRENTES CATIVOS CONTAS POUPANÇA
 CONTAS DEPÓSITO TOTAL

**DEPÓSITOS POR TIPOLOGIA DE CLIENTE (MILHÕES DE KWANZAS)**

CLIENTES PARTICULARS CLIENTES EMPRESA

**DEPÓSITOS POR MOEDA**

KWANZAS USD EUR



CARTÕES, ATMS E TPAS

O aumento da base de Clientes por si só é a verdadeira tradução da confiança dos nossos Clientes na nossa marca e na exceléncia dos serviços que oferecemos e que, consequentemente, contribuiu para um aumento do número de cartões, ATMs e TPAs activos em Angola.

Registou-se um crescimento de 26% no número total de cartões (débito e crédito) activos, face ao período homólogo, fixando-se em 41 084.

Os cartões de débito activos registaram um acréscimo de 30%, terminando o ano com um total de 38 429 cartões activos. Como resultado deste incremento, a taxa de penetração (número de cartões de débito activos por número de cartões activos) situou-se nos 94%.

Paralelamente, o número de cartões de crédito activos decresceu 17% face ao período homólogo.

Em relação ao número de TPAs activos houve um aumento de 68%, sendo que o número médio diário de operações efectuadas através de TPAs aumentou 27%, fruto da crescente utilização destes terminais por parte dos Clientes e da aposta do negócio neste tipo de produto.

Em 2020, 57 ATMs mantiveram-se operacionais, tendo havido um incremento de 25 ATM's face a 2019.

EM 2020

41 084

Cartões Activos

2 398

TPAs

38 429

Cartões de Débito Activos

57

ATM's

2 655

Cartões de Crédito Activos

97,6%

Indicador de Operacionalidade

94%

Taxa de Penetração de
Cartões de Débito

7,5%

Down-time por
falta de notas

“

O aumento da base de Clientes traduz a confiança dos nossos Clientes na nossa marca.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

Canais de distribuição do PBB

O SBA continua a garantir que os produtos e serviços que constituem a sua proposta de valor são disponibilizados aos seus Clientes, não só através dos canais digitais, mas igualmente através de uma rede de balcões distribuída pelo território Angolano.

A este nível, o Banco está empenhado em promover os seus produtos de forma simples, transparente e próxima, oferecendo um serviço de excelência e reforçando a preferência dos seus Clientes.

CANAIS PRINCIPAIS

O SBA está presente em 6 províncias (Luanda, Cabinda, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo), dispondo de uma rede comercial composta por 24 canais físicos:

- | 18 Agências (decréscimo de 1 agência face a 2019)
- | 3 centros de empresa
- | 1 posto de atendimento (decréscimo de 2 postos face a 2019)
- | 2 suite private

CANAIS COMPLEMENTARES

De forma a complementar a rede física, o SBA (e o segmento de PBB, em particular) disponibiliza ainda aos seus Clientes serviços de *Customer Contact Center* (CCC), *PME On-line* e deu início ao projecto do Agente Bancário.



O nosso desempenho advém da nossa estratégia, mas é fundamentalmente **a forma como a executamos** que nos diferencia das restantes Instituições Financeiras.

CUSTOMER CONTACT CENTER (CCC)

O SBA disponibiliza uma linha de atendimento ao Cliente, tendo como principal objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os produtos e serviços do Banco, dar resposta às necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias e analisar eventuais reclamações. Em 2020 foi incorporado ao *Customer Contact Center* a capacidade de *Outbound* com o intuito de melhorar ainda mais a experiência e a qualidade de serviço que prestamos aos nossos Clientes.

42 148

Chamadas recebidas
em 2020

2019: 32 104

87%

Taxa de eficácia
em 2020

2019: 93%

18 176

Emails recebidos
em 2020

93%

Taxa de satisfação dos
Clientes em 2020

Ao longo do exercício de 2020, o SBA respondeu a várias chamadas e e-mails por parte dos seus Clientes e potenciais Clientes, tendo registado um aumento no número de chamadas recebidas em cerca de 24%. Este aumento é fundamentalmente explicado por uma base de Clientes cada vez mais robusta, mas igualmente por um conjunto de potenciais Clientes cada vez mais interessados no leque de produtos e serviços que o SBA disponibiliza.

PME ON-LINE

De forma complementar ao *Customer Contact Center* (CCC) e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas, o *PME On-line* constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail.

Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.

Este serviço caracteriza-se pela sua:

CONVENIÊNCIA

- | Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail
- | Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência

SIMPLOCIDADE

- | Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail
- | Contacto fácil e rápido com o gestor bancário

ACONSELHAMENTO PROFISSIONAL

- | Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades



“

Procuramos construir
relacionamentos de longo
prazo e oferecer soluções
inovadoras.



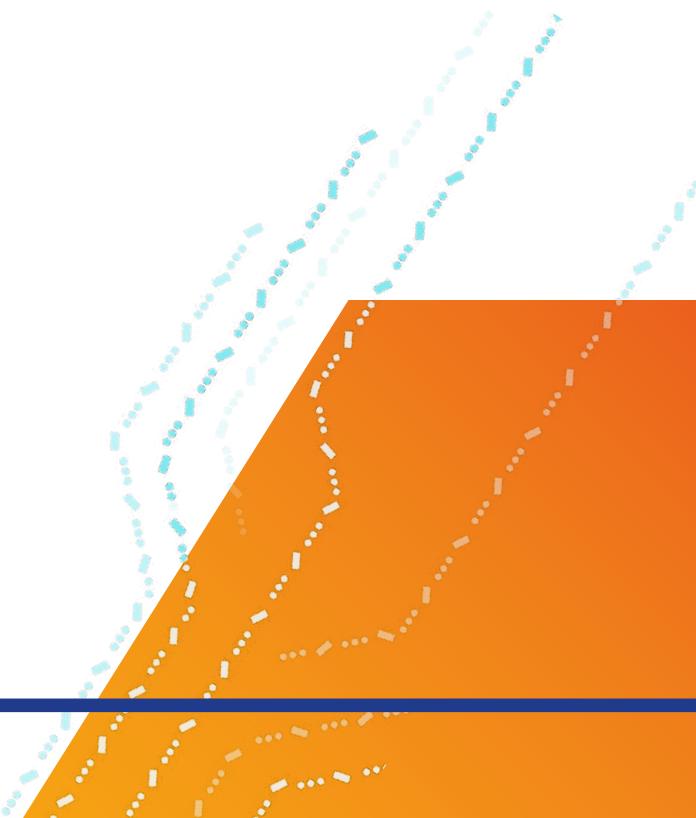
Standard Bank **É POSSÍVEL**

Estratégia para 2021 do PBB

A estratégia do segmento de PBB tem como pedra basilar a execução de um modelo de negócio que privilegia o Cliente, sempre em primeiro lugar, procurando construir relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras, que de facto agreguem valor, tanto para a vida particular dos nossos Clientes, como para a constituição e crescimento dos seus negócios.

Primamos pela qualidade do serviço prestado aos nossos Clientes, priorizamos o investimento contínuo na capacitação das nossas equipas, através de programas de formação customizados que englobam desde capacidades de liderança e comunicação até competências técnicas e comportamentais.

Adicionalmente, investimos de forma expressiva em canais electrónicos para os nossos Clientes, de forma a permitir uma dinâmica mais eficiente nas transacções executadas com a sua instituição financeira de preferência e a colocar à sua disposição produtos e serviços mais ágeis, simplificados e apropriados à urgência e velocidade que caracteriza o dia-a-dia das pessoas e empresas.





FOCO NO CLIENTE

Compreender as necessidades do Cliente e oferecer um serviço de excelência que garanta qualidade e satisfação continuarão a ser os vectores orientadores da actividade em 2021. O Banco continuará a construir e redesenhar processos, produtos e canais que agregam valor aos nossos Clientes de forma a suprir com as suas necessidades.

Por esta razão, em 2021 estaremos a dar continuidade a projectos como os Agentes Bancários (Ponto Azul) na perspectiva de estarmos mais próximos dos nossos Clientes. Teremos ainda a nossa primeira Agência digital e pretendemos apresentar ao mercado uma renovação do nosso modelo de negócio ao adoptarmos um conceito de Plataforma.

Este trabalho permite-nos servir melhor os nossos Clientes, agregando valor a todos desde a banca retalho à banca comercial.

O Banco continuará a desenvolver a relação com os seus Clientes, olhando para o

horizonte dos seus ecossistemas com o objectivo de ter um maior entendimento de toda a Cadeia de Valor dos mesmos, de forma a conseguir oferecer soluções efectivas e aconselhamento financeiro adequado às necessidades dos Clientes.

Olhar para os ecossistemas, tanto na vertente de Clientes Particulares, como na vertente de Clientes Empresa, ajudará no crescimento da nossa base de Clientes e no domínio das suas reais necessidades e identificação de novos negócios. Isto irá permitir conectar Clientes e parceiros de forma a dar origem a novas oportunidades dentro da nossa rede de contactos, oferecer meios para executar transacções e receber pagamentos e permitir um processo de melhoria contínua, mais próximo aos Clientes.



PESSOAS E CULTURA

Para poder servir os nossos Clientes com excelência e eficiência, os Colaboradores do SBA precisam de estar totalmente enquadrados com a visão e estratégia de toda a organização, colaborando e trabalhando em equipas multidisciplinares.

O Banco continua a investir, de forma consistente, no desenvolvimento e capacitação dos seus Colaboradores, disponibilizando programas de formações para as suas equipas.

Em 2021 queremos ser um banco mais digital e ágil. Por esta razão disponibilizamos várias ferramentas de aprendizagem aos nossos Colaboradores para facilitar o desenvolvimento pessoal e profissional estimulando assim uma cultura de aprendizagem. Queremos que os Colaboradores do SBA sejam os melhores gestores/ técnicos bancários do mercado.



DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A melhoria dos sistemas e processos internos do Banco, aliada com o desenvolvimento e manutenção de novas plataformas que agreguem serviços de *internet banking*, *mobile banking* e *mobile money* irão continuar a merecer a atenção do Banco ao longo de 2021.

Com Clientes a apresentarem um ADN cada vez mais orientado para a inovação e digitalização, esta nova dinâmica terá certamente um papel fulcral no posicionamento e nos resultados do Banco. O nosso compromisso é o de continuar a fornecer soluções financeiras, inovadoras e de excelência junto dos nossos Clientes para sermos o principal Banco digital em Angola.



44

Mais do que um banco, somos
uma organização focada
em servir os nossos Clientes.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

O QUE FIZEMOS PELOS NOSSOS CLIENTES?

Principais Campanhas e Eventos de 2020



MUDANÇA DA TAGLINE OFICIAL DE "SEGUINDO EM FRENTE" PARA "É POSSÍVEL"

Nos últimos tempos, seguimos em frente, enfrentando desafios e conquistando sucessos. E foi este caminho que nos mostrou que não há impossíveis. A capacidade de lutar por aquilo em que acreditamos tem-nos permitido construir um futuro para todos nós onde os sonhos se transformam em realidade e onde as ideias se transformam em projectos, fazendo o (nossa) mundo mudar, de forma positiva. É esta capacidade de transformação do Standard Bank que transmitimos a todos com a nossa nova assinatura: **É possível.**

Somos uma organização de serviços financeiros em transição para se tornar uma organização de serviços de plataformas digitais. Significa que precisamos de atender os nossos Clientes com uma nova perspectiva.

Devemos estar onde os Clientes estão, nas plataformas digitais onde compram, socializam e fazem negócios. Devemos desempenhar um papel de maior dimensão na vida dos nossos Clientes, colocando-os no centro de como nos estruturamos - caminhando ao seu lado e fornecendo as soluções de que precisam, além da Banca tradicional, seguros e gestão de activos.



CONTA POUPANÇA FÁCIL

Com o objectivo de incentivar a poupança promovemos a conta Poupança Fácil a partir de 50.000kz para Clientes particulares e 1.000.000kz para empresas com a taxa de juros de 5,4% num depósito a prazo de 15 dias até 14,4% em 1 ano.



ESPECIAL CARTÃO DE CRÉDITO - CARNAVAL

Na época de Carnaval de 2020 oferecemos um bónus no valor limite do Cartão de Crédito para todos os Clientes. Tem até 750 000Kz disponíveis no Cartão de Crédito Visa Gold e 1 200 000Kz para o Cartão de Crédito Visa Platinum para usar no estrangeiro nos meses de Fevereiro e Março.



CAMPANHA DE DEPÓSITO 15.50%

No contexto que se vivia na altura, no início da pandemia, registou-se um descréscimo nos movimentos feitos pelos Clientes. Para ajudar os Clientes a capitalizar os valores parados, criamos a campanha de depósito a prazo no valor mínimo de 300.000Kz com a taxa de juro de até 15,5% e com flexibilidade do período de maturidade do depósito entre 3, 6 ou 12 meses.





“

Os nossos Clientes são o centro
de tudo o que fazemos.



CHEGOU O CREDIJÁ - O CRÉDITO EM 3 CLIQUES

O Credijá é uma solução de crédito rápido para auxiliar nas emergências pessoais, aproveitar ofertas especiais, despesas de saúde inesperadas, realização de uma festa não planeada ou outros gastos emergentes. Subscrição *on-line*: não precisa dirigir-se ao Balcão. Montante pretendido é depositado na hora; Não envolve preenchimento de papéis; sem a necessidade de se apresentar comprovativos da sua finalidade; período do empréstimo é flexível de 1 à 12 meses máximos; Não é obrigatório domiciliar salário.



SEGURO DE PROTECÇÃO SALARIAL

Porque sabemos que o futuro é incerto, criámos o seguro para salvaguardar o amanhã dos nossos Clientes. O Seguro de Protecção Salarial, garante o rendimento da pessoa segura em caso de morte ou despedimento involuntário.



SWIFT GPI

Somos o primeiro Banco no mercado Angolano a obter a Certificação do SWIFT *Global Payments Innovation* (GPI) e ser Certificado como Membro do GPI. Garantimos maior segurança, transparência e rapidez nos pagamentos locais e internacionais sem comprometer obrigações de conformidade e requisitos de risco de mercado, crédito e liquidez. Quais são os benefícios para os Clientes? Maior segurança

e transparência com relação aos pagamentos locais e internacionais, melhorando desta forma a experiência de Serviço ao Cliente. O GPI permite maior rapidez nos pagamentos; através da utilização do GPI Tracker, a nossa equipa de Operações consegue garantir que os pedidos de pagamentos sejam solucionados no mesmo dia.



CAMPANHA CARTÃO DE CRÉDITO



CAMPANHA DEPÓSITO A PRAZO DE NATAL

A campanha de Depósito a Prazo de Natal oferece a possibilidade de ganhar vários prémios, desde 1 viatura Toyota Avanza 0km, 1 Smart Tv Samsung Led de 49", 1 IPhone X 256gb, vários vouchers para compras de supermercado e ainda uma taxa de juro de 16,5%. Para participar seria necessário contrair um depósito a prazo, no valor mínimo de 550.000kz ou acima para concorrer ao 1º prémio (a viatura Toyota avanza) ou no valor mínimo de 50.000kz para concorrer aos restantes prémios. O concurso era válido até dia 31.01.21 e o sorteio dos prémios está previsto para Maio.

Por forma a promover o uso doméstico do cartão de crédito, desenvolvemos várias comunicações para reforçar momentos de consumo para este produto, assim como a possibilidade de uso do cartão em TPA em Angola.

“

O primeiro Banco em Angola a obter
a Certificação do SWIFT Global
Payments Innovation.

Standard Bank **É POSSÍVEL**



App Store



Play Store



LANÇAMENTO DA NOVA PLATAFORMA DE INTERNET E MOBILE BANKING- SB24

Chegou a nova plataforma de Internet e *Mobile Banking* que vai mudar a sua experiência digital: O SB24. Uma aplicação inovadora, que permite-lhe fazer todas as transacções bancárias sem ir ao Banco. Já pode solicitar um empréstimo a partir de casa, fazer a substituição dos seus cartões e aceder a outras funcionalidades como consultas, transferências, pagamentos de serviços e muito mais. Descarregue já a aplicação para seu Smartphone ou Tablet.

Juntos, é possível! #sb24 #épossível #maisqueumbanco #StandardBank

Para mais informações:



standardbank.co.ao



923 190 888





ANIVERSÁRIO DOS 10 ANOS DO STANDARD BANK DE ANGOLA

Em virtude de estarmos em tempo de pandemia, o 10º aniversário foi comemorado à distância com algumas acções:

- | Oferta de lembrança aos Clientes que visitaram as agências nesta data;
- | Cartão de felicitações aos Clientes que celebram connosco os 10 anos de Standard Bank de Angola;
- | Um concerto "Live" da Ary para os Colaboradores do Banco;
- | Mudança oficial para o novo posicionamento "É Possível";
- | 10 acções de Responsabilidade Social para apoiar lares com pessoas desfavorecidas.



BRIEFING ECONÓMICO - WEBINAR DIGITAL (EVENTO)

O Briefing Económico é um fórum de discussão sobre os principais indicadores económicos que afectam Angola e África em geral, onde contamos sempre com altos representantes das principais Instituições Financeiras do país, reguladores, órgãos do estado, investidores entre outras figuras de referência. O Fórum iniciou em 2019, tutelado pelos Economistas do Grupo Standard Bank e tem contando por vezes com um painel especial de convidados. Desde então, tornou-se um evento de referência. Devido a pandemia, o ano de 2020 levou-nos a passar ao formato Webinar, que apesar da falta de interacção pessoal, aumentou exponencialmente a número de participantes e a abrangência do evento.

64

Com o Standard Bank o futuro e a inovação começam no presente.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

| Patrocínios

PARCERIA COM A CÂMARA DE COMÉRCIO AMERICANA

Standard Bank patrocinou uma Conferência em parceria com a Câmara de Comércio Americana em Angola (AMCHAM - Angola) tratou-se de um evento que contou com o Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (EXIM). A Conferência teve como objectivo promover condições para que as empresas dos dois países possam colaborar de uma forma mais consistente.

10ª EDIÇÃO DO FÓRUM DA BANCA

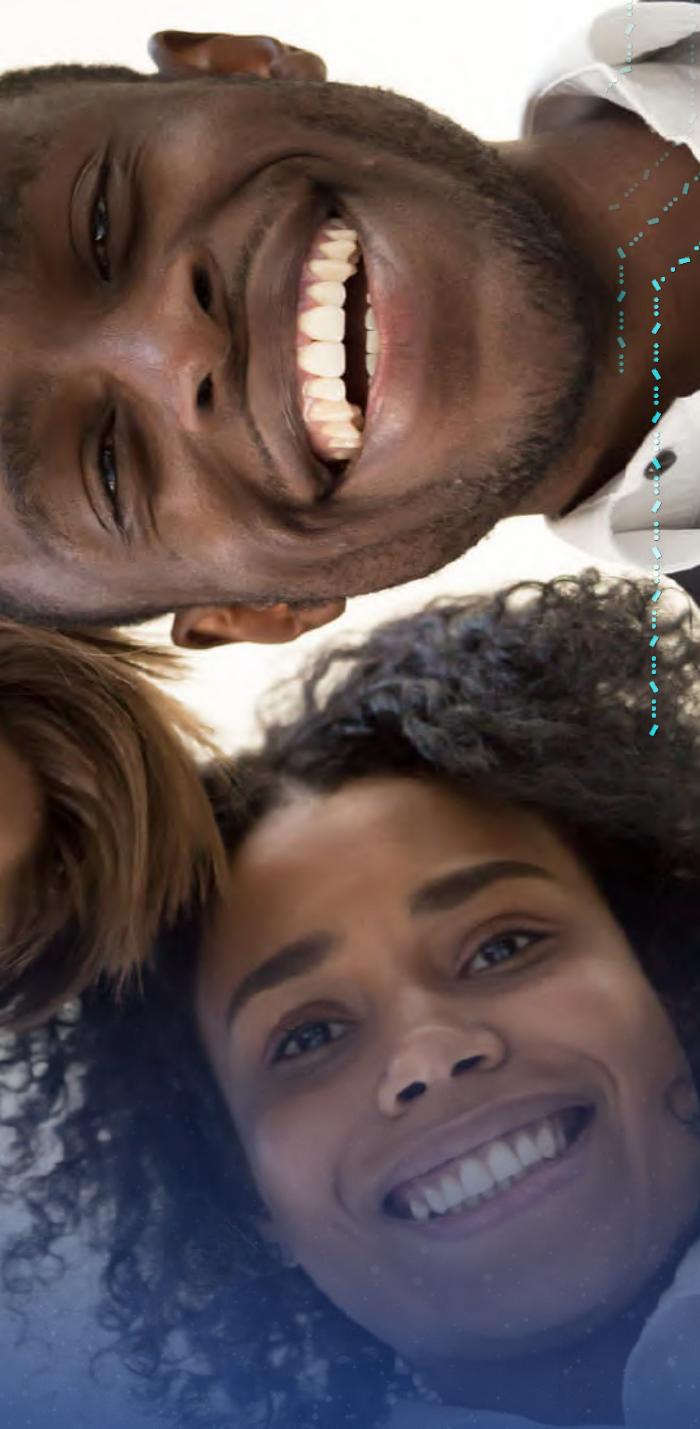
Standard Bank patrocinou a 10ª Edição do Fórum da Banca que teve como tema “O Papel da Banca no Crédito à Economia em Tempos de Crise”. Esta iniciativa visou promover um amplo debate sobre o papel das instituições bancárias nestes tempos de crise, e a estratégia dos Bancos Angolanos para responder a este desafio.

2ª EDIÇÃO DO “CONVERSAS COM RUMO”

Standard Bank patrocinou a 2ª Edição do “Conversas com Rumo” que contou com a presença do Governador do BNA, Dr. José de Lima Massano na qualidade de Keynote Speaker, onde respondeu à pergunta “Qual o Sistema Financeiro que Queremos para Angola”.

CONFERÊNCIA SOBRE O SECTOR MINEIRO

O Standard Bank patrocinou mais uma Conferência promovida pela AME TRADE e o Governo de Angola sobre o Sector Mineiro. Neste evento, foram abordados temas como: a atractividade do clima de investimento nas indústrias extractivas que regem a exploração e o desenvolvimento de recursos minerais em Angola, e também o desenvolvimento de quadros políticos e regulamentares, políticas fiscais e institucionais que encorajam o investimento para o crescimento contínuo dos recursos naturais e infraestruturas relacionadas em Angola.



4.2 PESSOAS E CULTURA

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução os seus objectivos estratégicos. Continuamos a apostar em desenvolver futuros líderes de Angola, proporcionar uma constante formação dos nossos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

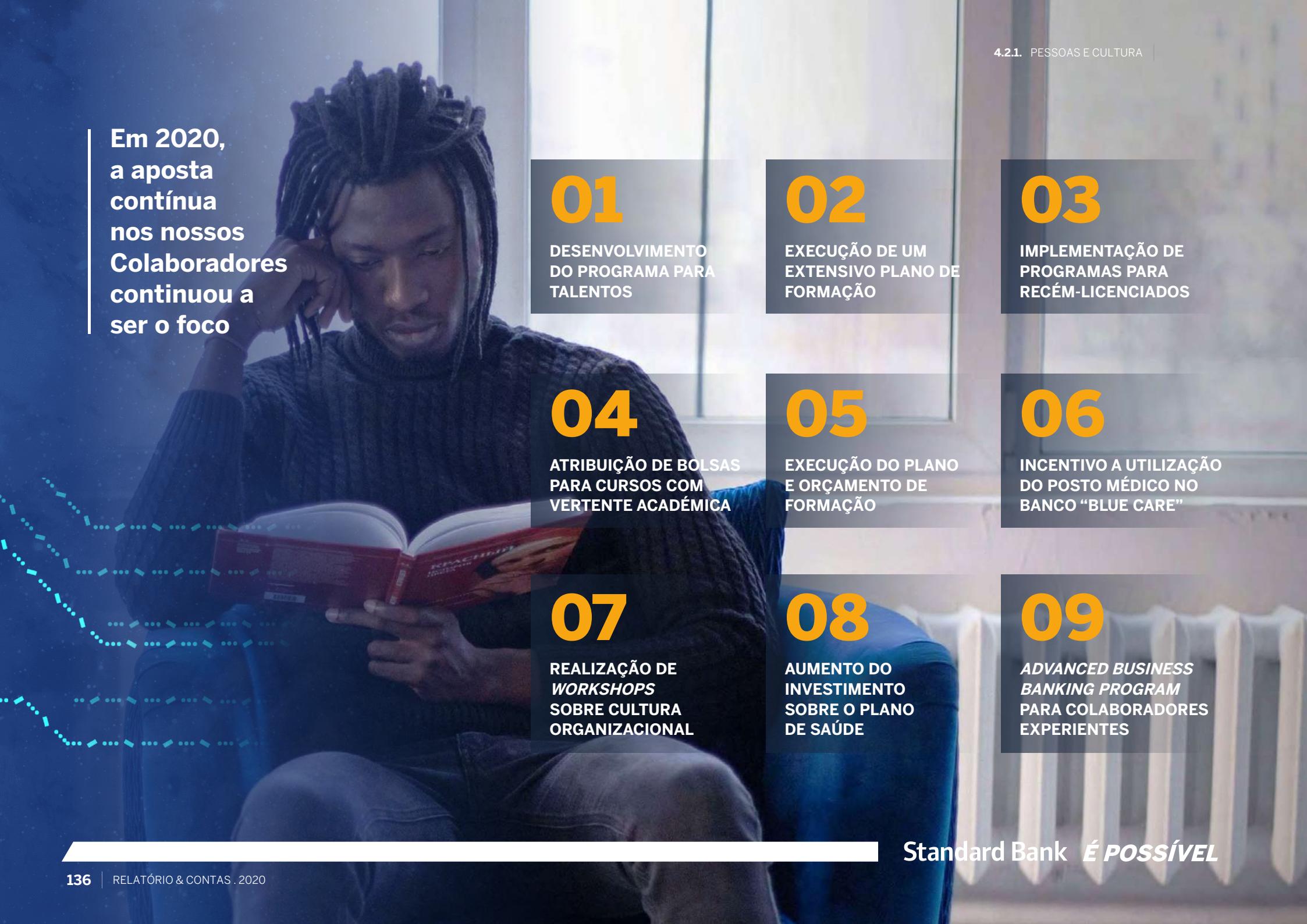
PESSOAS E CULTURA

O SBA tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, mais uma vez através da execução da sua estratégia de crescimento com foco na melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Ainda que com um contexto económico extremamente desafiante, os resultados alcançados durante o ano de 2020 traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores. Para tal, a Direcção de Pessoas e Cultura (DPC) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem como grande propósito melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores do Banco.

Com efeito, só podemos crescer enquanto Organização, se caminharmos em conjunto para atingir esse objectivo. A estratégia que definimos actua em três níveis: atrair,

desenvolver e reter talentos. Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos nossos Clientes. A curto/ médio prazo, temos como ambição ser líderes no sector financeiro em Angola e em África. Para tal, é necessário atrair os Clientes e negócios estratégicos e fidelizá-los, oferecendo uma oferta variada e diferenciada de produtos e serviços financeiros de alta qualidade. Desta forma, o Banco recorre ao seu activo mais importante, os Colaboradores, para assegurar a excelência e qualidade do serviço.

A black and white photograph of a man with long, dark, braided hair (dreadlocks) sitting in a chair, looking down at an open book he is holding in his hands. He appears to be in a library or a quiet study area. The background is slightly blurred.

Em 2020,
a aposta
contínua
nos nossos
Colaboradores
continuou a
ser o foco

01

DESENVOLVIMENTO
DO PROGRAMA PARA
TALENTOS

02

EXECUÇÃO DE UM
EXTENSIVO PLANO DE
FORMAÇÃO

03

IMPLEMENTAÇÃO DE
PROGRAMAS PARA
RECÉM-LICENCIADOS

04

ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS
PARA CURSOS COM
VERTENTE ACADÉMICA

05

EXECUÇÃO DO PLANO
E ORÇAMENTO DE
FORMAÇÃO

06

INCENTIVO A UTILIZAÇÃO
DO POSTO MÉDICO NO
BANCO “BLUE CARE”

07

REALIZAÇÃO DE
WORKSHOPS
SOBRE CULTURA
ORGANIZACIONAL

08

AUMENTO DO
INVESTIMENTO
SOBRE O PLANO
DE SAÚDE

09

*ADVANCED BUSINESS
BANKING PROGRAM
PARA COLABORADORES
EXPERIENTES*

Direcção de Pessoas e Cultura

A DPC do SBA é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão do pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco. Qualquer acção de recrutamento e consequente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação da Direcção de Pessoas e Cultura. A DPC possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e ao longo de 2020 continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos. Na sua estratégia para 2021-2022, a DPC tem como prioridade o desenvolvimento de uma proposta de valor acrescentado para os Colaboradores.

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES



Gerir o processo de recrutamento do SBA, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores;



Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ ou sucessão de Colaboradores;



Gerir o processo de remuneração e benefícios, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores;



Monitorizar o processo de avaliação de desempenho, revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores.



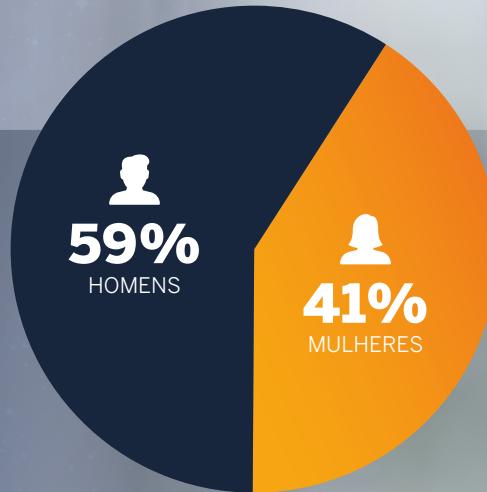
Pessoas e Cultura em 2020

TOTAL DE COLABORADORES

 **635**
2020

 **619**
2019

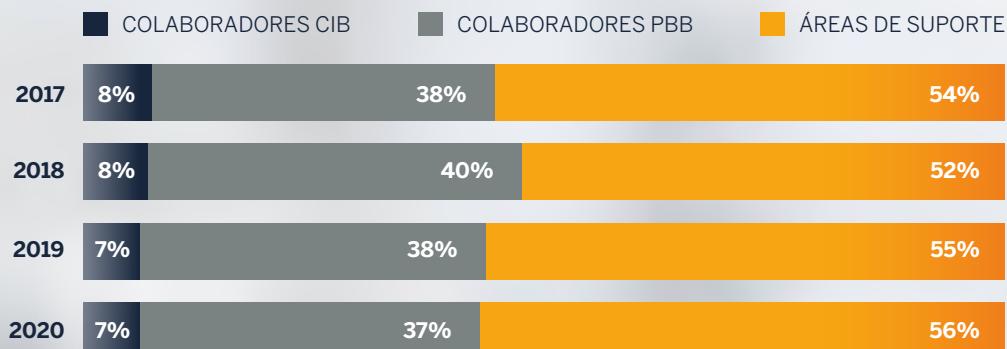
 **606**
2018



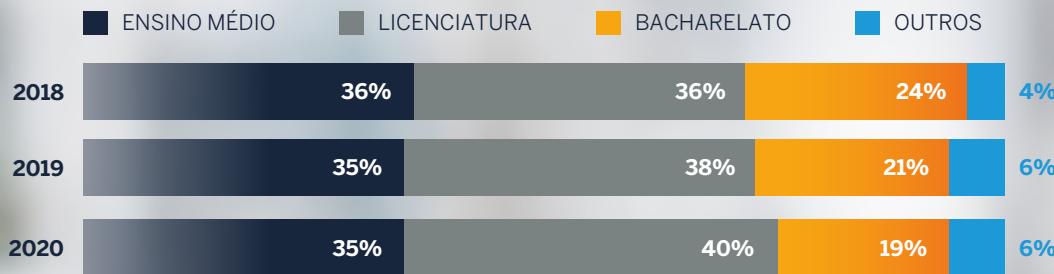
COMITÊ DE GESTÃO



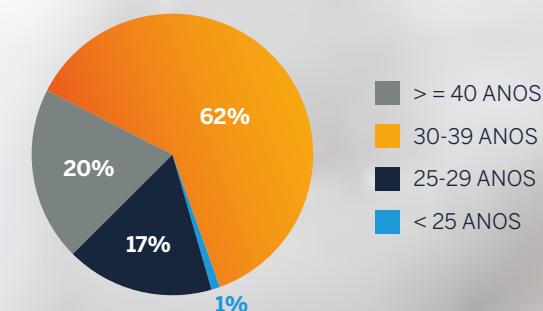
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES, POR UNIDADE DE NEGÓCIO



NÍVEL DE ENSINO DOS COLABORADORES



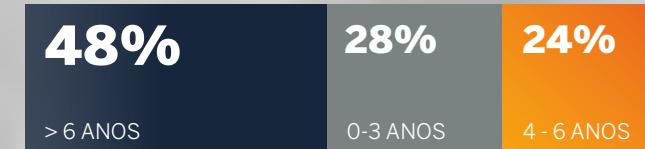
FAIXA ETÁRIA



NACIONALIDADE



ANTIGUIDADE





Pilares de Actuação

Em 2020, continuámos a apostar no desenvolvimento de uma equipa jovem e altamente qualificada, que assume a excelência no serviço aos nossos Clientes como principal objectivo. De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, a Direcção de Pessoas e Cultura regeu-se pelos seguintes pilares:



CONTRIBUIR PARA A DIGITALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Promover uma cultura mais digital;

Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas;

Garantir a qualidade, segurança e protecção dos dados dos Colaboradores;

Adopção de ferramentas de trabalho viradas para Cloud, permitiu ao SBA adaptar-se ao contexto de pandemia com facilidade e rapidez.



REFORÇO DA CULTURA STANDARD BANK

Reducir barreiras entre lideranças e linhas hierárquicas na gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, onde possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;

Reforçar a importância de manter o Cliente no centro da Cultura do Banco;

Contribuir para um ambiente de trabalho competitivo, onde os Colaboradores possam sentir-se descontraídos e aceites.



PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

Promover sessões de capacitação através de *e-learning*;

Reforçar a cultura de aprendizagem contínua;

Garantir certificação dos Colaboradores aquando da realização de formações reconhecidas no sector financeiro.



APOIO À MOBILIDADE INTERNACIONAL

Apoiar os Colaboradores com interesse em fazerem parte do seu percurso no Banco numa diferente geografia, facilitando e colaborando para o aumento destas iniciativas;

Proporcionar oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os Colaboradores ainda em fase *onboarding*.



CELEBRAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS SUCESSOS

Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos nossos Colaboradores;

Desenvolver modelos de compensação, associados à performance dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho.



MELHORIA CONTÍNUA DA EXPERIÊNCIA DOS COLABORADORES

Garantir que todos os Colaboradores têm o Cliente como prioridade de actuação;

Encorajar momentos de *feedback* construtivos, onde os Colaboradores possam falar e ser ouvidos;

Agir de forma a que os Colaboradores do Banco se orgulhem do trabalho que fazem no dia-a-dia e garantir a motivação dos mesmos.

Formação e Desenvolvimento

O sucesso do SBA depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente os que se encontram em posições-chave. Como tal, captar e reter os melhores candidatos é fundamental para o desenvolvimento e desempenho do Banco. Adicionalmente, a integração e promoção dos melhores talentos contribui indiscutivelmente para o sucesso da nossa Instituição no médio/longo prazo. Tendo isto em conta, o SBA tem realizado um forte investimento na formação dos quadros do Banco.

**19**ACÇÕES DE
FORMAÇÃO
EM SALA**482**ACÇÕES DE
FORMAÇÃO
ON-LINE**858**HORAS DE
FORMAÇÃO
EM SALA**605**COLABORADORES
FORMADOS

Destaque s de 2020

Execução de um **extensivo Plano de Formação**

Continuação do Programa de **Workshops sobre Cultura Organizacional**

Continuação do **Programa de Recém-Licenciados**

Implementação do **Programa de Acolhimento**

Programa de **Coaching**

“Digital Lab” Formação *on-line*

Realização de **Workshops sobre o Seguro de Saúde**

Continuação do **Executive Master em Gestão Bancária**

Implementação de nova filosofia de Gestão de Talentos

Realização do **Accelerate Program- Phase IV**

“Degreed” - Implementação de uma plataforma digital *on-line* que integra diferentes soluções de formação e desenvolvimento

Automatização do back office, e implementamos ferramentas que irão permitir reduzir a complexidade no IT e no banco.

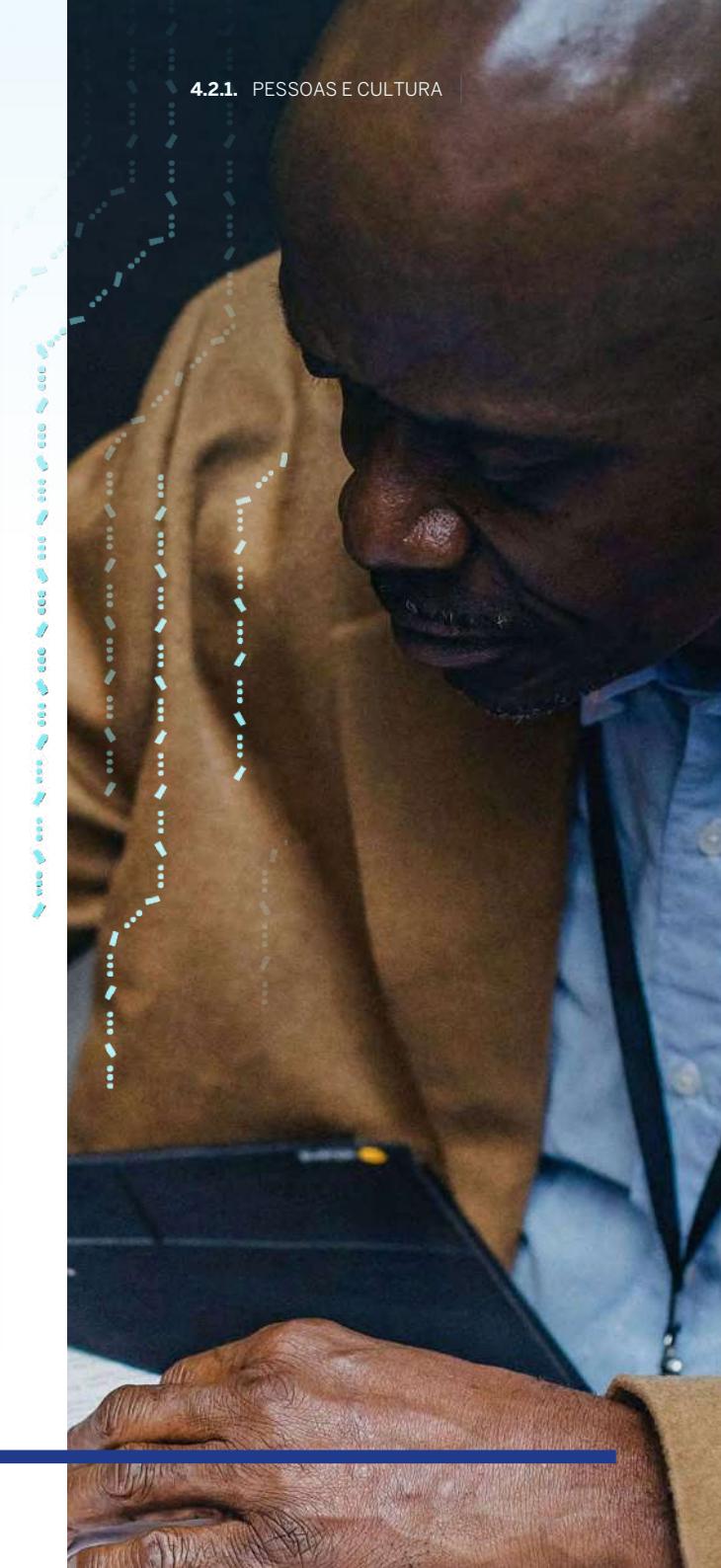
Adopção de uma **cultura de aprendizagem**

Incorporação da Metodologia Agile na forma de trabalhar. Mas fomos mais além, demos formações a várias equipas de gestão criamos uma equipa de agentes da mudança que está a ser treinada e que irá ajudar o banco a acelerar este processo.

Implementação do programa de Bem Estar para Colaboradores, dividido em duas componentes:
I Workshops de bem estar para os Colaboradores
I Assistência psicológica e emocional aos Colaboradores e dependentes

Integração dos Recém-Licenciados nos Quadros do Standard Bank

Estratégia de comunicação focada no **equilíbrio entre vida pessoal e profissional**



Prioridades para o Ano de 2021

Foco no desenvolvimento dos Colaboradores em plataformas *on-line*

Foco no desenvolvimento de competências designadas "*Future skills*"

Continuação da realização de *Workshops* sobre o Seguro de Saúde

Continuação da Realização de *Workshops* sobre a Covid-19

Continuação do Programa de Recém-Licenciados

“

Em 2021, continuamos a apostar na formação dos nossos Colaboradores.



Covid-19:

Protegemos os Nossos Colaboradores

A segurança dos nossos Colaboradores é a nossa maior prioridade e, portanto, temos enviado todos os esforços no sentido de garantir o cumprimento das regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. Sendo assim, e de forma a reduzir o risco de contágio entre os Colaboradores do Banco **adoptámos as seguintes medidas:**

-  **Redução** da força de trabalho presencial
-  **Implementação de horários rotativos** para diminuir a cadeia de contágio
-  **Criação de condições** para a prestação de trabalho remoto por parte dos nossos Colaboradores
-  Instrução de **registo diário de auto-avaliação** por parte de todos os Colaboradores que tenham de prestar trabalho presencial
-  **Criação de uma aplicação** que permite de uma forma eficaz, reportar o local de prestação de trabalho
-  Distribuição de **material de biossegurança** para todos os Colaboradores (máscaras, gel desinfectante, luvas, etc.)
-  Distribuição de **Kits individuais** para aumento da imunidade
-  **Descontaminação quinzenal** de todas as Instalações
-  Disponibilização de **comunicados regulares** sobre a actual situação do país e sobre medidas a serem implementadas em resposta à mesma
-  **Medição da temperatura** corporal de todos os Colaboradores que prestam trabalho presencial
-  Disponibilização de **formação sobre a propagação da Covid-19** e respectivas medidas de segurança
-  **Garantir o uso obrigatório de máscaras** em todas as Instalações
-  Garantir que o **cumprimento do distanciamento social** entre cada posto de trabalho está a ser respeitado

I Eventos para Colaboradores



TOWNHALL – ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA DO BANCO E ACTUALIZAÇÃO DE ALGUNS TEMAS

Encontros periódicos do Banco com o intuito de actualizar e clarificar os Colaboradores de temas importantes como o crescimento do negócio, acções de responsabilidade social em curso e outros temas estratégicos como a questão da pandemia e o seu impacto na vida pessoal e profissional do Staff do Standard Bank de Angola.



CEO TALKS – INNOVATION

Iniciativa com participação activa do CEO, com o propósito de incentivar e dar a conhecer aos Colaboradores a cultura de inovação que está a ser posta em prática no Banco. A criação de um laboratório de inovação, a combinação da Inteligência Artificial e dos *insights* da economia comportamental são uma fórmula vencedora que trarão personalização e a segmentação e serão fundamentais para o sucesso do Standard Bank de Angola.



2ª SESSÃO CULTURA AGILE

Com o crescimento das organizações e as cobranças diárias por resultados, surgiram novos desafios no campo da gestão de projectos nas diversas áreas. O mercado ficou mais exigente, tornando necessário entregar mais valor aos Clientes e responder de forma rápida a mudanças, reduzindo custos e aumentando a eficiência dos projectos e do negócio.

- | Sessão cultura Agile
- | Cultura Agile – Masterclass
- | Cultura Agile - À Descoberta do Design Thinking



É JÁ AMANHÃ - MARK OF EXCELLENCE 2019-2020

Evento anual com o propósito de reconhecer e premiar os Colaboradores que se destacam pela competência na realização das suas funções. Trata-se de um momento em que a organização contrata um promotor cultural, por norma um músico para dar dimensão e alegrar o *Staff* do Banco.

AULA DE FITNESS PARTICIPA DAS AULAS GINÁSTICA

Devido aos longos períodos diários de actividade sedentária e pensar no bem-estar físico e mental dos Colaboradores, o Banco organizou aulas de fitness via *on-line*, em que a partir de casa os Colaboradores exercitavam o corpo e a mente.



10 ANOS STANDARD BANK

Em 2020, embora condicionados pela pandemia, celebramos o nosso 10º aniversário. porque acreditamos que as nossas pessoas representam-nos perante os Clientes e a sociedade. São a chave para realizarmos o nosso propósito enquanto instituição financeira. Estas iniciativas reflectem também a nossa intenção clara de manter um ambiente diverso, inclusivo e saudável capaz de estimular o poder de transformação das pessoas.



LANÇAMENTO DO NOVO VISUAL DO WEBSITE INSTITUCIONAL

O mundo está em constante mudança e é importante para o Standard Bank de Angola, adaptar-se e acompanhar estas transformações. Acreditamos que face a esta realidade é fundamental evoluir e inovar. Pensando nisso, iniciámos o processo de actualização do nosso *website* com o objectivo de torná-lo mais moderno, visualmente apelativo, mais intuitivo e com uma linguagem mais orientada para os nossos Clientes.



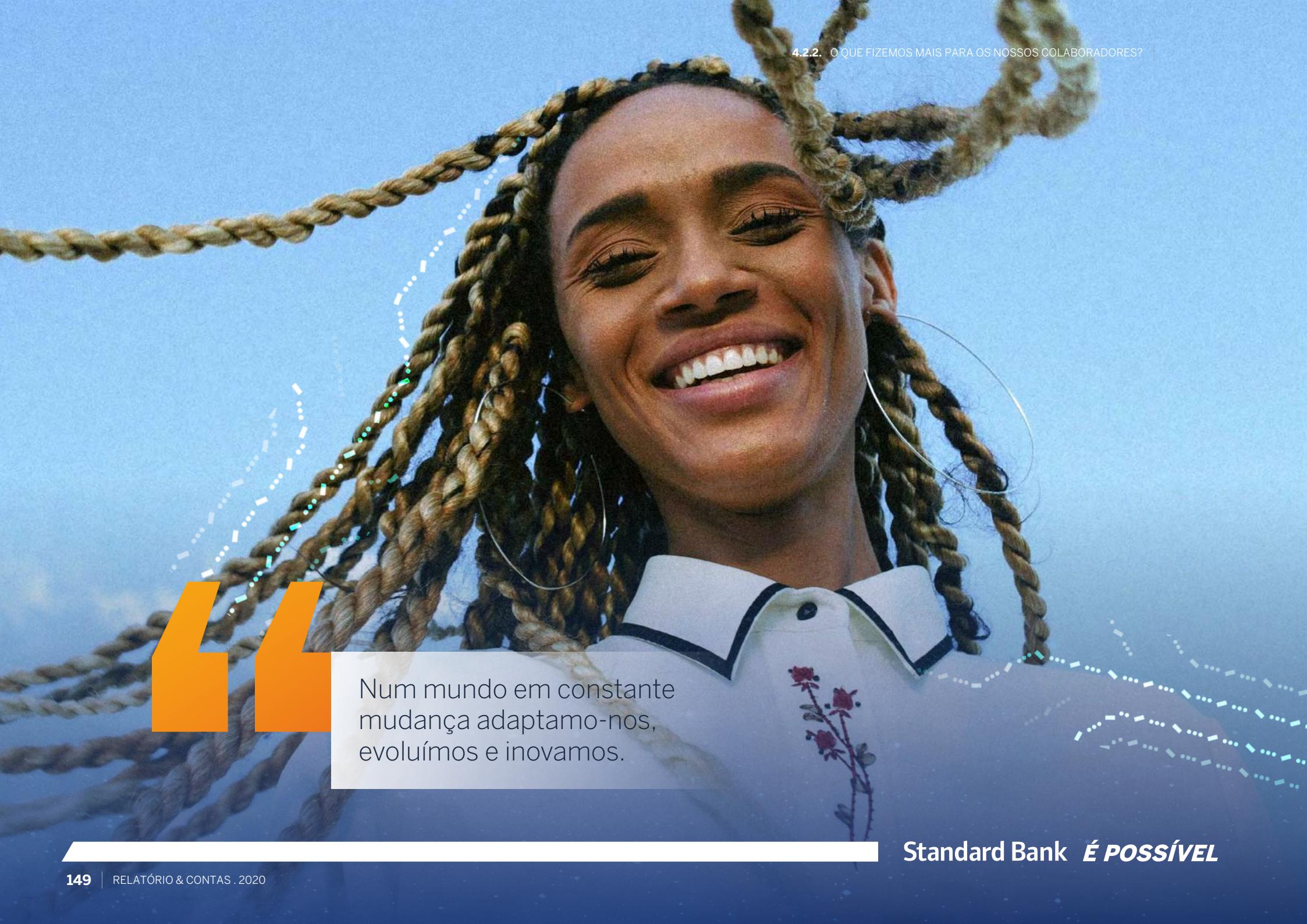
DIA DA MULHER AFRICANA

Como instituição fundada em África e fazendo parte activa da sociedade, fazemos questão de enaltecer a Mulher Africana, promovendo a tomada de consciência do reconhecimento da dignidade das mulheres, assumir políticas concretas e compromissos que promovam e permitam que cada mulher possa pronunciar-se e recriar o mundo em que vivemos.



IDEIAS BRILHANTES – CONCURSO INTERNO DE PROMOÇÃO DA CRIATIVIDADE E CAPITALIZAÇÃO DAS IDEIAS DOS COLABORADORES

Como Banco orientado para a inovação e apostando cada vez mais numa cultura ágil, criámos um concurso interno de promoção e capitalização de ideias. Com esta iniciativa, pretendemos incentivar o espírito criativo dos Colaboradores e com isto encontrar soluções internas que permitam e contribuam para que o Standard Bank de Angola seja uma instituição diferenciadora no mercado Angolano.



Num mundo em constante mudança adaptamo-nos, evoluímos e inovamos.

Standard Bank **É POSSÍVEL**



4.3 RISCO E CONDUTA

A gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável. A nossa licença para operar tem por base esta confiança, rigor e proximidade junto de todos os nossos *stakeholders*.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Enquanto Instituição Financeira de referência, em termos nacionais e internacionais, o Banco segue as melhores práticas de mercado e todas as nossas operações são orientadas pela solidez e confiança.

A solidez e sustentabilidade do SBA é garantida pelo alinhamento das melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de controlo interno, que sinericamente agregam um leque alargado de políticas, procedimentos e processos de controlo. A transparência do nosso modo de actuação reflecte-se no sentimento de confiança dos nossos Clientes.



Mais do que um Banco,
uma Relação de Confiança

I Visão Geral

Nos últimos anos, o SBA tem vindo a realizar um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente que lhe permita assegurar a execução das suas operações a acrescentar efectivamente valor para os nossos Clientes. Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira e aperfeiçoado o seu sistema de controlo interno.

Actualmente, e em linha com a sua estratégia, o Banco encontra-se a investir na **digitalização e automatização dos seus processos**, no sentido de promover uma maior eficiência operacional. A título de exemplo, no âmbito do processo de auditoria interna, foi contratado um auditor informático para apoiar na implementação de processos de auditoria informatizados, e estão a ser feitos investimentos na formação de todos os Colaboradores da área de auditoria em matérias sobre análise de dados e realização de auditorias através de processos automatizados e sistemas avançados de análise de dados. A génese desta evolução está na base de **um dos pilares estratégicos do Banco, a “Digitalização e Inovação”**.

Tendo por objectivo gerir e mitigar potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em

conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 2/13 do BNA, bem como alinhado com as melhores práticas internacionais de Sistemas de Controlo Interno e Governação Corporativa.

O Sistema de Controlo Interno do SBA é composto pelas funções que definem 3 linhas de defesa: i) Colaboradores, Direcções e Órgãos de Estrutura, ii) Compliance e Gestão de Risco e iii) Auditoria Interna. De uma forma articulada, estas estruturas identificam, avaliam, monitorizam e comunicam os potenciais riscos inerentes à actividade. Existem, mensalmente, reuniões de *Combined Assurance* de modo a coordenar as actividades das três linhas de defesa do Banco, de forma a garantir que o âmbito de cada área é cumprido e que não existe duplicação de actuação e esforço por partes das áreas do *Combined Assurance* e não seja igualmente gerada duplicação na implementação das acções de mitigação de riscos levantadas pelas diversas áreas com responsabilidade sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco.

Sistema de Controlo Interno

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades, assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente **alinhado com as melhores práticas internacionais**.



Em 2020, o SBA deu continuidade à devida **implementação e melhoria dos seus processos e políticas**, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

As políticas e processos instituídos no âmbito do Sistema de Controlo Interno do Banco respeitam os princípios estabelecidos no Aviso n.º 2/13 do BNA, mais propriamente no artigo 4.º e artigo 5.º. Ainda no âmbito deste Aviso, o Sistema de Controlo Interno do Banco opera sob 3 linhas de defesa distintas **assegurando a gestão e monitorização dos riscos da actividade do Banco**.

PROCESSOS E POLÍTICAS

Os processos e políticas implementados complementam as estratégias e sistemas de controlo interno do SBA que, em conjunto:

- Garantem** o cumprimento das normas e regulamentos

- Protegem** os activos do Banco

- Protegem** os Clientes

- Previnem e detectam** fraudes e erros

- Criam um sistema** de reporte cada vez mais robusto

- Asseguram o registo** contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas



LINHA DE DEFESA

**1a**

**Todos os Colaboradores,
Direcções e Órgãos de Estrutura**

2a

**Compliance e
Gestão de Risco**

3a

**Auditoria
Internacional**

“

Um esforço constante de
melhoria contínua.



FUNÇÕES DE CONTROLO



Conselho de Administração
REPORTE TRIMESTRAL

Comité de Auditoria
REPORTE TRIMESTRAL

Comité de Risco
REPORTE TRIMESTRAL

Comissão Executiva
REPORTE MENSAL

As funções e respectivos reportes **asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades** no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes da existência de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura claras de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do SBA coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo, a sustentabilidade da sua actividade, **tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.**

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de “consultoria” internos, com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte directo ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigida por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte aos membros do Conselho de Administração, apenas para assuntos de natureza administrativa da área. Adicionalmente, a função de auditoria interna reporta igualmente ao grupo de auditoria interna do Grupo Standard Bank, para questões de natureza técnica e administrativa.

RESPONSABILIDADES

| Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização

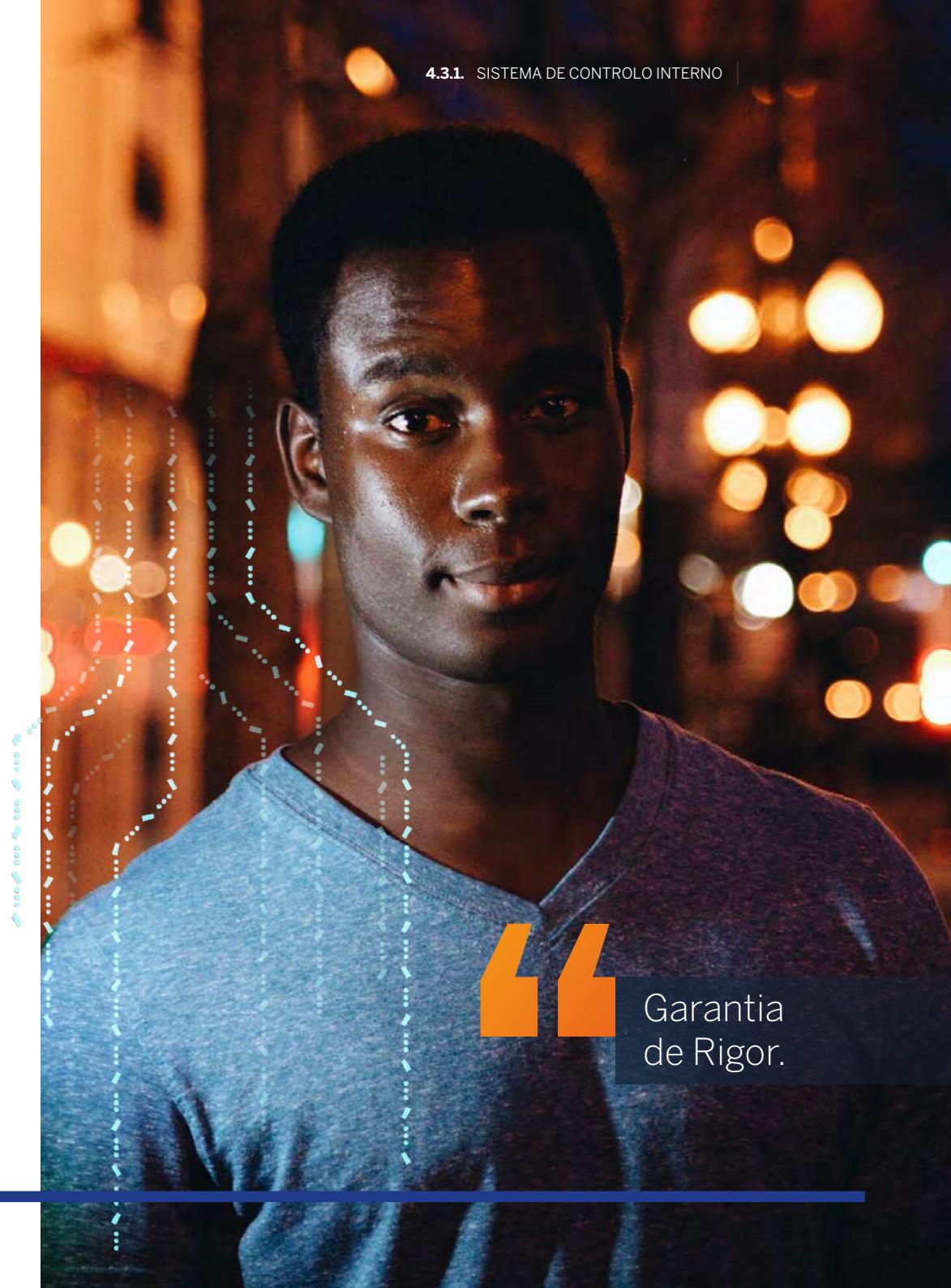
| Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de Compliance

| Verificar a existência de oportunidades de melhoria nos processos de governação e de gestão do risco

| Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo

PLANOS DE ACÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

- Foco nos principais riscos resultantes da avaliação anual de risco no País, **alinhado com o risco do Grupo Standard Bank**;
- Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria anual, **assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco, são avaliados com uma periodicidade mínima trianual**;
- Garantia de que o plano de auditoria do Banco em Angola está coordenado com o plano semestral/anual de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, **contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas** e garantindo que todos os desafios de Governação, Gestão de Risco e Controlo Interno associados são efectivos;
- **Garantir que o plano semestral/anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes**, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou “consultoria” relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos.



Garantia
de Rigor.

Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário, **a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas** para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria.

Face ao ano de 2019, **regista-se uma redução da proporção de auditorias classificadas como insatisfatórias, bem como 86% da cultura de risco das auditorias foram classificadas como proactiva**. De realçar que em 2020, o Banco encerrou 131 acções de melhoria a processos acordadas, contra 69 que foram encerradas no ano anterior. As iniciativas que contribuíram para que não se tenha registado nenhuma acção acordada, vencida a 31 de Dezembro de 2020, incluem enorme foco da Gestão na conclusão da implementação de todas as acções e recomendações definidas, maturidade do *Combined Assurance*, sessões de conscientização conduzidas pelo *Combined Assurance*, sessões de promoção de uma “cultura de risco”, realizadas em todo o Banco.

Acções de Acompanhamento

71%

Das auditorias realizadas em 2020 tiveram avaliação satisfatória, contra 45% de auditorias satisfatórias em 2019

9

Auditorias realizadas em 2020, das quais 2 sem *rating* atribuído, contra 11 realizadas em 2019

15

Auditorias a realizar em 2021. O Plano prioriza 6 auditorias e para as restantes será efectuada avaliação de risco trimestral no sentido de aferir se o risco se mantém relevante para ser auditado



131

Melhorias a processos implementadas em 2020

4

Auditorias combinadas entre diversas de defesa para mitigar os riscos eminentes da Covid-19, nomeadamente, crédito, fraude, compliance, resiliência de negócio, retorno ao escritório, pessoas, cibernético e informação.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

Função de Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco, enquanto linha secundária de defesa, **tem como objectivo garantir uma gestão transversal e integrada dos vários riscos que existem no Banco**. O principal propósito do SBA é minimizar o impacto dos vários eventos, quer de natureza interna, quer externa. O SBA monitoriza também os riscos correntes da sua actividade e também outros que possam surgir. A função de Gestão de Risco também é responsável pela definição do apetite pelo risco, assim como garantir que o framework de gestão, as suas políticas e standards estão a ser cumpridos.

De acordo com a sua estrutura actual, a Direcção de Risco tem sob sua alçada directa os Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional (incluindo Gestão de Continuidade de Negócios; Risco de Informação; Gestão de Coberturas (Garantias e Seguros); Risco de Compliance e Risco de Fraudes). O Risco de Conduta tem vindo a crescer de importância e o SBA encontra-se a implementar processos e procedimentos para gerir este tipo de risco, de forma mais eficiente. **A função de Gestão de Riscos é apoiada por um conjunto de Comités, os quais supervisionam os riscos a que o Banco se encontra exposto, nomeadamente, o Comité de Activos e Passivos, Comité de Gestão de Risco de Crédito e o Comité de Gestão de Risco.**

Ainda assim, a Direcção de Risco tem autoridade para intervir em operações, projectos ou decisões, onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de Gestão de Risco é um membro activo e obrigatório nos Comitês que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.



Garantia de Supervisão.

RESPONSABILIDADES

A função de Gestão de Risco define a estrutura de gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco, da primeira linha de defesa.

As principais responsabilidades da função são:

| **Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação**, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco;

| **Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho** de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar;

| **Definir indicadores chave e limites** prudenciais para cada tipo de risco;

| **Realizar mensurações periódicas dos diversos riscos do Banco**, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa;

| **Realizar testes de *stress*** de forma a determinar a resiliência do Banco;

| **Identificar debilidades no modelo de gestão de risco** e formular e implementar as respectivas medidas correctivas;

| **Documentar os processos** associados à sua intervenção;

| **Monitorizar o cumprimento dos limites** definidos para os diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco;

| **Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido**, incluindo os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação;

| **Elaborar documentos periódicos** referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco.



Independência
e Autonomia.

| Função de Compliance

A Função de Compliance é **independente e autónoma**, emite relatórios sobre o estado de Gestão de Riscos de Compliance para os vários Comitês. Esta função reporta a quatro níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade; (ii) ao Comité de Gestão de Risco, através da apresentação de relatórios mensais; (iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades, destinados aos Comitês de Auditoria e Risco, ambos subcomitês do Conselho de Administração. Adicionalmente, a Função de Compliance reporta ao Compliance do Grupo Standard Bank.

A Função de Compliance do SBA é **organizada de acordo com as disposições e requisitos legais espelhados nos Avisos n.º 1/13, n.º 2/13 e Aviso n.º 14/20 do BNA**. O SBA opera uma Função de Compliance “híbrida”, a qual incorpora funções centrais e funções das linhas de negócios. Dentro do seu Mandato foi concedida a autoridade para intervir em qualquer operação/projecto onde exista razão para acreditar que há uma violação de requisitos legais ou regulamentares, ou incumprimento das políticas internas. Para o efeito, a Função de Compliance tem acesso ilimitado a todos os Colaboradores do Banco e aos registos razoavelmente necessários para suportarem a sua função.

RESPONSABILIDADES

| **Estabelecer e manter um registo permanente e actualizado** dos normativos internos e externos a que a instituição esteja sujeita, com identificação dos responsáveis pelo seu cumprimento e, de forma oportuna, reportar o não cumprimento com as leis e regulamentos ou requisitos de supervisão à Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco, Comité de Auditoria e Conselho de Administração;

| **Exigir que os requisitos regulatórios** relevantes sejam incorporados nos manuais de procedimentos operacionais;

| **Garantir**, na medida do possível, que não exista qualquer conflito de interesse com/entre outras funções de controlo interno;

| **Ser responsável por estabelecer uma cultura** de compliance no Banco, a qual contribui para o objectivo geral de gestão prudente de riscos do Banco;

| **Avaliar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas**, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas neste âmbito com as autoridades competentes, designadamente, Unidade de Informação Financeira (“UIF”);

| **Garantir que é adoptada uma abordagem baseada nos riscos** na avaliação do perfil de riscos de compliance do Banco;

| **Garantir que os Colaboradores do Departamento de Compliance e do Banco recebam formação contínua**, a fim de garantir que possuam conhecimentos técnicos adequados, compreendam e cumpram com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto face ao que se segue:

Vigilância no âmbito de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destrução em Massa;

Conduta de Mercado;

Gestão de Conflito de Interesses;

Privacidade de Dados;

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e restantes entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de Compliance, o SBA continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, quanto à não-adesão a formações obrigatórias de Compliance, e ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de Compliance e a sua implementação e gestão são visíveis através de acções de formação/sensibilização e políticas/procedimentos internos implementados.

Função Regulatória e de Aconselhamento

A Função Regulatória e de Aconselhamento tem como principais responsabilidades:

Proceder ao acompanhamento de respostas e processos junto das entidades reguladoras, nomeadamente, Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercado de Capitais, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Autoridade Reguladora da Concorrência e Agência de Protecção de Dados;

Garantir a sensibilização, actualização e o desenvolvimento da nova legislação com impacto nas actividades do Banco;

Garantir a protecção da confidencialidade das informações dos Clientes;

Ministrar formações internas em relação às políticas de Compliance consideradas de alto risco;

Garantir os direitos de defesa do consumidor;



Proceder à Análise de Impacto de Privacidade e Protecção de Dados;

Gerir o universo regulatório (e o respectivo compliance) o plano de gestão de risco de compliance das áreas do Banco e verificar a implementação dos controlos e o cumprimento das normas internas e de toda a legislação em vigor, imprescindível e de alto risco;

Prestar aconselhamento regulatório às Unidades de Negócios e áreas de suporte;

Garantir a adequação (customização) das políticas à legislação em vigor;

Garantir o cumprimento das regras sobre (i) privacidade de dados, (ii) conflito de interesses, (iii) interesses comerciais externos, (iv) transacções pessoais, (v) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de Compliance aprovadas e publicadas.

Alerta Legislativo

O alerta legislativo consiste na divulgação interna da publicação de um novo regulamento com relevância para a actividade do Banco. Tem por objectivo dar a conhecer as novas regras decorrentes da entrada em vigor do regulamento, uma vez que permite aos Colaboradores conhecer os respectivos conteúdos e os impactos que pode ter nas suas áreas e passar a criar mecanismos de controlo para garantir o cumprimento das obrigações. Normalmente, contém um resumo das principais disposições do regulamento.

A tabela abaixo fornece informações **sobre o número de regulamentos** emitidos por Órgãos Reguladores durante o ano de 2020 que têm impacto no Banco:



Função de Monitorização

O Aviso n.º 2/13 do BNA sobre o Sistema de Controlo Interno define, entre outras responsabilidades, que compete à função de Compliance: a) estabelecer processos de detecção e avaliação do risco decorrentes do incumprimento das obrigações legais e deveres da Instituição, bem como corrigir as deficiências detectadas. Neste contexto, a monitorização é um elemento fundamental da gestão do risco de Compliance, devendo ser efectuadas revisões periódicas para garantir que o SBA cumpre de forma adequada os requisitos legais e internos. Assim, a área de Monitorização da Direcção de Compliance é responsável por conduzir as actividades de monitorização de acordo com os riscos identificados. **Essas actividades de monitorização incluem 3 tipos de análises:**

REVISÕES DE ROTINA

É o trabalho realizado de forma contínua e envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, à legislação, políticas, regras e padrões aplicáveis. O âmbito dessas actividades de monitorização e teste garante que o Banco assegure continuamente os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:

- | Conclusão de formações de Compliance por todos os Colaboradores;
- | Declaração de contas de negociação pessoal dos Colaboradores para garantir que a negociação excessiva seja limitada e os conflitos de interesse evitados;
- | Registos e processos de “presentes” e “entretenimento”;
- | Declaração de interesses comerciais externos.

REVISÕES PROFUNDAS

Estas revisões planeadas concentram-se em testar a adequação e eficácia dos controlos para garantir a aderência à legislação, regras, políticas e padrões aplicáveis. Os controlos devem ser suficientes para mitigar o risco.

REVISÕES AD HOC

Revisões ad hoc são específicas, as quais podem surgir como resultado de eventos internos (violação material, novas ou acrescidas iniciativas de negócio, perda de pessoal, por exemplo) ou externos (áreas de nova preocupação regulatória, preocupações/foco da gestão, incluindo acções sancionatórias). Essas revisões não são planeadas e precisam ser consideradas com base na capacidade de resposta da prioridade.

Monitorização de Rotina

CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO POR TODOS OS COLABORADORES

Em 2020, o Compliance adoptou um novo método de “ligação” com as várias áreas do Banco, com emissão de relatórios bimensais para as unidades de negócio e para as áreas com maior número de Colaboradores e, consequentemente, com maior probabilidade de ter alguém com formação pendente ou incompleta. Essa abordagem gerou bons resultados, pois a taxa média geral de conclusão trimestral foi de 96%, 1% acima do nível mínimo de competência exigido.

INTERESSES COMERCIAIS EXTERNOS

Durante o último semestre de 2019, a Função de Monitorização esteve activa, fornecendo *feedback* ao Grupo em relação ao teste de um novo sistema de declaração de “Interesses comerciais externos” e, em Janeiro de 2020, o novo sistema foi implementado com sucesso em todos os países da Região de África. A Função de Monitorização trabalhou nas comunicações de sensibilização sobre o sistema, bem como para lembrar a todos os Colaboradores da obrigação de declarar os “Interesses comerciais externos” de acordo com a Política de Interesses comerciais externos. No final de 2020, 97% de

todos os Colaboradores haviam completado a sua Declaração de “Interesses comerciais externos”.

PRESENTES E ENTRETENIMENTO

As estatísticas dos anos anteriores mostram que a maioria das declarações de “Presentes” ocorre em Dezembro e Janeiro e no resto do ano são principalmente submetidas declarações de “Entretenimento”. No ano de 2020 assistimos a uma diminuição das declarações, tanto para “Presentes”, como para “Entretenimento”. Isso pode ter sido causado pelas restrições impostas pelo Estado de Emergência e Estado de Calamidade da Covid-19, às quais o país esteve sujeito durante a maior parte do ano.

Por fim, como parte do objectivo geral do Grupo Standard Bank, para melhorar os processos e sistemas de declaração destinados a monitorar a conformidade da conduta dos Colaboradores, a Função de Monitorização participou no teste do sistema suporte às Declarações de “Presentes” e “Entretenimento”. Este novo sistema foi lançado em Agosto de 2020.

NEGOCIAÇÃO DE CONTAS PESSOAIS

Conforme referido acima, o Grupo Standard Bank implementou em 2020 uma série de melhorias de processos e sistemas para monitorizar as declarações de conduta dos Colaboradores, o que resultou no lançamento de um novo sistema de Declaração “Negociação de contas pessoais”. O sistema de “Negociação de contas pessoais” está instalado na mesma plataforma de “Declaração de interesses comerciais” externos e foi lançado em Setembro 2020.

A Função de Monitorização conduziu acções de sensibilização para permitir que os Colaboradores tivessem conhecimento do referido sistema e fizessem as suas declarações “Negociação de contas pessoais”.

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E PROLIFERAÇÃO DE ARMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MASSA

A Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, estabelece que as instituições financeiras devem adoptar e implementar medidas para prevenir e detectar actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como, assegurar as comunicações com as autoridades competentes, em

particular a Unidade de Informação Financeira (“UIF”). A Direcção do Compliance tem uma área funcional específica, que trata dos assuntos ligados à Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/PADM), **cujas responsabilidades incluem, mas não se limitam a:**

Assegurar a adopção de uma abordagem baseada no risco, na avaliação do perfil de risco de conformidade do Banco;

Assegurar que os Colaboradores do Banco recebem formação contínua e que possuem os conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem o quadro regulamentar aplicável ao Banco, para melhor prevenir e combater o BC/FT/PADM a que o Banco está exposto;

Implementar processos e procedimentos adequados por forma a gerir e investigar alertas de branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo, sanções e PEP's.

Fornecer direcção/orientação estratégica, governação e supervisão às respectivas unidades de negócio em todos os assuntos relacionados com a Prevenção do BC/FT/PADM e Sanções;

Aconselhamento especializado em matéria de Prevenção do BC/FT/PADM e Sanções para todos os Colaboradores bancários;

Gestão eficaz de uma equipa dinâmica de analistas com foco predominante na análise de Clientes e pagamentos, funções de inquérito, actividade suspeita, risco de reputação, sanções e aconselhamento empresarial sobre riscos associados a potenciais Clientes antes do estabelecimento de qualquer relação comercial ou de negócio;



| Gestão do Risco de BC/FT/PADM

KNOW YOUR CUSTOMER (KYC)

O SBA tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/FT/PADM, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o SBA estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

A adopção de medidas exigentes de KYC não tem por objectivo proibir potenciais Clientes de estabelecer uma relação comercial com o Banco ou de realizar operações, mas sim aplicar medidas que mitiguem os potenciais riscos de BC/FT/PADM a que o Banco possa estar eventualmente exposto. Uma abordagem baseada na monitorização do risco permite ao Banco concentrar-se nos Clientes e nas operações que potencialmente apresentam maior risco, possibilitando uma eficiente prevenção e detecção de operações ou actividades que possam configurar a prática de BC/FT/PADM. No entanto, isto não significa que os relacionamentos não identificados como sendo de risco alto sejam ignorados.

Standard Bank É POSSÍVEL

CLIENTES DE ALTO RISCO SUBMETIDOS AO COMITÉ NO EXERCÍCIO DE 2020

A fim de gerir o risco de BC/FT/PADM, o Conselho de Administração aprovou a composição do Comité de Alto Risco que tem o mandato de decidir sobre o início, manutenção e cessação das relações com Clientes de alto risco “A e P”, à luz da análise de risco que o seu perfil representa para o Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa não só de decidir o início, encerramento e/ ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.

A tabela abaixo ilustra o número de Clientes submetidos ao Comité de Alto Risco para aprovação:

SECTOR	CLIENTE NOVO	MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO	APROVADOS	PENDENTE DE AVALIAÇÃO ADICIONAL
BANCA DE PARTICULARS	29	17	40	6
BANCA DE MÉDIAS EMPRESAS	21	9	18	12
BANCA DE GRANDES EMPRESAS	15	41	36	20



Sistemas Operacionais de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



Ao longo dos anos o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte ao BC/FT/PADM, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e do comportamento dos Clientes do Banco. Neste sentido, estes sistemas de monitorização

identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/ FT/PADM.

MONITORIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES DE CLIENTES

No período em referência o Banco identificou, com base na ferramenta de monitorização de transacções, denominada *Nice Actimize*, um total de 4 551 alertas de transacções suspeitas, das quais 3 748 foram encerradas como não suspeitas e 291 encerradas como suspeitas, que obrigou a validação das transacções por parte da Direcção de Compliance para uma tomada de decisão. Acresce ao exposto 417 alertas suspeitos relacionados com sanções e 1 193 alertas identificados como Pessoas Politicamente Expostas (PEPs).

COMUNICAÇÕES À UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com a legislação sobre a BC/ FT/PADM, no âmbito da obrigação de reporte, o Banco identificou e comunicou à UIF10188 transacções de numerário, bem como 106 operações suspeitas de estarem relacionadas com práticas de branqueamento de capitais, essencialmente, por execução de transacções fora do perfil financeiro inicialmente declarado pelos Clientes.

Listas Internacionais de Sanções e PEP

O SBA, bem como o Grupo Standard Bank, reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - *Customer Due Diligence* - através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de rastreio de entidades sancionadas:

- | **HMT**: *Her Majesty's Treasury (UK)*
- | **EU**: *European Union*
- | **OFAC**: *Office of Foreign Assets Control (US)*
- | **UNSC**: *United Nations Security Council*
- | **MINEFI**: *French Ministry of Economics, Finances and Industry*

Este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o SBA ter em consideração a lista de PEPs locais aquando das suas avaliações.

Políticas e Manuais

De forma a garantir a eficácia legalmente exigida, a função de Compliance possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a gestão e mitigação do risco de Compliance.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO DE COMPLIANCE	POLÍTICA DE CONTROLO DE SANÇÕES FINANCEIRAS E DE FINANCIAMENTO CONTRA O TERRORISMO	NORMAS MÍNIMAS PARA ESTABELECIMENTO DE RELAÇÃO COM BANCOS CORRESPONDENTES
MANUAL DE COMPLIANCE	ABUSO DE MERCADO	PROCESSO DE ANÁLISE DE ALERTAS A NÍVEL DE SANÇÕES DD/TRANSACCIONAL
POLÍTICA DE GOVERNAÇÃO DE GESTÃO DE RISCO DE COMPLIANCE	PROCESSO <i>SAFEWATCH</i>	PROCESSO DE REPORTE DE OPERAÇÕES ACIMA DO EQUIVALENTE A DÓLARES 15 000
POLÍTICA DE CONFLITO DE INTERESSES	POLÍTICA DE PREVENÇÃO À FACILITAÇÃO DA EVASÃO FISCAL	MANUAL DE DILIGÊNCIA REFORÇADA DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO - CBC/FT
POLÍTICA DE INTERESSES COMERCIAIS EXTERNOS	MATRIZ DE RISCO DE COMPLIANCE PARA CBC/FT	DIRECTRIZES SOBRE O UNIVERSO DO RISCO DE COMPLIANCE REGULATÓRIO E PLANO DE GESTÃO DE RISCO DE COMPLIANCE
TRANSACÇÕES A TÍTULO PESSOAL	PROCESSO DE APROVAÇÃO DE KYC	NORMAS MÍNIMAS DE PRIVACIDADE DE DADOS
POLÍTICA DE PRESENTES E ENTRETENIMENTOS	POLÍTICA DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO - CBC/FT	POLÍTICA LISTA DE OBSERVAÇÃO E LISTA RESTRITA
POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS	NORMAS SOBRE SANÇÕES FINANCEIRAS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	
POLÍTICA DE INFORMAÇÃO ESTRITAMENTE NECESSÁRIA	PROCESSO DE REPORTE DE OPERAÇÕES SUSPEITAS	
POLÍTICA <i>CHINESE WALLS</i>		

44

Criamos sinergias e
soluções para os desafios
que se avizinham.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

Investigação e Risco de Fraude

Alinhado ao programa de trabalho de Arquitectura do Grupo Standard Bank, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude do Grupo iniciou em Novembro de 2019 um processo de transferência da sua linha de reporte do Departamento de Risco do Grupo para o departamento de Compliance do Grupo. Este ciclo teve o seu término em 31 de Agosto de 2020, dando origem à integração da Unidade de Investigação e Risco de Fraude no Departamento de Compliance do Grupo a partir do início de Setembro de 2020. A Unidade de Investigação e Risco de Fraude no país continuará a reportar funcionalmente ao Gestor de Investigações do Grupo.

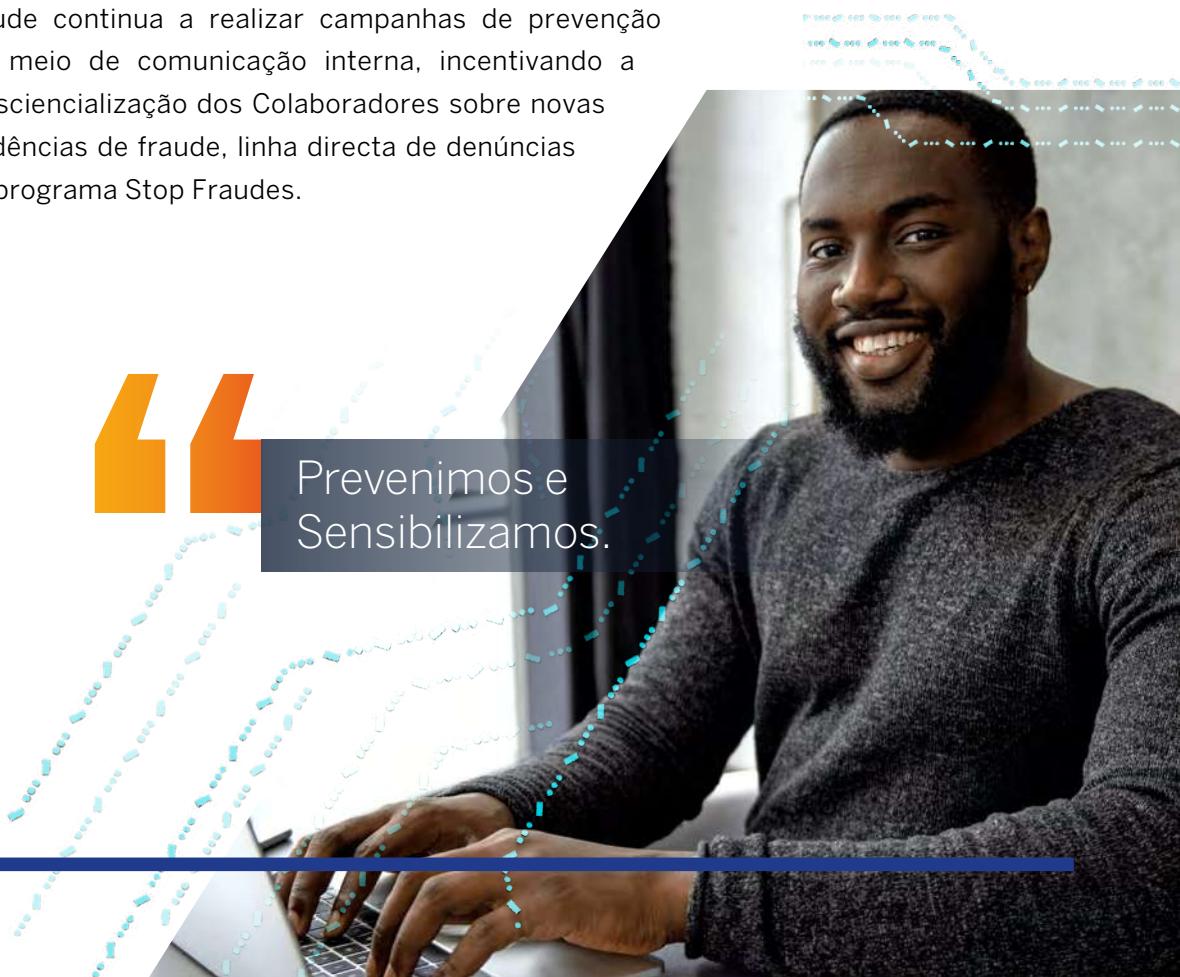
O objectivo desta mudança é criar sinergias e soluções para os desafios que se avizinham, bem como continuar a ser relevante em termos de prestação de serviço às unidades de negócio.

INVESTIGAÇÕES

Em termos de actividade, foram apresentadas à Unidade de Investigação e Risco de Fraude reclamações no valor de 283,2 milhões de Kwanzas no final de Dezembro de 2020, das quais 61% resulta de um incidente de fraude externa perpetrado por um Cliente que beneficiou de debilidades do nosso sistema, enquanto que as restantes reclamações estão relacionados com transacções de cartões de débito que não foram reconhecidas pelos nossos Clientes.

PREVENÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Em termos de sessões de sensibilização, no período de Janeiro a Dezembro de 2020, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude realizou um total de 52 sessões que resultou na participação de 561 Colaboradores onde foram transmitidos conceitos gerais de prevenção e detecção de fraudes. Paralelamente, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude continua a realizar campanhas de prevenção por meio de comunicação interna, incentivando a consciencialização dos Colaboradores sobre novas tendências de fraude, linha directa de denúncias e o programa Stop Fraudes.



SUMÁRIO DAS INICIATIVAS E PROJECTOS DO COMPLIANCE 2020/2021

INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
Criar um painel na ferramenta <i>workflow</i> , para que os membros do Comité de Alto Risco tenham acesso aos ficheiros a serem analisados pelo Comité	Em Curso	Melhorar o processo de aprovação de Clientes de alto risco	Trabalho em curso
Automatização dos alertas legislativos	Em Curso	Digitalização	O objectivo destas iniciativas é de melhorar o tempo de resposta da comunicação da nova regulamentação e, ao mesmo tempo, permitir que o pessoal se concentre em assuntos mais estratégicos
Disponibilizar na intranet do Banco a legislação e os regulamentos chave, bem como os alertas legislativos	Em Curso	Centralização do Cliente	Criar um repositório de legislação chave e resumos de alertas legislativos para permitir uma consulta fácil pelos intervenientes internos relevantes (BUs e CFs)

FORMAÇÕES

No decorrer do exercício de 2020, foram realizadas as seguintes sessões de formação,

organizadas pela Direcção de Compliance, foram ministradas através do Microsoft Teams:

DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Maio	AML Master Class	Todo os Colaboradores do Banco
Junho	Indução Compliance	Novos Colaboradores
Julho	Indução Compliance	Novos Colaboradores da Direcção de Compliance
Julho	Presentes & Entretenimentos	Colaboradores com risco elevado à utilização da política (PBB; CIB; Ops; <i>Procurement</i> ; Marketing)
Agosto	Políticas de Conduta de Compliance	Comité de Gestão de Risco

MODELO DE GESTÃO DE RISCO



O Standard Bank Angola adopta uma abordagem consciente, holística e transversal à gestão do risco, avaliando continuamente os riscos actuais a que se encontra exposto, bem como, os riscos emergentes, adoptando assim uma postura de rigor e transparência. O nosso apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta a mudanças no contexto operacional.

Os nossos principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do nosso negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos nossos Clientes e Accionistas e criar valor partilhado para os diversos *stakeholders*.

As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional dão origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comités de Gestão e Governação, permitindo-nos agir de modo a mitigar o seu impacto, tanto a nível financeiro, como reputacional. Com efeito, o SBA dispõe de processos internos apropriados preparando o Banco para reagir de forma adequada aos riscos emergentes. No futuro, continuaremos a melhorar a consistência do processo de identificação e materialização destes riscos. Pretendemos melhorar a nossa capacidade de transformar o conhecimento

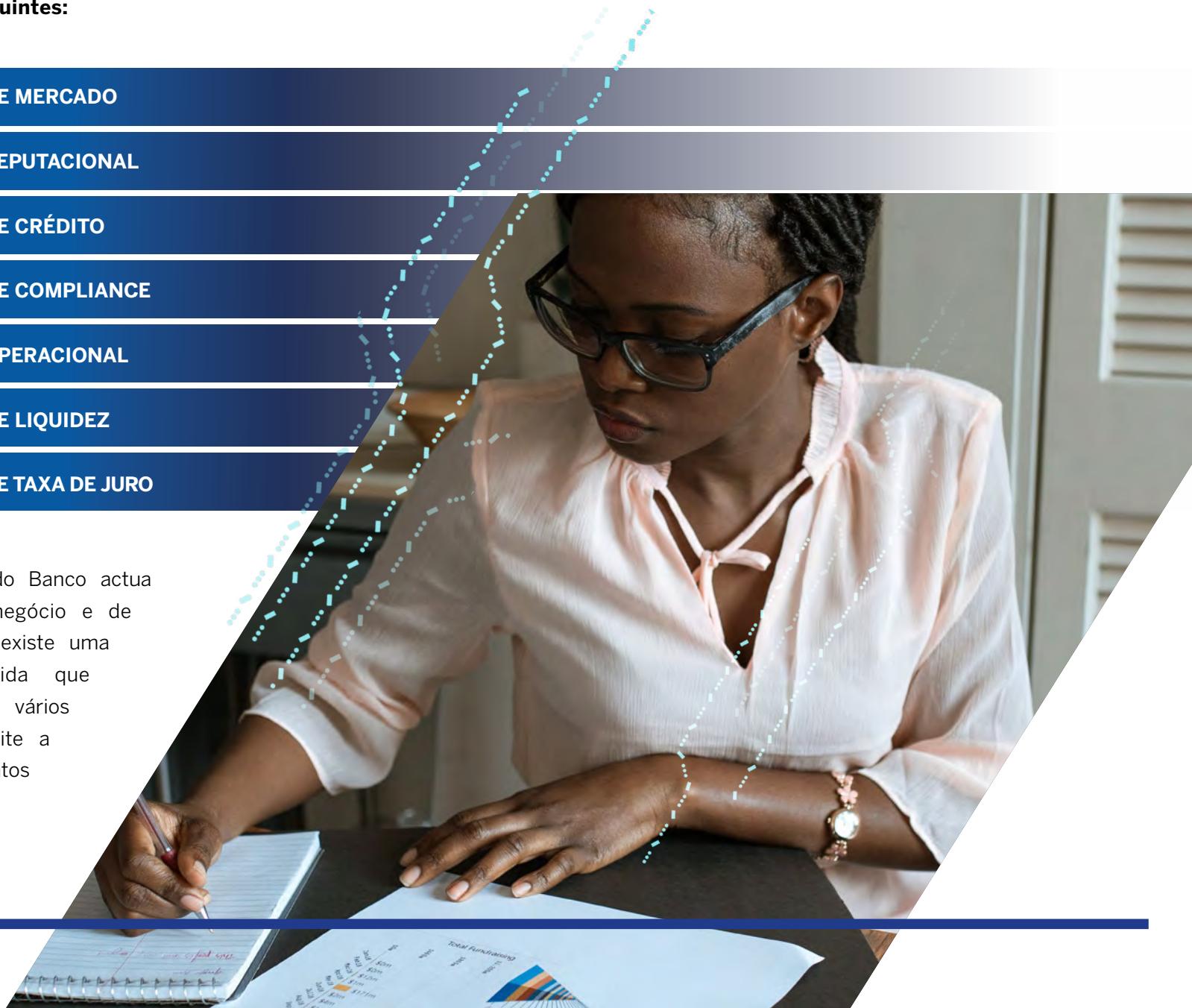
sobre risco em medidas concretas, de modo a reforçar a cultura de risco em todo o Banco. Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, consequentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta os Avisos n.º 1/13 e n.º 2/13 do BNA.

Os principais riscos contemplados no Modelo de Gestão de Risco são os seguintes:



O Modelo de Gestão de Risco do Banco actua transversalmente às áreas de negócio e de suporte do SBA. Assim sendo, existe uma estrutura completamente definida que facilita a comunicação entre os vários intervenientes do Banco e permite a eficácia nos processos e procedimentos de mitigação do risco.



Governação e Estrutura de Gestão de Risco

O SBA dispõe de uma estrutura orgânica que assenta numa gestão de riscos avançada, preservando a independência da função e mantendo a proximidade necessária às áreas de negócio, onde o risco é originado. De acordo com a estrutura do Grupo, o Presidente da Comissão Executiva é o responsável máximo pelo Sistema

de Gestão de Riscos do Banco, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo e tendo em conta os Avisos n.º 1/13 e n.º 2/13 do BNA. O Administrador, com o Pelouro da Direcção de Risco, apoia o Presidente da Comissão Executiva (PCE) a

desempenhar a sua responsabilidade e faz parte de um órgão independente, responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, tendo como principais objectivos a supervisão e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco.

Modelo de Gestão de Risco e Organização

O modelo de gestão de riscos do SBA assenta em três linhas de defesa, visando garantir a independência e eficiência desta gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos, nomeadamente, Crédito, Compliance, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional e Sistemas de Informação.

No âmbito do Modelo de Gestão de Risco, a primeira linha de defesa consiste na gestão das Unidades de Negócio e de Suporte. Esta linha é responsável pela gestão de risco do Banco, sendo a apreciação, avaliação e mensuração de riscos um processo contínuo que está integrado nas actividades diárias do negócio.

As responsabilidades da segunda linha de defesa compreendem a definição da estrutura de gestão de risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Risco do SBA, e para o Conselho de Administração, através dos Comités de Crédito, do Comité de Gestão de Risco, e Comité de Activos e Passivos. As funções de gestão de risco das unidades de negócio visam implementar o modelo de gestão de risco, a política nas unidades de negócio, aprovar os riscos dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral independente da eficácia da gestão de risco pela primeira linha de defesa.



A terceira e última linha de defesa fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de risco e estruturas de gestão de risco e relatórios para o Conselho de Administração através do Comité de Auditoria.



Universo do Risco

O universo de risco de um Banco representa os riscos que são inerentes ao negócio e podem ser classificados da seguinte forma:

RISCOS ESTRATÉGICOS

O risco de que o plano de negócio e estratégia de negócio possam ser inadequados para evitar perdas ou proteger a nossa posição competitiva e o valor para os Accionistas. Inclui os riscos estratégico, de negócio e de reputação.

RISCOS NÃO FINANCEIROS

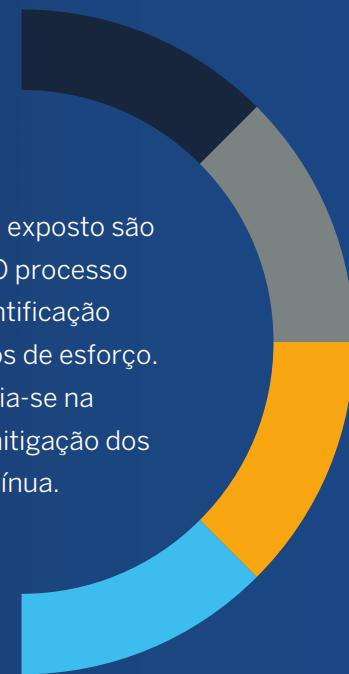
Os riscos não financeiros normalmente excluem aqueles riscos que podem ser quantificáveis e mensuráveis, como os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. Este tipo de riscos têm uma natureza complexa e por vezes apresentam uma sobreposição entre eles, como é o caso dos riscos de conduta, contraparte, cibernético, entre outros.

RISCOS FINANCEIROS

Alterações inesperadas nos mercados externos, preços, taxas e oferta e procura por liquidez. Os riscos financeiros incluem os riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Ciclo de Vida do Risco

Os vários riscos que um banco se encontra exposto são geridos ao longo do ciclo de vida do risco. O processo de gestão de risco inclui uma rigorosa quantificação dos riscos em condições normais e cenários de esforço. O modelo de gestão de riscos do SBA baseia-se na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos actuais e potenciais numa base contínua.



IDENTIFICAÇÃO

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do SBA.

AVALIAÇÃO

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente, a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de esforço.

ACOMPANHAMENTO

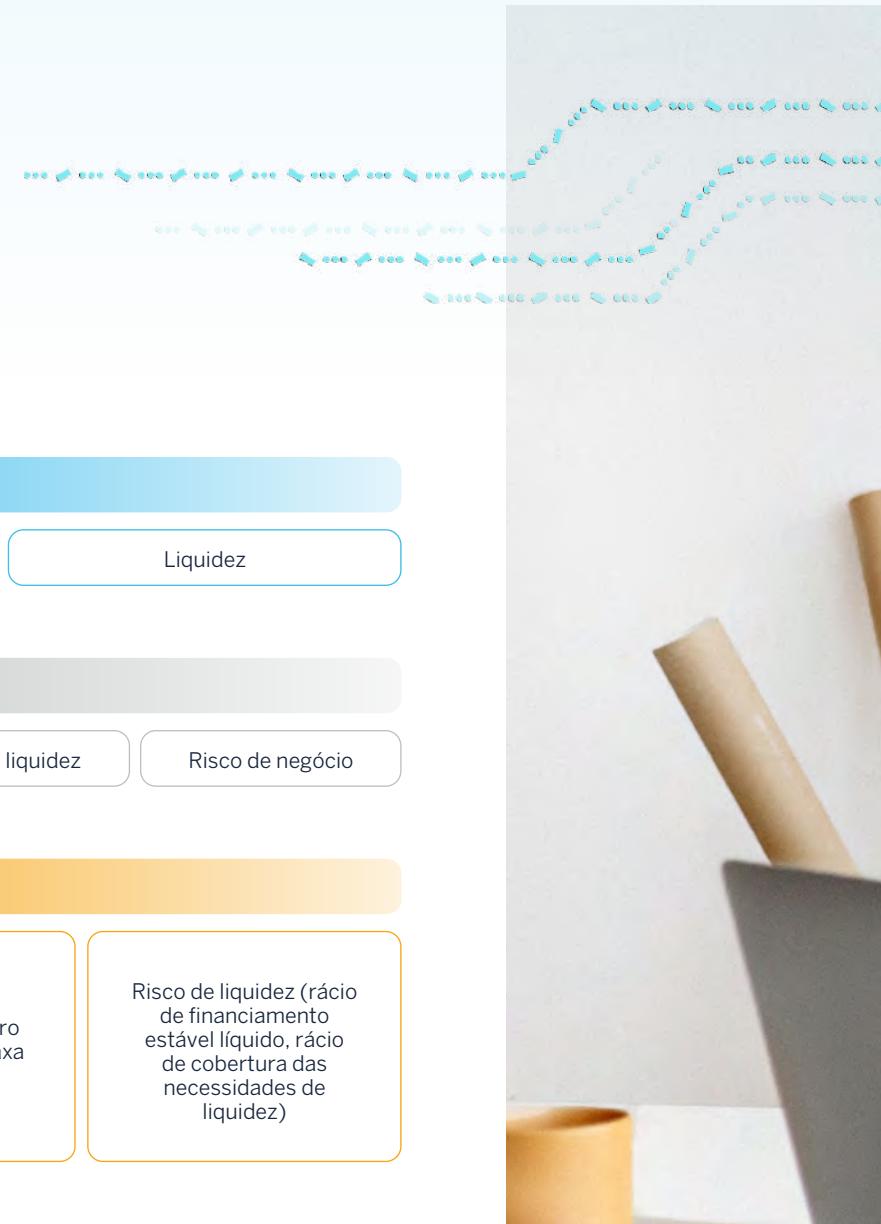
De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do modelo de gestão de risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas de forma a garantir a sua robustez e eficiência. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

MITIGAÇÃO

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

I Apetite ao Risco

O apetite de risco é o nível de tolerância ou tipo de risco que o Banco está disposto a assumir na prossecução dos seus objectivos financeiros e estratégicos, reflectindo a sua capacidade de suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações, tanto num cenário normal, como em condições adversas. De forma a garantir um aumento da rentabilidade e um crescimento sustentável, é essencial garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco. **Para 2020 o apetite de risco cobre três níveis diferentes:**



NÍVEL I: DIMENSÕES DE APETITE DE RISCO

Capital regulamentar

Capital económico

Stressed earnings

Liquidez

NÍVEL II: DIMENSÕES DE APETITE DE RISCO, POR TIPO DE RISCO

Risco de crédito

Risco operacional

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

Risco de liquidez

Risco de negócio

NÍVEL III: LIMITES DE PORTFÓLIO POR TIPO DE RISCO

Risco de crédito (rácio de perdas de crédito, crédito vencido, concentrações)

Risco operacional (perdas de risco operacional (em %) para o total de rendimentos)

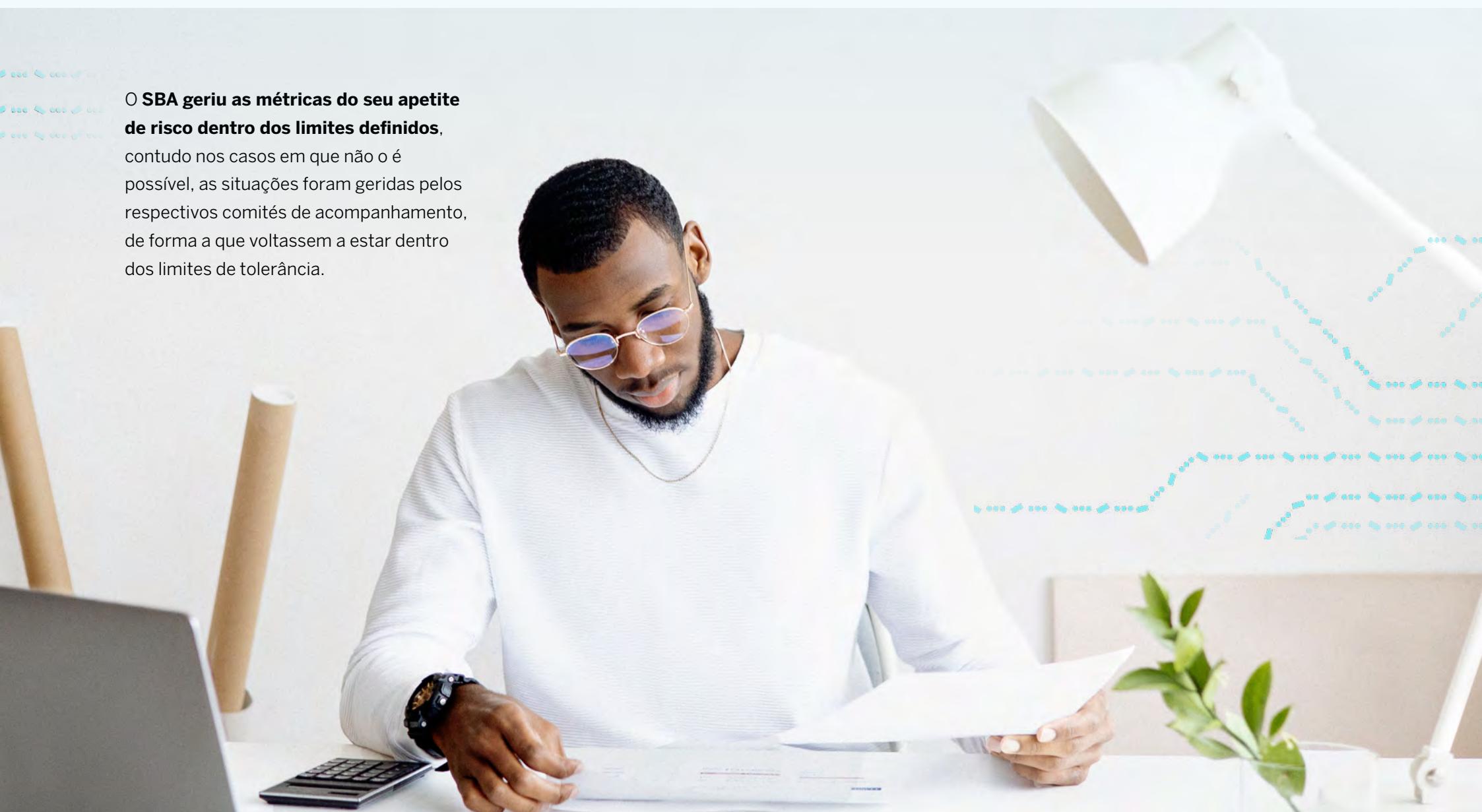
Risco de mercado: (limites *Value at Risk (VaR)* e *Shareholder Value at Risk (SVaR)*)

Risco de taxa de juro (sensibilidade da taxa de juro)

Risco de liquidez (rácio de financiamento estável líquido, rácio de cobertura das necessidades de liquidez)

O SBA geriu as métricas do seu apetite de risco dentro dos limites definidos.

contudo nos casos em que não o é possível, as situações foram geridas pelos respectivos comités de acompanhamento, de forma a que voltassem a estar dentro dos limites de tolerância.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

I Tipologia de Riscos

Como mencionado anteriormente, e de forma inerente à sua actividade, o Banco enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente.

O SBA faz, anualmente, uma avaliação abrangente dos riscos a que se encontra exposto de forma identificar os riscos que requerem uma maior atenção e acompanhamento devido ao seu potencial impacto nos objectivos estratégicos. O Banco analisa os principais factores de geração de risco e aplica controlos de forma a minimizar os seus impactos caso ocorra um evento desfavorável. Os principais riscos identificados no exercício de 2020 foram: Crédito; Regulatório; Tecnologia; Cibernético e de Informação; Execução; Contraparte; Interrupção de negócio; Conduta; e Fraude.

O acesso à informação do Banco é um tema que requer a devida atenção, considerando o aumento significativo do uso de dispositivos móveis privados dentro das organizações. Considerando o risco iminente e a necessidade de proteger a informação, proactivamente a **Direcção de Sistemas de Informação implementou em 2020 várias soluções de segurança tais como:**

ACTUALIZAÇÕES DE VULNERABILIDADES REMOTA

A solução permite a **actualização de patches de segurança** nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.

CAMPANHAS DE PHISHING

Foi introduzida uma ferramenta que permite **aferrir o grau de susceptibilidade a ataques cibernéticos de phishing**. A solução permite o envio de *targeted emails* para os Colaboradores e registo automático para formações de *phishing*.

FRAUDE

O Banco já disponibiliza de uma solução de Fraude interna, que foi desenvolvida via robótica, e que permite **identificar transacções fraudulentas por parte dos Colaboradores**.

TESTES DE PENETRAÇÃO

Testes de penetração **ao novo canal digital, SB24**, foram efectuados com um resultado positivo. Os mesmos validaram a capacidade do banco em operar a partir do seu site secundário por um período de uma semana.



“ Atenção e controlo permanente sobre os riscos.

I RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste no risco de uma alteração no justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado (ex.: preços de acções, obrigações ou matérias-primas, taxas de câmbio, taxas de juro, spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas nas variáveis de mercado).

A identificação, gestão, controlo, análise e reporte do risco de mercado são classificados da seguinte forma:

RISCO DE NEGOCIAÇÃO

Este risco surge em **actividades de negociação em que o Banco actua como agente principal**, sem intermediários, com os investidores. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam contidas nas operações de Corporate and Investment Banking (CIB).

RISCO CAMBIAL

Tem a sua génese na **alteração do justo valor futuro dos fluxos de caixa**, com diferentes níveis de exposição financeira, devido a alterações na taxa de câmbio subjacente.

RISCO DE INVESTIMENTO EM ACÇÕES

Este risco surge da **volatilidade dos preços das acções**, com maior ou menor liquidez, devido a condições sistémicas e não sistémicas.



| Governação

O Conselho de Administração aprova o apetite e os padrões de risco de mercado para todos os tipos de risco de mercado. O Conselho concede ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) **autoridade geral para assumir a exposição ao risco de mercado.**

O ALCO define políticas de risco de mercado para garantir que a medição, produção de relatórios, monitorização e gestão do risco de mercado associado às operações do Banco **seguem uma estrutura de governação holística.** O ALCO reporta à Comissão Executiva (EXCO) e ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

A gestão de risco em Angola está sob a tutela do Grupo Standard Bank para assegurar que **os padrões do Grupo são respeitados e que os requisitos mínimos são alcançados.** A Unidade de Gestão de Risco, que é independente da actividade de negociação e faz reporte directo ao ALCO, controla as exposições ao risco de mercado decorrente da actividade do Banco. Esta Unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.



Standard Bank É POSSÍVEL

Políticas de Risco de Mercado

A Política de Risco de Mercado pretende cobrir todo o risco de mercado incluído nas carteiras de justo valor através de resultados (FVTPL ou negociação), justo valor através de outro rendimento integral (FCTOCl) e custo amortizado do Banco.

NORMA DE GESTÃO DE RISCO DE MERCADO

A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo, assim, que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão dos mesmos obedece a um quadro de governação comum ao Grupo e em cumprimento com a regulamentação Angolana.

PROCEDIMENTO DE BACKTESTING

O Banco tem definidos procedimentos de *Backtesting* e estes devem ser efectuados em conjugação com a Política de Risco do Mercado, à qual estão associados.

PRINCÍPIOS DE VaR

O SBA tem princípios centrais que devem ser utilizados no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

PROCEDIMENTO DE TESTES DE ESFORÇO

Existem procedimentos de testes de esforço que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.

Técnicas para medir e controlar o Risco de Mercado

1 / 7 **POSIÇÃO CAMBIAL DIÁRIA**

O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições *overnight* de forma agregada. Estes limites estão alinhados com os limites especificados pelo BNA que correspondem a uma percentagem do capital do Banco.

2 / 7 **BACKTESTING DO VaR**

A área de Risco de Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de *backtesting*, ou seja, uma comparação ex-post da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira devido a alterações das variáveis do mercado, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas do *backtesting* baseiam-se em lucros ou perdas teóricas derivados dos movimentos de mercado e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%. A Unidade de Risco reporta as excepções e respectivas justificações com uma periodicidade mensal ao ALCO.

3 / 7 **VALUE-AT-RISK (VaR) DIÁRIO**

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o SBA utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico. Esta metodologia contempla dados históricos observáveis no mercado e, implicitamente a correlação de dados. Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em consideração efeitos de segunda e de terceira ordem.

A utilização do VaR histórico, no entanto, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta mais limitações do que quando se adopta uma simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo para complementar o cálculo do VaR e auxiliar a análise de novas transacções, sempre que necessário.



4 / 7 **TESTES DE ESFORÇO**

Os testes de esforço permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições de mercado extremas, mas plausíveis. São um complemento a outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado. O exercício de testes de esforço praticado pelo SBA, para além de ser uma ferramenta crucial à gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo N.º 2/17 do BNA que tem como objectivo uma gestão de risco eficaz e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

5 / 7 **POINT VALUE 01 (Pv01)**

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

6 / 7 OUTRAS MEDIDAS DE RISCO DE MERCADO

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as Unidades de Negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de *pricing* e as métricas de gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo SBA ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de Risco de Mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos.

Do mesmo modo, a área de Risco de Mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos inputs utilizados no *pricing* dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão menos razoável dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes *mark-to-market* necessários.



7 / 7 MONITORIZAÇÃO E REPORTE

O controlo e acompanhamento do risco de mercado são realizados, diariamente pelas Unidades de Negócio, mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.

RISCO CAMBIAL

As posições de câmbio do Banco surgem principalmente de actividades de negociação de câmbio, que são regidas por limites de posição aprovados pela ALCO de acordo com a política de risco de mercado do Grupo Standard Bank. Esses limites de posição estão sujeitos a revisão, pelo menos anualmente, e as exposições cambiais são monitorizadas diariamente pela função de risco de mercado e revistas mensalmente para garantir vêm ao encontro do apetite de risco aprovado pelo Comité. O gráfico abaixo apresenta o comportamento da taxa de câmbio Kwanzas/Dólares durante o ano de 2020.

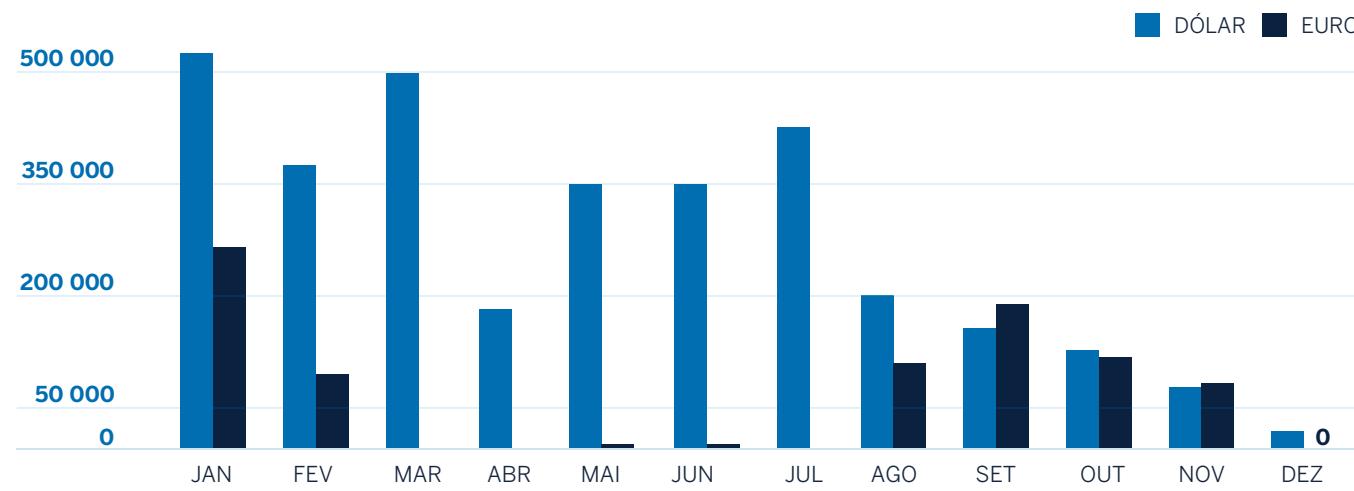
TAXA DE CÂMBIO MÉDIA MENSAL (KWANZAS/DÓLARES)

Fonte: BNA



VOLUME DE VENDAS DE DIVISAS DO BNA (EM MILHARES)

Fonte: BNA



2020 em Análise

01

Optimização da configuração do actual sistema de *front office*, através do *upgrade* ao sistema de negociação;

02

Análise, validação, manutenção e reporte de todos os dados, no âmbito do risco de mercado do SBA.

| RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco. O risco de crédito adopta particular importância num contexto macroeconómico hostil, pela importância

dada à admissão de novas operações, ao acompanhamento de carteiras de crédito e sua monitorização e mitigação de quaisquer riscos emergentes. O ano de 2020 foi um ano sem precedentes, com o impacto global da pandemia Covid-19. Por esse motivo houve uma análise constante da carteira de crédito do SBA, tendo sido efectuadas revisões frequentes do risco assumido, por forma a garantir que o impacto da pandemia fosse gerido de forma adequada. Em 4

de Setembro de 2020, a Fitch rebaixou o *rating* soberano de longo prazo em moeda estrangeira de Angola de B- para CCC. Pouco depois, a Moody's seguiu a revisão em baixa dos *ratings* de emissor de longo prazo em moeda estrangeira e local de Angola de B3 para Caa1 e alterou a perspectiva para estável. Consequentemente, procedeu-se a uma revisão do impacto destes *downgrades* na carteira, nomeadamente nas posições soberanas detidas pelo Banco.

Para o SBA, a gestão deste risco baseia-se numa metodologia que abrange cada uma das fases do processo de gestão, entre elas **i) Análise; ii) Aprovação; iii) Monitorização e, quando necessário, Recuperação.** Esta gestão difere entre Clientes “particulares” e “empresas”, sendo por isso efectuada a segmentação dos Clientes tendo por base:

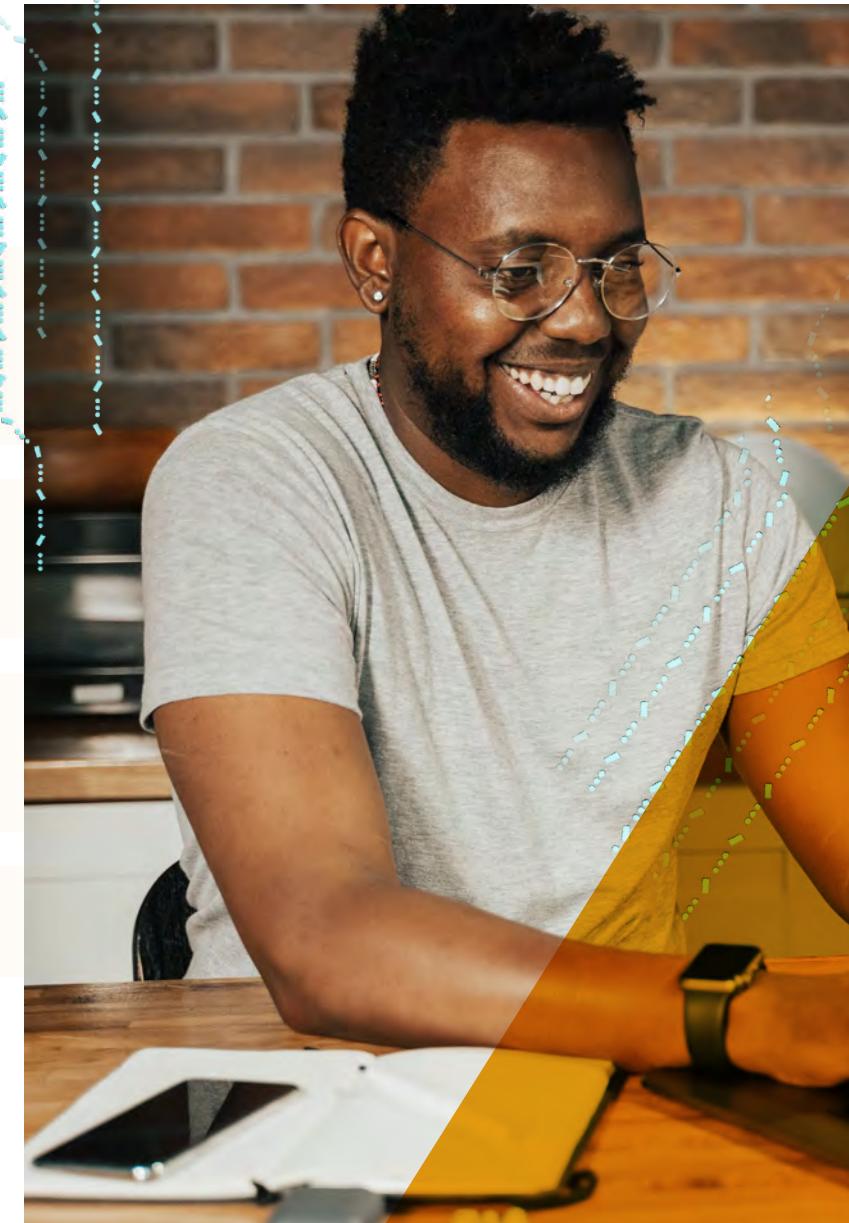
Recurso a sistemas internos de *rating* e scoring apropriados aos diferentes segmentos do negócio e utilização de um modelo de monitorização de portfólio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;

Estrutura sólida de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito;

Dedicação exclusiva de unidades estruturais para recuperação de crédito em situações de incumprimento;

Acompanhamento regular da evolução da carteira.

O Banco determina limites de risco de acordo com a sua exposição total ao risco de crédito e com a absorção de capital, relativo ao total do capital disponível para todas as contrapartes, de forma a evitar o apetite e concentração do risco de crédito. Estes limites devem ser cumpridos nas medidas de concessão e gestão da carteira de crédito.





| Modelo de Governação

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Standard Bank de Angola envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco

mediante a atribuição de funções, utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades. O modelo de governação da gestão do risco de crédito do Banco engloba nomeadamente o Comité de Governação de Crédito, Comité de Gestão de Risco de Crédito, Comité de Crédito e o Comité de *Watchlist* e Crédito Vencido.

| Políticas de Crédito

O SBA rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito. A política do Grupo Standard Bank é transversal a todas as Unidades de Negócio, entidades jurídicas e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e define:

Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito

Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito

Definição das principais responsabilidades

Estrutura de reporte a utilizar

Factores de Risco de Crédito

AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O SBA atribui uma notação de risco a cada Cliente, através de modelos de scoring e *rating* que permitem avaliar, qualitativa e quantitativamente, a probabilidade de incumprimento. A base desta avaliação é uma matriz utilizada pelo Grupo Standard Bank que **tem equivalência para as matrizes internacionais** de agências de *rating* *External Credit Assessment Institutions* (ECAI).

Quanto aos níveis de aprovação, são quantificados, tendo em consideração as classes de risco das contrapartes, sendo-lhes atribuída uma classificação de risco com a exposição ou limite de risco alocado. Adicionalmente, o **SBA definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco** para o segmento de Clientes empresa, tendo em consideração a opinião especializada do Analista de Crédito e alinhada às políticas e procedimentos internos.



AVALIAÇÃO DE GARANTIAS HIPOTECÁRIAS

O SBA tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias, em cumprimento com as orientações do BNA, que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados. As suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação **já aprovados e utilizados pelo Banco**, para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco.

APROVAÇÃO DE CRÉDITO

De forma a garantir que as pessoas e Comités com qualificações cumprem os seus deveres, a delegação de poderes é definida na norma de crédito do Banco. Assim a eficiência operacional da concessão, gestão de contas e função de cobrança dos departamentos de crédito é optimizada. Enquanto vigorar a nomeação de cada pessoa para determinado cargo, os poderes são concedidos, individualmente. A política esclarece ainda que de **2 em 2 anos devem-se a realizar testes regulares** para que os mandatos de crédito sejam alocados aos devidos Colaboradores, com as qualificações necessárias.

IMPARIDADES PARA CRÉDITO

O SBA calcula as imparidades para crédito através de um modelo interno **em conformidade com a IFRS9, adoptada em 2018**. Este modelo permite identificar a probabilidade de incumprimento da carteira (PD ou *Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (LGD ou *Loss Given Default*). Para cada Cliente que apresente um incumprimento igual ou superior a 90 dias, é realizada uma análise que determina o justo valor da carteira de crédito, considerando o valor actual dos *cash-flows* futuros estimados.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Com o intuito de salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ ou os limites definidos pelo Conselho de Administração, para além da monitorização, o SBA **avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito**, face ao nível de fundos próprios do Banco.

MONITORIZAÇÃO E REPORTE DO RISCO DE CRÉDITO

Adicionalmente, para acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, o SBA adopta um conjunto de iniciativas:

Testes de Esforço

Cada Cliente é avaliado individualmente num cenário macroeconómico desfavorável e são quantificados os possíveis impactos no desempenho do mesmo, em matéria de qualidade do seu crédito. Estes testes são uma ferramenta chave de apoio para processos de negócio: **(i)** planeamento estratégico e financeiro; **(ii)** planeamento de gestão de capital; **(iii)** planeamento e gestão de liquidez; **(iv)** actualização e definição do apetite de risco; **(v)** identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.

Gestão de contratos

Monitoriza de forma contínua, os termos e condições dos contratos celebrados.

Análise/ impacto do risco de país à carteiras

Prevê quais os Clientes da carteira de crédito que, numa eventual queda da notação de risco do país, terão impacto negativo.

Avaliação de garantias

Actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, alinhadas com as orientações estipuladas pelo BNA.



Qualidade de Crédito

O nível de provisionamento da carteira de crédito do SBA manteve-se nos de 2% em 2020, não se tendo alterado face a 2019. Este resultado reflecte a manutenção do nível de incumprimento, resultado da adopção de medidas de risco preventivas e da revisão do apetito de risco de crédito do Banco **para combater o contexto macroeconómico adverso**.

De realçar que a carteira de crédito de particulares tem um risco associado relativamente maior do que o segmento de empresas, no entanto tem vindo a registar um **valor de cobertura de imparidades cada vez menor**, atingindo os 6,9%, face ao 7,7% em 2019.

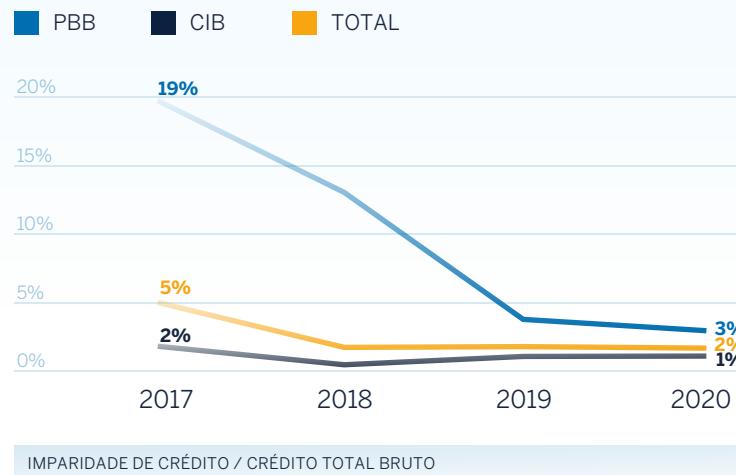
Paralelamente, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito, manteve-se nos 1% em 2020. Tendo-se observado uma estabilidade do segmento de particulares no rácio de incumprimento acima de 90 dias, manteve em 2020 igual a 2019 nos 0,33%. Estes valores resultaram de uma **avaliação contínua e de uma adequada gestão do risco por parte do Banco**.



Gestão e Avaliação Contínua.

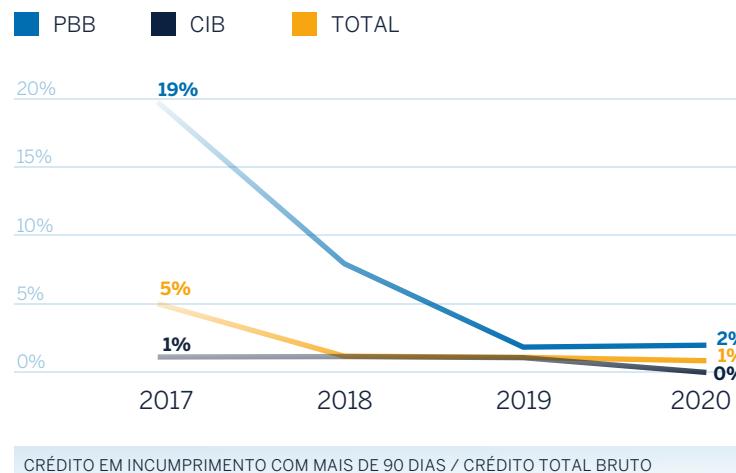
COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Fonte: Demonstrações financeiras 2020



INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS

Fonte: Demonstrações financeiras 2020



Exposição ao Risco de Crédito

Com base na qualidade de crédito, os contratos são categorizados de acordo com os seguintes conceitos:

INCUMPRIMENTO

- | Improbabilidade de pagamento do montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste, sem que a contraparte recorra a alienações de títulos (tendo indícios objectivos por base);
- | Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias.

CRÉDITO VINCENDO (PL OU PERFORMING LOANS)

- | Crédito ainda não vencido, que cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Os créditos cuja monitorização não requer especial atenção, são classificados de 1 a 21 na escala do Banco, enquanto os que necessitem de monitorização regular são dadas classificações de 22 a 25, aplicável à carteira do CIB;
- | Créditos que sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta. É esperado que o valor facial seja recuperado. Neste caso a probabilidade de perda é baixa, mas poderá ocorrer aquando da persistência de condições adversas.

CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO (NPL OU NON-PERFORMING LOANS)

- | Créditos onde são identificados indícios de incumprimentos pelo Banco, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias.

A tabela abaixo define a escala de **rating** do Banco e é utilizada para garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco.

	CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	MOODY'S INVESTOR SERVICES	STANDARD & POOR'S	FITCH
1 - 4	Investimento	Monitorização Normal	Aaa, Aa1, Aa2, Aa3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-
5 - 7			A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-
8 - 12			Baa1, Baa2, Baa3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-
13 - 21			Ba1, Ba2, Ba3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-
22 - 25	Sub-Investimento	Monitorização Próxima	Caa1, Caa2, Caa3, Ca	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-
Incumprimento			C	D	D



I RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como o risco de perdas sofridas em consequência da inadequação, ou falha em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. No SBA os vários subtipos de risco operacional são geridos e acompanhados pelo Departamento de Risco Operacional.

Estes subtipos incluem os Riscos Fiscal, de Seguro, Legal, de Informação, Tecnológico, de Continuidade do Negócio, e Controlo de Crimes Financeiros.

GOVERNAÇÃO

O modelo de gestão do Banco testa a capacidade de resposta em situações de crise do negócio, desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, bem como prepara respostas em casos de emergência. **O Banco dispõe de:**

Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente os de segurança física e electrónica eficazes;

Plano de continuidade de negócio, com foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos;

Registo de activos de informação do Banco com as suas devidas classificações;

Sistemas de detecção de fraude e branqueamento de capitais.

A função de risco operacional é independente da função de gestão do negócio e faz parte da 2^a linha de defesa do sistema de controlo interno, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional e facilitar a sua adopção.

Existem equipas dedicadas a cada Unidade de Negócio, bem como às áreas de especialização (ou seja, gestão de continuidade de negócio, gestão de risco de informação) que facilitam a adopção do modelo de governação de risco operacional.

O Departamento de Risco Operacional, monitoriza, supervisiona e reporta **temas de risco operacional nos seguintes fóruns:**



**GESTÃO DE CONTINUIDADE
DE NEGÓCIO E RISCO DE
INFORMAÇÃO**



**COMITÉ DE GESTÃO DE
RISCO DA COMISSÃO
EXECUTIVA**



**COMITÉ DE GESTÃO DE
RISCO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**

| Departamento de Risco Operacional





Adoptamos as melhores
práticas internacionais
para a mitigação do risco.



Standard Bank **É POSSÍVEL**

| Políticas de Risco Operacional

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, com um investimento contínuo para aplicação/transposição das melhores práticas internacionais para a sua realidade. **A gestão do risco operacional no SBA, preconiza as políticas seguidas pelo Grupo e assenta, essencialmente, em pilares como:**

- Gestão de incidentes
- Sistema Auto-avaliação de Controlos de Risco (RCSA)
- Indicadores Chave de Risco Operacional (KRI ou *Key Risk Indicator*)
- Análise de cenários de riscos



“ Gestão Robusta do Risco.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

A Função de Risco Operacional

A função de risco operacional tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos resultantes de uma gestão danosa.

Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para o Banco implementar mecanismos de gestão robustos e eficazes, de forma a minimizar a exposição a este risco.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o SBA recorre a 4 instrumentos de gestão de risco:

POLÍTICA DE GESTÃO DE INCIDENTES

Política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.

KEY RISK INDICATORS (KRI)

Implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.

RISK CONTROL SELF-ASSESSMENT

Metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

ANÁLISE DE CENÁRIOS DE RISCO

Ferramenta de abordagem de gestão avançada (AMA) para gerir o risco operacional. AMA é uma abordagem oficial do Grupo Standard Bank para o cálculo e alocação de capital de risco operacional.

| 2020 em análise

É de realçar um conjunto de tópicos determinantes no ano transacto e que moldaram a função de risco operacional:

Realização de uma análise e avaliação aos fornecedores considerados relevantes, no sentido de auferir a sua capacidade de resposta, no que diz respeito à gestão de continuidade do seu negócio, ao tratamento da informação, bem como aos seus controlos a nível de segurança física e electrónica;

Aprovação e implementação de novas plataformas e acesso remoto para apoiar o trabalho remoto;

Implementação do novo sistema de Gestão de Risco Operacional (RMP), assim como a automatização dos indicadores chaves de risco para a Banca Corporativa;

O plano do Banco de resposta a pandemias foi activado para continuar a garantir serviços aos nossos Clientes;

Implementação de uma solução robótica (Nala), um gestor virtual de riscos. Nala é o primeiro Colaborador digital do Risco Operacional Integrado com a função de habilitar efectivamente o acesso a informação, fornecer uma experiência única ao utilizador, colaborar, solucionar problemas e dar suporte à comunidade de Risco;

Realização de campanhas de sensibilização sobre prevenção de fraude financeira;



Foram criadas todas condições para se efectuar o trabalho remoto e desta forma reduzir o risco de contaminação, com 60% da capacidade do Banco a trabalhar a partir de casa. Alguns Colaboradores a trabalhar em regime de rotatividade e equipas distribuídas pelas diferentes instalações do Banco;

Realização de campanhas de sensibilização sobre as medidas de prevenção da pandemia;

Foi instituído o Comité de Gestão de Crise para monitorar os desenvolvimentos da pandemia, tomar decisões sobre as melhores medidas de prevenção e salvaguardar a saúde dos seus Colaboradores.

| RISCO TAXA DE JURO

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um Banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um Banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

GOVERNAÇÃO

É da responsabilidade do ALCO definir as orientações de gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book – IRRBB*), de modo a salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco.

A IRRBB é gerida pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.



I Gestão do Risco de Taxa de Juro



RISCO DE REFIXAÇÃO

Surge aquando de divergências entre as maturidades residuais e/ ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.



RISCO DA CURVA DE RENDIMENTOS

Sempre que existem alterações imprevistas na curva de rendimentos (taxa de juro) que têm consequências adversas no rendimento ou no valor económico do Banco. Ao contrário do risco de refixação, este admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos, constituindo, por isso, um refinamento de abordagem face ao anterior.



RISCO DE INDEXAÇÃO

Consequência da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.



RISCO DE OPÇÃO

Resultado da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço, ou nas contas extrapatriacionais, que facultam ao proprietário não a obrigação, mas apenas o direito de comprar, vender, ou de alguma alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.



Investimos no presente para beneficiar no futuro.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

Princípios de Gestão do Risco de Taxa de Juro

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ECONÓMICO

O valor económico do activo e passivo das Instituições Financeiras é afectado por variações nas taxas de juro do mercado. Este valor representa uma avaliação actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros.

Ao contrário da perspectiva de sensibilidade da margem de juros, a perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos possíveis efeitos e impacto das alterações das taxas de juro no longo prazo.

As alterações no valor económico por consequência do choque padrão das taxas de juro, serve de base para o cálculo do risco associado a este valor. Assim, é realizada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal.

Actualmente, o alerta de apetência de risco do valor económico do SBA é 20% da soma dos fundos próprios de base (Nível 1) e fundos próprios complementares (Nível 2).

ANÁLISE DE ESTATÍSTICA DE GAPS

Esta análise quantifica o impacto na margem financeira de juros, causado por alterações das taxas de juro.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, o gap de refixação surge da subtracção dos passivos em cada uma das bandas temporais aos activos correspondentes. Para dar um número aproximado da alteração na margem de juros, resultante do anteriormente referido movimento das taxas de juro, estes gaps podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro. Contudo, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco, devido às limitações desta metodologia.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA

Para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro, é utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros. Para tal, de forma a determinar o impacto que estas alterações possam ter na margem de juros futura, é necessária uma abordagem que envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro. Para calcular o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária, devem ser considerados pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite não só a interacção dinâmica de pagamentos e taxas de juro, como também captura o impacto das opções incorporadas e explícitas.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA **EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO**

A exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro optimista, esperado e em baixa deve ser quantificado e relatado mensalmente ao ALCO. Estes cenários devem ser específicos para o tipo de moeda, seja nacional ou estrangeira, e basear-se em possíveis alterações das taxas de juro no curto prazo que poderão acontecer devido a aumentos ou cortes das taxas de referência pelo BNA e/ ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA **PARA EFEITOS DE TESTE DE ESFORÇO MACROECONÓMICO**

Considerando os termos exigidos pelo regime de governação de testes de esforço do SBA, os testes de esforço macroeconómicos devem ser realizados pelo menos uma vez por ano.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA **EM CONDIÇÕES DE MERCADO ADVERSAS**

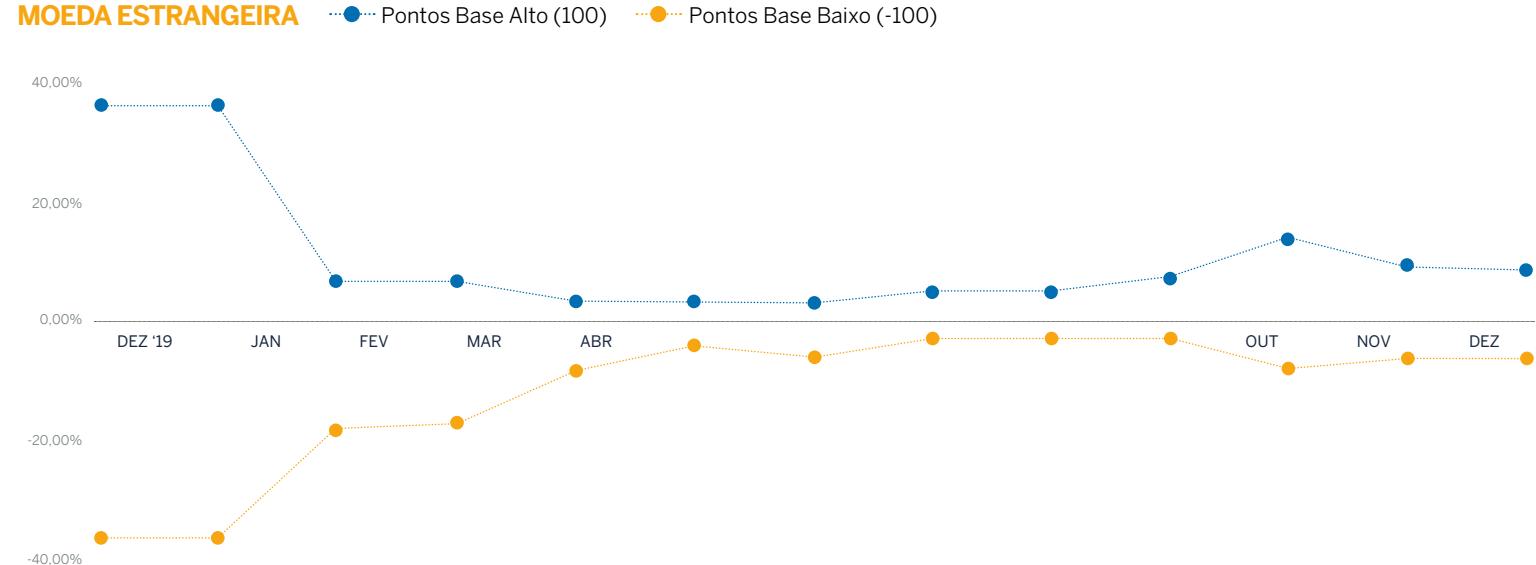
Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Para esta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, que têm como limite de tolerância um máximo de alteração negativa igual a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

Impactos Taxa de Juro

MOEDA NACIONAL



MOEDA ESTRANGEIRA

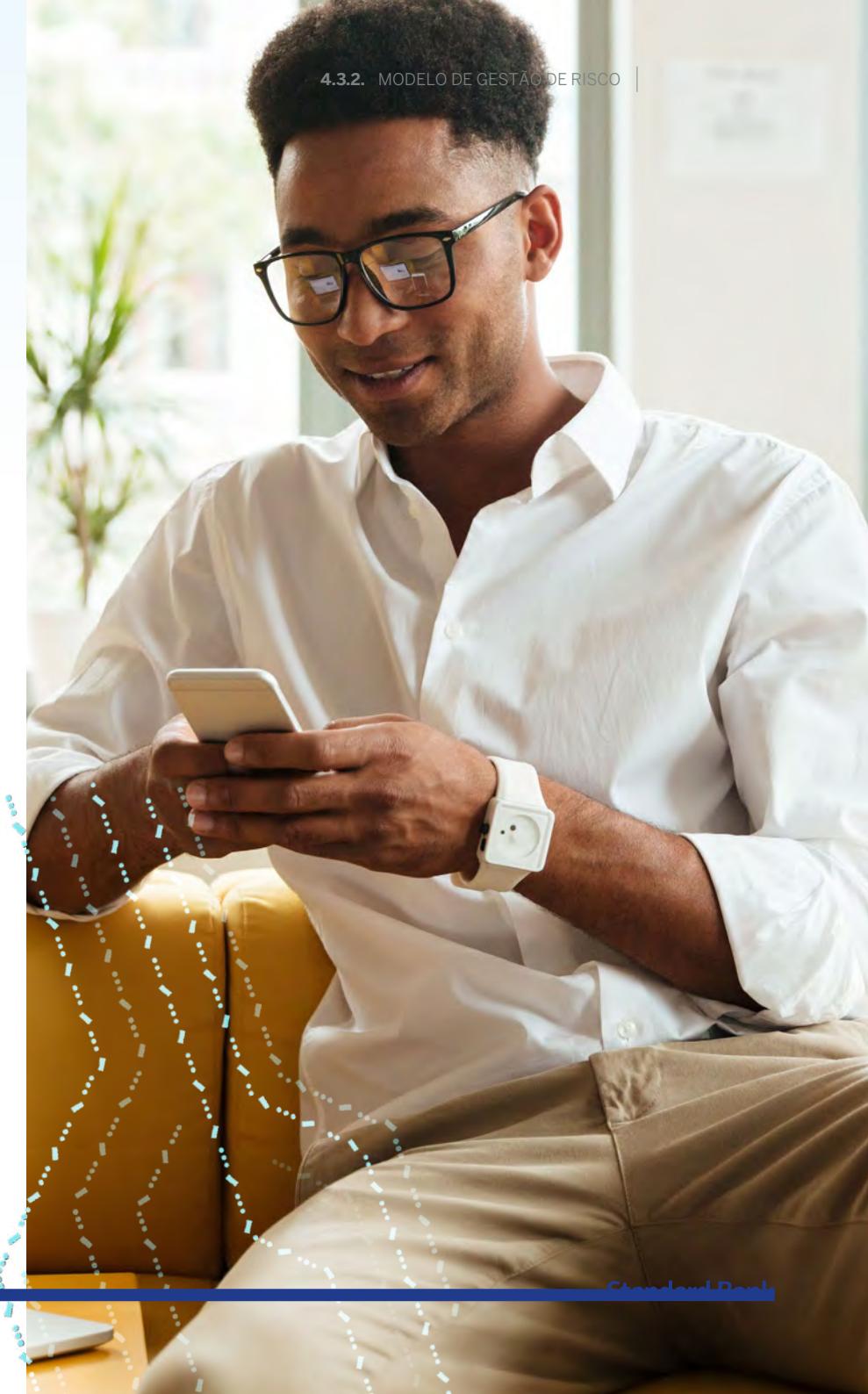


Segundo estes gráficos, é possível constatar que em 2020, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional, como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira, cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-Africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-Africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais.

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.





Apostamos na solidez e robustez
na criação de confiança junto
dos nossos Clientes.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

| RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como o risco de que o Banco, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações totais de pagamento na maturidade, ou só possa fazê-lo em termos materialmente desvantajosos.

RISCO DE LIQUIDEZ DE FINANCIAMENTO

Representa o risco dos financiadores do Banco retirem ou não renovarem o seu financiamento.

RISCO DE LIQUIDEZ DE MERCADO

Associado ao risco de transformar activos líquidos em ilíquidos, por ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados, que leve a potenciais perdas, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

Gestão táctica de liquidez (curto prazo)

- | Gestão diária de liquidez
- | Gestão de fluxos de caixa de curto prazo
- | Monitorização dos requisitos de caixa

Gestão estrutural de liquidez (longo prazo)

- | Garantia de estrutura apropriada do balanço
- | Determinação e aplicação do perfil comportamental
- | Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- | Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- | Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)

Gestão contingente do risco de liquidez

- | Monitorização e gestão de indicadores antecipados de alerta
- | Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- | Realização de testes de esforço de liquidez regulares e análise dos diversos cenários

A gestão de liquidez do Banco foi criada para garantir uma gestão completa e ampla do risco de liquidez, de forma a garantir o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos (em ambas as moedas nacional e estrangeira).

Para cada moeda material (quando os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes) são calculados os seus limites de tolerância, alertas de apetência de risco, elementos de monitorização e os requisitos adicionais.

GOVERNAÇÃO

Como anteriormente referido, no SBA é responsabilidade do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, de forma a proporcionar a gestão dos recebimentos e pagamentos adequada e atempada.

Para tal, a TCM responsabiliza-se pela gestão do risco de liquidez, monitorizando e medindo o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

- | Stress de liquidez e teste de cenário;
- | Gestão do desfasamento estrutural de liquidez;
- | Rácio de financiamento a longo prazo;
- | Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- | Restrições à concentração de depósitos;
- | Testes de *stress* e análises de cenário;
- | Planos de contingência de liquidez;
- | Rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- | Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- | Dependência do mercado interbancário;
- | Gestão de liquidez intra-diária;
- | Gestão de garantias (colaterais);
- | Gestão do fluxo de caixa diário;
- | Preços de transferência de fundos (FTP);
- | Planos de financiamento;
- | Quantificação do risco de financiamento.

PROCEDIMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ

Norma de Risco de Liquidez

Determina e define os procedimentos que o SBA assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez

Estabelece os princípios de gestão de risco de liquidez concretos para o Banco, em conformidade com o procedimento de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

O Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez é utilizado para a análise de risco de liquidez, e tem como objectivo identificar um perfil de maturidade dos activos e passivos para análise de risco de liquidez.



GESTÃO DO DESFASAMENTO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ

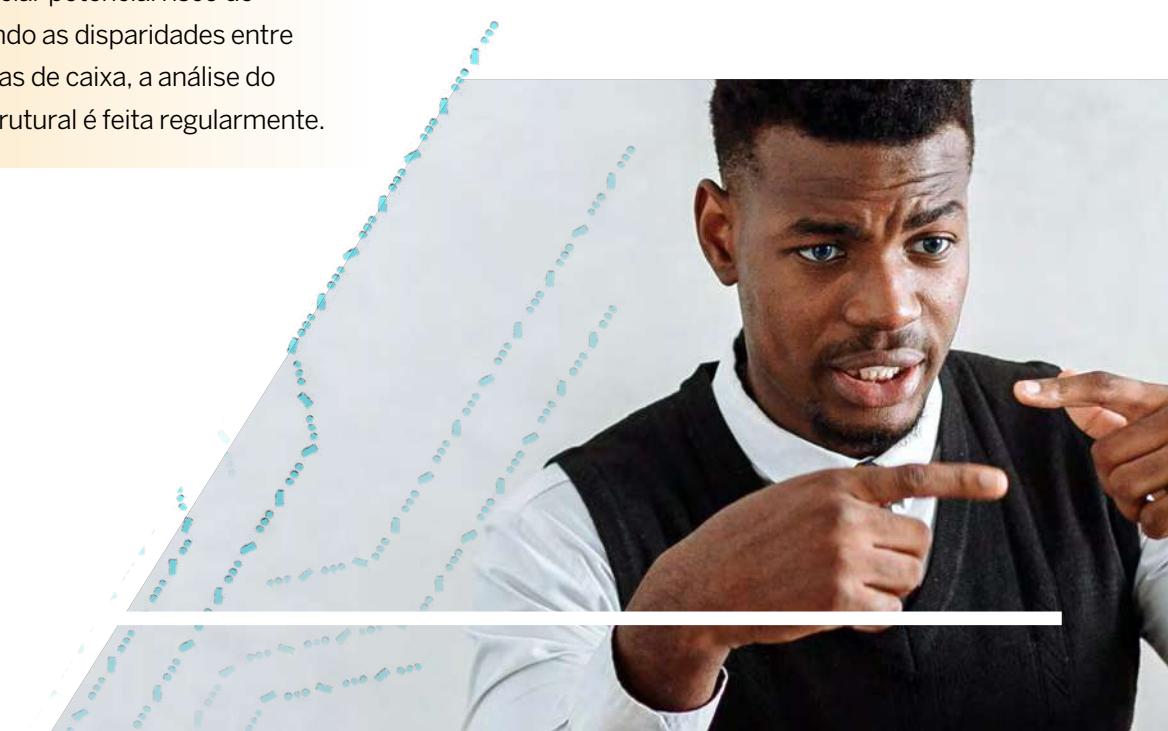
Tem como objectivo medir a liquidez do Banco, através das diferenças entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes (assumindo uma escalada de maturidades limitada aos 12 meses).

A medição desta liquidez, é feita através dos fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos. De acordo com a sua probabilidade de vencimento, estas são enquadrados nas diversas bandas temporais.

De forma a evidenciar potencial risco de liquidez, antecipando as disparidades entre as entradas e saídas de caixa, a análise do desfasamento estrutural é feita regularmente.

Para tal, a posição de liquidez do Banco é avaliada através do desfasamento cumulativo líquido, em cada banda temporal, como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes – através das saídas agregadas de fluxo de caixa subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal.

De forma a restringir este desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais, o Banco define limites internos.



PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

Pretende garantir a disponibilidade adequada de liquidez durante situações adversas e proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado para gestão das eventualidades temporárias e de longo prazo.

Adicionalmente, tem como objectivo servir como mecanismo de resposta pré-planeado de gestão de potenciais situações adversas. Incorpora os diversos elementos que permitem identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, para que desta forma o Banco possa ter acesso a uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

Assim que revisto pelo TCM e aprovado pelo ALCO, o plano deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

“Garantia de Liquidez Adequada.”



I | 2020 em análise

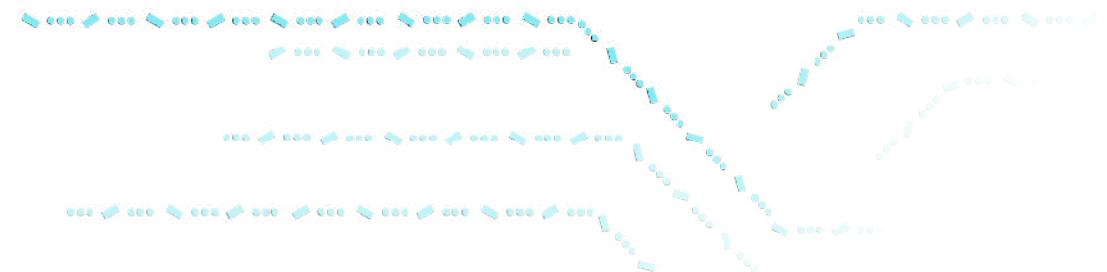
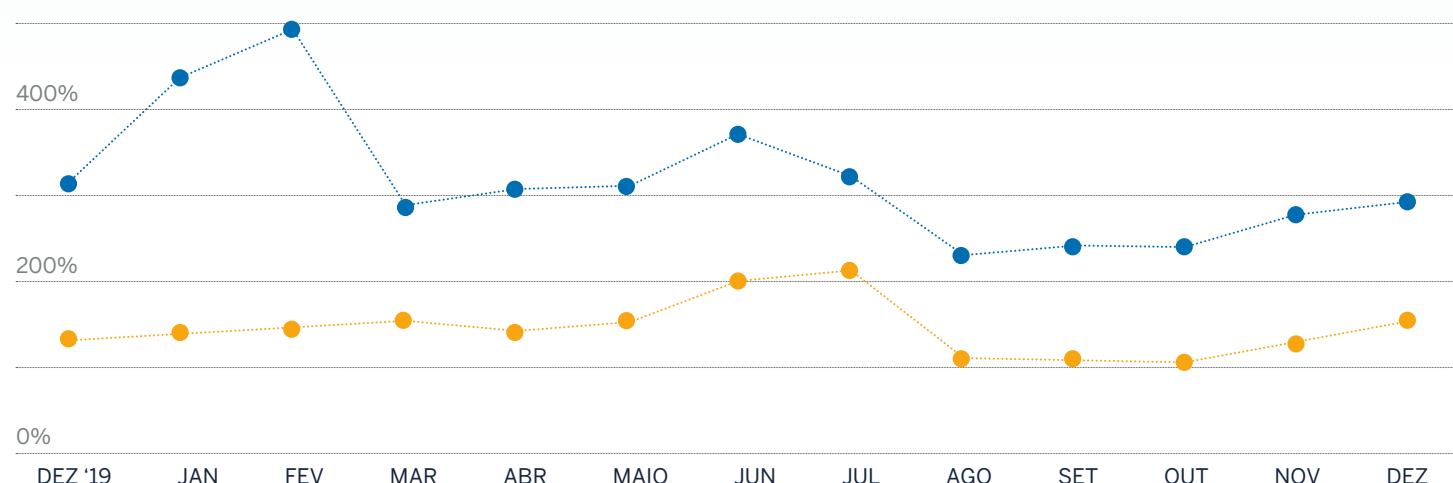
MONITORIZAÇÃO DO RÁCIO DE LIQUIDEZ BNA E BASILEIA III

O reporte dos rácios de liquidez deve ser feito ao BNA, de acordo com a legislação local, e ao regulador de África do Sul, de acordo com Basileia III.

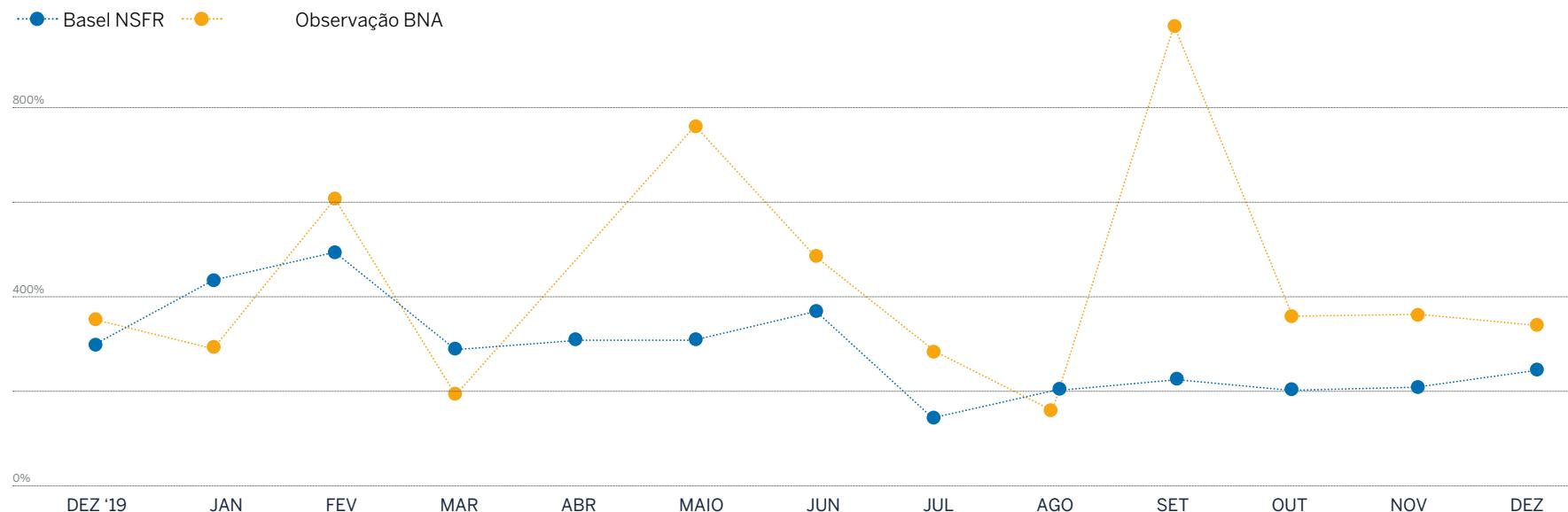
Na metodologia Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor dos títulos na íntegra no seu método de cálculo. Por outro lado, a legislação Angolana tem como objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo, através do rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa.

RISCO DE LIQUIDEZ: BNA E BASILEIA III

...● Basel ...● BNA



RÁCIO DE OBSERVAÇÃO: BNA E BASILEIA NSFR



O Banco reporta o rácio de observação em conformidade com o Instrutivo n.º 19/16 do BNA. Adicionalmente, calcula o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de acordo com a estrutura de Basileia III, tanto para os balanços patrimoniais em moeda nacional como para estrangeira, para reporte ao Grupo. O gráfico acima mostra a variação de ambos os rácios do SBA, ao longo do ano de 2020.

De acordo com o BNA, o Banco deve atingir 100% no rácio de observação. No entanto, de acordo com políticas internas, o Banco mais do que garante esses limites em ambos os rácios, aplicando limites de apetência de 105%.

Encontram-se de seguida os princípios internos com maior influência na actividade de gestão de liquidez do Banco:

TESTE DE ESFORÇO DE LIQUIDEZ E ANÁLISE DE CENÁRIOS

Realização de testes de esforço de liquidez internos para identificar eventuais fontes de crise de liquidez e assegurar que as exposições actuais estão dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco. Estes incluem cenários sistémicos e específicos do Banco (individualmente e combinados, sempre que possível).

Tanto os testes de esforço como a análise de cenários são baseados em episódios históricos e hipotéticos, devendo estar sempre em conformidade com os requisitos regulamentares, quando aplicável.

Apesar do Banco monitorar o rácio de liquidez diariamente, de acordo com o Instrutivo n.º 2/17 do BNA, o Banco deve realizar testes de esforço anualmente de forma a ter uma gestão do risco efectiva e eficiente, bem como salvaguardar liquidez, assim como apoiar no processo de planeamento e gestão do capital e da liquidez e outros.

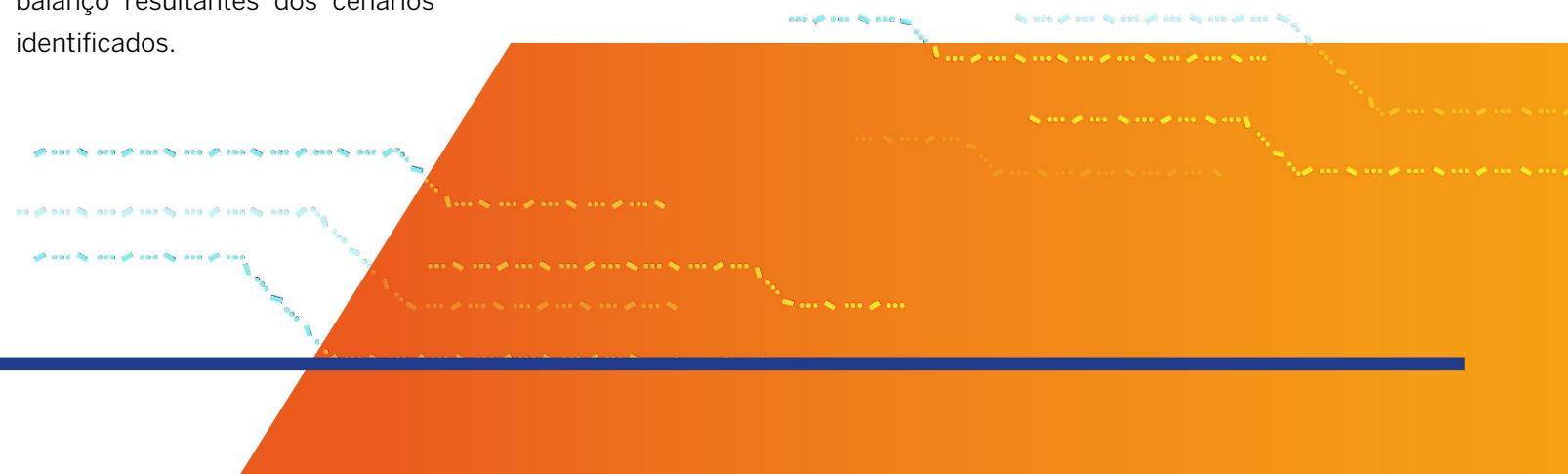
Para tal, é feita uma análise de cenário aplicando os resultados ao balanço do Banco com objectivo de aferir como é que potenciais variações afectariam os rácios de liquidez numa perspectiva futura.

O quadro ao lado ilustra a posição de liquidez no final de Dezembro 2020 e as posições de liquidez futuras após as variações no balanço resultantes dos cenários identificados.

RESULTADOS TESTE DE STRESS

	Kwanzas	Dólares
Rácio Liquidez / Dez 2020	155%	124%
Rácio de Liquidez <i>stress</i> / Dez 2021	105%	109%
Rácio de Liquidez <i>stress</i> / Dez 2022	128%	118%
Rácio de Liquidez <i>stress</i> / Dez 2023	121%	116%
Limite de tolerância	100%	100%
Apetência	105%	105%

Face ao exposto, podemos verificar que o rácio de liquidez continuará muito acima do limite de tolerância (100%) e da apetência (105%), o que significa, que num cenário de *stress* o Banco ainda conseguiria honrar com as suas obrigações nos respectivos períodos 2020 e 2021, como resultado de uma gestão efectiva da liquidez e das políticas internas e externas que obrigam ao Banco a manter o mínimo de activos líquidos que corresponda as saídas líquidas em cenários atípicos tanto no mercado quanto no próprio Banco.



MANUTENÇÃO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE ACTIVOS LÍQUIDOS

Com o objectivo de manter os requisitos prudenciais e de teste de esforço interno, o Banco mantém um portfólio de activos líquidos, podendo desta forma proteger-se contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do SBA não onerados, às cotações de fecho do dia menos um desconto de venda forçada, deve sempre ultrapassar o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e ainda, o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.

A tabela abaixo apresenta os activos líquidos (milhões de Kwanzas) do Banco a 31 de Dezembro de 2020:

	Kwanzas	Dólares
Caixa (notas e moedas)	7 365	1 502
Disponibilidades em bancos centrais	109 358	28 482
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	67 775
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (até 1 mês)	32 880	44 237
Títulos e valores mobiliários da carteira de negociação	45 195	-
Total de activos líquidos (TAL)	161 918	141 995
Mínimo (TPRC x5%)	14 306	11 375
TAL/ TPRC	57%	62%
Total do Passivo Relacionado com o Cliente (TPRC)	286 121	227 498



O nosso principal objectivo é manter a excelência do serviço prestado ao Cliente.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

I RISCO REPUTACIONAL

O risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco que pode prejudicar a rentabilidade e a sustentabilidade de seus negócios. Esses danos podem resultar de uma quebra de confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, Contrapartes, Accionistas, Investidores ou Reguladores, podendo afectar negativamente o Banco. O SBA tem valores e um código de ética definidos os quais fornecem orientações sobre os comportamentos e tomada de decisão que auxiliam a gestão do risco reputacional.

O principal objectivo do SBA é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do mesmo. Neste sentido, há uma constante preocupação com a dimensão de riscos reputacionais.

Com o intuito de garantir que as actividades de potencial impacto nos Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação associados.

Deste modo, o SBA consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando a percepção negativa dos *stakeholders*. De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética.



Foco na Excelência
de Serviço.

GOVERNAÇÃO

Existe uma área específica responsável pela gestão do risco de reputação, em linha com a preocupação do Banco com a sua reputação junto de Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, são geridas por esta área garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, por forma a que não existam recorrências, assegurando, assim, a satisfação contínua dos Clientes.

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades dos Clientes e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços. Com base nas estratégias dos vários departamentos e segmentos, foram criados e implementados em 2019 diversos mecanismos que possibilitam monitorizar e avaliar as várias actividades e serviços prestados.

OS PRINCIPAIS PILARES DA GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL

Código de Ética

De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.

Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gera a marca SBA, identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco e possa impactar a sua actividade e/ ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.

Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/16 do BNA.

Qualidade de Serviços

A área de Qualidade de Serviços do SBA tem como foco principal, proporcionar uma experiência positiva aos nossos Clientes, sempre que estes interajam connosco, conseguindo ultrapassar positivamente as expectativas do Cliente e garantir um atendimento de excelência.

A Voz do Cliente

Para o Banco prestar um serviço de Excelência é necessário ouvirmos a Voz do Cliente. O SBA possui mecanismos de avaliação da Satisfação do Cliente. Esta avaliação é feita anualmente e permite-nos conhecer as necessidades dos Clientes, as suas ambições e preocupações. Associado a este sistema de avaliação está implementada uma plataforma que permite fazer a gestão de todas as reclamações e pedidos de serviços.

Através da análise dos dados provenientes dos sistemas acima mencionados, são elaborados planos de acção direcionados a cada situação de forma a assegurar a não-existência de recorrências e, consequentemente, reduzir exponencialmente a probabilidade associada ao risco reputacional dos serviços prestados pelo Banco.



Métodos e sistemas de transacção

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

- | Automatização de processos;
- | Redefinição de SLAs, priorizando as necessidades dos Clientes;
- | Métricas de *Turn Around Time* (TAT);
- | Dinamizar o uso das plataformas digitais disponíveis e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio e os pilares estratégicos do Banco.



Reclamações, pedidos de serviço e de esclarecimento

Através das reclamações e ou pedidos de serviço, identificam-se falhas humanas, processuais e tecnológicas, o que permite identificar oportunidades de melhoria. Através desta identificação de oportunidades de melhoria, é possível implementar alternativas em colaboração com todas as partes envolvidas.

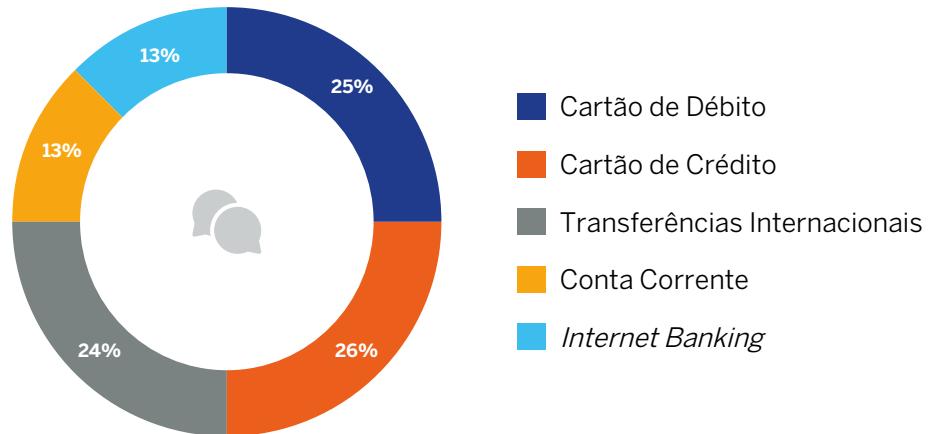


Eficiência dos sistemas

- | Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime* e *downtime*);
- | Análise do funcionamento de ATMs;
- | Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema *Service Cloud/ QRM*.

2020 EM ANÁLISE

TOP 5 RECLAMAÇÕES POR PRODUTO



Os números apresentados abaixo fornecem a clara perspectiva da qualidade do serviço prestado pelo SBA, onde o total de reclamações tem um peso de 2% no universo total de Clientes.





Pautamos a nossa acção
com base na comunicação,
transparência e confiança.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

I RISCO DE COMPLIANCE

Este risco compreende o risco de ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação do Banco devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

A abordagem proactiva do Banco na gestão do risco de Compliance está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios e requisitos regulatórios internacionais.

O objectivo da função de Compliance é alcançado através da adopção da abordagem baseada no risco que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de Compliance. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo SBA, a comunicação regular e transparente, assente na confiança mútua com os órgãos reguladores, é uma mais-valia na gestão deste risco.

GOVERNAÇÃO

A estrutura organizacional da Direcção de Compliance foi designada para dar suporte ao Conselho de Administração do Banco, na gestão do risco de Compliance.

Esta Direcção apoia de forma proactiva o Conselho de Administração e as Unidades de Negócio, de modo a garantir que toda a actividade do negócio é conduzida em conformidade com os requisitos exigidos e adopta uma abordagem construtiva, pragmática e independente, interagindo activamente com outras áreas de risco, assim como com outras Unidades de Negócio.

A governação não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus vários eventos.

Nestes termos, existe a garantia efectiva da gestão de risco e da adesão a requisitos legais, bem como das boas práticas bancárias e do cumprimento do Código de Ética do Banco.

GESTÃO DO RISCO DE COMPLIANCE

Para o risco de Compliance no Standard Bank de Angola à semelhança do Grupo, existe um acompanhamento contínuo **em diferentes frentes de actuação:**

- | Monitorização das áreas de negócio;
- | Alinhamento das políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor;
- | Monitorização do reporte prudencial;
- | Comunicação contínua às entidades reguladoras;
- | Monitorização de KYC e Clientes de alto risco;
- | Gestão documental (correspondência).

A Direcção de Compliance do SBA tem implementado o manual de procedimentos sobre a Metodologia do Universo de Risco de Compliance, cujo objectivo é auxiliar a referida Direcção na gestão do risco regulatório e dos planos de gestão do risco de Compliance.

De acordo com o respectivo manual, o Universo de Risco de Conformidade Regulatória (UR – fase 1), deve ser conduzido através de um workshop com as Unidades de Negócio, sendo que durante o mesmo, o Compliance acorda e confirma com as Unidades relevantes a aplicabilidade dos requisitos de Compliance determinados para a Unidade de Negócios, a categoria e a classificação de risco de cada um dos requisitos de Compliance.

Numa fase posterior, outro workshop é realizado para concluir o Plano de Gestão de Risco de Compliance (CRMP – fase 2) sobre os requisitos de Compliance que possuem uma classificação de alto risco, com o objectivo de documentar as medidas de controlo temporárias ou provisórias (por exemplo, procedimentos manuais) que irão mitigar os riscos de Compliance até a implementação dos controlos finais, como sistemas automatizados.

ESCALA DE RISCO SOBRE O IMPACTO DE INCUMPRIMENTO

De seguida, apresenta-se a escala com os diferentes níveis de risco relativos ao incumprimento.

RISCO ALTO

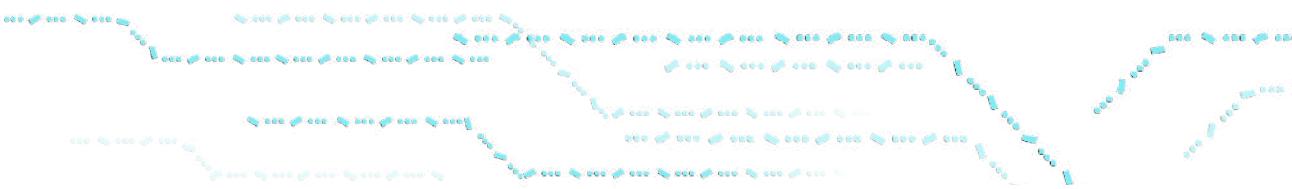
- | Perda potencial devido a multas (directa ou indirecta) por violação da obrigação legal, danos dos quais resultem impactos que requeiram um longo período de recuperação;
- | Mudanças significativas no sistema;
- | Custos e penalizações excessivos;
- | Suspensão ou perda da licença do Banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalizações severas (ex.: 10% do volume de negócios anual), danos graves à reputação.

RISCO MÉDIO

- | Perda potencial devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material;
- | Difícil recuperação ou implementação de mudanças, chamada de atenção por escrito do regulador, multas significativas ou penalizações, danos significativos à reputação.

RISCO BAIXO

- | Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) como consequência do baixo cumprimento regulamentar, custos mínimos facilmente recuperáveis, danos menores à reputação.



“

Oferecemos uma
experiência diferenciada
aos nossos Clientes.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

| Foco para 2021

O SBA destaca um conjunto de dimensões a serem endereçadas **em 2021 no âmbito da função de risco:**

Foco na automatização de processos manuais, como a Análise de Impacto de Negócio e do Plano de Continuidade de Negócio, para uma melhor gestão da Resiliência de Negócio.

Estabelecer uma função independente de saúde, higiene e segurança no trabalho para gerir os exercícios de evacuação e auxiliar na mitigação de riscos de continuidade de negócio.

Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, no sentido de garantir que a informação sensível não é partilhada com pessoas indevidas.

Rever e melhorar continuamente as estruturas de seguros do Banco para garantir que permanecem relevantes e adequados à sua finalidade.

Implementação do sistema de gestão de risco de terceiros e avaliação de fornecedores para avaliar a resiliência dos mesmos e continuar a realizar de forma consistente uma análise e avaliação aos fornecedores considerados relevantes.

A Cibersegurança é um tópico de extrema importância no mundo digital de hoje. O crime cibernético tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, especialmente no sector financeiro, que continua como o mais atacado. **O investimento em cibersegurança irá continuar** sob a forma de um programa que contempla campanhas de *awareness*, formações para Colaboradores assim como a implementação de projectos específicos para proteger os canais do Banco.

“

Em 2021, continuaremos
a construir um mundo
financeiro mais seguro.

Standard Bank **É POSSÍVEL**



4.4

RESULTADOS FINANCEIROS SÓLIDOS

A entrega de retornos sustentáveis aos nossos Accionistas depende directamente da satisfação dos nossos Clientes no que respeita aos investimentos realizados, Colaboradores satisfeitos e à gestão efectiva e eficiente do risco e conduta.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

QUAIS OS NOSSOS INDICADORES

Para o SBA, a criação de valor para os nossos Accionistas está intrinsecamente associada à criação de valor para a Sociedade em que operamos.

| Visão Geral

O SBA em 2020 registou um resultado líquido de 36.1 mil milhões de Kwanzas, apresentando um aumento de 12% em relação ao ano transacto. Apesar do contexto particularmente desafiante que ocorreu no exercício de 2020, com a pandemia a afectar todas as economias a nível global e a assistir-se ao preço do petróleo em níveis significativamente baixos, o SBA conseguiu superar-se e alcançar o melhor resultado desde a sua criação, em 2010.

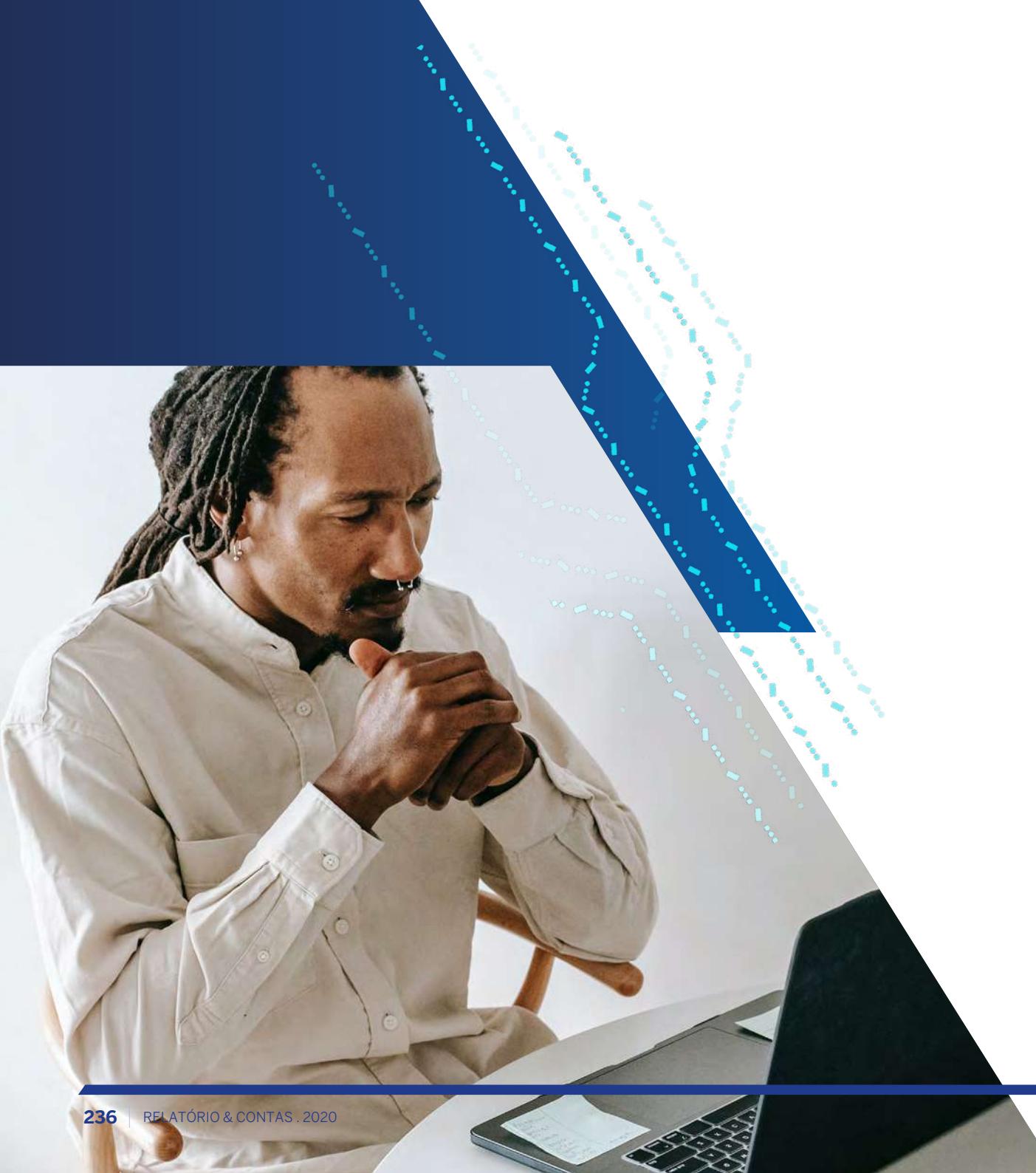
O aumento do resultado líquido do exercício de 2020 resultou, essencialmente, do crescimento do produto bancário, em cerca de 22 323 milhões

de Kwanzas, o qual permitiu compensar o acréscimo de custos do ano, de cerca de 18 599 milhões de Kwanzas, associados, essencialmente, aos custos de estrutura (maioritariamente, custos com o pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros – cerca de 7 030 milhões de Kwanzas) e ao reconhecimento de imparidades adicionais (cerca de 10 223 milhões de Kwanzas) nos activos financeiros do Banco, decorrentes do agravamento do *rating* de Angola.

O crescimento do produto bancário, em cerca de 22 323 milhões de Kwanzas, decorreu da melhoria da margem financeira do banco, em cerca de 11 818 milhões de Kwanzas, e da margem complementar, em cerca de 10 505 milhões de Kwanzas. A margem financeira registou uma melhoria, essencialmente, explicada pelo aumento dos juros recebidos de crédito a Clientes, enquanto a evolução positiva da margem complementar foi, essencialmente, alavancada pela melhoria dos resultados cambiais.

Como resultado de uma gestão eficiente de liquidez e a confiança dos Clientes, os recursos do banco (depósitos) aumentaram 60%, o que permitiu um aumento do produto bancário (mais 37% face a 2019), bem como a possibilidade de conceder mais crédito e efectuar investimento em outros activos financeiros.

Quanto a crédito concedido pelo Banco, assistimos a um crescimento da carteira de empréstimos, de cerca de 49 mil milhões de Kwanzas, face a 2019, correspondente a um crescimento de 53%, que se materializou em novos créditos e no crescimento do número de Clientes, assente sempre numa política eficaz de gestão de risco, a qual permitiu a manutenção dos níveis de qualidade de crédito, com a taxa de incumprimento a manter-se em 1%.



O SBA continua a evidenciar uma trajectória de optimização dos níveis de eficiência através do investimento em tecnologia e automatização de processos, centrado no desenvolvimento de soluções inovadoras para os Clientes com base numa experiência digital.

O *Return-on-Equity* diminuiu 6 p.p. para 34%, em relação ao ano anterior, pois o resultado do exercício, apesar de melhor do que em 2019, não acompanhou a evolução do capital próprio do Banco (mais reforçado nas suas reservas e resultados transitados).

Pela evolução acima descrita, o rácio de solvabilidade apresenta também uma evolução positiva de 10 p.p face ao período anterior, atingindo em 2020 um valor de 38%. É de notar que este valor é consideravelmente superior ao limite de solvabilidade exigido pelo BNA, que corresponde a 10%.

Face aos resultados evidenciados conclui-se que o exercício de 2020 foi mais um ano de crescimento e afirmação do Banco, que manteve o seu lema: Solidez, Crescimento e Sustentabilidade.



Solidez,
Crescimento e
Sustentabilidade.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

I As nossas contas

Num ambiente económico particularmente exigente, marcado pela desvalorização do Kwanza, desvalorização do preço do petróleo, inflação média elevada (25,1%) e com uma crise económica a nível mundial muito por causa da pandemia, o Standard Bank de Angola obteve, graças à qualidade da sua gestão um resultado líquido 36 131 milhões de Kwanzas.

CRÉDITO CONCEDIDO¹ (MILHARES DE KWANZAS)



INVESTIMENTOS FINANCEIROS (MILHARES DE KWANZAS)



DEPÓSITOS (MILHARES DE KWANZAS)



MARGEM FINANCEIRA (MILHARES DE KWANZAS)



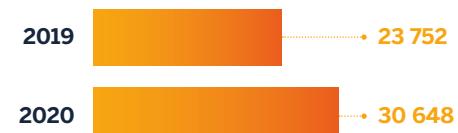
MARGEM COMPLEMENTAR (MILHARES DE KWANZAS)



PROVISÕES E IMPARIDADE (MILHARES DE KWANZAS)



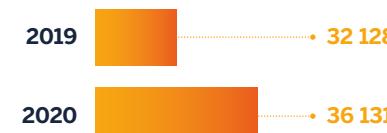
DESPESAS OPERACIONAIS (MILHARES DE KWANZAS)



IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS (MILHARES DE KWANZAS)



RESULTADO LÍQUIDO (MILHARES DE KWANZAS)



1– Crédito bruto de imparidade

I Análise de Balanço

Os resultados alcançados pelo Banco em 2020 são bastante positivos e traçam um caminho de crescimento sólido. Assistimos a uma captação de recursos bastante significativa o que permitiu ter liquidez e condições para investir em activos financeiros, nomeadamente, crédito, títulos e aplicações, e conceder crédito.

Por outro lado, a carteira de depósitos do Standard Bank de Angola revelou um crescimento notável e pouco influenciada pelo contexto macroeconómico global.

BALANÇO

BALANÇO	31.12.2020	31.12.2019	Variação	(milhares de kwanzas)		(milhares de usd)	
				31.12.2020	31.12.2019	Variação	31.12.2020
Activo							
Disponibilidades	212 701 958	261 768 454	-19%	327 433	537 546	-39%	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	142 266 522	5 582 824	2448%	219 005	11 461	1811%	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 824 677	30 884 139	-94%	2 809	63 404	-96%	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	89 032 526	72 318 198	23%	137 057	148 467	-8%	
Investimentos ao custo amortizado	235 843 696	108 653 890	117%	363 058	223 064	63%	
Crédito a clientes	140 309 033	91 504 620	53%	215 992	187 857	15%	
Imobilizado	46 297 659	30 397 686	52%	71 271	10 527	577%	
Outros activos	12 006 267	5 127 483	134%	18 482	62 406	-70%	
Total de Activo	880 282 338	606 237 294	45%	1 355 106	1 244 732	9%	
Passivo e capital próprio							
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	894 112	1 573 938	-43%	1 376	3 231	-57%	
Recursos de clientes e outros empréstimos	691 667 486	432 183 355	60%	1 064 753	887 262	20%	
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	4 745 970	0%	7 306	9 743	-25%	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	214 709	-	-	331	-	-	
Provisões	2 796 343	1 818 026	54%	4 305	3 732	15%	
Passivos por impostos correntes	2 918 522	2 059 764	42%	4 493	4 229	6%	
Passivos subordinados	19 553 301	14 756 220	33%	30 100	30 294	-1%	
Outros passivos	40 509 524	53 434 271	-24%	62 360	109 699	-43%	
Total do Passivo	763 299 967	510 571 544	49%	1 175 024	1 048 190	12%	
Capital próprio							
Capital Social	9 530 007	9 530 007	0%	14 670	19 565	-25%	
Reservas e resultados transitados	71 321 276	54 008 054	32%	109 792	110 353	-1%	
Resultado líquido	36 131 088	32 127 689	12%	55 620	66 624	-17%	
Total do Capital Próprio	116 982 371	95 665 750	22%	180 083	196 542	-8%	
Total do Passivo e do Capital Próprio	880 282 338	606 237 294	45%	1 355 106	1 244 732	9%	

ANÁLISE DE BALANÇO

A 31 de Dezembro de 2020 o SBA apresentou no seu activo líquido um montante de 880 282 milhões de Kwanzas, registando um aumento de 45% face ao período homólogo, resultante do aumento das rubricas de aplicações financeiras, crédito líquido e títulos, que apresentaram uma variação positiva de 2448%, 53% e 54%, respectivamente.

O crescimento verificado no crédito concedido foi reflexo do bom desempenho na captação de recursos de Clientes, demonstrando a consolidação da marca SBA e a confiança dos Clientes na gestão do Banco. Este crescimento na carteira de crédito denota também o claro compromisso do Banco em financiar a economia e potenciar a diversificação económica em curso no país. Adicionalmente pelo Aviso n.º 10/2020 do BNA o Banco atribuiu ao sector real um valor de 46 945 milhões de Kwanzas.

Relativamente à rubrica de títulos, foi registada uma variação positiva de 54% face ao exercício de 2020, para isso muito contribui o aumento activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que registaram um aumento de 23% face a 2019 e os investimentos ao custo amortizado que registaram um aumento de 117% em relação ao período homólogo.

Nesta medida, 37% do activo do Banco é composto por títulos, continuando neste sentido a manter-se o investimento em dívida soberana da República de Angola. De salientar também que as disponibilidades e as aplicações financeiras têm um peso 40% do activo do SBA. A eficiente gestão de liquidez e os investimentos do Banco é um dos motores responsáveis pela elevada rentabilidade do Banco.

COMPOSIÇÃO DO ACTIVO



Os recursos de Clientes constituem a principal fonte de financiamento e no exercício de 2020 registaram um aumento de 60%, passando de 432 183 milhões de Kwanzas em 2019 para 691 667 milhões de Kwanzas em 2020. O rácio de transformação em LCY de depósitos em crédito durante 2020 fixou-se em 29%, 3 p.p. abaixo do ano anterior. O total do passivo apresentou um aumento de 49% face ao ano transacto, atingindo os 763 300 milhões de Kwanzas face ao montante de 510 572 milhões de Kwanzas registado em 2019.

44

Mais Clientes activos.
Mais negócio.



CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Yields		Milhares de Kwanzas			Milhares de USD		
	2020	2019	2020	2019	Var	2020	2019	Var
Obrigações do Tesouro	7.25%	7.13%	1 353 257	30 828 275	-96%	2 083	63 290	-97%
Instrumentos Financeiros Derivados	n.a.	n.a.	399 876	-	-	616	-	-
Participação EMIS	n.a.	n.a.	71 544	55 864	28%	110	115	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	22 114 771	19 288 092	15%	34 043	39 598	-14%
Obrigações do Tesouro	15.65%	13.47%	66 917 755	53 030 106	26%	103 013	108 869	-5%
Investimentos ao custo amortizado								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	131 118 462	3 316 531	3853%	201 844	6 809	2864%
Obrigações do Tesouro - Dólar Americano	5%	5%	36 012 597	30 119 808	20%	55 438	216 255	-74%
Obrigações do Tesouro - Kwanzas	15.07%	13.69%	68 712 637	75 217 551	-9%	105 776	216 255	-51%
Total								
Bilhetes do Tesouro	-	-	153 233 233	22 604 623	578%	235 887	46 407	408%
Obrigações do Tesouro	-	-	172 996 246	189 195 740	-9%	266 310	388 414	-31%
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	399 876	-	-	616	-	-
Participação EMIS	-	-	71 544	55 864	28%	110	115	-4%

Uma componente relevante do activo do SBA (37%) é representada por títulos e valores mobiliários, resultado das limitadas opções de investimento existentes no País.

A carteira de títulos do Banco é caracterizada pelas seguintes tipologias: 53% em Obrigações do Tesouro e 47% em Bilhetes do Tesouro. Ao analisar a carteira de títulos do SBA, verifica-se que o Banco aumentou o seu volume total de títulos em 54% face ao montante do ano anterior, registando em 2020 um montante de 326 229 milhões de Kwanzas, o que representa um excesso de liquidez devido aos recursos captados.

O crescimento da carteira foi suportado pela compra de bilhetes do tesouro em moeda nacional. O montante dos bilhetes do tesouro disponíveis cresceu 578% face ao exercício anterior, atingindo 153 233 milhões de Kwanzas.

“

Honramos a
confiança dos
nossos Clientes.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

2020

█ OBRIGAÇÕES DO TESOURO █ BILHETES DO TESOURO

**2019**

█ OBRIGAÇÕES DO TESOURO █ BILHETES DO TESOURO



TÍTULOS POR MATURIDADE RESIDUAL

	1-3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1-5 ANOS	Milhares de Kwanzas TOTAL
Activos Financeiros ao justo valor através de resultados				
Obrigações do Tesouro	23 351	1 329 906	-	1 353 257
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Bilhetes do tesouro	13 350 188	8 764 583	-	22 114 771
Obrigações do tesouro em moeda nacional	10 802 995	4 361 755	51 753 005	66 917 755
Investimentos ao custo amortizado				
Bilhetes do tesouro	49 294 226	81 824 236	-	131 118 462
Obrigações do tesouro	8 156 287	28 690 648	67 878 299	104 725 234
TOTAL	81 627 047	124 971 128	119 631 304	326 229 479

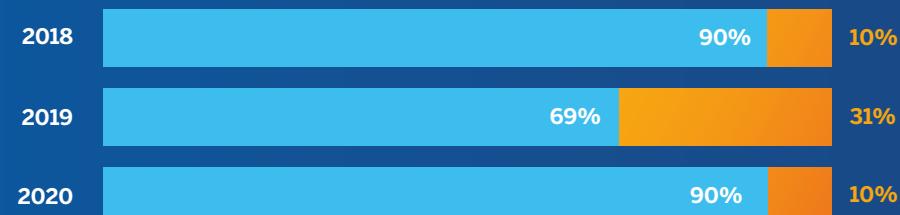
CRÉDITO

	2020	2019	Variação	2020	2019	Variação
	Milhares de Kwanzas			Milhares USD		
Operações de crédito em cumprimento	142 134 946	92 513 356	54%	218 802	189 933	15%
Operações de crédito em incumprimento	939 752	890 255	6%	1 447	1 822	-21%
CRÉDITO TOTAL	142 134 946	93 403 611	52%	218 802	191 737	14%
Perdas por Imparidade	-2 765 665	-1 898 991	46%	-4 257	-3 899	9%
CRÉDITO LÍQUIDO	139 369 281	91 504 620	52%	214 545	187 838	14%
Garantias prestadas	24 435 726	15 025 128	63%	37 616	145 444	-74%
Cartas de crédito	14 172 410	26 778 191	-47%	21 817	30 846	-29%
Limites de crédito não utilizados	77 374 898	29 042 026	166%	119 111	54 975	117%
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	115 983 034	70 845 345	64%	178 544	59 623	199%
PROVISÕES PARA GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	-502 662	-138 570	263%	-774	-284	172%
Qualidade de Crédito						
Crédito em incumprimento/ Crédito total	1%	1%	0%	1%	1%	0%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito	34%	47%	-13%	34%	47%	-13%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito e garantias e compromissos assumidos	42%	36%	6%	42%	36%	6%
Cobertura de crédito total por provisões específicas	2%	2%	0%	2%	2%	0%
Cobertura de crédito total por provisões totais	2%	2%	0%	2%	2%	0%

CRÉDITO CONCEDIDO

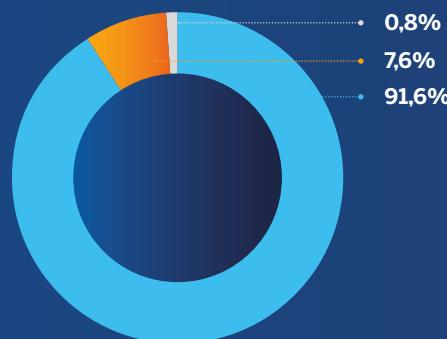
Em 2020, o crédito concedido, líquido de provisões para perdas por imparidade registou um acréscimo de 53% face ao ano anterior, passando de 91 505 milhões de Kwanzas para 140 309 milhões de Kwanzas, dos quais 46 945 milhões de Kwanzas foram concedidos ao abrigo do Aviso n.º 10/2020 do BNA. Paralelamente, a composição da carteira de crédito por moeda demonstrou uma diminuição substancial 21 pontos percentuais no montante de crédito em moeda estrangeira em detrimento da moeda nacional, bem como um aumento significativo no valor das operações de crédito em moeda nacional.

■ MOEDA NACIONAL ■ MOEDA ESTRANGEIRA



CRÉDITO CONCEDIDO POR PRODUTO

■ EMPRÉSTIMOS HABITAÇÃO ■ CONSUMO E OUTROS
■ FINANCIAMENTO A EMPRESAS



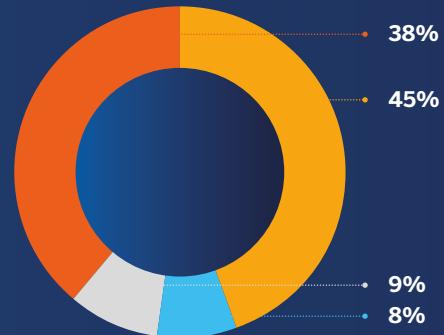
CRÉDITO CONCEDIDO POR TIPO DE CLIENTE

■ EMPRESAS ■ PARTICULARS



CRÉDITO CONCEDIDO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

COMÉRCIO INDÚSTRIAS
OUTROS PARTICULARES



Standard Bank **É POSSÍVEL**

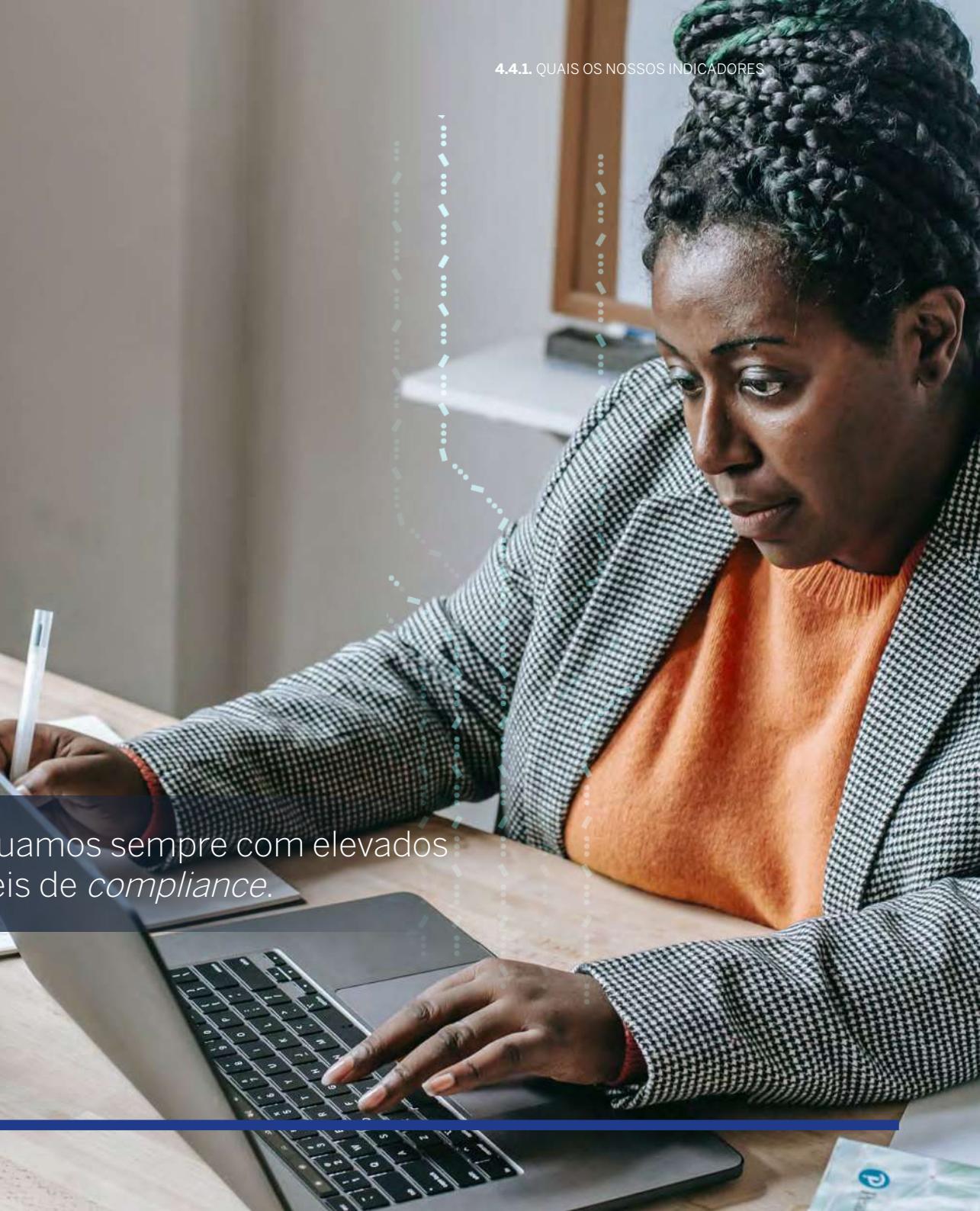
QUALIDADE DE CRÉDITO

OSBA adopta políticas internas conservadoras de concessão de crédito, nomeadamente ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, dado o contexto macroeconómico que, por si, potencia o crescimento do nível de incumprimento.

O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco tem-se mantido em valores aceitáveis para o contexto actual, ainda que, devidamente compensado por um nível adequado de perdas por imparidade. Similarmente ao ano transacto, o crédito em incumprimento, em 2020, totalizou 940 milhões de Kwanzas (1% da carteira total de crédito) que compara com os 890 milhões de Kwanzas em 2019 (1% da carteira total de crédito).



Actuamos sempre com elevados níveis de *compliance*.



EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO¹



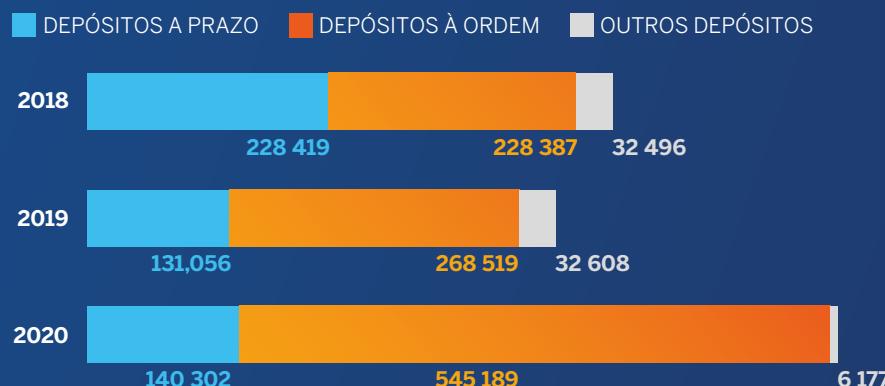
¹ Crédito vencido com mais de 90 dias/ crédito concedido bruto.

Como é possível verificar o rácio de incumprimento tem-se mantido estável ao longo dos últimos três exercícios o que vem demonstrar a eficiente gestão de risco efectuada pelo SBA e a qualidade da sua carteira de crédito.

RECURSOS DE CLIENTES - DEPÓSITOS

Independentemente do panorama macroeconómico e da política monetária actual, a carteira de depósitos do SBA apresentou um crescimento de 60%, como resultado da contínua confiança dos Clientes e da gestão eficiente de liquidez. Em termos de composição, os depósitos à ordem (545 189 milhões de Kwanzas), representaram o maior volume da carteira, uma proporção de 79% do total dos depósitos de Clientes.

Relativamente aos depósitos a prazo, verificou-se um aumento de 7% em relação ao período homólogo. Assim sendo, o Banco registou um montante total de depósitos de 691 668 milhões de Kwanzas.



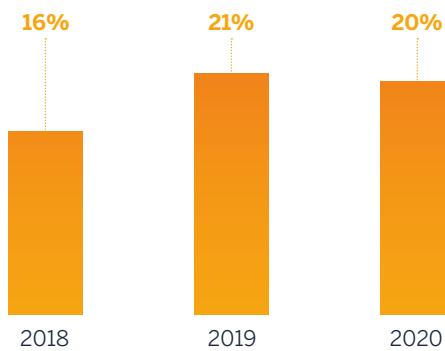
Relativamente aos Recursos de Clientes, que constituem um financiamento estável, apresentaram um incremento de 60%, sendo esta variação, na sua maioria, explicada pelo crescimento dos depósitos em moeda nacional.

Em 2020, assistiu-se a uma diminuição, em termos percentuais, dos depósitos em moeda estrangeira face aos depósitos em moeda nacional, fixando-se o montante de depósitos em moeda nacional nos 444 mil milhões de Kwanzas (o que representa um peso de 64% no total de depósitos). Por sua vez, os depósitos em moeda estrangeira representaram 36% do total, ascendendo a 247 mil milhões de Kwanzas.

RECURSOS DE CLIENTES POR MOEDA



RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



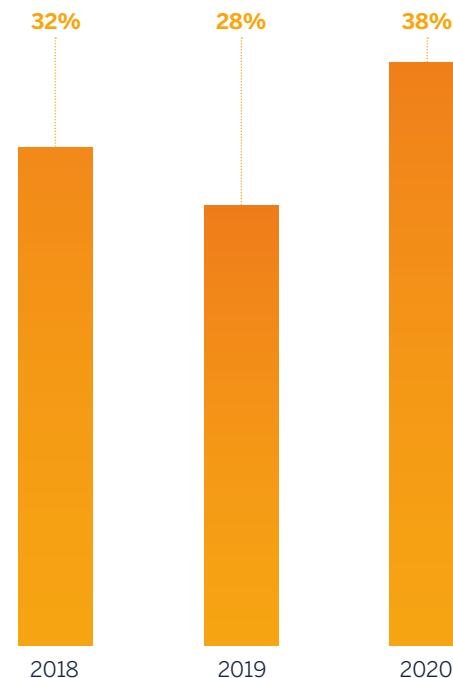
I Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES

O total de capitais próprios a 31 de Dezembro de 2020 atingiu 116 982 milhões de Kwanzas, representando um aumento de 22% face ao ano transacto. Este registo deve-se, essencialmente, à robustez das reservas e resultados transitados, os quais reforçam a solidez e a posição do Banco no sector financeiro. Os fundos próprios regulamentares aumentaram de 78 146 milhões de Kwanzas em 2019, para 131 301 milhões de Kwanzas em 2020.

RÁCIO SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Aviso n.º 02/2016, correspondeu a 38% no final de 2020, um aumento de 10 pontos percentuais face ao ano anterior. Adicionalmente, este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.

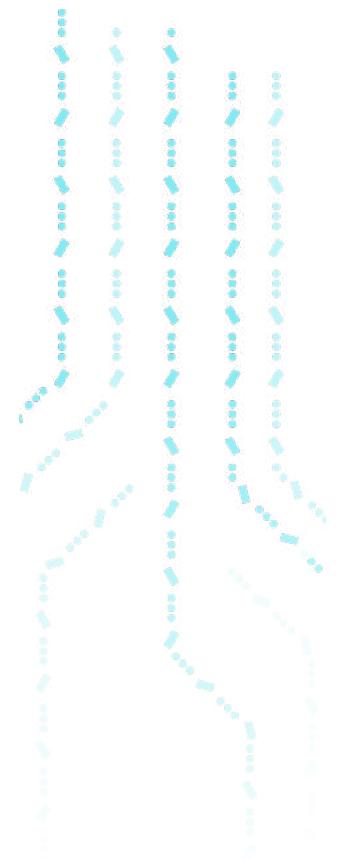


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os níveis elevados de rentabilidade do Banco num cenário macroeconómico desafiante é o reflexo da solidez da sua estrutura financeira, e de uma gestão prudente. A melhoria observada no produto bancário e a contínua preocupação em manter o *cost-to-income* abaixo dos 50% foram o resultado da estratégia do banco centrada no Cliente, na gestão de liquidez e optimização de custos.

Os resultados atingidos em 2020 foram o reflexo de elevados padrões de eficiência e eficácia operacional e do reconhecimento da Marca Standard Bank, o que reflecte a solidez, experiência e inovação da Instituição, ainda que em contexto macroeconómico adverso.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	MILHARES DE KWANZAS			MILHARES DE DÓLARES		
	31.12.2020	31.12.2019	Variação	31.12.2020	31.12.2019	Variação
Juros e rendimentos similares	58 189 274	45 876 918	27%	89 577	95 136	-6%
Juros e encargos similares	(7 001 950)	(6 507 252)	8%	(10 779)	(13 494)	-21%
Margem financeira	51 187 324	39 369 666	30%	78 798	81 642	-3%
Resultados de prestação de serviços financeiros	8 201 100	7 217 695	14%	12 625	14 967	-17%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	262 184	1 559 304	-83%	404	3 234	-88%
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	(1 529)	-100%	0	-3	-3%
Resultados cambiais	26 717 618	13 504 978	98%	41 129	38 109	8%
Outros resultados de exploração	(2 939 268)	(543 923)	440%	(4 525)	-1 128	-75%
Produto da actividade bancária	83 428 958	61 106 191	37%	128 430	136 821	-6%
Produto da actividade bancária e seguradora						
Custos com pessoal	(18 193 365)	(13 721 175)	33%	(28 007)	(28 454)	-16%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(10 646 649)	(8 088 585)	32%	(16 389)	(16 773)	-23%
Depreciações e amortizações do exercício	(1 808 057)	(1 941 930)	-7%	(2 783)	(4 027)	-31%
Provisões e imparidades	(13 465 131)	(1 762 035)	664%	(20 728)	(3 654)	-83%
Resultado antes de impostos	39 315 756	35 592 466	10%	60 523	83 913	-28%
Impostos sobre os resultados	(3 184 668)	(3 464 777)	-8%	(4 902)	(7 185)	-30%
Resultado líquido	36 131 088	32 127 689	12%	55 620	76 728	-28%



ANÁLISE DE RESULTADOS

Apesar do contexto macroeconómico desafiante, caracterizado pela crise económica mundial causada pela pandemia, pelos níveis baixos do preço petróleo, desvalorização da moeda nacional e do preço do petróleo, o SBA manteve a robustez e solidez do seu resultado líquido, registando um valor de 36 131 milhões de Kwanzas.

O produto bancário apresentou um valor de 83 429 milhões de Kwanzas, representando um crescimento de 30% na margem financeira e um crescimento de 48% na margem complementar respectivamente em relação a 2019. Os proveitos de crédito e de títulos fixaram-se em 58 189 milhões (+27%), o que influenciou de forma significativa o desempenho da Margem Financeira, que ascendeu a 51 187 milhões de Kwanzas. O crescimento da margem complementar foi bastante impactado pelos resultados das operações cambiais que aumentaram em 98%.

Em 2020 os custos operacionais assinalaram uma subida de 29%, tendo atingido 30 648 milhões de Kwanzas, bastante influenciada pelo aumento do custo com pessoal e dos fornecimentos e serviços de terceiros, os quais aumentaram 33% e 32%, respectivamente, em resultado do aumento dos Colaboradores do banco de 619 em 2019 para 635 em 2020. Adicionalmente, verificou-se uma inflação de 25,1% na economia Angolana, o que teve reflexo no aumento dos custos operacionais.

A gestão de custos do Banco continuou a ser, em 2020, alvo de especial atenção através do reforço do seu modelo de governação e da constante preocupação na manutenção do *cost-to-income*, tendo este registado um valor de 37% em 2020, representando uma melhoria de 2 p.p. face ao período homólogo.

4.4.1. QUAIS OS NOSSOS INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO PARA O ROE

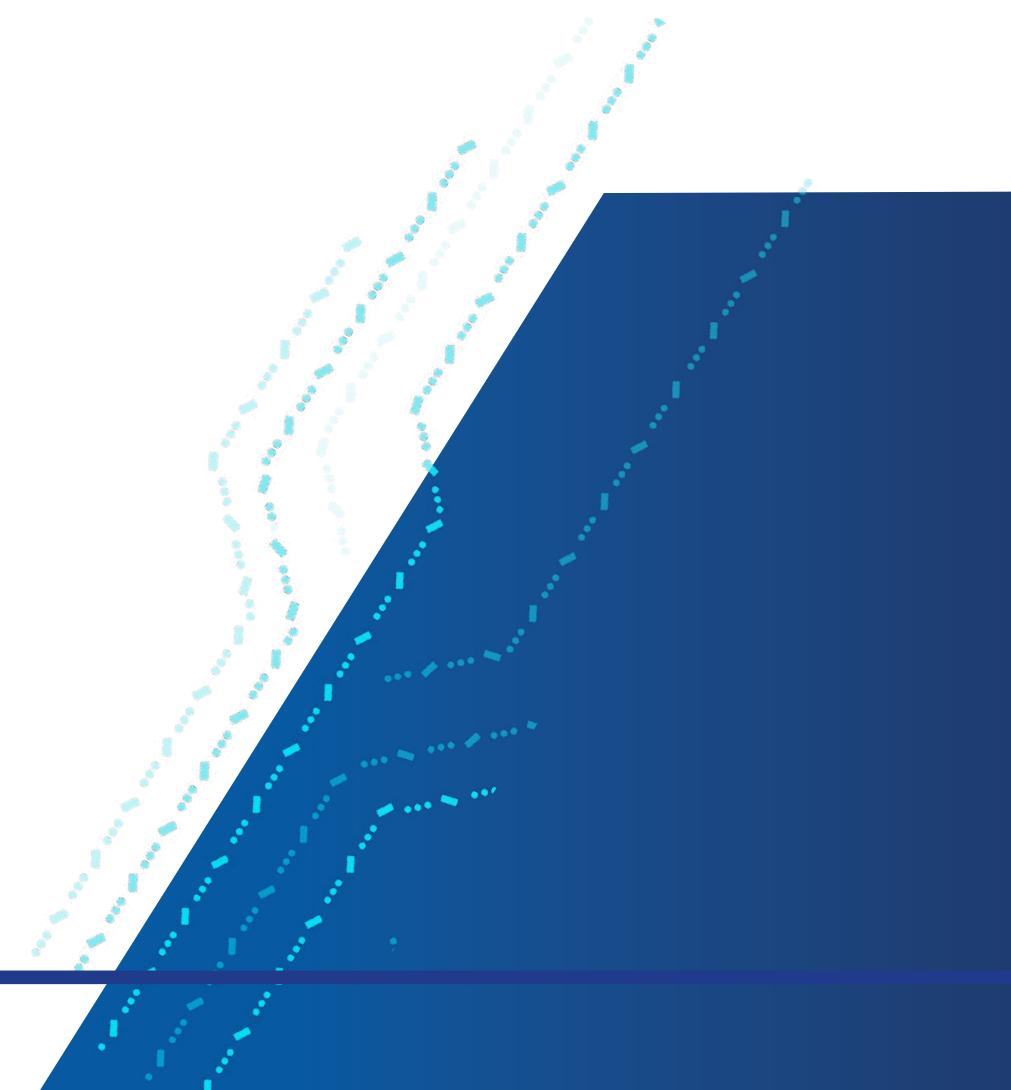
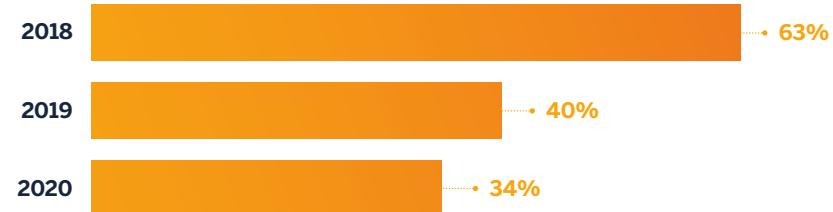
O Return-on-Equity, que regista um valor de 34%, recuou em 6 pontos percentuais em relação ao período transacto, essencialmente, devido às imparidades que o Banco teve que registar nos activos financeiros ao custo amortizado.

Independentemente dos valores registados, o SBA continua a reforçar o seu posicionamento como uma das Instituições Financeiras de Angola com a melhor rentabilidade de capitais próprios. Este nível de rentabilidade, combinado com um rácio de solvabilidade de 38% coloca o SBA no caminho certo para o crescimento e solidez. A capacidade de remunerar os seus Accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova da confiança e de um modelo de governação ajustado.

O quadro abaixo demonstra o peso que cada rubrica identificada tem sobre o capital investido.

	2020	2019
Margem financeira	48%	49%
Resultado de negociação e ajuste ao justo valor	0%	2%
Resultado de prestação de serviços financeiros	8%	9%
Resultado de activos disponíveis para venda	0%	0%
Resultado de operações cambiais	25%	17%
Outros resultados de exploração	-3%	-1%
Produto da actividade bancária	78%	76%
Custos de estrutura	-29%	-29%
Provisões e imparidades	-1%	-2%
Resultados operacionais	37%	44%
Imposto sobre os resultados	-3%	-4%
Resultados líquidos	34%	40%

EVOLUÇÃO DO ROE



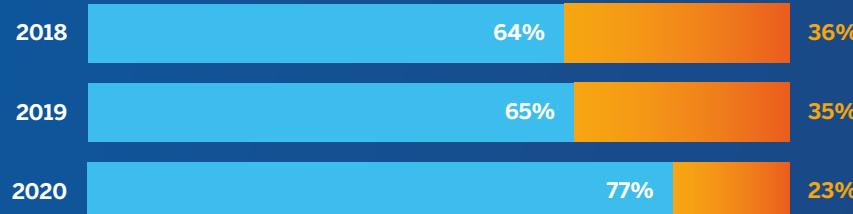
MARGEM FINANCEIRA

	2020	2019	Var	2020	2019	Var
	milhares de kwanzas			milhares USD		
Proveitos de títulos e valores mobiliários	37 316 757	35 097 330	6%	57 445	72 783	-21%
Proveitos de créditos	19 325 221	8 137 263	137%	29 749	16 875	76%
Outros juros e proveitos similares	1 547 296	2 642 325	-41%	2 382	5 480	-57%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	58 189 274	45 876 918	27%	89 577	95 137	-6%
Custos de depósitos	5 130 108	4 634 277	11%	7 897	9 610	-18%
Outros custos e encargos similares	1 871 842	1 872 975	0%	2 882	3 886	-26%
Custos de instrumentos financeiros passivos	7 001 950	6 507 252	8%	10 779	13 496	-20%
Margem financeira	51 187 324	39 369 666	30%	78 798	81 641	-3%

A melhoria verificada na margem financeira deve-se essencialmente ao aumento dos proveitos provenientes dos créditos concedidos, pois o crédito a Clientes teve um aumento de 53% face ao ano de 2019.

MARGEM COMPLEMENTAR

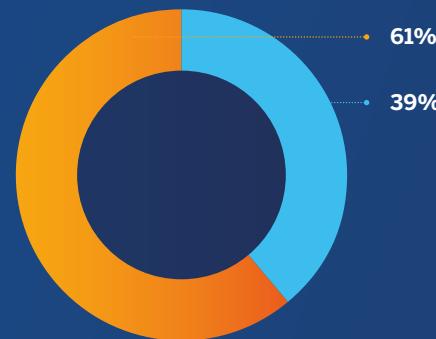
	2020	2019	Var	2020	2019	Var
	milhares de kwanzas			milhares USD		
Resultados de prestação de serviços financeiros	8 201 100	7 217 695	14%	12 625	14 967	-16%
Resultados cambiais	26 717 618	13 504 978	98%	41 129	31 236	32%
Outros resultados	-2 677 084	1 013 852	-364%	-4 121	-1 128	265%
Margem Complementar	32 241 634	21 736 525	48%	49 633	45 075	10%



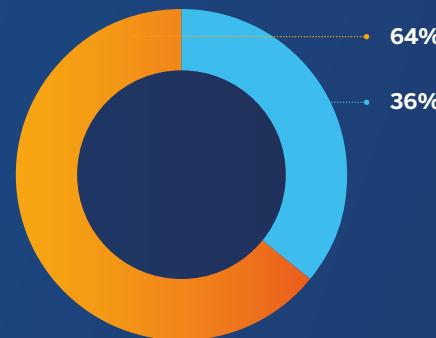
RÁCIO ENTRE A MARGEM COMPLEMENTAR NOS RESULTADOS CÂMBIAIS E O PRODUTO BANCÁRIO

O aumento apresentado no resultado das operações cambiais de 98%, com um total de 26 718 milhões de Kwanzas face ao período homólogo, deriva, não só, do aumento da quota de mercado do SBA nos leilões de divisas, mas também do resultado da desvalorização do Kwanza face a outras moedas estrangeiras. No entanto, o rácio entre a margem complementar e o produto bancário registou um aumento de 3 pontos percentuais, para um valor de 39%, dado que a margem complementar teve um aumento ligeiramente superior ao da margem financeira.

2020



2019



CUSTOS DE ESTRUTURA

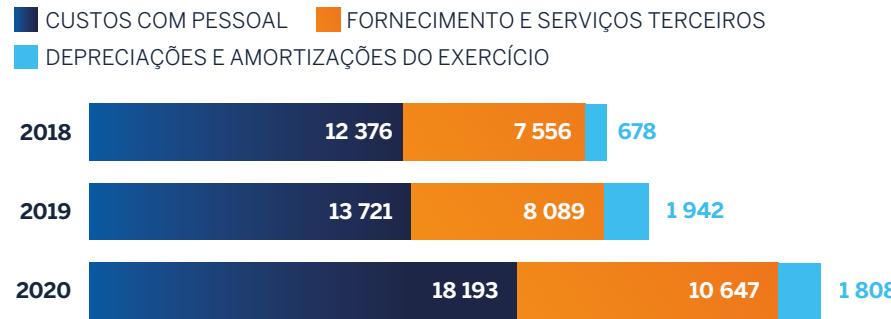
O valor do *cost-to-income* melhorou 2 p.p., tendo registado 37% em 2020, no entanto, o SBA continua altamente focado na optimização deste indicador e em manter os valores em níveis competitivos.

Durante o exercício de 2020, o total dos custos de estrutura, que é o somatório dos custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e as depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 30 648 milhões de Kwanzas, por isso representam um crescimento de 29%, excedendo os 23 752 milhões de Kwanzas registados em 2019. Este aumento explica-se, maioritariamente, pelo aumento verificado quer nos custos com pessoal, fruto da grande aposta do Banco nos seus Colaboradores, bem como, com o aumento do fornecimentos e serviços de terceiros.

O aumento dos Colaboradores do Banco para 635 e a aplicação de uma política de remunerações muito competitiva, combinada com o forte investimento na formação e no bem-estar dos Colaboradores, contribuíram para que o Standard Bank de Angola registasse em 2020 um total de custos com pessoal de 18 193 milhões de Kwanzas. Este valor reflecte um aumento de 33% face ao valor do ano anterior e representa 59% do total dos custos do Standard Bank de Angola.

	milhares de Kwanzas			milhares USD		
	2020	2019	Var	2020	2019	Var
Custos com pessoal	18 193 365	13 721 175	33%	28 007	28 454	-2%
Fornecimentos e serviços de terceiros	10 646 649	8 088 585	32%	16 389	16 773	-2%
Depreciações e Amortizações do Exercício	1 808 057	1 941 930	-7%	2 783	4 027	-31%
Custos de estrutura	30 648 071	23 751 690	29%	47 180	49 254	-4%
Cost-to-income	37%	39%	-2%	37%	39%	-2%

CUSTOS DE ESTRUTURA (MILHÕES DE KWANZAS)



PROVISÕES E IMPARIDADES

O Banco registou provisões e imparidades nos 13 465 milhões de Kwanzas quando no exercício de 2019 foi de 1 762 milhões de Kwanzas. Esta situação ocorreu devido ao reconhecimento de imparidades nos activos financeiros ao custo amortizado, devido ao agravamento do *rating* soberano de longo prazo em moeda estrangeira por parte da Fitch e Moody's.

IMPOSTOS

Em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal que determina o quadro pelo qual as obrigações fiscais devem ser satisfeitas. O Standard Bank de Angola adopta uma abordagem prudente em matéria fiscal, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação.

De referir que no ano de 2020 existiram diversas alterações de cariz fiscal com impacto na actividade do Banco. No exercício de 2020, o SBA reconheceu uma estimativa de imposto industrial cerca de 3 185 milhões de Kwanzas, 8% inferior à estimativa de 2019. Corresponde a uma taxa efectiva de 8% (2019: 10%) decorrente de deduções, essencialmente, relacionadas com benefícios fiscais em rendimentos de títulos e outras.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 71.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º, ambos da Lei das Sociedades Comerciais (aprovada pela Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, com alterações posteriores), e nos termos do artigo 30.º dos Estatutos, que aos resultados líquidos do exercício de 2020, no montante de 36 131 087 717,55 Kwanzas, seja dada a seguinte aplicação:

- a)** 16 258 989 472,90 Kwanzas para distribuição aos senhores accionistas, na proporção das respectivas participações accionistas, a título de dividendo;
- b)** O remanescente para resultados transitados.

Relativamente ao proposto em **a)** e considerando os processos judiciais em curso, nomeadamente o processo n.º 12-A/2020/SENRA, que afectam o beneficiário último da AAA Activos, Lda., e, em consequência, da participação social por esta detida no capital do Banco, entretanto objecto de apreensão pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos em 8 de Setembro de 2020, e confiada ao IGAPE – Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, enquanto fiel depositário, nos termos da Lei n.º 2/2014, de 10 de Fevereiro, o Conselho de Administração propõe que os dividendos relativos à referida participação da AAA Activos, Lda., fiquem retidos no Banco até que os processos judiciais terminem e seja clarificado quem tem legitimidade para os receber.



36 131 087 717,55 KWANZAS

RESULTADO LÍQUIDO

16 258 989 472,90 KWANZAS

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

19 872 098 244,65 KWANZAS

RESULTADOS TRANSITADOS

64

Construímos
um Futuro
Sólido.

Standard Bank **É POSSÍVEL**



4.5

O NOSSO IMPACTO NA SOCIEDADE

O Banco continua empenhado em conduzir o seu negócio de forma sustentada e com crescimento económico inclusivo em Angola. Para conseguir isso, temos que garantir que através os nossos Clientes, projectos e parcerias, criamos impactos positivos na vida dos Angolanos. Essas considerações estão na frente e no centro quando tomamos decisões de negócio.



ESTRATÉGIA

O Standard Bank Angola apostava de forma coerente e contínua na dimensão social, procurando ter um impacto efectivo nas comunidades em particular, nos segmentos mais carenciados da população.

As áreas da educação e ensino, saúde e empreendedorismo foram eleitas como pilares determinantes para a promoção do desenvolvimento dos povos para assegurar a estabilidade social e o consequente expansão da marca.

A Nossa Responsabilidade Social

Diante do quadro global actual, imposto pela pandemia os Heróis de Azul redefiniram o seu modelo de actuação para melhor responderem aos inúmeros desafios

Em 2020 foram distribuídos donativos diversos em comunidades carenciadas, centros de acolhimento e hospitais para minimizar a situação de carência identificada. Para ajudar a prevenir a Covid-19 em todas as doações foram sempre distribuídos produtos de higiene e limpeza, de desinfecção e biossegurança, bem como folhetos e cartazes com instruções para prevenir o coronavírus.

Temos como base para as nossas missões, a integração e o respeito por todos os intervenientes.

Doamos muito mais do que se vê. Incentivamos, inspiramos e incutimos valores. Valorizamos todo o tempo investido e ajustamos a disponibilidade de quem se dispõe a trabalhar com a responsabilidade social e levar um pouco si para quem mais precisa.



É um projecto de responsabilidade social criado pelo Standard Bank de Angola, com objectivo de reunir voluntários de diferentes áreas e níveis de actuação para apoiar as comunidades, atender as suas necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida das mesmas, dando-lhes ferramentas, oportunidades e estimular o desenvolvimento tendo a sua maior aposta nas áreas da Educação e Ensino, Saúde e Empreendedorismo, pilares que são determinantes para a promoção da sociedade

O Standard Bank Angola criou o projecto Heróis de Azul e tem investido de forma coerente e contínua na dimensão social, procurando ter um impacto efectivo nas comunidades em particular, nos segmentos mais carenciados da população.



SERMOS LOCALMENTE RELEVANTES



APELAR AOS CORAÇÕES DA NOSSA GENTE



FAZER A DIFERENÇA NA NOSSA COMUNIDADE



ENVOLVER E INSPIRAR OS NOSSOS CLIENTES E PARCEIROS NUM OBJECTIVO COMUM

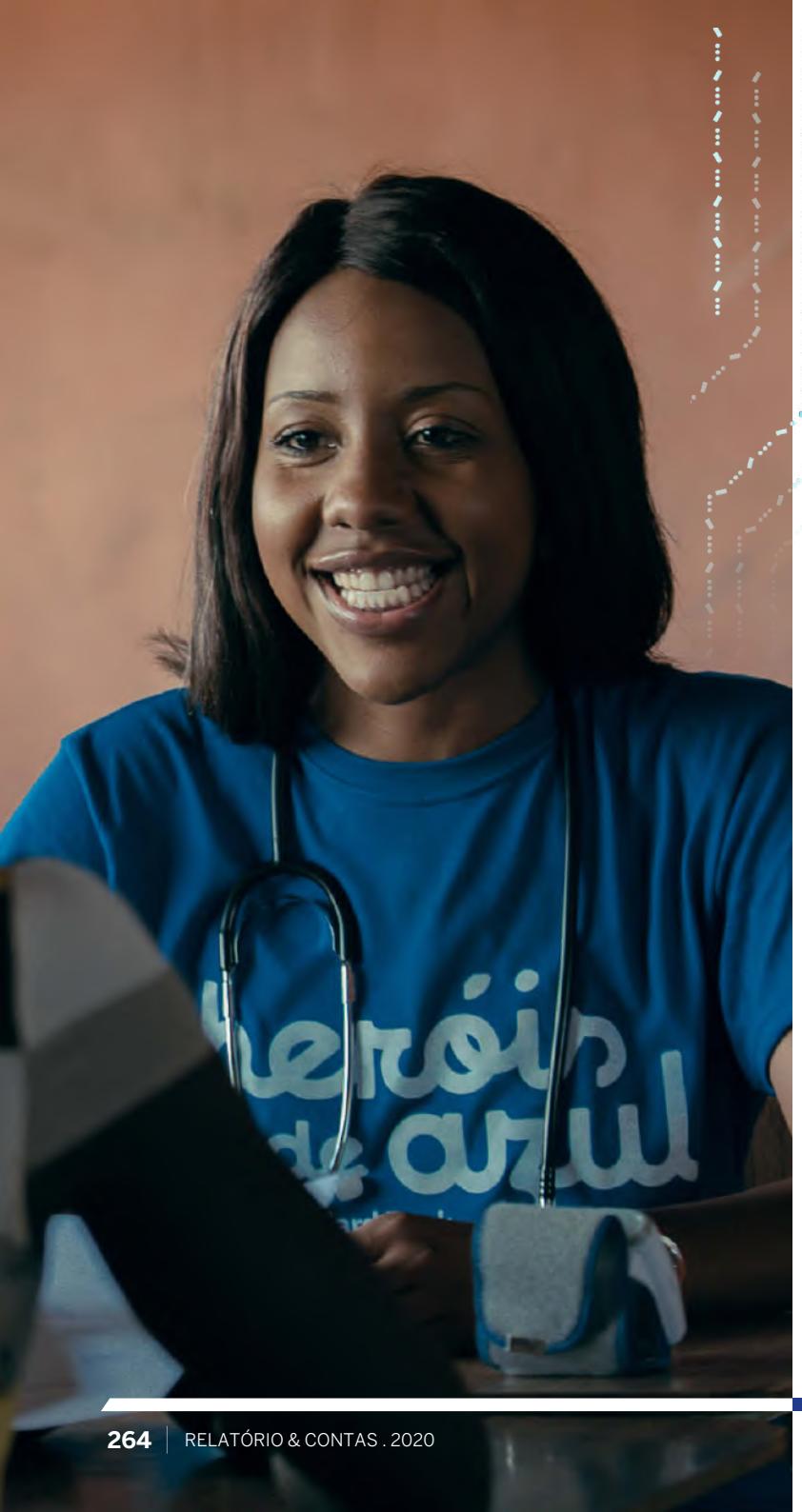


INSPIRAR OS COLABORADORES A SEREM HERÓIS DE AZUL



Somos muito
#maisdoqueumbanco

Standard Bank **É POSSÍVEL**



Acções de Responsabilidade Social

ENTREGA DE BENS DIVERSOS E CESTAS BÁSICAS

O Standard Bank de Angola (SBAO), através do seu projecto Heróis de Azul, continua a apoiar os mais carenciados. Em 2020, deu início a um programa de reforço às acções de solidariedade social em apoio aos mais carenciados, o que incluiu donativos de bens essenciais diversos.

Os donativos são compostos por bens diversos, com destaque para produtos da cesta básica, higiene, limpeza e de desinfecção, bem como equipamento de protecção individual e folhetos com informação sobre o novo coronavírus e as medidas de prevenção. Este programa beneficiou fundamentalmente alguns centros de acolhimento e comunidades da província de Luanda, nomeadamente em Viana, Nova Vida, Zango, Cacuaco, Rangel e Barra do Kwanza.



FORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO CONTRA A COVID-19

Em parceria com a Direcção Nacional de Saúde Pública e a Universidade de Belas, promovemos uma acção sobre Comunicação de Risco e Envolvimento Comunitário, para capacitar os Heróis de Azul em matéria de prevenção contra a Covid-19 com foco no corte da cadeia do novo coronavírus. Com os conhecimentos adquiridos, os activistas têm actuado de modo seguro e mais efectivo.



VISITA E RECOLHA DE AMOSTRA DE ÁGUA NA COMUNIDADE DO NGOMBEMUXIMA.

No Ngombe Muxima existe um único ponto de extração de água para uma comunidade com mais de 200 habitantes. A população percorre mais de 2 quilómetros, para obter o preciso líquido. Os Heróis de Azul têm apoiado esta comunidade, com destaque para a doação e instalação de bio filtros, bem como o treinamento dos responsáveis comunitários para a sua correcta utilização para que combater muitas doenças provocadas pela má qualidade da água.

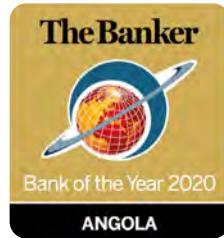
10º ANIVERSÁRIO SBA 10 DESTINOS

Para celebrar os dez anos do Standard Bank de Angola, os Heróis do Azul seleccionaram 10 destinos que beneficiaram de apoios do Banco. Em setembro, impactamos directamente mais de 1.000 vidas, com donativos diversos e para comunidades, centros de acolhimento e hospitais. Doamos muito mais do que se vê. Incentivamos, inspiramos e incutimos valores.





PRÉMIOS E DISTINÇÕES



Os prémios obtidos em 2020 são o reconhecimento do compromisso e dos esforços contínuos do Standard Bank de Angola no aprimoramento de informações úteis, claras, transparentes e objectivas divulgadas aos nossos Clientes. A forma como identificamos e solucionamos as necessidades dos Clientes diferencia-nos pela positiva e torna-nos ainda mais cientes de nossas responsabilidades perante o sector e a comunidade em geral.

4.5.2. PRÉMIOS E DISTINÇÕES



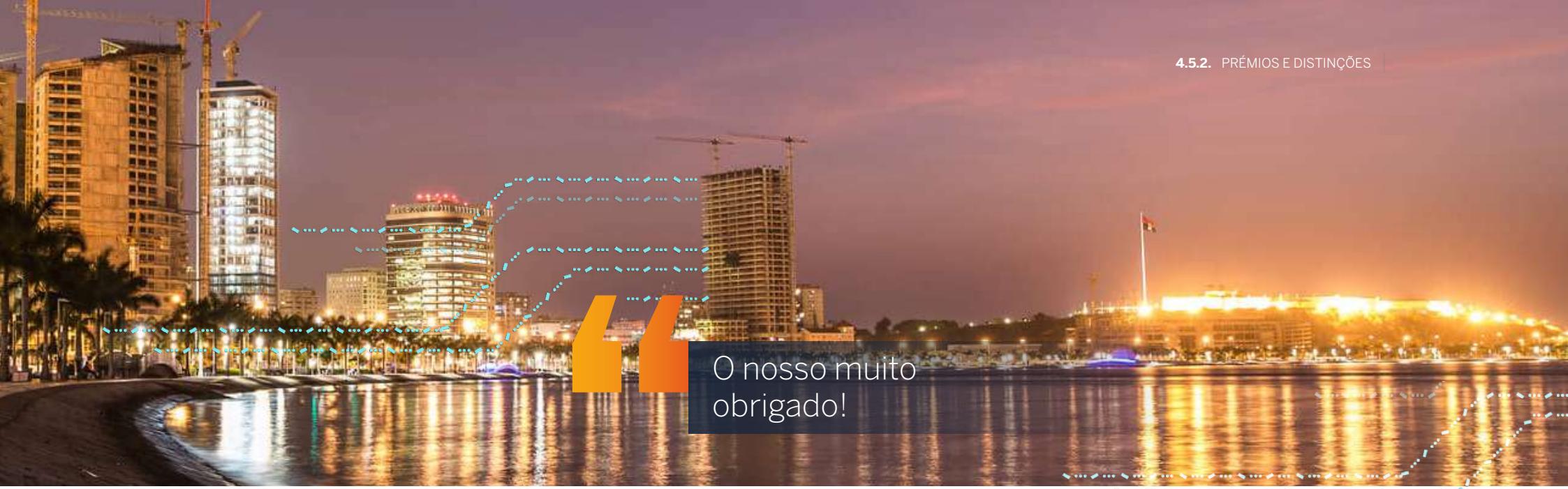
The Banker



GLOBAL
FINANCE



GLOBAL
FINANCE



O nosso muito
obrigado!





ESTRUTURA LÓGICA E CONSISTENTE

O nosso modelo de Governação Corporativa favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente, onde o Conselho de Administração tem o seu papel fundamental na supervisão do risco e na definição estratégica.





GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

05

Standard Bank **É POSSÍVEL**

MODELO DE GOVERNAÇÃO

A estrutura interna do SBA tem em consideração as características inerentes à sua actividade, sendo a Governação Corporativa um dos pilares fulcrais do Banco dada a responsabilidade que detém na execução do enquadramento regulamentar, facilitando a decisão estratégica e a reconciliação do interesse de todos os *stakeholders*.

De acordo com o modelo de governação definido, o Banco favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente, onde o Conselho de Administração tem o seu papel fundamental na supervisão do risco e na definição estratégica, garantindo o cumprimento do enquadramento regulamentar.

O Banco prevê ainda a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités do Conselho de Administração, conservando sempre um controlo efectivo e a garantia final de todas as decisões. A cultura do SBA reconhece que a forma “como fazemos” é tão importante como “o que fazemos”.



“

Promovemos a transparência,
a responsabilidade
e a empatia



Standard Bank **É POSSÍVEL**

Princípios orientadores

O SBA adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos seus processos organizativos, gestão corrente e aos riscos inerentes à sua actividade, em linha com a regulamentação aplicável. Apresenta uma estrutura coerente de gestão de risco que permite a correcta implementação e monitorização do sistema de controlo interno, assegurando o alinhamento das políticas e processos de gestão de risco com a estratégia de negócio.

De acordo com o modelo de governação definido, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão do risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco. O modelo de Governação do SBA prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.



Os princípios orientadores da política de governação corporativa do SBA cumprem com os requisitos exigidos pela regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como com os requisitos da Comissão de Mercado de Capitais e Autoridade Geral Tributária, estando também alinhados com os princípios orientadores do Grupo Standard Bank, ao qual pertence, visando garantir a manutenção das melhores práticas nestas matérias:

01

Promover transparência, responsabilidade e empatia na gestão dos relacionamentos com os *stakeholders*, de forma a garantir que nossos Clientes são tratados de forma justa e consistente;

02

Gerar um impacto positivo na sociedade, na economia e no meio ambiente por meio de nossa actividade;

03

Cumprir com os elevados padrões regulatórios e de governance, incluindo os do Grupo Standard Bank;

04

Inculcar uma cultura ética e de consciência do risco.

Os Avisos n.º 1/19 e n.º 2/19 do BNA vieram estabelecer os pilares fundamentais de Governação Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e do conflito de interesses.

O modelo de Governação Corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

Políticas que regulam a participação dos Accionistas no Banco, sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos estatutários;

Organograma que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos. A distribuição dos pelouros sob alcada de cada administrador executivo é realizada de forma a garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;

Políticas do Conselho de Administração, das suas Comissões e da Comissão Executiva;

Instrumentos utilizados para melhorar a informação prestada aos Accionistas (com destaque para o Relatório e Contas e para a página institucional do Banco na internet) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e tempestiva, incluindo tudo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

Procedimentos internos que contêm um conjunto de princípios e regras concretas de actuação, que estão contidas no código de conduta;

O framework de Governação Corporativa do SBA encontra-se alinhada com os princípios definidos para Angola e alinhada com os princípios do Grupo Standard Bank, de forma a fornecer uma estratégia clara e ser ágil a responder aos desafios que lhe são colocados, exemplo é são as melhores práticas implementadas:

Identificar oportunidades estratégicas de acordo com o seu apetite ao risco, o qual se encontra aprovado, tendo em consideração uma gestão sã e prudente;

Promover um ambiente de controlo interno eficaz de forma a evitar perdas financeiras ou danos reputacionais;

Ter sempre presente os princípios éticos que regem o SBA e o Grupo, de forma a conseguir os melhores negócios sem haver riscos reputacionais.



| Organograma

AUDITORIA INTERNA, JURÍDICO E COMPLIANCE

Direcção de Auditoria Interna

Direcção Jurídica

Direcção de Compliance

Regulatório

Monitorização

Combate ao branqueamento de capitais

RISO, CONTROLO CAMBIAL E FINANCIERO

Direcção de Risco

Crédito PBB

Crédito CIB

Risco Operacional

Risco de Mercado

Risco de Liquidez e Capital

Investigação e Risco de fraude

Governance

Direcção de Controlo Cambial

Direcção Financeira

Contabilidade

Controlo Financeiro

Controlo de Produtos

Impostos

Controlo Financeiro e Reportes Regulatórios

Gestão de Tesouraria e Capital

Compras

MARKETING, PESSOAS E CULTURA E INOVAÇÃO

Direcção de Marketing

Comunicação e Responsabilidade Social

Marketing Digital

Marketing CIB

Marketing PBB

Direcção de Pessoas e Cultura

Recrutamento

Formação

Serviços Partilhados

Apoio às Áreas do Negócio e de Suporte

Relações Laborais

Direcção de Inovação

Transformação Digital

Inovação



I Governação Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA

Comité de Auditoria

Conselho de Gestão e Execução

Comité de Risco

Comité de Activos e Passivos

Comité de Governação de Crédito

Comité de Gestão de Risco

Comité de Gestão de Pessoas e Cultura

Comité de Risco de Crédito

Comité de Sistemas de Informação

Comité de Pessoas e Cultura

Comité de *Pricing*

Comité de Novos Produtos

Comité de Projectos

Comité de Compras

Comité de Análise de Clientes de Alto Risco

Comité de Controlo Interno Financeiro

Comité de Experiência do Cliente

Comité de Governação de Dados e Informação

O SBA foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Capital Social do Banco, no valor de Kwz 9 530 006 500,00 (nove biliões, quinhentos e trinta milhões, seis mil e quinhentos Kwanzas), está dividido em 1 000 000 acções com o valor nominal de 100 dólares norte americanos cada, encontrando-se repartido por três Accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank) e dois Accionistas maioritários, nomeadamente:

- Grupo Standard Bank Lda – 50,1%
- AAA Activos Lda. - 49%

De salientar que as acções pertencentes ao Accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).



I Principais Áreas de Foco

01

Optimizar a experiência do Cliente, através de processos e procedimentos disruptivos e automáticos, de forma a aumentar a sua fidelização e retenção;

02

Proporcionar aos nossos Colaboradores melhores condições de trabalho e apostar continuamente na sua formação, preparando todas as áreas do Banco para um futuro digital;

03

Alinhar as melhores práticas do SBA com as internacionais;

04

Tornar os processos operacionais e o modelo de gestão de risco mais robusto, com o objectivo de mitigar eficaz e eficientemente os riscos inerentes à operação do Banco;

07

Apostar na análise de grande volume de dados, de forma a alavancar o negócio e proporcionar aos Clientes um maior leque de oferta de produtos e serviços financeiros.

05

Disponibilizar soluções inovadoras e de baixo custo aos nossos Clientes;

06

Implementar metodologias de trabalho mais ágeis que promovam e dinamizem a inovação no Banco;

I Órgão Sociais

De modo prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os membros do Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governação Corporativa do SBA segrega funções e responsabilidades entre diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os Accionistas do SBA e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são mandatados por 4 anos. **A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:**

Presidente da mesa da Assembleia Geral – A nomear

Secretário da mesa da Assembleia Geral – Tatiana Isadora Faria Serrão, que actualmente desempenha as seguintes funções como sócia no Escritório de Advogados – Faria de Bastos & Lopes, Advogados Associados (FBL Advogados)

A Assembleia Geral tem como competências:**01**

Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da mesa da Assembleia Geral;

02

Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;

03

Aprovação das remunerações dos membros dos órgãos sociais;

04

Deliberação sobre alterações aos Estatutos;

05

Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total ou parcial do capital social e pagamento aos Accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, mas sob reserva do estipulado nos Estatutos;

07

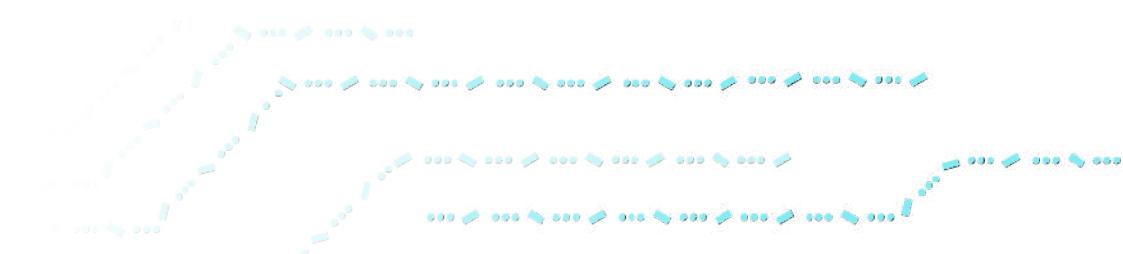
Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;

08

Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

06

Dissolução e liquidação da Sociedade;



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente este Órgão é composto por 7 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os Administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

Presidente

Octávio Manuel de Castro
Castelo Paulo

Administrador não executivo

António Caroto Coutinho

Administrador executivo

Luís Miguel Fialho Teles

Administrador não executivo

Carlos Manuel de São Vicente
(cessou funções a 28 de
Dezembro de 2020 por
deliberação da Assembleia Geral)

Administrador não executivo

Ivo Emanuel Neto de São
Vicente (cessou funções a 28
de Dezembro de 2020 por
deliberação da Assembleia Geral)

Administrador executivo

Eduardo Miguel Massena
Clemente

Administradora executiva

Yonne Lizett de Queiróz de
Castro

O Conselho de Administração tem como competências:

01

Responsável pelo controlo e gestão corrente da actividade do Banco, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a gestão diária da Sociedade delegada na Comissão Executiva;

02

Órgão decisório máximo do Banco com responsabilidade última em matéria de governação.

Os administradores têm acesso irrestrito à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para desempenharem as suas responsabilidades.

No final de 2020 fomos surpreendidos com notícias várias na imprensa angolana em torno de um dos nossos administradores não executivos e beneficiário último da posição de acionista minoritário. São notícias relativas a actividades exercidas por aquele administrador não executivo fora do Banco e com as quais o Banco não tem qualquer relação. Essas notícias e os procedimentos judiciais com as mesmas relacionados, levaram a que o administrador não executivo optasse por suspender as suas funções no Banco. Por determinação judicial foi a participação social do acionista minoritário apreendida e depositada junto do IGAPE – Instituto de Gestão de Activos e de Participações do Estado, ao qual a Procuradoria Geral da República reconhece poderes de gestão da participação social, incluindo a possibilidade de exercer os direitos de voto inerentes à mesma. Neste quadro, teve lugar, em 28 de Dezembro de 2020, uma assembleia geral de accionistas, com a participação do IGAPE, que deliberou a destituição dos dois administradores não executivos indicados pelo acionista minoritário do Banco e, em substituição, a eleição de dois novos administradores não executivos propostos pelo mesmo IGAPE.

O Conselho de Administração tem acompanhado atentamente, e sempre na perspectiva da protecção dos interesses dos seus Clientes, dos nossos trabalhadores e do Banco, o desenvolvimento dos factos referidos. Os quais, reiteramos, são alheios ao Banco e à sua actividade. Neste quadro, o Conselho de Administração aguarda que a situação relativa à participação accionista minoritária no Banco seja clarificada, nos termos da lei e pelas entidades competentes, os Tribunais, desejando que a normalidade accionista possa ser retomada com a brevidade possível.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco. É constituída pelo Presidente da Comissão Executiva e por dois Administradores Executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos Administradores Executivos.

Presidente da Comissão Executiva

Luís Miguel Fialho Teles

Administrador Executivo

Eduardo Miguel Massena Clemente

Administradora Executiva

Yonne Lizett de Queiróz de Castro

A Comissão Executiva tem poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por dois membros, um Presidente e quatro Vogal, em mandatos de 4 anos, estando um vogal por nomear. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos do Banco.

Presidente | Sérgio Eduardo Sequeira Serrão

Vogal | Fernando Jorge Teixeira Hermes

Vogal | Eduardo Quental Avelino Bango

Vogal | Donald Carmo Calunda Lisboa

O Conselho Fiscal tem como função fiscalizar a administração da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos e verificar os registos contabilísticos e financeiros.

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco é actualmente assegurada pela empresa de auditoria PWC Angola, após quatro anos de fiscalização pela empresa de auditoria KMPG Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso n.º 4/14 do BNA, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

I Comités

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Comité de Gestão de Pessoas e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> Presidente: Administrador Não Executivo Membros: Administrador Não-executivo e Administrador Executivo 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores; Gerir a componente de recursos humanos, tais como a definição de políticas e procedimentos ou a nomeação de directores; Acompanhar a componente de avaliação, definir as políticas de recrutamento e contratação.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Auditoria	<p> Presidente: Administrador Não Executivo</p> <p> Membros: Membro do Conselho Fiscal e Administrador Não-Executivo</p>	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do sistema de controlo interno e assegurar que os riscos inerentes à actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados. Analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.
Comité de Risco	<p> Presidente: Administrador Não Executivo Independente</p> <p> Membros: Administrador Não-Executivo e Administrador Executivo</p>	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco, gerir e controlar o risco, nas seguintes vertentes: <ul style="list-style-type: none"> – Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco – Supervisionar a implementação da estratégia de risco – Supervisionar a função de gestão de risco
Comité de Governação de Crédito	<p> Presidente: Administrador Não Executivo Independente</p> <p> Membros: Administrador Não-Executivo e Administrador Executivo</p>	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que existe uma efectiva governação do crédito e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito Monitorização dos créditos concedidos Controlo efectivo do risco de crédito, incluindo o risco País.
Comité de Sistemas de Informação	<p> Presidente: Administrador Não Executivo</p> <p> Membros: Administrador Executivo e Administrador Não Executivo Independente</p>	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que existe uma efectiva governação e gestão do risco tecnológico, com especial ênfase para a estratégia do SBA.

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA			
	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA			
Conselho de Gestão e Execução	<p> Presidente: A ser eleito por votação pelos membros do Comité e por um mandato de seis meses</p> <p> Membros: Gestores/Técnicos Seniores indicados pelos membros da Comissão Executiva.</p> <p>Este comité tem carácter puramente operacional e quaisquer questões estratégicas relativas ao mesmo devem ser encaminhadas para a Comissão Executiva.</p>	Mensal	<p> Impulsionar a implementação e execução das directrizes e projectos aprovados pela Comissão Executiva.</p>
Comité de Activos e Passivos	<p> Presidente: PCE</p> <p> Membros: Directores Financeiro, CIB, PBB e de Risco</p>	Mensal	<p> Visa o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, de mercado e cambial.</p>
Comité de Gestão de Risco	<p> Presidente: Administradora Executiva</p> <p> Membros: PCE, Directores de Risco, Financeiro, CIB, PBB, Risco Operacional, Compliance, Operações, Sistemas de Informação, Pessoas e Cultura, Jurídico, Banca Transaccional</p>	Mensal	<p> Formular estratégias de risco e desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes;</p> <p> Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada gestão de risco, bem como, rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco e garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz em linha com os níveis/apetite de risco aprovados pela Administração.</p>

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco de Crédito	<p> Presidente: Director de Risco</p> <p> Membros: PCE, Director de Crédito PBB, Director de Crédito CIB, Director PBB, Director CIB</p> <p>Para fins de cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, o Comité de Gestão de Risco de Crédito tem o direito de delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.</p>	Mensal	<p> Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma consistente e unificada governação, identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito.</p>
Comité de Pricing	<p> Presidente: CFO</p> <p> Membros: Directores de CIB, PBB, Sistemas de Informação, Compliance, Mercado de Capitais, Banca Transaccional, Risco</p>	Trimestral	<p> Definir e rever a estratégia de <i>pricing</i> do Banco, tendo em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Os produtos e segmentos em que o Banco pretende posicionar-se; – A concorrência; – O risco de crédito; – Todas as condicionantes do mercado.
Comité de Novos Produtos	<p> Presidente: CFO</p> <p> Membros: Directores de CIB, PBB, Tecnologias de Informação, Compliance, Mercado de Capitais, Banca Transaccional, Risco, Desenvolvimento de Negócio, Banca de Investimento, Director de Pequenas e Médias empresas, Director de Canais, Director de Produtos, Director de Marketing</p>	Mensal	<p> Avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.</p>

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Projectos	<p> Presidente: PCE</p> <p> Membros: Administradores Executivos, Directores de Operações, Tecnologias de informação, PBB, CIB, Financeiro, Digital IT, Pessoas e Cultura, TMO, Client Journeys e Serviços</p>	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o alinhamento do investimento considerado Change the Bank, nas áreas de sistemas de informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo SBA e, se pertinente, pelo Grupo Standard Bank. O Comité deve ainda garantir que os projectos resultantes são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos, e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos.
Comité de Compras <i>Procurement</i>	<p> Presidente: CFO</p> <p> Membros: Gestor de <i>Procurement</i>, Directores de Operações, Tecnologias de informação, Jurídico, BPP, CIB e de Risco</p>	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes com os objectivos do Banco a curto, médio e longo prazo. Assegurar que todas as propostas, alterações aos contratos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada. Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do Negócio.
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco	<p> Presidente: Administradora Executiva</p> <p> Membros: Directores de BPP, CIB, Risco, Jurídico e Compliance</p>	Semanal	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar as relações com Clientes quando estas possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco e garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo pessoas politicamente expostas.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Controlo Interno Financeiro	<p> Presidente: CFO</p> <p> Membros: CFO, Director dos Sistemas de informação (CIO), Director das Operações (COO), Director do CIB e Director do PBB.</p>	Mensal	<p> Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro.</p>
Comité Executivo de Pessoas e Cultura	<p> Presidente: PCE</p> <p> Membros: Administradores Executivos, Directores de CIB, BPP e de Pessoas e Cultura</p>	Mensal	<p> Aprovar a política de remuneração do Banco bem como a responsabilidade pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com Pessoas e Cultura.</p>
Comité de Experiência do Cliente	<p> Presidente: Administradora Executiva</p> <p> Membros: Administrador Executivo, Directores de Serviços, CIB, BPP, Operações, Tecnologias de Informação, Pessoas e Cultura</p>	Mensal	<p> Tem como objectivo ter uma visão global de reclamações, solicitações de Clientes, quebras dos prazos acordados, campanhas de serviços, formações e eventos, por forma a melhorar a cultura organizacional e melhorar de forma consistente a experiência do Cliente com o Banco.</p>
Comité de Governação de Dados e Informação	<p> Presidente: Administrador Executivo</p> <p> Membros: Administradores Executivos, Directores de Tecnologias de Informação, CIB, BPP, Compliance, Risco, Jurídico, Data Officer</p>	Mensal	<p> Visa estabelecer a estratégia de gestão de Dados e informação bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas.</p>

I Principais Políticas

CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITO DE INTERESSES

O SBA coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o seu modo de actuação.

A política de conflito de interesses implementada pelo Banco rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse protegendo o Banco, os seus Colaboradores e os seus Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.



POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

No SBA, a política de remunerações e benefícios é fundamental na contratação e retenção de quadros do Banco, garantindo desta forma a motivação dos seus Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios. De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada.

A abordagem de remuneração tem o objectivo de atrair e reter os Colaboradores chave, bem como motivar e premiar o desempenho de excelência.

Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente:

- (i) competência,
- (ii) capacidade técnica,
- (iii) experiência e desempenho e
- (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais.

Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade.

Capacidade financeira da Instituição.

Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

No SBA a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

Desempenho individual de cada Administrador referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores.

Desempenho geral do Banco.

Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

Os Administradores não executivos do Conselho de Administração são remunerados pelas funções exercidas através de uma parcela fixa e de senhas de presença em reuniões.

O Administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos Accionistas.

A remuneração da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões. Os valores destas são aprovados pelos Accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

Remunerações dos Órgãos Sociais

A remuneração dos Órgão Sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco directamente.

A remuneração dos Órgãos Sociais engloba a remuneração fixa, remuneração variável e benefícios de longo prazo, como apresentada de seguida.

	Conselho de Administração			(milhares de Kwanzas)		
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total	Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
31 de Dezembro de 2020						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	510 603	88 611	599 214	15 322	735 654	1 350 190
Remunerações variáveis	287 473	14 730	302 203	3 846	251 014	557 063
Sub total	798 076	103 341	901 417	19 168	986 668	1 907 253
Benefícios e outros encargos sociais	101 345	54 952	156 297	-	6 033	162 330
Total	899 421	158 293	1 057 714	19 168	992 701	2 069 583



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

As demonstrações financeiras reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020. Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NÓTAS

06

Standard Bank **É POSSÍVEL**



6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Standard Bank ***É POSSÍVEL***

I Balanço

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

BALANÇO	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	147 520 430	92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	65 181 528	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	142 266 522	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	1 824 677	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	89 032 526	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	9	235 843 696	108 653 890
Crédito a clientes	10	140 309 033	91 504 620
Outros activos tangíveis	11	39 912 155	27 930 152
Activos intangíveis	12	6 385 504	2 467 534
Activos por impostos correntes	13	448 946	448 946
Activos por impostos diferidos	13	1 150 917	911 944
Outros activos	14	10 406 404	3 766 593
Total de Activo		880 282 338	606 237 294
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	894 112	1 573 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	691 667 486	432 183 355
Responsabilidades representadas por títulos	17	4 745 970	4 745 970
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	214 709	-
Provisões	18	2 796 343	1 818 026
Passivos por impostos correntes	13	2 918 522	2 059 764
Passivos subordinados	19	19 553 301	14 756 220
Outros passivos	20	40 509 524	53 434 271
Total do Passivo		763 299 967	510 571 544
Capital próprio			
Capital Social	21	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	22	(1 099 873)	863 518
Outras reservas e resultados transitados	22	72 421 149	53 144 536
Resultado líquido		36 131 088	32 127 689
Total do Capital Próprio		116 982 371	95 665 750
Total do Passivo e do Capital Próprio		880 282 338	606 237 294

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

I Demonstração dos Resultados

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Juros e rendimentos similares	24	58 189 274	45 876 918
Juros e encargos similares	24	(7 001 950)	(6 507 252)
Margem financeira		51 187 324	39 369 666
Rendimentos de serviços e comissões	25	12 427 848	8 905 688
Encargos com serviços e comissões	25	(4 226 748)	(1 687 993)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	262 184	1 559 304
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	27	-	(1 529)
Resultados cambiais	28	26 717 618	13 504 978
Outros resultados de exploração	29	(2 939 268)	(543 923)
Produto da actividade bancária		83 428 958	61 106 191
Custos com pessoal	30	(18 193 365)	(13 721 175)
Fornecimentos e serviços de terceiros	31	(10 646 649)	(8 088 585)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(1 808 057)	(1 941 930)
Provisões líquidas de anulações	18	(1 072 034)	369 093
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(943 413)	(904 016)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,14 e 22	(11 449 684)	(1 227 112)
Resultado antes de impostos		39 315 756	35 592 466
Impostos sobre os resultados	13	(3 184 668)	(3 464 777)
Resultado líquido		36 131 088	32 127 689
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 000 000	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	32	36,131	32,128
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	32	36,131	32,128

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

I Demonstração do Rendimento Integral

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	(milhares de Kwanzas)	
		31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido do exercício		36 131 088	32 127 689
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 22		
Variações no justo valor		(2 113 755)	1 650 125
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		150 364	(5 905)
Total do outro rendimento integral do exercício		(1 963 391)	1 644 220
Total do rendimento integral do exercício		34 167 697	33 771 909

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

| Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Notas	31.12.2020	31.12.2019
(milhares de Kwanzas)				
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		74 595 944	50 883 526	
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(11 047 768)	(8 245 141)	
Pagamentos a empregados e fornecedores		(29 245 766)	(21 809 760)	
Outros resultados		23 995 020	12 961 055	
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		58 297 430	33 789 680	
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(136 623 460)	25 324 862	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		28 891 280	(22 003 574)	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(18 661 704)	20 686 627	
Investimentos ao custo amortizado		(140 353 296)	(14 924 545)	
Crédito a clientes		(49 753 281)	(38 495 505)	
Outros activos		(6 878 784)	3 749 589	
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(323 379 245)	(25 662 546)	
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(679 826)	674 991	
Recursos de clientes e outros empréstimos		264 100 282	100 725 485	
Outros passivos		(14 480 615)	29 396 933	
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		248 939 841	130 797 409	
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		(16 141 974)	138 924 543	
Impostos sobre o rendimento pagos		(2 325 910)	(4 134 373)	
Caixa líquida das actividades operacionais		(18 467 884)	134 790 170	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Notas	31.12.2020	31.12.2019
(milhares de Kwanzas)				
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
<i>Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações</i>				
		(13 525 932)	(20 782 638)	
<i>Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações</i>				
		(4 221 605)	(1 394 341)	
Caixa líquida das actividades de investimento			(17 747 537)	(22 176 979)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Distribuição de dividendos			(12 851 076)	(1 807 114)
Caixa líquida das actividades de financiamento			(12 851 076)	(1 807 114)
Variação de caixa e seus equivalentes			(49 066 496)	110 806 077
Caixa e seus equivalentes no início do período			261 768 454	150 962 377
Caixa e seus equivalentes no fim do período			212 701 958	261 768 454
Caixa e equivalentes engloba:				
Caixa	4	9 680 332	7 674 412	
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	38 687 410	27 097 707	
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	99 152 688	58 163 126	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	65 181 528	168 833 209	
Total			212 701 958	261 768 454

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

I Demonstração de alterações no Capital Próprio

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social (Nota 22)	Reservas de reavaliação (Nota 23)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 23)					Resultado líquido	Total do capital próprio
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	9 530 007	(780 702)	3 238 624	20 546 759	1 209	23 786 592	32 322 509	64 858 406	
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor	-	1 650 125	-	(1 157 451)	-	(1 157 451)	-	492 674	
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	(5 905)	-	-	-	-	-	(5 905)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	32 127 689	32 127 689	
Total de rendimento integral no exercício	-	1 644 220	-	(1 157 451)	-	(1 157 451)	32 127 689	32 614 458	
Constituição de reservas	-	-	3 232 250	29 090 259	-	32 322 509	(32 322 509)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1 807 114)	-	(1 807 114)	-	(1 807 114)	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	9 530 007	863 518	6 470 874	46 672 453	1 209	53 144 536	32 127 689	95 665 750	
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor	-	(2 113 755)	-	-	-	-	-	(2 113 755)	
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	150 364	-	-	-	-	-	150 364	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	36 131 088	36 131 088	
Total de rendimento integral no exercício	-	(1 963 391)	-	-	-	-	36 131 088	34 167 697	
Constituição de reservas	-	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689	(32 127 689)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	9 530 007	(1 099 873)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149	36 131 088	116 982 371	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

“

Angola é a nossa casa,
impulsionamos o seu
crescimento.



6.2

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



I Nota 1

NOTA INTRODUTÓRIA

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Condomínio Belas Business Park, Edifício Cuando Cubango, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 21 o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 33 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2020 e 2019, o Banco terminou o ano com 18 e 19 agências abertas, respectivamente.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso nº 05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Os câmbios de kwanzas face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência abaixo:

	2020	2021
USD	649.604	482.227
EURO	798.429	540.817

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Abril de 2021, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

2.1. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As

políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

2.2 CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente dos juros é reconhecida na rubrica "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efectiva e de acordo com os critérios descritos na **Nota 2.12**. Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é despreconhecido do balanço quando

- (i)** os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram,

(ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção,

(iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou

(iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou Other comprehensive income).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo

financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afecta directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.2.1.1 Expected Credit Loss (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os inputs chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (Probability of Default ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (Loss Given Default ou LGD); e
- Exposição em Incumprimento (Exposure at

Default ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos, e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes corporate. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A LGD é a magnitude da perda provável se existir incumprimento. O Banco estima os parâmetros de LGD com base nas taxas de recuperação históricas de processos contra contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram

a estrutura, o colateral, a senioridade da disputa, indústria da contraparte e custos de recuperação de qualquer colateral que integra o activo financeiro. Para empréstimos colateralizados por propriedades imobiliárias, rácios de loan-to-value (LTV) são o parâmetro chave na determinação da LGD. As estimativas de LGD são calibradas para diferentes cenários económicos e, para empréstimos imobiliários, de forma a reflectir possíveis mudanças nos preços das propriedades. São calculadas numa base de fluxos de caixa não descontados utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém as EAD da exposição actual às contrapartes, e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto detido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras),

a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo Credit Conversion Factor (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 20%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0%.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual.

Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (Personal Banking ou PB, Business Banking ou BB e Private Banking ou PVB) e por produto

(empréstimos à habitação, leasing, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de rating para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (Significant increase in credit risk ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, devendo nessa medida transitar de estágio 1 para estágio 2, o Banco considera a informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com

a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição. No segmento Grandes Empresas e Banca de Investimento a degradação do rating (três notas ou uma nota, dependendo do rating inicial) atribuído ao cliente é um evento para a identificação de aumento significativo de risco de crédito.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás. A modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação.

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos

e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (default). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na whatchlist. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de

mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (lifetime).

2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um input primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de performance e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados portfólios, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento.

Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de benchmark e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de default

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em default quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:

- (i)** O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou

(ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou

(iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (default), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou covenants contratuais;
- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os inputs da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em default, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de default são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um “cenário base” de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como

planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de stress periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os drivers chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada portfolio de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes drivers chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos portfolios de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados são aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de rating de cada cliente.

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os triggers que levaram contratos ao estado de default (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em default durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de Clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento. Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser

desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do

reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de Clientes em dificuldades financeiras (referido como “actividades de reestruturação”) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (covenants) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresa, são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de

Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a performance de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo antes da exposição ser considerada como já não estando em incumprimento e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o Banco não possui activos que tenham preenchido estes requisitos para o desreconhecimento no período de reporte.

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

- i) "Carteira de crédito Normal":** empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;
- ii) "Carteira de crédito Curado (cliente curado)":** empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o status de desempenho;
- iii) "Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)":** empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.1.11 Período de emergência

O processo de cálculo do parâmetro de risco de probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de Clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus Clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo, Clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período de emergência, o que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.





que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.

O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

- (i)** Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a 100 milhões de kwanzas; ou
- (ii)** Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou
- (iii)** Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, consequentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária

para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 20), por contrapartida da responsabilidade do cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a Clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (Fair value through other comprehensive income ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (Fair value through profit and loss ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente:

- (i)** nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e
- (ii)** no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens

registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efetua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes estes dois tipos de portfolios, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste “solely payments of principal and interest” ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal

do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contrato de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no match entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a performance do portfolio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;

- A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e timing das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo,

risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o timing e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de default); e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas standard variáveis (“SVRs”) estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um spread discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar

a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares", de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e
- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas

com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados, assim como os rendimentos de juros e ganhos e perdas por diferenças de câmbio, também estes reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados cambiais". Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com

base na taxa de juro efectiva na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na **Nota 2.12**.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option).

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica “Resultados cambiais” da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade

para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados” incluem:

- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

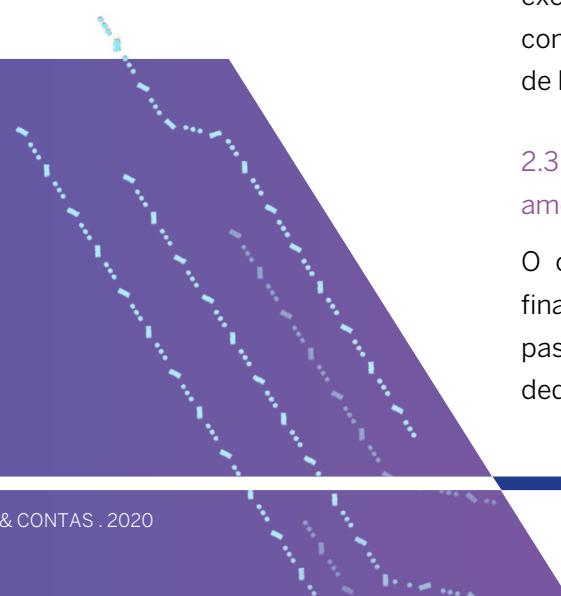
- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o mismatch contabilístico das transações.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em "de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" no momento em que ocorrem.



2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido

ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados

não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

(i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e

(ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não transferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura,

deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de

resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares"). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa- na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é despreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de resultados, registados ao justo valor com as variações reflectidas em resultados.

2.4 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações (IFRS 16)

O Banco adoptou a IFRS 16 a 1 de Janeiro de 2019, em substituição da norma contabilística IAS 17 – Locação, que esteve em vigor até 31 de Dezembro de 2018. O Banco não adoptou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - right of use) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo - arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo.

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Nadata de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	MENSURAÇÃO INICIAL	MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	Modelo de Custo: Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos.

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerce essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva swap), acrescido de um spread de risco do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força

executória. Na avaliação da força executória é tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação.

A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para refletir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;

- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); e

- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando as pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo

subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registo contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:

- registo em “Margem financeira” do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- registo em “Outros gastos administrativos” dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e
- registo em “Amortizações” do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.

- No balanço:

- registo em “Outros activos tangíveis”, pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e
- registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais - Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advensem benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura os seus activos intangíveis pelo modelo do custo.

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a

gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E TRANSACÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são despreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos

e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por peritos externos.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 31 de Dezembro de 2020, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e sujeito actualmente a uma taxa de imposto de 35% nos termos da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Nos termos da Lei supracitada, foi de igual modo estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 anos, bem como entre outros, foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais e a dedutibilidade fiscal das provisões, de forma a determinar que as perdas por imparidade em créditos garantidos não são dedutíveis para efeitos fiscais, excepto a parte não garantida.

Nos termos da Lei 19/14, que aprova o Código do Imposto Industrial em vigor a 1 de Janeiro de 2015, o Banco é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre

Aplicação de Capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 26/2020, o Banco deixa de ser obrigada a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial sobre as vendas nos casos em que tenham apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

O Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial:

(i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e

(ii) no reconhecimento dos contos relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i)** tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii)** os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código um do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da

matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 introduziu o IVA, com uma taxa de 14%, que está em vigor desde 1 de Outubro de 2019, revogando o Regulamento do Imposto de Consumo (IC) e introduzindo relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo (IS), passando a estar isentas de IS as operações aduaneiras, de financiamento, de seguro e de resseguro que sejam tributadas em IVA. É ainda revogado o IS sobre os recibos.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas no Código do IVA.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas comissões cobradas aos Clientes estando isento de liquidar o IVA em algumas das operações como sejam os juros.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido aos montantes de aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Em Abril de 2019 entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

2.10.1 Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (**Nota 20**).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do colaborador (**Nota 20**).

2.11 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando

- (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades),
- (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e
- (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são despreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (**Nota 24**), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (**Nota 24**) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados

com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das

alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (**Nota 24**). Com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o Banco não tem estas operações.

2.13 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 25) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 24).

2.14 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (**Nota 27**) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (**Nota 27**) incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.15 GARANTIAS FINANCEIRAS E COMPROMISSOS

Garantias financeiras (**Nota 23**) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por

uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (**Nota 23**) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo

histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

Em 31 de Dezembro de 2020 as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (**Nota 14**) e Outros passivos (**Nota 20**). Em 31 de Dezembro de 2019 estas operações a liquidar eram registadas nas rubricas extrapatrimoniais (Nota 23).

2.17 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos (**Nota 32**) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas

as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

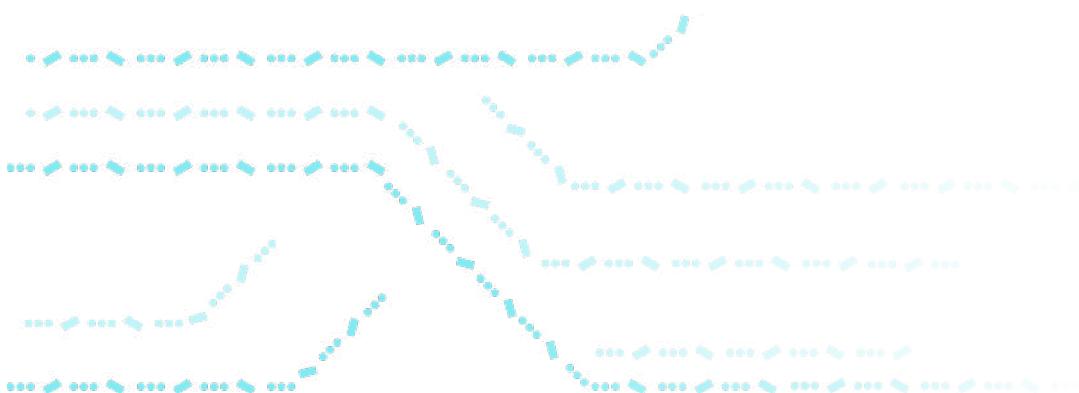
Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.



Nota 3 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.



3.1 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCIEROS DERIVADOS E OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas **Notas 7, 8 e 34**.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCIEROS

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para

esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (**Notas 7, 8, 9 e 10**).

3.3 PERDAS POR IMPARIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCIEROS AO CUSTO AMORTIZADO OU AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na **Nota 2.3**.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de grupos de activos com características de risco de crédito comuns,

as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Durante o período de 2020, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio, de forma a assegurar que planos de acção para evitar a redução da qualidade da carteira de crédito seriam tomadas de forma proactiva, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

Em Março de 2020, o Banco Nacional de Angola orientou aos bancos comerciais que fosse dada uma moratória de 60 dias aos Clientes que assim solicitassesem e apresentassesem as devidas evidências do impacto da pandemia do COVID-19, visando garantir a estabilidade financeira da economia.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade

reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas **Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10**, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

	31.12.2020	31.12.2019	(milhares de Kwanzas)
Caixa	9 680 332	7 674 412	
Disponibilidades em bancos centrais	137 840 098	85 260 833	
Banco Nacional de Angola	137 840 098	85 260 833	
Imparidade acumulada	–	–	
	147 520 430	92 935 245	

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 99 152 688 milhares de kwanzas (2019: 58 163 126 milhares de kwanzas), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 16/2020 do Banco Nacional de Angola, de 02 de Outubro de 2020, e de acordo com a Directiva nº 04/DMA/2020 do Banco Nacional de Angola, de 06 de Outubro de 2020, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	22%	100%
Outros sectores	Apuramento Semanal	22%	17% ^[1]

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2020, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 162 415 807 milhares de kwanzas (2019: 85 348 580 milhares de kwanzas).

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável considera elegíveis as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015, até 80% da exigibilidade efectiva, e o saldo referente ao fecho diário da conta de depósitos à ordem em moeda nacional no montante de 2% da média da base de incidência sobre os depósitos privados em moeda estrangeira. Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis os créditos em moeda nacional concedidos ao Abrigo do Aviso nº 10/2020 de 01 de Abril de 2020.

Em 31 de Dezembro de 2020 estes saldos ascendem a 63 263 119 milhares de kwanzas (2019: 27 185 454 milhares de kwanzas), estando relacionados com Títulos do Tesouro em moeda estrangeira e os contactos ao abrigo do Aviso nº 10/2020.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

Nota 5 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	31.12.2020	31.12.2019	(milhares de Kwanzas)
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país			
Outras disponibilidades	13 156	5 792	
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro			
Depósitos à ordem	65 168 372	168 827 417	
Valor aplicado	65 169 032	168 829 191	
Imparidade acumulada	(660)	(1 774)	
	65 181 528	168 833 209	

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2020, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de 660 milhares de kwanzas (2019: 1 774 milhares de kwanzas). Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
(milhares de Kwanzas)		
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	42 956 379	5 535 199
Juros corridos	101 550	47 625
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	99 208 593	-
Valor aplicado	99 217 039	
Juros corridos	6 313	
Imparidade acumulada	(14 759)	-
	142 266 522	5 582 824

Em 31 de Dezembro de 2020, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro ponderada de 3.73% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.21% (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2019, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro de 13.65%.

Nota 7 – Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

	31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados										
- Obrigações do Tesouro		Kwanzas	USD	7,25%	1 322 123	1 341 122	25 771	(5 590)	(8 046)	1 353 257
- Obrigações do Tesouro		Kwanzas	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
- Participação EMIS - Capital		Kwanzas	n.a.	n.a	64 397	64 397	-	-	-	64 397
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas		Kwanzas	n.a.	n.a	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação										
- Instrumentos Financeiros Derivados		Kwanzas	n.a.	-	-	-	-	-	399 876	399 876
					1 393 667	1 412 666	25 771	(5 590)	391 830	1 824 677

	31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados										
- Obrigações do Tesouro		Kwanzas	USD	7,13%	30 196 837	30 218 625	402 333	524	206 793	30 828 275
- Obrigações do Tesouro		Kwanzas	n.a.	n.a.	-	-	-	-	-	-
- Participação EMIS - Capital		Kwanzas	n.a.	n.a.	48 717	48 717	-	-	-	48 717
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas		Kwanzas	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação										
- Instrumentos Financeiros Derivados		Kwanzas	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
					30 252 701	30 274 489	402 333	524	206 793	30 884 139

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34), com exceção da participação da EMIS (nível 3)

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados no nível 3 da hierarquia de justo valor durante os exercícios de 2020 e 2019, pode ser analisado como segue:

Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial da carteira	55 864	43 656
Aquisições	15 680	12 208
Saldo final da carteira	71 544	55 864

(milhares de Kwanzas)

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total	(milhares de Kwanzas)
- Obrigações do Tesouro	23 351	1 329 906	-	-	-	1 353 257
- Participação EMIS	-	-	-	-	71 544	71 544
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	23 169	1 329 906	-	71 544	1 424 801	
<hr/>						
- Obrigações do Tesouro	3 855 492	26 966 672	6 111	-	-	30 828 275
- Participação EMIS	-	-	-	-	55 864	55 864
Saldo em 30 de Dezembro de 2019	3 855 492	26 966 672	6 111	55 864	30 884 139	

DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2020 as rúbricas de Derivados tiveram a seguinte composição:

	2020	2019
(milhares de Kwanzas)		
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	399 552	-
- FX Option	324	-
	399 876	-
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	(214 385)	-
- FX Option	(324)	-
	(214 709)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	185 167	-

Em 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivados correspondem à Forwards e Opções Cambiais contratados com sociedades não financeiras, com maturidades entre Fevereiro e Agosto de 2021, respectivamente.

Os nacionais dos Forwards e das Opções encontram-se reconhecidos nas rúbricas de extrapatrimoniais, tendo um montante de 19 163 473 milhares de kwanzas e 30 549 milhares de kwanzas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos derivados por prazos de maturidade residual é como segue:

					(milhares de Kwanzas)
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	399 533	19	-	-	399 552
- FX Option	324	-	-	-	324
	399 857	19	-	-	399 876
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	(214 385)	-	-	-	(214 385)

Nota 8 – Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	23 333 250	21 422 867	-	832 654	(140 750)	22 114 771
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	0	72 009 000	64 198 244	2 835 767	1 033 979	(1 150 235)	66 917 755
				95 342 250	85 621 111	2 835 767	1 866 633	(1 290 985)	89 032 526
31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	20 349 500	17 561 952	-	2 062 226	(336 086)	19 288 092
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	0	54 561 100	47 283 676	1 765 703	2 821 870	1 158 857	53 030 106
				74 910 600	64 845 628	1 765 703	4 884 096	822 771	72 318 198

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total	(milhares de Kwanzas)
- Bilhetes do Tesouro	13 350 188	8 764 583	-	22 114 771	
- Obrigações do Tesouro	10 802 995	4 361 755	51 753 005	66 917 755	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	24 153 183	13 126 338	51 753 005	89 032 526	
- Bilhetes do Tesouro	8 577 853	10 710 239	-	19 288 092	
- Obrigações do Tesouro	2 469 071	28 975 006	21 586 029	53 030 106	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	11 046 924	39 685 245	21 586 029	72 318 198	

I Nota 9 – Investimentos ao Custo Amortizado

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	146 500 041	132 451 004	-	2 536 987	(3 869 529)	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	0	41 087 453	41 087 453	119 719	-	(5 194 695)	36 012 597
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	0	74 270 000	67 812 182	3 389 466	1 182 035	(3 671 046)	68 712 637
				261 857 494	241 350 639	3 509 185	3 719 022	(12 735 270)	235 843 696

31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	3 500 000	3 084 550	-	249 220	(17 239)	3 316 531
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	0	30 500 858	30 500 858	91 669	-	(472 719)	30 119 808
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	0	80 044 000	67 811 348	2 950 934	5 438 944	(983 675)	75 217 551
				114 044 858	101 396 756	3 042 603	5 688 164	(1 473 633)	108 653 890

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2019, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 do BNA de 27 de Dezembro de 2019, o Banco registou uma dotação adicional de imparidade pelo aumento da PD e LGD em conformidade com a notação de rating de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão. Em 31 de Dezembro de 2020 as exposições estavam classificadas no estágio 1, excepto duas que estavam em estágio 2, e em 31 de Dezembro de 2019 as exposições estavam classificadas em estágio 1.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	49 294 226	81 824 236	-	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	8 156 287	28 690 647	67 878 299	104 725 234
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	57 450 513	110 514 883	67 878 299	235 843 696
- Bilhetes do Tesouro	-	3 316 531	-	3 316 531
- Obrigações do Tesouro	1 555 076	30 993 219	72 789 064	105 337 359
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1 555 076	34 309 750	72 789 064	108 653 890

I Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	em milhares de Kwanzas	
	31.12.2020	31.12.2019
Crédito interno		
A empresas	130 132 013	83 402 028
Empréstimos	102 178 538	39 393 518
Descobertos	26 767 222	28 274 879
Leasing	274 857	366 509
Cartas de crédito	911 395	15 367 122
A particulares	12 002 933	9 111 328
Habitação	1 097 972	717 656
Consumo e outros	10 904 961	8 393 672
	142 134 946	92 513 356
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	222 121	335 544
De 3 meses a 1 ano	297 892	194 888
De 1 a 3 anos	419 740	359 823
	939 752	890 255
	143 074 698	93 403 611
Perdas por imparidade	(2 765 665)	(1 898 991)
	140 309 033	91 504 620

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de Crédito a Clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 20), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 1 006 426 milhares de kwanzas e 733 979 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 14).

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento residual, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Até 3 meses	19 513 792	26 953 932
De 3 meses a um ano	50 166 548	29 481 376
De um a cinco anos	59 895 752	35 590 521
Mais de cinco anos	12 340 482	919 716
Duração indeterminada	1 158 125	458 066
	143 074 698	93 403 611

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	1 898 991	1 064 193
Dotações	1 794 743	1 535 155
Utilizações (Nota 23)	(320 353)	(71 628)
Reversões	(607 603)	(631 139)
Diferenças de câmbio e outras	(113)	2 410
Saldo final	2 765 665	1 898 991

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as Utilizações (Nota 23) correspondem aos créditos despreconhecidos do balanço (abatidos ao activo). Adicionalmente, a sua variação anual inclui uma recuperação de 243 726 milhares de kwanzas referentes a créditos anteriormente abatidos ao activo.

A distribuição do crédito a Clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Taxa fixa	39 227 043	9 726 383
Taxa variável	103 847 655	83 677 228
	143 074 698	93 403 611

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a Clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. POR SEGMENTO

Segmento	Exposição 31.12.2020								Imparidade 31.12.2020				
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	97 795 776	91 715 984	-	7 620 316	6 079 792	-	-	-	-	(1 227 477)	(856 511)	(370 966)	-
Pequenas e Médias Empresas	32 805 581	31 535 439	-	-	800 813	-	-	469 329	81 891	(682 728)	(106 412)	(291 560)	(284 756)
Particulares	12 473 341	11 464 283	33 006	-	538 650	4 223	-	470 408	30 602	(855 460)	(145 732)	(239 320)	(470 408)
Total	143 074 698	134 715 706	33 006	7 620 316	7 419 255	4 223	-	939 737	112 492	(2 765 665)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)

Segmento	Exposição 31.12.2019								Imparidade 31.12.2019				
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	65 632 751	62 387 357	-	-	3 245 394	-	-	-	-	(865 934)	(695 325)	(170 609)	-
Pequenas e Médias Empresas	18 348 379	17 343 163	-	-	426 121	-	15 526	579 095	174 873	(307 291)	(132 601)	(108 719)	(65 971)
Particulares	9 422 481	8 669 783	736	2 001	444 254	962	11 123	308 444	24 448	(725 766)	(196 276)	(219 797)	(309 693)
Total	93 403 611	88 400 303	736	2 001	4 115 769	962	26 649	887 539	199 321	(1 898 991)	(1 024 202)	(499 125)	(375 664)

2. POR INTERVALO DE DIA DE ATRASO

Segmento	Exposição 31.12.2020												Exposição 31.12.2020					
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Estágio 1			Estágio 2		
Segmento	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	79 154 449	12 561 520	15	6 079 792	-	-	-	-	-	(453 486)	(403 026)	-	(370 966)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	31 535 439	-	-	781 918	18 895	-	-	0	469 329	(106 412)	-	-	(285 418)	(6 142)	-	-	-	(284 756)
Particulares	11 464 283	-	-	469 148	69 502	-	-	222 121	248 287	(145 731)	-	-	(204 102)	(35 218)	-	-	(222 121)	(248 287)
Total	122 154 171	12 561 520	15	7 330 858	88 397	-	-	222 121	717 616	(705 629)	(403 026)	-	(860 486)	(41 360)	-	-	(222 121)	(533 043)

Segmento	Exposição 31.12.2019												Imparidade 31.12.2019					
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Estágio 1			Estágio 2		
Segmento	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	62 387 357	-	-	3 245 388	-	6	-	-	-	(695 325)	-	-	(170 609)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	17 343 162	-	-	426 115	6	-	-	111 827	467 269	(132 602)	-	-	(108 715)	(3)	-	-	-	(65 971)
Particulares	8 667 076	2 708	-	397 209	47 045	-	-	214 727	93 716	(196 215)	(60)	-	(192 532)	(27 266)	-	-	(214 741)	(94 952)
Total	88 397 595	2 708	-	4 068 712	47 051	6	-	326 554	560 985	(1 024 142)	(60)	-	(471 856)	(27 269)	-	-	(214 741)	(160 923)

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é como segue:

Ano de concessão	31.12.2020									(milhares de Kwanzas)
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares			
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	
2015 e anteriores	21	9 699 390	(160 037)	9	7 541 387	(126 191)	2 551	563 260	(39 705)	
2016	-	-	-	3	4 091 216	(107 057)	112	135 329	(12 136)	
2017	-	-	-	3	80 551	(47 743)	1 458	182 760	(13 496)	
2018	2	2 908 394	(226 895)	22	1 188 086	(140 934)	815	1 196 090	(283 207)	
2019	10	32 366 379	(563 018)	29	1 409 293	(30 317)	1 693	3 920 413	(247 025)	
2020	102	52 821 613	(277 527)	71	18 495 048	(230 486)	1 631	6 475 489	(259 891)	
Total	135	97 795 776	(1 227 477)	137	32 805 581	(682 728)	8 260	12 473 341	(855 460)	

Ano de concessão	31.12.2019									(milhares de Kwanzas)
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares			
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	
2014 e anteriores	19	16 195 109	(259 274)	9	2 443 045	(39 173)	816	400 059	(33 204)	
2015	2	2 440 745	(45 915)	2	3 524 707	(23 359)	1 943	314 428	(28 788)	
2016	-	-	-	5	1 310 293	(83 892)	193	210 202	(26 094)	
2017	7	85 485	(233)	13	246 590	(61 315)	1 596	308 030	(29 818)	
2018	55	3 433 718	(22 065)	37	817 895	(4 303)	1 030	2 203 100	(338 867)	
2019	134	43 477 694	(538 447)	113	10 005 849	(95 249)	1 848	5 986 662	(268 995)	
Total	217	65 632 751	(865 934)	179	18 348 379	(307 291)	7 426	9 422 481	(725 766)	

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

1. POR SEGMENTO

31.12.2020	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	97 795 776	(1 227 477)	469 330	(284 757)	470 408	(470 408)	98 735 514	(1 982 642)
Imparidade colectiva	-	-	32 336 251	(397 971)	12 002 933	(385 052)	44 339 184	(783 023)
Total	97 795 776	(1 227 477)	32 805 581	(682 728)	12 473 341	(855 460)	143 074 698	(2 765 665)

31.12.2019	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	65 632 751	(865 934)	-	-	-	-	65 632 751	(865 934)
Imparidade colectiva	-	-	18 348 379	(307 291)	9 422 481	(725 766)	27 770 860	(1 033 057)
Total	65 632 751	(865 934)	18 348 379	(307 291)	9 422 481	(725 766)	93 403 611	(1 898 991)

2. POR SECTOR DE ACTIVIDADE

31.12.2020	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	37 248 936	(291 735)	-	-	7 655 781	(1 156)	470 408	(470 408)	53 360 389	(1 219 343)	98 735 514	(1 982 642)
Imparidade colectiva	-	-	26 782 756	(93 862)	45 415	(248)	3 686 374	(229 965)	12 002 933	(385 052)	1 819 680	(73 896)	44 339 184	(783 023)
Total	-	-	64 031 692	(385 597)	45 415	(248)	11 342 155	(231 121)	12 473 341	(855 460)	55 180 069	(1 293 239)	143 074 698	(2 765 665)

31.12.2019	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	564 767	-	22 889 025	(152 662)	298 488	(895)	7 396 298	(1 547)	-	-	34 484 173	(710 830)	65 632 751	(865 934)
Imparidade colectiva	-	-	14 720 219	(269 863)	405 019	(3 109)	1 018 110	(10 396)	9 422 481	(725 766)	2 205 031	(23 923)	27 770 860	(1 033 057)
Total	564 767	-	37 609 244	(422 525)	703 507	(4 004)	8 414 408	(11 943)	9 422 481	(725 766)	36 689 204	(734 753)	93 403 611	(1 898 991)

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola. As tabelas abaixo apresentam, com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição do crédito a Clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vincendos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. POR ESTÁGIO

Crédito a clientes	31.12.2020			(milhares de Kwanzas)
	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	76 605 816	6 071 826	-	82 677 642
Crédito e juros vencidos	15 110 797	-	938 207	16 049 004
Imparidade	(856 511)	(370 966)	(754 935)	(1 982 412)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	41 846 179	715 753	-	42 561 932
Crédito e juros vencidos	1 027 466	618 084	-	1 645 321
Imparidade	(252 144)	(530 880)	-	(783 024)
Acréscimos e diferimentos	125 448	13 592	1 530	140 570
Total	133 607 051	6 517 409	184 802	140 309 033

Crédito a clientes	31.12.2019			(milhares de Kwanzas)
	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	61 584 146	3 245 394	-	64 829 540
Crédito e juros vencidos	-	-	-	-
Imparidade	(695 325)	(170 609)	-	(865 934)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	26 127 349	878 492	341	27 006 182
Crédito e juros vencidos	2 710	6	887 539	890 255
Imparidade	(328 877)	(328 516)	(375 664)	(1 033 057)
Acréscimos e diferimentos	686 098	(8 123)	(341)	677 634
Total	87 376 101	3 616 644	511 875	91 504 620

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a Clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

1. POR CLASSE DE INCUMPRIMENTO

Crédito a clientes	Crédito vincendo	31.12.2020				(milhares de Kwanzas)	
		Classe de incumprimento					
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos		
Com imparidade atribuída com base em análise individual	82 685 608	-	-	-	-	82 685 608	
Crédito e juros vencidos	-	2 470 558	12 864 632	294 514	419 300	16 049 003	
Imparidade	(818 046)	(6 406)	(625 146)	(268 958)	(263 856)	(1 982 412)	
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	42 559 906	-	-	-	-	42 559 906	
Crédito e juros vencidos	-	1 550 451	89 159	-	-	1 639 610	
Imparidade	(568 122)	(71 443)	(143 688)	-	-	(783 252)	
Acréscimos e diferimentos	207 926	8 554	(79 726)	3 378	440	140 572	
Total	124 067 271	3 951 715	12 105 230	28 934	155 884	140 309 033	

Crédito a clientes	Crédito vincendo	31.12.2019				(milhares de Kwanzas)	
		Classe de incumprimento					
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos		
Com imparidade atribuída com base em análise individual	64 829 540	-	-	-	-	64 829 540	
Crédito e juros vencidos	-	-	-	-	-	-	
Imparidade	(865 934)	-	-	-	-	(865 934)	
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	24 889 043	-	-	-	-	24 889 043	
Crédito e juros vencidos	-	2 117 139	329 262	201 170	359 823	3 007 394	
Imparidade	(455 038)	(175 027)	(242 069)	(101 092)	(59 831)	(1 033 057)	
Acréscimos e diferimentos	673 183	5 500	841	(1 166)	(724)	677 634	
Total	89 070 794	1 947 612	88 034	98 912	299 268	91 504 620	

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

Medida aplicada	31.12.2020											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	1	7 620 316	(27 280)	-	-	-	10	112 492	(79 674)	11	7 732 809	(106 954)
Total	1	7 620 316	(27 280)	-	-	-	10	112 492	(79 674)	11	7 732 809	(106 954)

Medida aplicada	31.12.2019											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	2	2 001	(39)	12	26 649	(7 133)	13	199 321	(72 228)	27	227 971	(79 400)
Total	2	2 001	(39)	12	26 649	(7 133)	13	199 321	(72 228)	27	227 971	(79 400)

A tabela abaixo apresenta com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vincendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

Crédito reestruturado	31.12.2020				
	Crédito			Imparidade	
	Vencido	Vencido	Total		
Empresas	7 620 316	81 891	7 702 207	(76 302)	
Particulares	26 084	4 517	30 601	(30 651)	
Consumo	26 084	4 517	30 601	(30 651)	
Total	7 646 400	86 408	7 732 808	(106 953)	

Crédito reestruturado	31.12.2019				
	Crédito			Imparidade	
	Vencido	Vencido	Total		
Empresas	15 526	174 873	190 399	(48 936)	
Particulares	13 124	24 448	37 572	(30 464)	
Consumo	13 124	24 448	37 572	(30 464)	
Total	28 650	199 321	227 971	(79 400)	

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	227 971	241 612
Créditos reestruturados no período	7 645 007	22 083
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	64 330	3 922
Liquidation de créditos reestruturados (parcial ou total)	(170 631)	(37 948)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(56 564)	(1 698)
Outros	22 696	-
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	7 732 809	227 971

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020												
Justo valor	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	11	285 905	2	66 766	-	-	-	-	13	472 283	1	35 701
≥ 50 MAOA e < 100 MAOA	2	129 376	1	50 000	-	-	-	-	17	1 110 695	-	-
≥ 100 MAOA e < 500 MAOA	6	1 048 107	2	525 157	-	-	-	-	9	1 741 504	4	1 049 129
≥ 500 MAOA e < 1.000 MAOA	2	1 459 154	6	4 034 724	-	-	-	-	1	802 261	-	-
≥ 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	4	6 258 181	1	1 224 200	1	1 683 500	-	-	-	-
≥ 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	5	18 407 544	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 5.000 MAOA	1	5 216 576	5	54 507 104	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	22	8 139 119	25	83 849 476	1	1 224 200	1	1 683 500	40	4 126 743	5	1 084 830

(milhares de Kwanzas)

31.12.2019												
Justo valor	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	-	-	-	-	-	-	-	-	12	377 597	1	35 701
≥ 50 MAOA e < 100 MAOA	1	86 430	1	50 000	1	54 292	-	-	12	796 181	1	57 741
≥ 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	1	444 771	-	-	-	-	3	539 009	4	637 552
≥ 500 MAOA e < 1.000 MAOA	2	1 530 159	-	-	-	-	1	806 932	1	595 550	-	-
≥ 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	1	1 243 909	1	1 683 500	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	1	4 604 543	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 5.000 MAOA	-	-	2	15 042 585	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	2 860 498	6	21 825 398	1	54 292	1	806 932	28	2 308 337	6	730 994

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

Segmento / Rácia	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	31.12.2020			
			Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	46 240 465	6 651 456	8	938 398
< 50%	-	1	14 607 986	-	-	13 514
≥ 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
≥ 75% e <100%	-	9	13 491 421	-	-	39 587
≥ 100%	22	15	39 034 667	1 198	469 321	870 232
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	8 009 503	-	-	30 491
≥ 100%	1	1	1 692 499	-	-	11 013
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
≥ 100%	40	5	1 031 454	66 519	196 036	211 992
Total	63	31	124 107 995	6 719 173	665 365	2 115 227

Segmento / Rácia	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	31.12.2019			
			Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	69 839 389	3 655 989	389 874	1 010 426
< 50%	-	-	-	-	-	-
≥ 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
≥ 75% e <100%	-	-	-	-	-	-
≥ 100%	4	29	9 486 111	15 526	189 221	159 691
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	33 039	-	-	483
≥ 100%	1	5	371 980	-	-	2 626
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	137 661	-	-	1 153 059
≥ 100%	28	6	575 838	56 980	202 060	217 001
Total	33	40	80 444 017	3 728 495	781 156	2 543 286

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

Segmento	31.12.2020							(milhares de Kwanzas)	
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			
	A	B	C	D	E	F	G		
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	12 561 521	85 234 170	-	-	-	-	85	
Pequenas e Médias Empresas	-	-	32 317 357	18 895	8	-	-	469 321	
Particulares	-	-	12 073 554	84 048	106 503	34 083	175 154		
Total	-	12 561 521	129 625 080	102 943	106 510	34 083	644 560		

Segmento	31.12.2019							(milhares de Kwanzas)	
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			
	A	B	C	D	E	F	G		
Grandes Empresas e Banca de Investimento	564 767	12 419 092	49 606 272	-	3 042 500	-	-	120	
Pequenas e Médias Empresas	84 709	-	17 796 401	-	-	-	-	467 269	
Particulares	-	-	9 328 138	15 422	36 993	6 331	35 597		
Total	649 476	12 419 092	76 730 811	15 422	3 079 493	6 331	502 986		

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 31.12.2020				Imparidade 31.12.2019			
	Probabilidade de incumprimento (%)	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Probabilidade de incumprimento (%)	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento								
Empresas	2%	9%	N/A	14%	1%	4%	N/A	16%
Estado	5%	N/A	N/A	39%	2%	N/A	N/A	48%
Instituições Financeiras	0%	N/A	N/A	20%	0%	N/A	N/A	21%
Pequenas e Médias Empresas								
Particulares	1%	22%	100%	23%	2%	9%	100%	24%
	2%	23%	100%	68%	3%	23%	100%	66%

Durante o período de 2020, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio que revêm o negócio, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

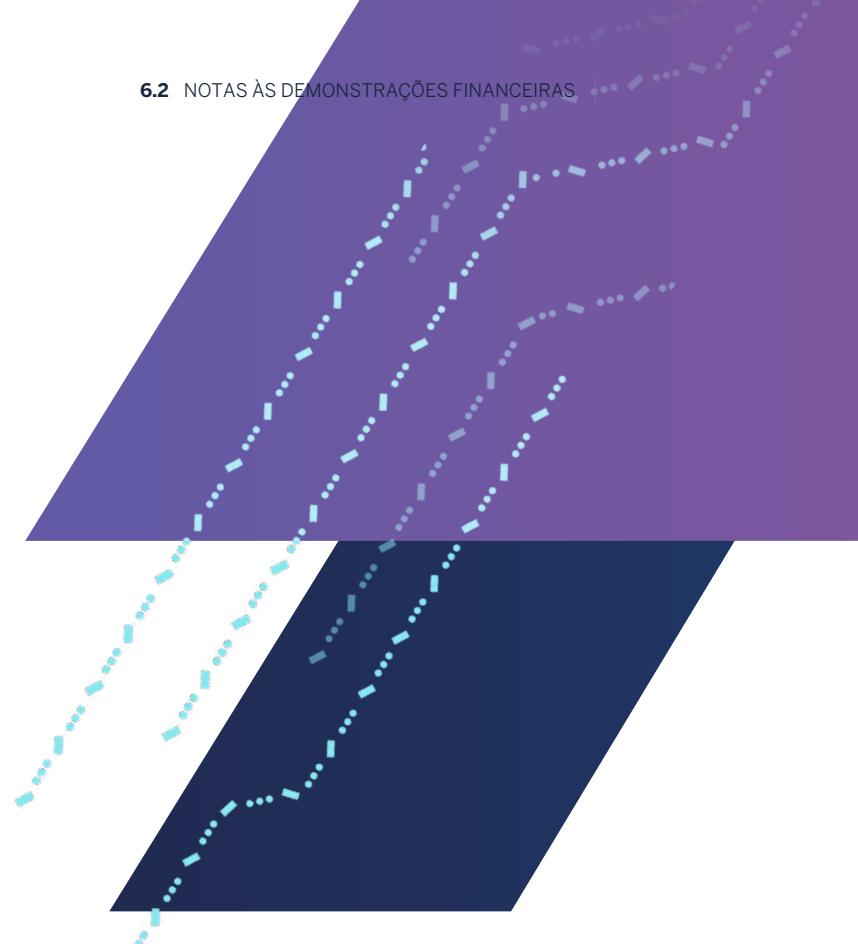
As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2020:

A) INCORPORAÇÃO DE INFORMAÇÃO PROSPECTIVA – CENÁRIOS CONSIDERADOS

		2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	-5.24%	-1.31%	2.22%	-2.43%	1.30%
	Cenário favorável	-1.87%	1.40%	3.60%	1.43%	2.22%
	Cenário adverso	-8.84%	-1.31%	2.22%	-2.43%	1.30%
Taxa de Inflação	Cenário Base	24.79%	18.51%	14.57%	13.93%	12.01%
	Cenário favorável	23.82%	15.11%	11.38%	9.51%	8.89%
	Cenário adverso	22.62%	21.20%	19.84%	17.18%	14.57%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	650	725	836	942	1 049
	Cenário favorável	620	701	780	859	934
	Cenário adverso	579	854	1 083	1 374	1 742
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	47.70				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	12.50%				

B) INCORPORAÇÃO DE INFORMAÇÃO PROSPECTIVA – CRÉDITOS ANALISADOS EM BASE COLETIVA

2020	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	1.17%	36%	391 949
Cenário favorável	1.00%	36%	171 580
Cenário adverso	1.35%	36%	622 002



As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2019:

A) INCORPORAÇÃO DE INFORMAÇÃO PROSPECTIVA – CENÁRIOS CONSIDERADOS

		2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	1.40%	1.20%	-1.30%	-2.80%	-2.40%
	Cenário favorável	1.80%	2.10%	1.50%	1.20%	1.00%
	Cenário adverso	-4.10%	-0.70%	-2.10%	-3.60%	-3.30%
Taxa de inflação	Cenário Base	29.80%	21.10%	20.90%	12.10%	11.70%
	Cenário favorável	15.00%	11.70%	9.70%	10.70%	11.70%
	Cenário adverso	34.10%	25.40%	23.70%	16.50%	15.00%
Taxa de câmbio USD/AOA	Cenário Base	518	564	599	643	683
	Cenário favorável	485	536	583	673	732
	Cenário adverso	736	814	885	1022	1144
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	60	60	60		
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	19.86%				

B) INCORPORAÇÃO DE INFORMAÇÃO PROSPECTIVA – CRÉDITOS ANALISADOS EM BASE COLETIVA

2019	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	1.73%	38%	231 706
Cenário favorável	1.54%	38%	97 203
Cenário adverso	1.93%	38%	381 135

A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2018	351 734 774	4 724 128	695 993	357 154 895
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	79 706 791	46	-	79 706 837
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	7 150 176	-	-	7 150 176
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	93 446 527	-	-	93 446 527
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30 954 846	-	-	30 954 846
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	91 135 131	-	-	91 135 131
Crédito a clientes (Nota 10)	49 341 303	4 724 082	695 993	54 761 378
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	13 613	1 389		15 002
Outras alterações	89 113 144			89 113 144
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	30 829 918			30 829 918
Outras alterações	(7 095 955)			(7 095 955)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	54 291 945			54 291 945
Outras alterações	(75 420 274)			(75 420 274)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	5 582 825			5 582 825
Outras alterações	(30 954 846)			(30 954 846)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	39 424 953			39 424 953
Outras alterações	(20 432 561)			(20 432 561)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(186 209)	(482 449)	(668 658)
Transferência para estágio 2	186 209		(59 718)	126 491
Transferência para estágio 3	482 449	59 718		542 167
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	57 864 450	549 615	18 643	58 432 708
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(610 795)	(53 122)	(13 668)	(677 585)
Créditos abatidos ao activo			(71 668)	(71 668)
Outras alterações	(18 863 313)	(978 315)	800 406	(19 041 222)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2019	476 146 536	4 117 204	887 539	481 151 279
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	168 833 548	1 435	-	168 834 983
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	30 884 139	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	72 318 198	-	-	72 318 198
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5 582 825	-	-	5 582 825
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 127 523	-	-	110 127 523
Crédito a clientes (Nota 10)	88 400 303	4 115 769	887 539	93 403 611
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Transferência para estágio 1		(1 435)		(1 435)
Transferência para estágio 2	1 435		1 435	
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	22 521 590		22 521 590	
Outras alterações	(126 174 385)		(126 174 385)	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	1 373 041		1 373 041	
Outras alterações	(30 432 503)		(30 432 503)	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	67 333 499		67 333 499	
Outras alterações	(50 619 170)		(50 619 170)	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	122 792 996	19 488 285	142 281 281	
Outras alterações	(5 582 825)		(5 582 825)	
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Transferência para estágio 1	(36 593 837)		(36 593 837)	
Transferência para estágio 2		36 593 837	36 593 837	
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	161 648 381	11 196 258	172 844 639	
Outras alterações	(34 393 197)		(34 393 197)	
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(2 943 597)	(15 225)	(2 958 822)
Transferência para estágio 2	2 943 597		(7 145)	2 936 452
Transferência para estágio 3	15 225	7 145		22 370
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	82 074 383	620 351	105 163	82 799 897
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(2 738 218)	(85 100)		(2 823 319)
Créditos abatidos ao activo			(136 369)	(136 369)
Outras alterações	(35 979 584)	5 704 687	105 774	(30 169 123)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2020	614 336 964	74 697 635	939 737	689 974 336
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	-	-	65 182 188
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	-	89 032 526
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	122 792 996	19 488 285	-	142 281 281
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	200 788 870	47 790 095	-	248 578 965
Crédito a clientes (Nota 10)	134 715 706	7 419 255	939 737	143 074 698



Em 2020, alcançámos os melhores resultados da nossa existência.



Standard Bank

A tabela abaixo apresenta o movimento da perda esperada por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2018	(539 742)	(344 561)	(440 750)	(1 325 053)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 246)	-	-	(1 246)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(639)	-	-	(639)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(258 975)	-	-	(258 975)
Crédito a clientes (Nota 10)	(278 882)	(344 561)	(440 750)	(1 064 193)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(528)	-		(528)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	639			639
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(551 303)			(551 303)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(663 355)			(663 355)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	-	47 328	(3 840)	43 487
<i>Transferência para estágio 2</i>	(47 328)	-	(6 956)	(54 284)
<i>Transferência para estágio 3</i>	3 840	6 956	-	10 796
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>	(92 481)	(171 772)	(189 565)	(453 818)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	105 683	27 501		133 184
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			280 859	280 859
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(731 742)	(64 577)	(18 789)	(815 107)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	16 708			16 708
<i>Taxa de câmbio e outros movimentos</i>			3 377	3 377

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2019	(2 499 609)	(499 125)	(375 664)	(3 374 398)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 774)	-	-	(1 774)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 473 633)	-	-	(1 473 633)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 024 202)	(499 125)	(375 664)	(1 898 992)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(180)			(180)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	1 292			1 292
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(2 615)	(12 144)		(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	564 094			564 094
<i>Transferência para estágio 2</i>		(564 094)		(564 094)
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(5 668 103)			(5 668 103)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(724 662)	(4 868 871)		(5 593 533)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	-	(75 742)	(2 012)	(77 754)
<i>Transferência para estágio 2</i>	75 742	-	(8 506)	67 236
<i>Transferência para estágio 3</i>	2 012	8 507	-	10 519
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>		(296 741)	(995 346)	(1 292 086)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	173 250			173 250
Créditos abatidos ao activo			320 353	320 353
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(433 286)	(50 886)	(18 485)	(502 657)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	97 829	12 028	324 496	434 353
Taxa de câmbio e outros movimentos				
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2020	112	(8 414 235)	(6 346 955)	(755 164)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(660)	-	-	(660)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(2 615)	(12 144)	-	(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(7 302 304)	(5 432 965)	-	(12 735 269)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)	(2 765 665)

I Nota 11 – Outros Activos Tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	923 147	355 041	-	-	1 278 188
Obras em imóveis arrendados	1 529 316	-	(26 392)	4 605	1 507 529
	2 452 463	355 041	(26 392)	4 605	2 785 717
Equipamento					
Equipamento informático	1 742 496	70 854	(5 636)	12	1 807 726
Mobiliário e material	603 256	23 264	(10 446)	293	616 367
Máquinas e ferramentas	691 151	387 394	(5 967)	11 433	1 084 011
Material de transporte	564 768	109 141	(2 637)	-	671 272
Outros	102 022	961 884	-	(9 412)	1 054 494
	3 703 693	1 552 537	(24 686)	2 326	5 233 870
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	23 262 117	9 292 981	-	(283 299)	32 271 799
Equipamento	295 567	1 759 202	-	276 368	2 331 137
Outros	13 645	-	-	-	13 645
	23 571 329	11 052 183	-	(6 931)	34 616 581
Direito de Uso					
Imóveis	2 787 594	675 414	(123 269)	-	3 339 739
	2 787 594	675 414	(123 269)	-	3 339 739
	32 515 079	13 635 175	(174 347)	-	45 975 907

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(92 657)	(16 394)	-	-	(109 051)
Obras em imóveis arrendados	(1 249 216)	(61 023)	26 392	-	(1 283 847)
	(1 341 873)	(77 417)	26 392	-	(1 392 898)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 215 368)	(263 683)	5 384	-	(1 473 667)
Mobiliário e material	(427 168)	(48 580)	8 582	-	(467 166)
Máquinas e ferramentas	(304 168)	(122 743)	5 200	-	(421 711)
Material de transporte	(268 115)	(122 446)	2 637	-	(387 924)
Outros	(1 289)	(223)	-	-	(1 512)
	(2 216 108)	(557 675)	21 803	-	(2 751 980)
Direito de Uso					
Imóveis	(1 026 946)	(891 928)	-	-	(1 918 874)
	(1 026 946)	(891 928)	-	-	(1 918 874)
	(4 584 927)	(1 527 020)	48 195	-	(6 063 752)
	27 930 152	12 108 155	(126 152)	-	39 912 155

Em 31 de Dezembro de 2020 o immobilizado em curso inclui 33 566 483 milhares de kwanzas relacionado ao projecto de construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. (2019: 23 259 069 milhares de kwanzas). A mesma já se encontra concluída e a sua amortização terá início em 2021.

Em 31 de Dezembro de 2020 a linha Outros inclui 949 677 milhares de kwanzas relacionados ao projecto de aquisição de ATM's (2019: 152 727 milhares de kwanzas) e 52 836 milhares de kwanzas relacionados à aquisição de máquinas de depósitos.

	31.12.2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2019	(milhares de Kwanzas)
Custos						
Imóveis						
De serviço próprio	919 783	13 000	-	(9 636)	923 147	
Obras em imóveis arrendados	1 282 649	29 000	(1 564)	219 231	1 529 316	
	2 202 432	42 000	(1 564)	209 595	2 452 463	
Equipamento						
Equipamento informático	1 387 428	141 515	(20 922)	234 475	1 742 496	
Mobiliário e material	583 880	14 536	(1 829)	6 669	603 256	
Máquinas e ferramentas	447 783	218 434	(12 135)	37 069	691 151	
Material de transporte	485 859	72 105	(6 196)	13 000	564 768	
Outros	88 821	72 540	-	(59 339)	102 022	
	2 993 771	519 130	(41 082)	231 874	3 703 693	
Imobilizado em curso						
Obras em imóveis	3 417 319	20 072 768	-	(227 970)	23 262 117	
Equipamento	326 742	175 655	-	(206 830)	295 567	
Outros	8 665	11 649	-	(6 669)	13 645	
	3 752 726	20 260 072	-	(441 469)	23 571 329	
Direito de Uso						
Imóveis	-	2 812 111	(24 517)	-	2 787 594	
	-	2 812 111	(24 517)	-	2 787 594	
	8 948 929	23 633 313	(67 163)	-	32 515 079	

	31.12.2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2019
(milhares de Kwanzas)					
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(76 893)	(15 764)	-	-	(92 657)
Obras em imóveis arrendados	(1 165 978)	(84 802)	1 564	-	(1 249 216)
	(1 242 871)	(100 566)	1 564	-	(1 341 873)
Equipamento					
Equipamento informático	(881 415)	(354 696)	20 743	-	(1 215 368)
Mobiliário e material	(380 077)	(48 399)	1 308	-	(427 168)
Máquinas e ferramentas	(242 701)	(69 667)	8 200	-	(304 168)
Material de transporte	(160 960)	(113 351)	6 196	-	(268 115)
Outros	(1 066)	(223)	-	-	(1 289)
	(1 666 219)	(586 336)	36 447	-	(2 216 108)
Direito de Uso					
Imóveis	-	(1 026 946)	-	-	(1 026 946)
	-	(1 026 946)	-	-	(1 026 946)
	(2 909 090)	(1 713 848)	38 011	-	(4 584 927)
	6 039 839	21 919 465	(29 152)	-	27 930 152

I Nota 12 – Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020	(milhares de Kwanzas)
Activos intangíveis						
Adquiridos a terceiros						
Sistema de tratamento automático de dados	1 645 740	56 726	-	-	1 702 466	
Certificados escolares	80 083	40 862	-	-	120 945	
Activos intangíveis em curso	1 447 434	4 101 421	-	-	5 548 855	
	3 173 257	4 199 009	-	-	7 372 266	
Amortização acumulada						
Sistema de tratamento automático de dados	(705 723)	(281 039)	-	-	(986 762)	
	(705 723)	(281 039)	-	-	(986 762)	
	2 467 534	3 917 970	-	-	6 385 504	

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	30.06.2019
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	961 624	423 097	-	261 019	1 645 740
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Activos intangíveis em curso	679 124	1 064 403	(35 074)	(261 019)	1 447 434
	1 720 831	1 487 500	(35 074)	-	3 173 257
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(477 800)	(227 923)	-	-	(705 723)
	(477 800)	(227 923)	-	-	(705 723)
	1 243 031	1 259 577	(35 074)	-	2 467 534

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que foram sendo desenvolvidos e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2020 destacam-se a nova plataforma do Internet Banking e Upgrade dos sistemas operacionais do Banco que têm como objectivo melhorar a experiência do cliente.

I Nota 13 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a tributação dos seus rendimentos foi efectuada à taxa de 35% e 30% respectivamente.

Entrou em vigor, a 1 de Janeiro de 2017, o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

NATUREZA	TAXA
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30% / 50% ⁽¹⁾

Contudo, com a entrada em vigor da Lei n.º 4/19, de 18 de Abril, lei que altera o Código do Imposto Industrial, a partir dessa data somente os custos incorridos com despesas confidenciais são sujeitos a tributação autónoma.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes. Foi aprovado o novo Regime Jurídico de Facturas e Documentos Equivalentes aprovado pelo Decreto Presidencial nº 312/18 de 21 de Dezembro, que revogou a anterior Lei n.º 149/13, de 1 de Outubro do Regime das Facturas e Documentos Equivalentes.

A 1 de Outubro de 2019, entrou em vigor o Código do Imposto de Valor Acrescentado, que no caso do sector bancário aplica-se uma taxa de 14%, estando sujeitas todas as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados e as locações financeiras, estando isentas operações de intermediação financeira, com exceção das referidas anteriormente.

(1) Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Activos por impostos correntes	448 946	448 946
Activos por impostos diferidos	1 150 917	911 944
Total	1 599 863	1 360 890

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Passivos por impostos correntes	2 918 522	2 059 763
Imposto Aplicação de Capitais	1 531 491	1 147 819
Imposto Industrial a pagar	1 150 917	911 944
Contingência fiscal (IFRIC 23)	236 114	-
Outro Passivos (Nota 20)	700 238	232 340
IVA	700 238	232 340
Total	3 618 760	2 292 103

Foi registado um passivo em conformidade com a IFRIC 23 respeitante a contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento (nomeadamente IAC e Imposto Industrial). Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 podem ser analisados como segue:

	(milhares de Kwanzas)			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Prejuízos fiscais reportáveis	1 150 917	911 944	-	-
Activo/(passivo) por imposto diferido	1 150 917	911 944	-	-

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o Banco reconheceu imposto diferido activo sobre o montante de prejuízos fiscais reportáveis passíveis de recuperação no ano em que apura lucro tributável.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	911 944	-
Reconhecido em resultados	1 150 917	911 944
Utilização	(911 944)	-
Saldo no final (Activo/(Passivo))	1 150 917	911 944

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 teve as seguintes origens:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 150 917	-	911 944
Impostos Diferidos	-	1 150 917	-	911 944
Impostos Correntes	-	(4 335 585)	-	(4 172 692)
Imposto Industrial	-	(1 150 917)	-	(911 944)
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(2 948 554)	-	(3 260 748)
Contingência fiscal (IFRIC 23)	-	(236 114)	-	-
Total de imposto reconhecido	-	(3 184 668)	-	(3 260 748)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)			
	31.12.2020	31.12.2019	%	Valor
Resultado antes de impostos	39 079 642	35 592 466		
Imposto apurado com base na taxa de imposto	35.0%	13 677 875	30.0%	10 677 740
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-33.5%	(13 087 043)	-29.2%	(10 377 404)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	1.2%	477 432	1.7%	611 609
Reversão de Imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	2.3%	911 944	5.5%	1 965 448
Imposto de Aplicação de Capitais	-2.6%	(1 031 994)	2.9%	1 039 433
Contingência fiscal (IFRIC 23)	-0.2%	(59 028)		
Outros	5.9%	2 295 482	-1.3%	(452 049)
Imposto do exercício	0.0%	3 184 668	0.0%	3 464 777

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis em 31 de Dezembro de 2020, sobre os quais o Banco não reconhece um Imposto diferido activo, é analisado como se segue:

(milhares de Kwanzas)			
Ano	Base	Imposto	Ano de caducidade
2017	1 464 337	(512 518)	2020
2019	985 555	(344 944)	2022

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Liquidações provisórias	427 893	427 893
Retenções na fonte	21 053	21 053
Saldo	448 946	448 946

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.1).

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de 2 918 522 milhares de kwanzas e 2 059 763 milhares de kwanzas, respectivamente, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira, da estimativa de imposto corrente a pagar apurada e do passivo contingente.

I Nota 14 – Outros Activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
(milhares de Kwanzas)		
Compra e Venda de Moeda estrangeiras	7 352 507	-
Outros activos	1 269 543	988 408
Outros devedores	702 208	723 558
Despesas com custo diferido	794 686	588 047
Proveitos a receber	453 400	121 657
Outras operações a regularizar	591	33 932
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	19	1 479 749
	10 572 954	3 935 351
Perdas por imparidade	(166 550)	(168 758)
	10 406 404	3 766 593

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar regista o valor recebido pelo Banco em Janeiro de 2020 relacionado com um depósito indexado de um cliente feito no final do mês de Dezembro 2019.

Em 31 de Dezembro de 2020, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 7 352 507 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, 1 006 426 milhares de kwanzas e 733 979 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outros devedores inclui 283 353 milhares de kwanzas relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2019: 380 946 milhares de kwanzas). Ainda, a esta data, esta rubrica inclui ainda 76 707 milhares de kwanzas referentes a juros a receber do Standard Bank de África do Sul relacionados com a actualização do contrato da dívida subordinada.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2020 500 191 milhares de kwanzas referente aos diferentes seguros do Banco (2019: 345 716 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Proveitos a receber inclui 103 585 milhares de kwanzas de comissões recebidas por arrecadação de impostos a recuperar da Administração Geral Tributária (2019: 99 566 milhares de kwanzas).

Durante o ano de 2019 foram recebidos títulos para liquidação da dívida referente aos anos de 2016 e 2017, que o Banco classificou ao custo amortizado (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a

aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Janeiro de 2021 e Janeiro de 2020, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	31.12.2019	Dotações	Reversões	Variação Cambial	31.12.2020	(milhares de Kwanzas)
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	168 758	33 250	(27 196)	(8 262)	166 550	

	31.12.2018	Dotações	Reversões	Variação Cambial	31.12.2019	(milhares de Kwanzas)
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	144 768	24 792	(806)	4	168 758	

Em 31 de Dezembro de 2020, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de 146 900 milhares de kwanzas (2019: 122 900 milhares de kwanzas).

Nota 15 – Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
	(milhares de Kwanzas)	
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	618 803	1 273 434
Outras operações pendentes de liquidação	201 148	240 393
Cheques visados e bancários	25 178	180
Outros recursos	48 983	59 931
	894 112	1 573 938

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de Clientes.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de Clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

A totalidade dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 tem maturidade até 3 meses, com exceção dos Cheques visados e bancários que tem maturidade até 6 meses.

Nota 16 – Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
	(milhares de Kwanzas)	
Depósitos à ordem	545 188 662	268 519 422
Depósitos a prazo	140 301 572	131 055 838
Depósitos recebidos como colateral	5 775 438	7 243 285
Outros depósitos	401 814	25 364 810
	691 667 486	432 183 355

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2020, o valor na rubrica de Outros depósitos inclui depósitos de Clientes a prazo em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos no valor de 15 163 milhares de kwanzas (2019: 25 361 187 milhares de kwanzas).

O aumento dos Recursos de Clientes face a 2019 é explicado pelo aumento no número de Clientes activos no banco e, consequentemente, o aumento na rubrica de depósitos à ordem.

O escalonamento dos Recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
	(milhares de Kwanzas)	
Exigível à vista	551 344 972	275 766 329
Exigível a prazo		
Até 3 meses	120 698 590	125 031 494
De 3 meses a um ano	19 614 249	31 385 532
De um a cinco anos	9 675	-
	140 322 514	156 417 026
	691 667 486	432 183 355

Em 31 de Dezembro de 2020, os depósitos a prazo em Kwanza e USD são remunerados a uma taxa média de 10.44% e 0.79%, respectivamente (2019: 11.36% e 1.36%, respectivamente).

Nota 17 – Responsabilidades Representadas por Títulos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pela emissão de obrigações seniores não garantidas em Kwanzas, no dia 11 de Dezembro de 2018, pelo Standard Bank de Angola, S.A.. A maturidade desta emissão é a 11 de Dezembro de 2021. Estas obrigações pagam juro semestralmente e postecipadamente em 11 de Junho e 11 de Dezembro.

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17,00%	4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970
				4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17,00%	4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970
				4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970

| Nota 18 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

								(milhares de Kwanzas)
	31.12.2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2020	
Provisões (Passivo)								
Outras provisões para riscos e encargos	1 679 456	1 200 830	(492 888)	(84 373)	76 769	(86 113)	2 293 681	
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	138 570	561 304	(197 212)	-	-	-	502 662	
	1 818 026	1 762 134	(690 100)	(84 373)	76 769	(86 113)	2 796 343	

								(milhares de Kwanzas)
	31.12.2018	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2019	
Provisões (Passivo)								
Outras provisões para riscos e encargos	2 047 865	736 048	(1 182 717)	(24 102)	102 362	-	1 679 456	
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	60 994	359 074	(281 498)	-	-	-	138 570	
	2 108 859	1 095 122	(1 464 215)	(24 102)	102 362	-	1 818 026	

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2020, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 911 121 milhares de kwanzas (2019: 725 416 milhares de kwanzas) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2020, as Outras provisões para riscos e encargos incluem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de 374 452 milhares de kwanzas (2019: 426 620 milhares de kwanzas) e 212 686 milhares de kwanzas (2019: 136 512 milhares de kwanzas) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de 595 317 milhares de kwanzas (2019: 368 409 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2020, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a 502 661 milhares de kwanzas (2019: 138 570 milhares de kwanzas).



I Nota 19 – Passivos Subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço em milhares de Kwanzas		Taxa de juro	Maturidade
					31.12.2020	31.12.2019		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	03/12/2018	30 000 000	19 553 301	14 756 220	Libor +3,92% (4,92% desde 03/12/2023)	03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

I Nota 20 – Outros Passivos

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2020 a 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
	(milhares de Kwanzas)	
Cartas de crédito (Nota 10)	10 855 362	35 549 795
Saldos com entidades relacionadas	9 739 982	4 240 138
Compra e venda de moedas estrangeiras	7 368 548	355
Custos administrativos e de comercialização	4 788 289	2 818 919
Obrigações com pessoal (Nota 2.10)	3 273 369	2 874 260
Locações	1 574 189	1 854 227
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiro	585 217	711 357
Outros	665 030	36 229
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	700 238	232 340
Outras comissões a diferir	21 701	142 063
Fornecedores	841 081	335 363
Contribuição para a Segurança Social	91 445	74 465
Outras operações a regularizar	4 994	1 472 010
Dividendos a pagar	79	3 092 750
	40 509 524	53 434 271

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a Clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de franchising a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco. Em 31 de Dezembro de 2019 inclui adicionalmente facturas a pagar relacionadas serviços prestados pelo Grupo ao Banco.

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 31 de Dezembro de 2020, os custos por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 7 352 507 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16. Em 31 de Dezembro de 2019 estas operações a liquidar eram registadas nas rubricas extrapatrimoniais (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Outras operações a regularizar registou o valor a pagar pelo Banco em Janeiro de 2020 relacionado com a compra de um título indexado no final do mês de Dezembro 2019.

I Nota 21 – Capital Social

ACÇÕES ORDINÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o capital social do Banco, no valor de 9 530 007 milhares de kwanzas, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social 31.12.2020	% Capital Social 31.12.2019
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0,00040%	0,00040%
1 000 000	9 530 007		100%	100%

De salientar que o accionista maioritário é o Standard Bank Group Limited e as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Outras reservas e resultados transitados					(milhares de Kwanzas)
	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(780 702)	3 238 624	20 546 759	1 209	23 786 592	
Outro rendimento integral:						
Alterações de justo valor	1 650 125	-	(1 157 450)	-	(1 157 450)	
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	(5 905)	-	-	-	-	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	
Total de rendimento integral no exercício	1 644 220	-	(1 157 450)	-	(1 157 450)	
Constituição de reservas	-	3 232 250	29 090 259	-	32 322 509	
Distribuição de dividendos	-	-	(1 807 115)	-	(1 807 115)	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	863 518	6 470 874	46 672 453	1 209	53 144 536	
Outro rendimento integral:						
Alterações de justo valor	(2 113 755)	-	-	-	-	
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	150 364	-	-	-	-	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	
Total de rendimento integral no exercício	(1 963 391)	-	-	-	-	
Constituição de reservas	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689	
Distribuição de dividendos	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(1 099 873)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149	

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 2017 e 2018 o Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos a essa data. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em 1 de Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de Reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito da actualização do capital social a essa data no montante de 19 142 051 milhares de kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 Angola não cumpriu com os critérios estabelecidos na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Em 31 de Dezembro de 2020, a Reserva legal no montante de 9 530 007 milhares de kwanzas (2019: 6 470 874 milhares de kwanzas) só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Durante o ano de 2020 foi aprovada a distribuição de dividendos aos Accionistas no montante de 12 851 076 milhares de kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o valor das opções sobre acções é de 1 209 milhares de kwanzas.

I Nota 23 – Rubricas Extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
(milhares de Kwanzas)		
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	127 282 870	124 995 919
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	24 435 726	15 025 128
Cartas de crédito	14 172 410	26 778 191
Limites de crédito não utilizados	77 374 898	29 042 026
	115 983 034	70 845 345
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	209 673 210	415 744 153
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	171 827	3 128 356
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	(324 952)	(3 096 779)
	(153 125)	31 577
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	145 029 288	93 878 968
Créditos abatidos (Nota 10)	3 268 568	3 190 762
	148 297 856	97 069 730

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contractualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 502 662 milhares de kwanzas e 138 570 milhares de kwanzas, respectivamente (Nota 18).

| Nota 24 – Rubricas Extrapatrimoniais

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	2020			2019		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	19 325 221	-	19 325 221	8 137 263	-	8 137 263
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 483 521	2 483 521	-	1 185 072	1 185 072
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	923 237	-	923 237	2 078 886	-	2 078 886
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14 639 088	-	14 639 088	17 067 277	-	17 067 277
Juros de investimentos ao custo amortizado	20 194 148	-	20 194 148	16 844 981	-	16 844 981
Outros juros e proveitos similares	624 059	-	624 059	563 439	-	563 439
	55 705 753	2 483 521	58 189 274	44 691 846	1 185 072	45 876 918
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	137 750	-	137 750	328 634	-	328 634
Juros de responsabilidades representadas por títulos	801 188	-	801 188	797 102	-	797 102
Juros de recursos de clientes	5 130 108	-	5 130 108	4 411 249	-	4 411 249
Juros de passivos subordinados	726 114	-	726 114	681 987	-	681 987
Juros de locações	206 790	-	206 790	288 280	-	288 280
	7 001 950	-	7 001 950	6 507 252	-	6 507 252
Margem Financeira	48 703 803	2 483 521	51 187 324	38 184 594	1 185 072	39 369 666

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de 170 272 milhares de kwanzas relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva (2019: 798 990 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de juros de crédito inclui o montante de 160 445 milhares de kwanzas (2019: 90 595 milhares de kwanzas) relativos a proveitos de crédito com sinais de imparidade..

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

	2020						(milhares de Kwanzas)	
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral				
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido		
Activo								
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	924 136	(898)	923 238	-	-	-	-	
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 600 792	(117 272)	2 483 520	-	-	-	-	
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	14 639 088	-	14 639 088	-	
Juros de investimentos ao custo amortizado	20 194 148	-	20 194 148	-	-	-	-	
Juros de crédito a clientes	19 444 979	(119 758)	19 325 221	-	-	-	-	
Outros juros e proveitos similares	650 703	(26 644)	624 059	-	-	-	-	
	43 814 758	(264 572)	43 550 186	14 639 088	-	14 639 088	-	
Passivo								
Juros de recursos de clientes	-	(5 130 108)	(5 130 108)	-	-	-	-	
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(137 749)	(137 749)	-	-	-	-	
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	
Juros de passivos subordinados	9 444	(735 558)	(726 114)	-	-	-	-	
Juros de locações	-	(206 790)	(206 790)	-	-	-	-	
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(801 189)	(801 189)	-	-	-	-	
	9 444	(7 011 394)	(7 001 950)	-	-	-	-	
Margem Financeira	43 824 202	(7 275 966)	36 548 236	14 639 088	-	14 639 088	-	

(milhares de Kwanzas)

	2019					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	2 078 886	-	2 078 886	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 265 248	(80 176)	1 185 072	17 067 277	-	17 067 277
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 844 981	-	16 844 981	-	-	-
Juros de crédito a clientes	8 137 263	-	8 137 263	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	563 439	-	563 439	-	-	-
	28 889 817	(80 176)	28 809 641	17 067 277	-	17 067 277
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(4 634 277)	(4 634 277)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(105 606)	(105 606)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	64 717	(746 704)	(681 987)	-	-	-
Juros de locações	-	(288 280)	(288 280)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(797 102)	(797 102)	-	-	-
	64 717	(6 571 969)	(6 507 252)	-	-	-
Margem Financeira	28 954 534	(6 652 145)	22 302 389	17 067 277	-	17 067 277

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2020			2019		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	924 135	(898)	923 237	2 078 886	-	2 078 886
Juros de investimentos ao custo amortizado	20 194 148	-	20 194 148	16 844 981	-	16 844 981
Juros de crédito a clientes	19 444 979	(119 758)	19 325 221	8 137 260	-	8 137 260
Outros juros e proveitos similares	650 703	(26 644)	624 059	563 439	-	563 439
	41 213 965	(147 300)	41 066 665	27 624 566	-	27 624 566
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(5 130 108)	(5 130 108)	-	(4 634 277)	(4 634 277)
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(137 750)	(137 750)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	9 444	(735 558)	(726 114)	64 717	(746 704)	(681 987)
Juros de locações	-	(206 790)	(206 790)	-	(288 280)	(288 280)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(801 189)	(801 189)	-	(797 102)	(797 102)
	9 444	(7 011 395)	(7 001 951)	64 717	(6 466 363)	(6 401 646)
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	41 223 409	(7 158 695)	34 064 714	27 689 283	(6 466 363)	21 222 920

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

	2020			2019			(milhares de Kwanzas)
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido	
Activo							
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14 639 088	-	14 639 088	17 067 277	-	17 067 277	
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	14 639 088	-	14 639 088	17 067 277	-	17 067 277	

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados:

	2020			2019			(milhares de Kwanzas)
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido	
Activo							
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 600 794	(117 272)	2 483 522	1 265 248	(80 176)	1 185 072	
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de resultados	2 600 794	(117 272)	2 483 522	1 265 248	(80 176)	1 185 072	

Nota 25 – Rendimentos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	2020	2019
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	3 030 718	1 771 385
Por operações de crédito	2 513 912	1 551 488
Por compensação electrónica	1 306 357	1 171 379
Por outros serviços bancários prestados	1 177 925	391 110
Por créditos documentários	1 177 125	2 053 302
Outros rendimentos	1 118 188	360
Por levantamentos	699 966	1 018 824
Por manutenção de conta	418 265	380 656
Por mediação	402 891	326 513
Por consultoria financeira	278 432	-
Por garantias prestadas	183 532	142 246
Por transporte de valores recebidos	117 940	92 059
Por emissão de cheques	2 597	6 366
	12 427 848	8 905 688
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	3 574 408	1 233 844
Por transporte de valores	652 340	454 149
	4 226 748	1 687 993
	8 201 100	7 217 695

Com referência a 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Serviços bancários prestados por terceiros inclui um montante de 1 463 029 milhares de Kwanzas referentes à taxa de custódia aplicável às reservas excedentárias, conforme Instrutivo nº 14/2020 de 04 de Agosto.

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

	2020			2019		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	2 513 912	-	2 513 912	1 551 488	-	1 551 488
Por transporte de valores recebidos	117 940	-	117 940	92 059	-	92 059
Por mediação	402 891	-	402 891	326 513	-	326 513
Por consultoria financeira	278 432	-	278 432	-	-	-
Outros rendimentos	1 118 187	-	1 118 187	360	-	360
Por serviços bancários prestados por terceiros	- (1 463 029)	(1 463 029)	-	-	-	-
	4 431 362	(1 463 029)	2 968 333	1 970 420	-	1 970 420
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	132 286	-	132 286	131 179	-	131 179
Por transferências	3 030 718	-	3 030 718	1 771 385	-	1 771 385
Por manutenção de conta	418 265	-	418 265	380 656	-	380 656
Por emissão de cheques	2 597	-	2 597	6 366	-	6 366
Por levantamentos	699 966	-	699 966	1 018 824	-	1 018 824
Por transporte de valores	- (652 340)	(652 340)	-	(454 149)	(454 149)	-
Por compensação electrónica	1 306 357	-	1 306 357	1 171 379	-	1 171 379
Por serviços bancários prestados por terceiros	- (2 111 379)	(2 111 379)	-	(1 233 844)	(1 233 844)	-
Por consultoria financeira	-	-	-	-	-	-
	5 590 189	(2 763 719)	2 826 470	4 479 789	(1 687 993)	2 791 796
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	1 177 126	-	1 177 126	2 053 302	-	2 053 302
Por garantias prestadas	183 532	-	183 532	142 246	-	142 246
Por limites não utilizados	-	-	-	-	-	-
Por outros serviços bancários prestados	1 045 639	-	1 045 639	259 931	-	259 931
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	-	-	-	-	-
	2 406 297	-	2 406 297	2 455 479	-	2 455 479
	12 427 848	(4 226 748)	8 201 100	8 905 688	(1 687 993)	7 217 695

Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	829 092	(493 511)	335 581	1 730 627	(262 232)	1 468 395
Instrumentos Financeiros Derivados	113 322	(66 289)	47 033	-	-	-
De depósitos de clientes em AOA indexados ao USD	-	(120 430)	(120 430)	90 909	-	90 909
	829 092	(613 941)	262 184	1 821 536	(262 232)	1 559 304

Nota 27 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	-	-	-	-	(1 529)	(1 529)
				-	(1 529)	(1 529)

I Nota 28 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	2020	2019
Resultados de operações de compra e venda de moeda	17 393 436	6 935 277
Resultados da reavaliação de activos e passivos	9 324 182	6 569 701
	26 717 618	13 504 978

I Nota 29 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	2020	2019
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos directos e indirectos	(2 086 126)	(553 931)
Quotizações e donativos	(469 064)	(20 526)
Perdas operacionais	(239 689)	(46 210)
Outros proveitos de exploração	(145 006)	69 660
Outros custos de exploração	-	(2 184)
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis	617	9 268
	(2 939 268)	(543 923)

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui 2 004 640 milhares de kwanzas de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

I Nota 30 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2020	30.12.2019
Custos directos		
Salários e subsídios	12 557 416	9 893 284
Bónus de performance	2 620 422	1 911 370
Encargos sociais obrigatórios	827 462	645 424
Outros	222 543	160 946
	16 227 843	12 611 024
Custos indirectos		
	1 965 522	1 110 151
	18 193 365	13 721 175

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1197 587 milhares de kwanzas e 1 368 929 milhares de kwanzas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 635 e 619, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2020	2019
Administradores executivos	3	3
Director	25	23
Coordenador	292	260
Técnico	305	318
Administrativo	10	15
	635	619

A 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total	
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total				
31 de Dezembro de 2020							
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	510 603	88 611	599 214	15 322	735 654	1 350 190	
Remunerações variáveis	287 473	14 730	302 203	3 846	251 014	557 063	
Sub total	798 076	103 341	901 417	19 168	986 668	1 907 253	
Benefícios e outros encargos sociais	101 345	54 952	156 297	-	6 033	162 330	
Total	899 421	158 293	1 057 714	19 168	992 701	2 069 583	
31 de Dezembro de 2019							
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	149 337	66 848	216 185	11 579	625 650	853 414	
Remunerações variáveis	-	9 139	9 139	1 380	-	10 519	
Sub total	149 337	75 987	225 324	12 959	625 650	863 933	
Benefícios e outros encargos sociais	3 286	-	3 286	-	293 671	296 957	
Total	152 623	75 987	228 610	12 959	919 321	1 160 890	

Nota 31 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2020	31.12.2019
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	4 094 775	2 358 372
Auditórias, Consultórias e Outros Serviços	2 815 655	1 646 425
Segurança, Conservação e Reparação	1 136 681	805 222
Outros Fornecimentos de Terceiros	787 720	463 764
Comunicações	648 264	498 517
Seguros	477 113	832 922
Publicações, Publicidade e Propaganda	315 883	309 741
Materiais diversos	221 716	131 510
Água e Energia	136 674	105 565
Transporte, Deslocações e Alojamentos	12 168	936 547
	10 646 649	8 088 585

Nota 32 – Resultados por Acção

RESULTADOS POR ACÇÃO BÁSICOS

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	31.12.2020	30.06.2019
Resultado Líquido	36 131 088	32 127 689
Número médio de acções ordinárias em circulação	1 000 000	1 000 000
	36 131	32 128

RESULTADOS POR ACÇÃO DILUÍDOS

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 33 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	31.12.2020			31.12.2019		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	17 312 557	-	-	75 868 719	-
Standard Bank Mauritius	-	388	-	-	23 214 581	-
Stanbic Ibtc Bank Plc	-	5 434	-	-	5 016	-
Standard Bank Namibia	-	2 394	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	79 735 325	-	-	-	-
Crédito a clientes						
Crédito a habitação	-	-	12 622	-	-	35 919
Cartões de crédito	-	-	504	-	-	1 380
Outros activos						
Standard Bank South Africa	-	591	-	-	3 978	-
Total	-	97 056 689	13 126	-	99 092 294	37 299
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos						
AAA Activos, Lda	1 294 082	-	-	729 843	-	-
AAA Seguros, SA	-	2	-	-	1	-
Outros	1 011 430	-	-	720 744	-	-
Passivos subordinados						
Standard Bank South Africa	-	19 248 255	-	-	14 514 974	-
Outros passivos						
Standard Bank South Africa	-	10 360 968	-	-	12 367 554	-
Standard Bank Namibia	-	-	-	-	81	-
Standard Bank Namibia	-	35 213	-	-	35 067	-
Standard Bank London	-	486 573	-	-	-	-
Total	2 305 512	30 131 011	-	1 450 587	26 917 677	-

RESULTADOS	31.12.2020			31.12.2019		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
Standard Bank South Africa	-	588 925	-	-	2 075 597	-
Juros e encargos similares						
Standard Bank South Africa	-	(726 114)	-	-	(746 704)	-
Resultados cambiais						
Standard Bank South Africa	-	(19 054)	-	-	628	-
Custos com o pessoal						
Standard Bank South Africa	-	(820 391)	-	-	(121 242)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
Standard Bank South Africa	-	(4 025 910)	-	-	(2 390 382)	-
Total	-	(5 002 544)	-	-	(1 182 103)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 30.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 34 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontram disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2020						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	147 520 430	-	-	-	147 520 430	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65 181 528	-	-	-	65 181 528	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	142 266 522	-	-	-	142 266 522	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	1 753 133	71 544	1 824 677	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	89 032 526	-	89 032 526	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	235 843 696	-	-	-	235 843 696	232 033 067
Crédito a clientes	140 309 033	-	-	-	140 309 033	154 293 911
Activos financeiros	731 121 209	-	90 857 203	71 544	821 978 412	832 152 661
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	894 112	-	-	-	894 112	894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos	691 667 486	-	-	-	691 667 486	691 844 837
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	-	4 745 970	4 745 970
Passivos subordinados	19 553 301	-	-	-	19 553 301	19 553 301
Passivos financeiros	716 860 869	-	-	-	716 860 869	717 038 220

(milhares de Kwanzas)

Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2019					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	92 935 245	-	-	-	92 935 245 92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	168 833 209	-	-	-	168 833 209 168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5 582 824	-	-	-	5 582 824 5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	30 828 275	55 864	30 884 139 30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	72 318 198	-	72 318 198 72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	108 653 890	-	-	-	108 653 890 113 609 909
Crédito a clientes	91 504 620	-	-	-	91 504 620 92 544 296
Activos financeiros	467 509 788	-	103 202 337	-	570 712 125 576 707 820
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	1 573 938	-	-	-	1 573 938 1 573 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	432 183 355	-	-	-	432 183 355 431 941 929
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	-	4 745 970 4 745 970
Passivos subordinados	14 756 220	-	-	-	14 756 220 14 756 220
Passivos financeiros	453 259 483	-	-	-	453 259 483 453 018 057

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

	31-12-2020					(milhares de Kwanzas)
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido	
Activos						
Caixa e disponibilidades bancos centrais		147 520 430				147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito		65 182 188		(660)		65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		142 281 281		(14 759)		142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 824 677					1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	89 032 526					89 032 526
Investimentos ao custo amortizado		248 578 965		(12 735 269)		235 843 696
Crédito a clientes		143 074 698		(2 765 665)		140 309 033
Activos financeiros	90 857 203	746 637 562		-	(15 516 353)	821 978 412
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		894 112				894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos		691 667 486				691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos		4 745 970				4 745 970
Passivos subordinados		19 553 301				19 553 301
Passivos financeiros	-	716 860 869		-	-	716 860 869
Total	90 857 203	29 776 693		-	(15 516 353)	105 117 543

(milhares de Kwanzas)

	31-12-2019				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais		92 935 245			92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito		168 834 983		(1 774)	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		5 582 824			5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	30 884 139				30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	72 318 198				72 318 198
Investimentos ao custo amortizado		110 127 523		(1 473 633)	108 653 890
Crédito a clientes		93 403 611		(1 898 991)	91 504 620
Activos financeiros	103 202 337	470 884 186		(3 374 398)	570 712 125
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		1 573 938			1 573 938
Recursos de clientes e outros empréstimos		432 183 355			432 183 355
Responsabilidades representadas por títulos		4 745 970			4 745 970
Passivos subordinados		14 756 220			14 756 220
Passivos financeiros	-	453 259 483		-	453 259 483
Total	103 202 337	17 624 703		(3 374 398)	117 452 642

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprim com os parágrafos anteriores.

A 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 o activo financeiro ao justo valor classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13, está relacionado à participação na EMIS.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

– Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

– Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (Bid-price), sempre que estas se encontram disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de

taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

– Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

– Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

– Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

– Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

– Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.



Nota 35 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Orgãos de Gestão do Banco:

- Particulares e Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o balanço por segmento é apresentado como segue:

BALANÇO	31.12.2020			(milhares de Kwanzas)
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total	
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	28 103 164	82 587 596	110 690 760	
Descobertos	12 785 247	13 294 415	26 079 662	
Leasing	1 013 768	-	1 013 768	
Cartas de crédito	223 255	686 288	909 543	
Cartões de crédito	533 284	-	533 284	
Habitação	1 082 017	-	1 082 017	
Total de activos afectos	43 740 735	96 568 299	140 309 034	
Activos não afectos				739 973 304
Total de Activo				880 282 338
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	147 205 896	544 461 590	691 667 486	
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	4 745 970	
Total de passivos afectos	147 205 896	549 207 560	696 413 456	
Passivos não afectos				66 886 511
Total do Passivo				763 299 967

BALANÇO	31.12.2019			(milhares de Kwanzas)	
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total		
Activo					
Crédito a clientes					
Empréstimos	12 489 557	33 439 618	45 929 175		
Descobertos	7 059 087	20 855 712	27 914 799		
Leasing	1 131 915	-	1 131 915		
Cartas de crédito	4 853 383	10 471 487	15 324 870		
Cartões de crédito	502 298	-	502 298		
Habitação	701 563	-	701 563		
Total de activos afectos	26 737 803	64 766 817	91 504 620		
Activos não afectos			514 732 674		
Total de Activo			606 237 294		
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	85 844 535	346 338 820	432 183 355		
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	4 745 970		
Total de passivos afectos	85 844 535	351 084 790	436 929 325		
Passivos não afectos			73 642 219		
Total do Passivo			510 571 544		

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2020		
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	10 946 091	47 243 183	58 189 274
Juros e encargos similares	(114 569)	(6 887 381)	(7 001 950)
Margem financeira	10 831 522	40 355 802	51 187 324
Rendimentos de serviços e comissões	10 304 370	2 123 478	12 427 848
Encargos com serviços e comissões	(1 846 318)	(2 380 430)	(4 226 748)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	262 184	262 184
Resultados cambiais	(177 629)	26 895 247	26 717 618
Outros resultados de exploração	(391 706)	(2 547 562)	(2 939 268)
Produto da actividade bancária	18 720 239	64 708 719	83 428 958
Custos com pessoal	(9 595 579)	(8 597 786)	(18 193 365)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(5 468 790)	(5 177 859)	(10 646 649)
Depreciações e amortizações do exercício	(1 219 992)	(588 065)	(1 808 057)
Provisões líquidas de anulações	(311 921)	(760 113)	(1 072 034)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(581 869)	(361 544)	(943 413)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(11 295)	(11 438 389)	(11 449 684)
Resultado antes de impostos	1 530 793	37 784 963	39 315 756
Impostos sobre os resultados	-	(3 184 668)	(3 184 668)
Resultado líquido	1 530 793	34 600 295	36 131 088

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares		3 999 444	41 877 474	45 876 918
Juros e encargos similares		(241 105)	(6 266 147)	(6 507 252)
Margem financeira		3 758 339	35 611 327	39 369 666
Rendimentos de serviços e comissões		5 300 218	3 605 470	8 905 688
Encargos com serviços e comissões		(698 347)	(989 646)	(1 687 993)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		-	1 559 304	1 559 304
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	(1 529)	(1 529)
Resultados cambiais		-	13 504 978	13 504 978
Resultados de alienação de outros ativos		-	-	-
Outros resultados de exploração		4 888 274	(5 432 197)	(543 923)
Produto da actividade bancária		13 248 484	47 857 707	61 106 191
Custos com pessoal		(7 931 189)	(5 789 986)	(13 721 175)
Fornecimentos e serviços de terceiros		(3 511 899)	(4 576 686)	(8 088 585)
Depreciações e amortizações do exercício		(1 260 339)	(681 591)	(1 941 930)
Provisões líquidas de anulações		11 052	358 041	369 093
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações		(268 769)	(635 247)	(904 016)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações		-	(1 227 112)	(1 227 112)
Resultado antes de impostos		287 340	35 305 126	35 592 466
Impostos sobre os resultados		-	(3 464 777)	(3 464 777)
Resultado líquido		287 340	31 840 349	32 127 689

Nota 36 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RISCO

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se

patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de optimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades diárias do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de Clientes Particulares e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

	31.12.2020	(milhares de Kwanzas)	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	147 520 430	-	147 520 430
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	(660)	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	142 281 281	(14 759)	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	248 578 966	(12 735 270)	235 843 696
Crédito a clientes (Nota 10)	143 074 698	(2 765 665)	140 309 033
	837 494 766	(15 516 354)	821 978 412
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	24 435 726	(25 327)	24 410 399
Cartas de crédito (Nota 23)	14 172 410	(10 248)	14 162 162
Limites não utilizados (Nota 23)	77 374 898	(467 086)	76 907 812
	115 983 034	(502 661)	115 480 373
Total	953 477 800	(16 019 016)	937 458 784

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	92 935 245	-	92 935 245
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	168 834 983	(1 774)	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	5 582 824	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	30 884 139	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	72 318 198	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 127 523	(1 473 633)	108 653 890
Crédito a clientes (Nota 10)	93 403 611	(1 898 991)	91 504 620
	574 086 523	(3 374 398)	570 712 125
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	15 025 128	(19 178)	15 005 950
Cartas de crédito (Nota 23)	26 778 191	(18 358)	26 759 833
Limites não utilizados (Nota 23)	29 042 026	(101 034)	28 940 992
	70 845 345	(138 570)	70 706 775
Total	644 931 867	(3 512 968)	641 418 900

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é como segue:

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2020		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
			(milhares de Kwanzas)		
Patrimoniais	Rating externo	< B-	337 611 372	(12 926 381)	324 684 991
		AAA a AA-	166 254 926	(3 564)	166 251 362
		A+ a A-	51 930 403	(1 959)	51 928 444
		BBB+ a BBB-	31 391 939	(41 419)	31 350 520
		BB+ a BB-	95 968 709	(52 829)	95 915 880
		B+ a B-	106 922 187	(725 753)	106 196 434
		< B-	2 156 069	(226 263)	1 929 806
		Baixo	42 478 510	(248 467)	42 230 043
		Médio	1 840 914	(534 556)	1 306 358
		Elevado	939 737	(755 164)	184 573
Total			837 494 766	(15 516 354)	821 978 412

		31.12.2019			(milhares de Kwanzas)
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	AAA a AA-	7 534 778	(1 530)	7 533 248
		A+ a A-	71 307 999	(1 391)	71 306 608
		BBB+ a BBB-	375 012 266	(1 003 429)	374 008 837
		BB+ a BB-	71 832 856	(796 296)	71 036 560
		B+ a B-	20 295 547	(538 379)	19 757 168
		< B-	332 218	(316)	331 902
	Rating interno	Baixo	26 863 176	(645 736)	26 217 440
		Médio	20 143	(11 657)	8 486
		Elevado	887 540	(375 664)	511 876
Total			574 086 523	(3 374 398)	570 712 125

As tabelas abaixo apresentam com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de rating e estágio.

Classe de activo financeiro	Rating	31.12.2020			(milhares de Kwanzas)
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	<i>BBB+ a BBB-</i>	147 520 430	-	-	147 520 430
	<i>AAA a AA-</i>	305 146	-	-	305 146
	<i>A+ a A-</i>	47 543 113	-	-	47 543 113
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	<i>BBB+ a BBB-</i>	11 663 682	-	-	11 663 682
	<i>BB+ a BB-</i>	5 670 246	-	-	5 670 246
	<i>BB+ a BB-</i>	79 735 325	-	-	79 735 325
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	<i>BBB+ a BBB-</i>	43 057 768	19 488 188	-	62 545 956
	<i>BB+ a BB-</i>	71 544	-	-	71 544
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	<i>BBB+ a BBB-</i>	1 753 133	-	-	1 753 133
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	<i>< B-</i>	89 032 526	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	<i>< B-</i>	200 788 751	47 790 215	-	248 578 966
	<i>AAA a AA-</i>	18 429 350	-	-	18 429 350
	<i>A+ a A-</i>	4 387 289	-	-	4 387 289
	<i>BBB+ a BBB-</i>	17 446 777	-	-	17 446 777
	<i>BB+ a BB-</i>	10 491 594	-	-	10 491 594
Crédito a clientes (Nota 10)	<i>B+ a B-</i>	40 896 808	3 479 326	-	44 376 134
	<i>< B-</i>	64 166	2 600 466	-	2 664 632
	<i>Baixo</i>	42 498 271	-	-	42 498 271
	<i>Médio</i>	-	1 840 914	-	1 840 914
	<i>Elevado</i>	-	-	939 737	939 737
Total do Valor Contabilístico Bruto		761 355 919	75 199 109	939 737	837 494 765
Provisão para perdas		(8 410 560)	(6 350 631)	(755 164)	(15 516 354)
Valor Contabilístico Líquido		752 945 359	68 848 479	184 573	821 978 411

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
31.12.2019					
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	<i>BBB+ a BBB-</i>	92 935 245	-	-	92 935 245
	<i>AAA a AA-</i>	173 309	-	-	173 309
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	<i>A+ a A-</i>	69 557 567	-	-	69 557 567
	<i>BBB+ a BBB-</i>	99 097 064	-	-	99 097 064
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	<i>BB+ a BB-</i>	5 016	2 027	-	7 043
	<i>BB+ a BB-</i>	5 582 824	-	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	<i>BB+ a BB-</i>	55 864	-	-	55 864
	<i>BBB+ a BBB-</i>	30 828 275			30 828 275
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	<i>BBB+ a BBB-</i>	72 318 198	-	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	<i>BBB+ a BBB-</i>	79 534 996	-	-	79 534 996
	<i>BB+ a BB-</i>	30 592 527	-	-	30 592 527
	<i>AAA a AA-</i>	7 361 468	-	-	7 361 468
	<i>A+ a A-</i>	1 750 432	-	-	1 750 432
	<i>BBB+ a BBB-</i>	298 488	-	-	298 488
	<i>BB+ a BB-</i>	35 594 599	-	-	35 594 599
Crédito a clientes (Nota 10)	<i>B+ a B-</i>	17 050 153	3 245 394	-	20 295 547
	<i>< B-</i>	332 218	-	-	332 218
	<i>Baixo</i>	26 012 944	850 232	-	26 863 176
	<i>Médio</i>	-	20 143	-	20 143
	<i>Elevado</i>	-	-	887 540	887 540
Total do Valor Contabilístico Bruto		569 081 187	4 117 796	887 540	574 086 523
Provisão para perdas		(2 499 608)	(499 126)	(375 664)	(3 374 398)
Valor Contabilístico Líquido		566 581 579	3 618 670	511 876	570 712 125

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, encontra-se apresentada como segue:

	31.12.2020						(milhares de Kwanzas)	
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade		
	Vencido	Vencido				Valor		
Empresas								
Administração central	693 911 505	-	-	693 911 505	73%	12 750 690	-2%	
Actividade Financeira	-	-	63 483 072	63 483 072	7%	357 860	-1%	
Comércio por grosso e a retalho	34 995 884	19	24 459 471	59 455 375	6%	493 286	-1%	
Educação	-	387 430	-	387 430	0%	231 145	-60%	
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	4 422 357	1	3 584 581	8 006 939	1%	172 665	-2%	
Alojamento e restauração	2	-	170 017	170 020	0%	313	0%	
Construção	9 702 002	-	5 646 374	15 348 376	2%	60 940	0%	
Indústria transformadora	46 217 514	81 891	7 379 816	53 679 220	6%	791 839	-1%	
Indústrias extractivas	110 944	-	-	110 944	0%	47 033	-42%	
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	12 214 681	-	1 727 060	13 941 741	1%	3 537	0%	
Transportes, Armazenagem e Comunicação	7 972 083	2	5 357 187	13 329 272	1%	42 200	0%	
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	11 072 776	-	421 193	11 493 969	1%	193 602	-2%	
Saúde e Acção Social	3 932 332	-	-	3 932 332	0%	11 881	0%	
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	1 087 763	1 087 763	0%	1 981	0%	
Particulares								
Consumo	9 524 408	242 909	1 098 917	10 866 233	1%	547 393	-5%	
Habitação	1 097 972	196 036	-	1 294 008	0%	211 992	-16%	
Outros fins	1 380 553	31 464	1 567 584	2 979 601	0%	100 659	-3%	
Total	836 555 014	939 752	115 983 034	953 477 800	100%	16 019 016	-2%	

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vencido	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	481 247 679	-	9 448 997	490 696 676	76%	1 512 557	0%
Actividades financeiras	7 153 451	-	7 536 977	14 690 428	2%	308 239	-2%
Comércio por grosso e a retalho	43 179 280	12 166	25 762 191	68 953 637	11%	418 589	-1%
Indústria extractiva	-	-	379 040	379 040	0%	815	0%
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	16 464 576	152 042	4 198 536	20 815 154	3%	227 742	-1%
Construção	7 243 192	-	14 516 765	21 759 957	3%	74 458	0%
Indústrias transformadoras	3 607 775	11 644	1 393 726	5 013 145	1%	192 130	-4%
Indústrias alimentares e de bebidas	3 098 033	7 276	1 368 661	4 473 970	1%	24 249	-1%
Transportes , armazenagem e comunicações	2 468 583	18 345	4 057 200	6 544 128	1%	26 199	0%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	-	-	400 000	400 000	0%	2 225	-1%
Particulares							
Consumo	7 059 622	39 300	1 783 151	8 882 073	1%	403 914	-5%
Habitação	920 222	(506)	-	919 716	0%	218 154	-24%
Outros fins	1 399 376	4 468	100	1 403 944	0%	103 697	-7%
Total	573 841 789	244 735	70 845 344	644 931 868	100%	3 512 968	-1%

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de Stop Loss e Loss Trigger para as posições na categoria de justo

valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é apresentada como segue:

Moeda	31.12.2020						(milhares de Kwanzas)
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%	
Dólares dos Estados Unidos da América	(4 622 436)	(2 311 218)	(1 155 609)	1 155 609	2 311 218	4 622 436	
Euros	1 648 549	824 274	412 137	(412 137)	(824 274)	(1 648 549)	
Outras moedas	513 333	256 667	128 333	(128 333)	(256 667)	(513 333)	
Total	(2 460 556)	(1 230 273)	(615 141)	615 141	1 230 273	2 460 556	

Moeda	31.12.2019						(milhares de Kwanzas)
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%	
Dólares dos Estados Unidos da América	(918 607)	(459 304)	(229 652)	229 652	459 304	918 607	
Euros	(882 417)	(441 209)	(220 604)	220 604	441 209	882 417	
Outras moedas	(7 604 712)	(3 802 356)	(1 901 178)	1 901 178	3 802 356	7 604 712	
Total	(9 405 736)	(4 702 869)	(2 351 434)	2 351 434	4 702 869	9 405 736	

O resultado do stress test apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afetam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afetado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afetando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro 2020 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	12 962 905	44 111 803			(31 148 898)	0.08%	(24 919)
1 - 3 meses	218 078 535	48 345 992			169 732 542	0.32%	543 144
3 - 6 meses	24 300 351	11 019 622			13 280 729	0.72%	95 621
6 - 12 meses	70 605 549	4 605 182			66 000 367	1.43%	943 805
1 - 2 anos	123 237 376	52 117			123 185 259	2.77%	3 412 232
2 - 3 anos	34 830 286	-			34 830 286	4.49%	1 563 880
3 - 4 anos	-	-			-	6.14%	-
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%	-
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%	-
> 20 anos	-	-			-	26.03%	-
TOTAL (C) :							6 533 763
325 947 340	108 082 599				375 880 285		
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :							6 533 763
Fundos Próprios Regulamentares :							131 301 091
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :							4.98%

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros						
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Moeda Nacional		Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			Elementos Extra-Patrimoniais (+)	Elementos Extra-Patrimoniais (-)		
à vista	-	-			-	2.00%
à vista - 1 mês	12 962 905	44 111 803			(31 148 898)	1.92% (598 059)
1 - 2 meses	190 984 531	19 476 515			171 508 016	1.75% 3 001 390
2 - 3 meses	27 094 003	28 869 477			(1 775 474)	1.58% (28 052)
3 - 4 meses	11 402 975	3 385 058			8 017 917	1.42% 113 854
4 - 5 meses	-	608 681			(608 681)	1.25% (7 609)
5 - 6 meses	12 897 377	7 025 883			5 871 494	1.08% 63 412
6 - 7 meses	24 493 382	817 884			23 675 498	0.92% 217 815
7 - 8 meses	5 469 181	748 561			4 720 620	0.75% 35 405
8 - 9 meses	19 802 784	140 426			19 662 358	0.58% 114 042
9 - 10 meses	496 147	539 607			(43 460)	0.42% (183)
10 - 11 meses	7 555 399	755 403			6 799 996	0.25% 17 000
11 - 12 meses	12 788 656	1 603 301			11 185 355	0.08% 8 948
			325 947 340	108 082 599		
						Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano: 2 937 963
						Margem de Juros 46 411 418
						Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ: 6.33%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida								
Banda			Moeda Estrangeira (USD)		Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)		
	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)				
à vista - 1 mês	99 120 965	69 033 329			30 087 636	0.08%		
1 - 3 meses	12 484 296	424 840			12 059 456	0.32%		
3 - 6 meses	-	979 206			(979 206)	0.72%		
6 - 12 meses	-	460 032			(460 032)	1.43%		
1 - 2 anos	-	-			-	2.77%		
2 - 3 anos	-	-			-	4.49%		
3 - 4 anos	-	-			-	6.14%		
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%		
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%		
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%		
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%		
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%		
> 20 anos	-	-			-	26.03%		
					TOTAL (C) :	49 032		
111 605 261		70 897 408	40 707 854					
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :						49 032		
						Fundos Próprios Regulamentares : 131 301 091		
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares : 0.04%		

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros						
Banda			Moeda Estrangeira (USD)		Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)		
à vista					-	2.00%
à vista - 1 mês	99 120 965	69 033 329			30 087 636	1.92% 577 683
1 - 2 meses	12 484 296	424 840			12 059 456	1.75% 211 040
2 - 3 meses	-	-			-	1.58% -
3 - 4 meses	-	375 639			(375 639)	1.42% (5 334)
4 - 5 meses	-	4 548			(4 548)	1.25% (57)
5 - 6 meses	-	599 019			(599 019)	1.08% (6 469)
6 - 7 meses	-	-			-	0.92% -
7 - 8 meses	-	-			-	0.75% -
8 - 9 meses	-	-			-	0.58% -
9 - 10 meses	-	294 346			(294 346)	0.42% (1 236)
10 - 11 meses	-	29 244			(29 244)	0.25% (73)
11 - 12 meses	-	136 443			(136 443)	0.08% (109)
	111 605 261	70 897 408				
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:						775 445
Margem de Juros						2 365 013
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:						32.79%

Por sua vez, o risco de taxa de juro na carteira bancária referente a 31 de Dezembro de 2019 ao Banco Nacional de Angola foi reportado da seguinte forma:

MOEDA NACIONAL

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida								
Banda			Moeda Nacional					
	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)		
à vista - 1 mês	5 596 022	37 277 965			(31 681 943)	0.08%		
1 - 3 meses	78 684 479	18 124 985			60 559 494	0.32%		
3 - 6 meses	35 688 328	3 593 769			32 094 560	0.72%		
6 - 12 meses	36 333 373	1 549 700			34 783 673	1.43%		
1 - 2 anos	52 077 035	7 256			52 069 780	2.77%		
2 - 3 anos	13 908 172	-			13 908 172	4.49%		
3 - 4 anos	2 718 546	4 745 970			(2 027 424)	6.14%		
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%		
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%		
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%		
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%		
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%		
> 20 anos	-	-			-	26.03%		
					TOTAL (C) :	2 839 258		
156 302 203		60 546 419			159 706 312			
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :						2 839 258		
Fundos Próprios Regulamentares :						61 014 442		
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :						4.65%		

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
à vista - 1 mês	5 596 022	37 277 965		1,000	(31 680 943)	1.92%	(608 274)
1 - 2 meses	76 198 065	3 389 797			72 808 268	1.75%	1 274 145
2 - 3 meses	2 486 414	14 735 188			(12 248 774)	1.58%	(193 531)
3 - 4 meses	-	2 183 508			(2 183 508)	1.42%	(31 006)
4 - 5 meses	31 128 534	1 120 758			30 007 776	1.25%	375 097
5 - 6 meses	4 559 795	289 503			4 270 292	1.08%	46 119
6 - 7 meses	11 007 687	58 666			10 949 021	0.92%	100 731
7 - 8 meses	6 538 217	102 438			6 435 780	0.75%	48 268
8 - 9 meses	-	224 863			(224 863)	0.58%	(1 304)
9 - 10 meses	-	130 086			(130 086)	0.42%	(546)
10 - 11 meses	13 628 217	830 371			12 797 846	0.25%	31 995
11 - 12 meses	5 159 252	203 277			4 955 975	0.08%	3 965
156 302 203		60 546 419					
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							1 045 659
							Margem de Juros
							36 575 137
Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							2.86%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida								
Banda			Moeda Estrangeira (USD)		Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)		
	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)				
à vista - 1 mês	-	47 431 760			(47 431 760)	0.08%		
1 - 3 meses	12 095 051	30 551 974			(18 456 923)	0.32%		
3 - 6 meses	-	15 001 391			(15 001 391)	0.72%		
6 - 12 meses	-	590 320			(590 320)	1.43%		
1 - 2 anos	-	-			-	2.77%		
2 - 3 anos	-	-			-	4.49%		
3 - 4 anos	30 589 819	-			30 589 819	6.14%		
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%		
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%		
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%		
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%		
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%		
> 20 anos	-	-			-	26.03%		
					TOTAL (C) :	1 664 756		
12 095 051		93 575 445	(50 890 575)					
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :						1 664 756		
						Fundos Próprios Regulamentares : 610 014 442		
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares : 2.73%		

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros**Moeda Estrangeira (USD)**

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)		
à vista - 1 mês	-	47 431 760			(47 430 760)	1.92%	(910 671)		
1 - 2 meses	12 095 051	16 465 112			(4 370 061)	1.75%	(76 476)		
2 - 3 meses	-	14 086 862			(14 086 862)	1.58%	(222 572)		
3 - 4 meses	-	14 728 893			(14 728 893)	1.42%	(209 150)		
4 - 5 meses	-	112 805			(112 805)	1.25%	(1 410)		
5 - 6 meses	-	159 692			(159 692)	1.08%	(1 725)		
6 - 7 meses	-	-			-	0.92%	-		
7 - 8 meses	-	-			-	0.75%	-		
8 - 9 meses	-	97 487			(97 487)	0.58%	(565)		
9 - 10 meses	-	979			(979)	0.42%	(4)		
10 - 11 meses	-	483 219			(483 219)	0.25%	(1 208)		
11 - 12 meses	-	8 634			(8 634)	0.08%	(7)		
		12 095 051	93 575 445						
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:						(1 423 788)			
						Margem de Juros	1 751 627		
						Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:	-81.28%		

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 2019 e 2020, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

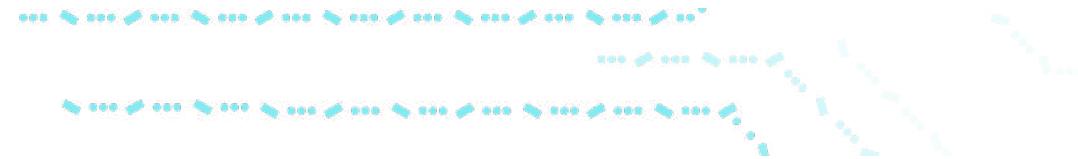
De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro

para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 31 de Dezembro 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de Kwanzas)									
2020									
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos									
	363 165 249	74 900 093	45 818 327	185 150 667	17 877 406	1 952 680		-	191 417 916 880 282 338
Passivos e Fundos Próprios									
	185 099 086	-	-	6 277 964	-	19 488 119		-	669 417 169 880 282 338
Exposição líquida	178 066 163	74 900 093	45 818 327	178 872 703	17 877 406	(17 535 439)		- (477 999 253)	-

(milhares de Kwanzas)									
2019									
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos									
	260 557 808	11 327 218	31 527 034	77 570 901	51 256 082	16 022 357	24 754	157 951 139	606 237 294
Passivos e Fundos Próprios									
	81 295 691	48 457 078	4 053 363	49 431 095	(8 240 166)	-		-	431 240 234 606 237 294
Exposição líquida	179 262 117	(37 129 860)	27 473 671	28 139 807	59 496 248	16 022 357	24 754	(273 289 095)	-



No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

em milhares de Kwanzas

	31.12.2020			31.12.2019		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	115 906 827	19 294 238	16,65%	83 086 340	7 733 731	9.31%
Disponibilidades	237 235 206	588 925	0,25%	247 627 582	1 124 929	0.45%
Carteira de Títulos	269 278 563	37 316 758	13,86%	201 206 372	17 938 462	8.92%
Aplicações interbancárias	73 924 673	989 352	1,34%	30 129 544	563 439	1.87%
Total Aplicações	696 345 269	58 189 273		562 049 838	27 360 561	
Recursos						
Depósitos de clientes	561 925 421	5 109 877	0,91%	447 996 352	3 914 547	0.87%
Outros recursos	21 900 731	1 892 074	8,64%	18 674 687	1 543 806	8.27%
Total Recursos	583 826 152	7 001 951		466 671 039	5 458 353	
Margem Financeira		51 187 322			21 902 208	

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, por moeda, é analisado como segue:

em milhares de Kwanzas

	31.12.2020					31.12.2019				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116 727 872	29 993 508	694 681	104 369	147 520 430	63 145 588	28 805 696	869 694	114 267	92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12 495	48 277 309	10 239 028	6 652 696	65 181 528	4 019	149 643 416	14 114 378	5 071 396	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	43 043 008	97 444 740	-	1 778 774	142 266 522	5 582 824	-	-	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	452 113	1 372 564	-	-	1 824 677	55 864	30 828 275	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento i	89 032 526	-	-	-	89 032 526	72 318 198	-	-	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	194 636 404	41 207 292	-	-	235 843 696	78 064 071	30 589 819	-	-	108 653 890
Crédito a clientes	126 836 114	12 987 055	471 251	14 613	140 309 033	63 477 680	20 369 397	7 657 543	-	91 504 620
Outros activos tangíveis	39 912 155	-	-	-	39 912 155	27 930 152	-	-	-	27 930 152
Activos intangíveis	6 385 504	-	-	-	6 385 504	2 467 534	-	-	-	2 467 534
Activos por impostos correntes	448 946	-	-	-	448 946	448 946	-	-	-	448 946
Activos por impostos diferidos	1 150 917	-	-	-	1 150 917	911 944	-	-	-	911 944
Outros activos	2 644 417	85 376	7 428 769	247 842	10 406 404	2 212 248	1 486 282	57 301	10 762	3 766 593
Total de activo	621 282 471	231 367 844	18 833 729	8 798 294	880 282 338	316 619 068	261 722 885	22 698 916	5 196 425	606 237 294
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(894 112)	-	-	-	(894 112)	(1 573 938)	-	-	-	(1 573 938)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(444 214 590)	(230 629 330)	(16 228 241)	(595 325)	(691 667 486)	(200 229 262)	(220 417 003)	(11 029 047)	(508 043)	(432 183 355)
Responsabilidades representadas por títulos	(4 745 970)	-	-	-	(4 745 970)	(4 745 970)	-	-	-	(4 745 970)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(214 709)	-	-	-	(214 709)	-	-	-	-	(214 709)
Provisões	(2 765 831)	(24 263)	(6 249)	-	(2 796 343)	(1 814 241)	(2 170)	-	(1 615)	(1 818 026)
Passivos por impostos correntes	(2 867 162)	(51 360)	-	-	(2 918 522)	(2 059 764)	-	-	-	(2 059 764)
Passivos subordinados	-	(19 553 301)	-	-	(19 553 301)	-	(14 756 220)	-	-	(14 756 220)
Outros passivos	(17 803 734)	(3 726 754)	(10 809 539)	(8 169 497)	(40 509 524)	(57 558 825)	(21 954 456)	(7 257 784)	33 336 794	(53 434 271)
Total do passivo	(473 506 108)	(253 985 008)	(27 044 029)	(8 764 822)	(763 299 967)	(267 982 000)	(257 129 849)	(18 286 831)	32 827 136	(510 571 544)
Activo/(Passivo) líquido	147 776 363	(22 617 164)	(8 210 300)	33 472	116 982 371	48 637 068	4 593 036	4 412 085	38 023 561	95 665 750

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e a rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos apresentam na coluna USD, respectivamente, os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos e os depósitos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

Risco de Liquidez

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo Nº 19/2017 publicado em 30 de Agosto de 2017. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e

- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o activo denominado na mesma corresponde a mais do que 25% do total do activo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter até 36 meses e 48 meses após a entrada em vigor do instrutivo os rácios de liquidez e de observação respetivamente devem ser iguais ou superiores a 100%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição.



O Standard Bank de Angola reportou os rácio de liquidez e de observação referente a 31 de Dezembro 2020 ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

	em milhares de Kwanzas	2020
<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)</i>		
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Total activos líquidos	161 918 050	
Valores em tesouraria	7 364 950	
Disponibilidades em bancos centrais	109 358 263	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	38 713 384	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	6 481 453	
Total saída de fluxo de caixa	140 452 280	22 600 319
Depósitos à ordem	126 373 048	-
Depósitos a prazo	9 805 188	19 141 440
Outros depósitos	4 179 012	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	95 032	3 458 879
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	36 439 735	17 517 838
Créditos	3 559 281	7 340 525
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	32 880 454	10 177 313
Desfasamento	57 905 505	52 823 024
Desfasamento acumulado	57 905 505	52 823 024
Rácio de liquidez	155%	
Rácios de observação		333%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

em milhares de Kwanzas

2020**Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)**

	<u>31 Days</u>	<u>1-3 months</u>
Total activos líquidos	97 758 403	
Valores em tesouraria	1 501 929	
Disponibilidades em bancos centrais	28 481 835	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	67 774 639	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	79 223 030	90 556
Depósitos à ordem	59 669 972	-
Depósitos a prazo	19 553 058	42 484
Outros depósitos	-	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	48 072
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	380 968	379 141
Créditos	380 968	379 141
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	18 916 341	19 204 926
Desfasamento acumulado	18 916 341	19 204 926
Rácio de liquidez		124%
Rácios de observação		2131%

TODAS AS MOEDAS

	em milhares de Kwanzas	2020
Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 de Dezembro)		2020
	<u>31 Days</u>	<u>1-3 months</u>
Total activos líquidos	277 326 934	
Valores em tesouraria	9 660 156	
Disponibilidades em bancos centrais	137 840 098	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	38 713 384	
Disponibilidades em instituições financeiras	84 631 844	
Títulos e valores mobiliários	6 481 453	
Total saída de fluxo de caixa	227 494 011	22 736 407
Depósitos à ordem	192 005 151	-
Depósitos a prazo	29 358 246	19 183 924
Outros depósitos	6 035 582	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	95 032	3 552 483
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	36 616 530	17 518 422
Créditos	3 736 076	7 341 108
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	32 880 454	10 177 313
Desfasamento	86 449 453	81 231 468
Desfasamento acumulado	86 449 453	81 231 468
Rácio de liquidez	145%	
Rácios de observação		457%

Por sua vez, os rácio de liquidez e de observação do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2019 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

	em Kwanzas	2019
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)		
Total activos líquidos	82 052 357 614	
Valores em tesouraria	4 809 732 905	
Disponibilidades em bancos centrais	58 325 664 527	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	18 916 960 182	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	67 890 787 160	7 590 722 656
Depósitos à ordem	50 883 236 507	-
Depósitos a prazo	11 629 860 448	7 116 465 944
Outros depósitos	5 341 610 126	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	36 080 079	474 256 712
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	7 317 773 317	2 870 553 314
Créditos	1 734 948 777	2 870 553 314
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	5 582 824 540	-
Desfasamento	21 479 343 771	16 759 174 429
Desfasamento acumulado	21 479 343 771	16 759 174 429
Rácio de liquidez	135%	
Rácios de observação		321%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

	em Kwanzas	2019
Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)		
	<u>31 Days</u>	<u>1-3 months</u>
Total activos líquidos	178 441 881 300	
Valores em tesouraria	1 868 535 108	
Disponibilidades em bancos centrais	26 929 927 870	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	149 643 418 322	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	62 916 674 790	12 424 961 702
Depósitos à ordem	44 021 541 810	-
Depósitos a prazo	18 829 398 988	12 067 425 077
Outros depósitos	65 733 992	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	357 536 625	
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	-	-
Créditos		
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	115 525 206 510	103 100 244 808
Desfasamento acumulado	115 525 206 510	103 100 244 808
Rácio de liquidez	284%	
Rácios de observação		930%

TODAS AS MOEDAS

	em Kwanzas	2019
<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)</i>		
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Total activos líquidos	280 659 509 561	
Valores em tesouraria	7 657 764 690	
Disponibilidades em bancos centrais	85 255 592 398	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	18 916 960 182	
Disponibilidades em instituições financeiras	168 829 192 291	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	136 572 895 186	20 140 907 625
Depósitos à ordem	98 771 982 174	-
Depósitos a prazo	30 476 960 192	19 068 759 982
Outros depósitos	7 245 261 377	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	78 691 443	1 072 157 643
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	7 318 098 979	2 871 190 443
Créditos	1 735 274 439	2 871 190 443
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	5 582 824 540	-
Desfasamento	151 404 713 354	134 134 996 172
Desfasamento acumulado	151 404 713 354	134 134 996 172
Rácio de liquidez	217%	
Rácios de observação		766%

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que passados 40 meses depois da entrada em vigor do Instrutivo, o Banco tem cumprido com o limite mínimo (100%) do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez e observação, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

	2020						(milhares de Kwanzas)
	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	261 640 391	44 520 592	55 377 410	50 893 839	423 340 797	44 509 309	880 282 338
Passivos e Fundos Próprios	558 256 641	148 149 798	578 100	1 519 636	44 345 152	127 433 011	880 282 338
Gap de liquidez	(296 616 250)	(103 629 206)	54 799 310	49 374 203	378 995 645	(82 923 702)	-
Gap acumulado de liquidez	(296 616 250)	(400 245 456)	(345 446 146)	(296 071 943)	82 923 702	-	-

	2019						(milhares de Kwanzas)
	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	237 781 235	8 021 319	14 026 092	9 914 725	310 328 436	26 165 487	606 237 294
Passivos e Fundos Próprios	293 608 390	58 291 316	19 801 722	28 889 151	104 228 824	101 417 890	606 237 294
Gap de liquidez	(55 827 155)	(50 269 997)	(5 775 630)	(18 974 426)	206 099 612	(75 252 403)	-
Gap acumulado de liquidez	(55 827 155)	(106 097 152)	(111 872 782)	(130 847 208)	75 252 403	-	-

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 31 de Dezembro 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresentavam a seguinte estrutura:

	Gaps comportamentais de liquidez							(milhares de Kwanzas)
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total	
Activos	314 788 048	221 773 227	43 354 384	29 426 075	226 431 295	44 509 309	880 282 338	
Passivos e Fundos Próprios	35 844 637	247 381 571	49 273 444	40 165 386	380 184 290	127 433 010	880 282 338	
Gap de liquidez	278 943 411	(25 608 344)	(5 919 060)	(10 739 311)	(153 752 995)	(82 923 701)		-
Gap acumulado de liquidez	278 943 411	253 335 067	247 416 007	236 676 696	82 923 701		-	-

	Gaps comportamentais de liquidez							(milhares de Kwanzas)
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total	
Activos	385 201 664	28 406 333	13 987 848	15 104 469	136 826 223	26 710 757	606 237 294	
Passivos e Fundos Próprios	35 474 006	105 709 639	43 750 813	46 157 903	277 298 384	97 846 548	606 237 294	
Gap de liquidez	349 727 658	(77 303 307)	(29 762 965)	(31 053 434)	(140 472 161)	(71 135 791)		-
Gap acumulado de liquidez	349 727 658	272 424 351	242 661 386	211 607 952	71 135 791		-	-

(Milhares de Kwanzas)

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

	2020				
	Exposição a Taxa Fixa	Exposição a Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
Activos					
<i>Disponibilidades em Bancos Centrais</i>			147 520 430		147 520 430
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	10 081 000	26 942 341	170 424 709		207 448 050
<i>Crédito a clientes</i>		140 309 033			140 309 033
<i>Títulos</i>	326 700 899				326 700 899
<i>Outros Activos</i>	-	-	58 303 926		58 303 926
Total	336 781 899	167 251 374	376 249 065	-	880 282 338
Passivos					
<i>Depósitos a Ordem</i>			(551 365 916)		(551 365 916)
<i>Depósitos a Prazo</i>		(140 301 570)			(140 301 570)
<i>Dívida Subordinada</i>		(19 553 301)			(19 553 301)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	(4 745 970)				(4 745 970)
<i>Outros Passivos</i>			(47 333 211)		(47 333 211)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	(116 982 370)		(116 982 370)
Total	(4 745 970)	(159 854 871)	(715 681 497)	-	(880 282 338)

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

(Milhares de Kwanzas)

	2019				
	Taxa Fixa	Exposição a Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			92 935 245		92 935 245
Disponibilidades em Instituições Financeiras	5 535 200		168 876 814		174 412 014
Crédito a clientes	91 504 620				91 504 620
Títulos	215 906 669				215 906 669
Outros Activos	-	-	31 478 747		31 478 747
Total	215 906 669	97 039 820	293 290 806	-	606 237 295
Passivos					
Depósitos a Ordem			(276 717 241)		(276 717 241)
Depósitos a Prazo	(131 055 835)				(131 055 835)
Dívida Subordinada	(14 756 219)				(14 756 219)
Responsabilidade representada por títulos	(4 745 969)				(4 745 969)
Outros Passivos			(79 627 611)		(79 627 611)
Fundos Próprios	-	-	(99 334 419)		(99 334 419)
Total	(4 745 969)	(145 812 054)	(455 679 271)	-	(606 237 294)

Totalidade dos fluxos de caixa contratuais											(Milhares de Kwanzas)
	2020										
	Prazos residuais contratuais										
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total	
Activos	261 640 390	38 237 357	106 271 249	99 609 057	292 309 736	17 437 199	6 700 576	-	58 076 774	880 282 338	
Disponibilidades em Bancos Centrais	48 367 742	-	-	-	99 152 688	-	-	-	-	147 520 430	
Disponibilidades em Instituições Financeiras	170 424 709	26 942 341	10 081 000	-	-	-	-	-	-	207 448 050	
Crédito a Clientes	42 847 939	1 270 159	29 136 138	54 443 639	3 615 471	4 931 382	4 291 457	-	(227 152)	140 309 033	
Títulos	-	10 024 857	67 054 111	45 165 418	189 541 577	12 505 817	2 409 119	-	-	326 700 899	
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-	-	58 303 926	58 303 926	
Passivos e Fundos Próprios	(551 367 158)	(148 134 888)	(2 097 737)	(1 195 773)	(8 141 250)	(1 790 682)	(28 713 559)	(19 553 301)	(119 287 990)	(880 282 338)	
Depósitos a Ordem	(551 365 916)	-	-	-	-	-	-	-	-	(551 365 916)	
Depósitos a Prazo	(1 242)	(140 276 422)	-	-	(23 906)	-	-	-	-	(140 301 570)	
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(19 553 301)	-	(19 553 301)	
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 970)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 970)	
Outros Passivos	-	(7 812 496)	(2 097 737)	(1 195 773)	(3 417 344)	(1 790 682)	(28 713 559)	-	(2 305 620)	(47 333 211)	
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(116 982 370)	(116 982 370)	
Gap de liquidez	(289 726 768)	(109 897 531)	104 173 512	98 413 284	284 168 486	15 646 517	(22 012 983)	(19 553 301)	(61 211 216)	-	
Gap acumulado de liquidez	(289 726 768)	(399 624 299)	(295 450 787)	(197 037 503)	87 130 983	102 777 500	80 764 517	61 211 216	-	-	

(Milhares de Kwanzas)

	2019									
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	237 781 235	8 021 319	23 940 817	61 557 956	107 349 598	124 767 317	15 306 703	1 346 863	26 165 487	606 237 295
Disponibilidades em Bancos Centrais	34 772 119	-	-	-	-	58 163 126	-	-	-	92 935 245
Disponibilidades em Intituições Financeiras	168 876 814	5 535 200	-	-	-	-	-	-	-	174 412 014
Crédito a Clientes	34 132 302	2 048 381	6 588 148	5 585 335	17 194 051	9 452 866	15 306 703	1 196 834	-	91 504 620
Títulos	-	403 808	17 352 669	55 972 621	88 987 064	53 101 546	-	88 961	-	215 906 669
Outros Activos	-	33 930	-	-	1 168 483	4 049 779	-	61 068	26 165 487	31 478 747
Passivos e Fundos Próprios	(301 828 969)	(58 291 316)	(48 690 873)	(11 941 941)	(24 121 691)	(50 896 040)	-	-	(110 466 464)	(606 237 294)
Depósitos a Ordem	(276 526 949)	-	-	-	-	(190 292)	-	-	-	(276 717 241)
Depósitos a Prazo	(25 052 455)	(51 310 193)	(48 690 873)	(3 799 480)	(2 202 834)	-	-	-	-	(131 055 835)
Dívida Subordinada	-	(289 410)	-	-	-	(14 466 809)	-	-	-	(14 756 219)
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 969)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 969)
Outros Passivos	(249 565)	(6 645 744)	-	(8 142 461)	(17 218 857)	(36 238 939)	-	-	(11 132 045)	(79 627 611)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(99 334 419)	(99 334 419)
Gap de liquidez	(64 047 734)	(50 269 997)	(24 750 056)	49 616 015	83 227 907	73 871 277	15 306 703	1 346 863	(84 300 977)	-
Gap acumulado de liquidez	(64 047 734)	(114 317 731)	(139 067 787)	(89 451 772)	(6 223 865)	67 647 412	82 954 115	84 300 977	-	

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação

(Milhares de Kwanzas)

	2020										Total
	Datas de refixação / Datas de Maturidade										
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual		
Activos	42 847 939	38 237 357	106 271 249	99 609 057	193 157 048	17 437 199	6 700 576	-	-	504 260 425	
Crédito a Bancos	26 942 341	10 081 000	-	-	-	-	-	-	-	37 023 341	
Crédito a Clientes	42 847 939	1 270 159	29 136 138	54 443 639	3 615 471	4 931 382	4 291 457	-	-	140 536 185	
Títulos	-	10 024 857	67 054 111	45 165 418	189 541 577	12 505 817	2 409 119	-	-	326 700 899	
Passivos	(1 242) (140 322 392)	-	-	-	(4 723 906)	-	-	(19 553 301)	-	(164 600 841)	
Depósitos a Ordem											
Depósitos a Prazo	(1 242) (140 276 422)	-	-	(23 906)	-	-	-	-	-	(140 301 570)	
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(19 553 301)	-	(19 553 301)	
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 970)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 970)	
Exposição Líquida	42 846 697 (102 085 035)	106 271 249	99 609 057	188 433 142	17 437 199	6 700 576 (19 553 301)	-	339 659 584	-		

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação

(Milhares de Kwanzas)

	2019									
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	34 132 302	7 987 389	23 940 817	61 557 956	106 181 115	62 554 412	15 306 703	1 285 795	-	312 946 489
<i>Crédito a Bancos</i>		5 535 200	-	-	-	-	-	-	-	5 535 200
<i>Crédito a Clientes</i>	34 132 302	2 048 381	6 588 148	5 585 335	17 194 051	9 452 866	15 306 703	1 196 834		91 504 620
<i>Títulos</i>	-	403 808	17 352 669	55 972 621	88 987 064	53 101 546	-	88 961	-	215 906 669
Passivos	(25 052 455)	(51 645 572)	(48 690 873)	(3 799 480)	(6 902 834)	(14 466 809)	-	-	-	(150 558 023)
<i>Depósitos a Ordem</i>										-
<i>Depósitos a Prazo</i>	(25 052 455)	(51 310 193)	(48 690 873)	(3 799 480)	(2 202 834)	-	-	-	-	(131 055 835)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	(289 410)	-	-	-	(14 466 809)	-	-	-	(14 756 219)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	-	(45 969)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 969)
Exposição Líquida	9 079 847	(43 658 183)	(24 750 056)	57 758 476	99 278 281	48 087 603	15 306 703	1 285 795	-	162 388 466

GESTÃO DE CAPITAL E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) mantém-se desde 2017 com o requisito mínimo de 10%. De acordo com o Aviso nº 02/2016, os Fundos Próprios Regulamentares incluem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem

- (i) o Capital Social realizado;
- (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado;
- (iii) resultados transitados de exercícios anteriores;
- (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital;
- (v) resultado líquido do exercício auditado;
- (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior e
- (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contêm como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.

2. Fundos Próprios Complementares – compreendem

- (i) acções preferenciais remíveis;
- (ii) fundos e provisões genéricas;
- (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio;
- (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e
- (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.

3. Deduções – Compreendem:

- (i) acções da própria instituição objecto de recompra;
- (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos;
- (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital;
- (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital;
- (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais;
- (vi) goodwill (trespasse);
- (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações;

(viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso do BNA nº 09/2016 estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Os requisitos dos fundos próprios regulamentares correspondem à soma dos requisitos individuais calculados de acordo com os seguintes Avisos:

1. Aviso n.º 03/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte;

2. Aviso n.º 04/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação; e

3. Aviso n.º 05/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional.

Um sumário do rácio de solvabilidade do Banco para 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

		(milhares de Kwanzas)	
		31.12.2020	31.12.2019
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	24 338 117	19 309 570
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	2 416 734	2 763 482
Risco operacional	C	7 781 371	5 868 289
Total	D = A + B + C	34 536 221	27 941 341
Fundos Próprios			
Base	E	112 711 861	94 210 719
Complementares	F	18 589 230	14 655 666
	G = E + F	131 301 091	108 866 385
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	H		- (30 720 490)
Fundos Próprios Regulamentares	I = G + H	131 301 091	78 145 895
Rácio de Solvabilidade	J = L + M	38.02%	27.97%
Nível I	L = (E + H) / (D/10%)	32.6%	22.7%
Nível II	M = F / (D/10%)	5.4%	5.2%

Nota 37 – Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efectivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2020:

a) IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de actividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a Clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os accionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transacção se refere à aquisição de um activo ou de um negócio.

b) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do

projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

c) IAS1eIAS8 (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das

demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'actuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

d) Estrutura conceptual, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de activo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

a) IFRS 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de Junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à

redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos reflectidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

b) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afectada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

b) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos activos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos activos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

c) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos directamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra directa e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativo tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

d) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

e) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de

atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva.

f) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como:

- i)** alterações na designação e documentação de cobertura;
- ii)** valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa;
- iii)** avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39;
- iv)** alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e
- vi)** atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos

financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a

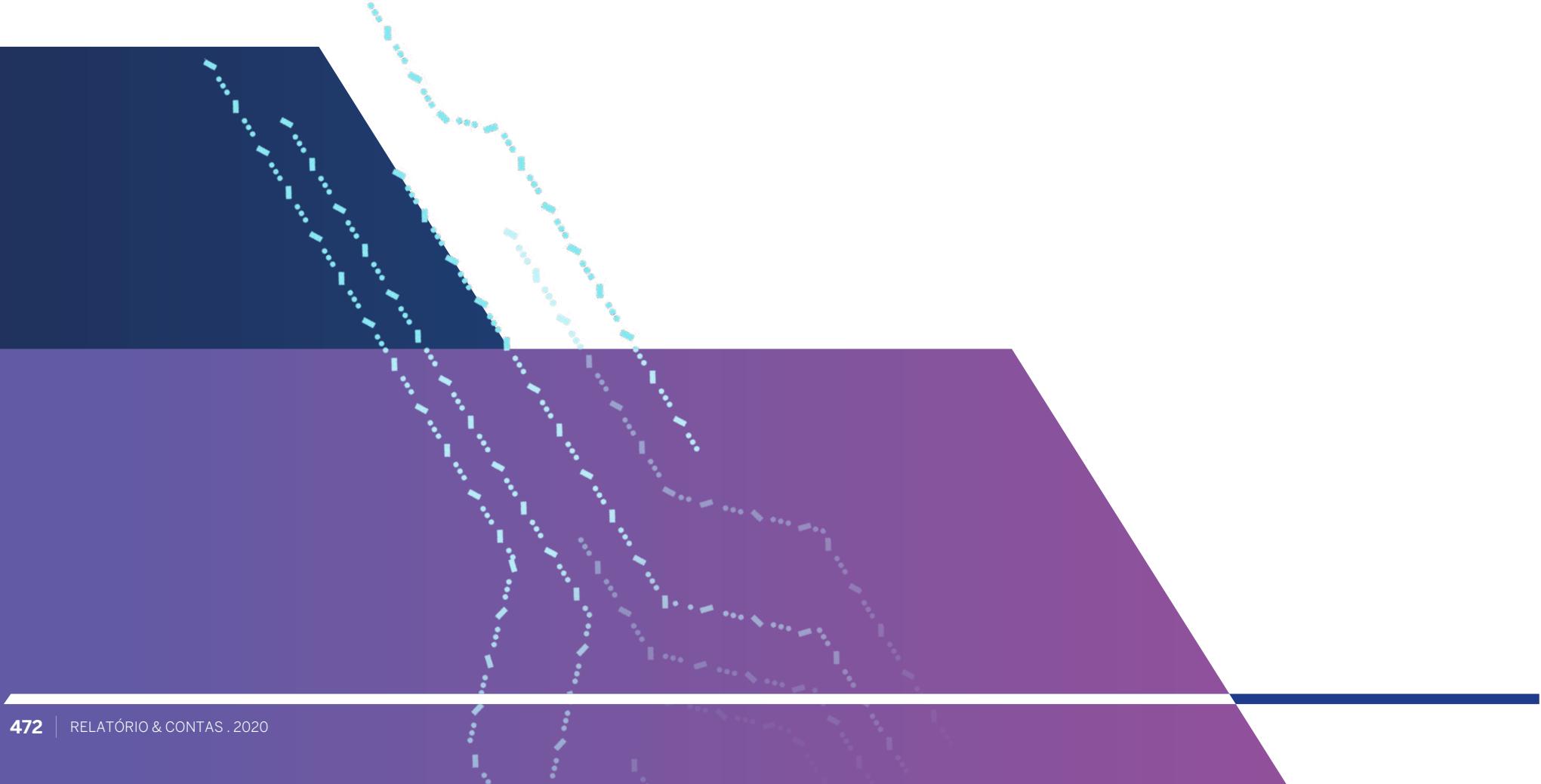
margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

h) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração comprehende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como:

- i)** âmbito;
- ii)** nível de agregação dos contratos de seguros;
- iii)** reconhecimento;
- iv)** mensuração;
- v)** modificação e despreconhecimento;
- vi)** apresentação da Demonstração da posição financeira;
- vii)** reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e
- viii)** divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Nota 38 – Eventos Subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos adicionais posteriores a 31 de Dezembro de 2020 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.





6.3

PARECERES DOS AUDITORES EXTERNOS E DO CONSELHO FISCAL

Standard Bank *É POSSÍVEL*



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank de Angola, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020 que evidencia um total de 880 282 338 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 116 982 371 milhares de Kwanzas, incluindo um Resultado Líquido positivo de 36 131 088 milhares de Kwanzas, a Demonstração de resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada,
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, nº3, 1ºandar - Sala 137, Luanda - República de Angola
T: +244 227 286 109, F:+244 222 311 213, www.pwc.com/ao

Opinião

6 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Standard Bank de Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

30 de Março de 2021

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relativo ao Exercício Fimdo em 31 de Dezembro de 2020**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No cumprimento das suas funções, O Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

O Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

Em particular, o Conselho Fiscal pôde analisar as Demonstrações Financeiras relativas a 2020, sendo seu entendimento que as contas apresentadas satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela PWC o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

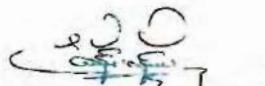
1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, sejam aprovados;

2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de 36.131.088 Milhares de AOA é a seguinte:

Reserva Legal:	0 ,00 AOA
Distribuição de Dividendos –	16.258.989 Milhares de AOA
Reservas livres -	19.872.099 Milhares de AOA

O Conselho Fiscal expre^se o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 30 de Março de 2021



Sérgio Serrão
Presidente do Conselho Fiscal



Fernando Hermes
Vogal do Conselho Fiscal



Donald Lisboa
Vogal do Conselho Fiscal

RELATÓRIO & CONTAS

2020

 Standard Bank ***É POSSÍVEL***